



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM

FÁBIO DA SILVA FORTES

SINTAXE GRECO-ROMANA:

PRISCIANO DE CESAREIA E APOLÔNIO DÍSCOLO
NA HISTÓRIA DO PENSAMENTO GRAMATICAL ANTIGO

GRAECO-ROMAN SYNTAX:

*PRISCIAN OF CESAREA AND APOLLONIUS DYSCOLUS
IN THE HISTORY OF ANCIENT GRAMMATICAL THOUGHT*

**CAMPINAS
2012**



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM

FÁBIO DA SILVA FORTES

SINTAXE GRECO-ROMANA:

PRISCIANO DE CESAREIA E APOLÔNIO DÍSCOLO
NA HISTÓRIA DO PENSAMENTO GRAMATICAL ANTIGO

GRAECO-ROMAN SYNTAX:

*PRISCIAN OF CESAREA AND APOLLONIUS DYSCOLUS
IN THE HISTORY OF ANCIENT GRAMMATICAL THOUGHT*

Tese apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem,
para obtenção do Título de Doutor em Linguística.

*Thesis presented to the Institute of Language Studies, for
obtaining the title of doctor in Linguistics.*

ORIENTADOR: PROF. DR. MARCOS AURELIO PEREIRA

**CAMPINAS
2012**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
TERESINHA DE JESUS JACINTHO – CRB8/6879 - BIBLIOTECA DO INSTITUTO DE
ESTUDOS DA LINGUAGEM - UNICAMP

F776s	Fortes, Fábio da Silva, 1983- Sintaxe greco-romana : Prisciano de Cesareia e Apolônio Díscolo na história do pensamento gramatical antigo / Fábio da Silva Fortes. -- Campinas, SP : [s.n.], 2012. Orientador : Marcos Aurelio Pereira. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. 1. Língua latina - Gramática histórica. 2. Língua grega - Gramática histórica. 3. Língua latina - Sintaxe. 4. Tradição (Filosofia). 5. Língua latina - Gramática comparada - Grego. I. Pereira, Marcos Aurelio, 1966-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.
-------	---

Informações para Biblioteca Digital

Título em inglês: Graeco-Roman Syntax: Priscian of Cesarea and Apollonius Dyscolus in the history of ancient grammatical thought.

Palavras-chave em inglês:

Latin language - Grammar, Historical

Greek language - Grammar, Historical

Latin language - Syntax

Tradition (Philosophy)

Latin language - Grammar, Comparative - Greek

Área de concentração: Linguística.

Titulação: Doutor em Linguística.

Banca examinadora:

Marcos Aurelio Pereira [Orientador]

Marcos Martinho dos Santos

Maria Carlota Amaral Paixão Rosa

Maria Helena de Moura Neves

Charlotte Marie Chambelland Galves

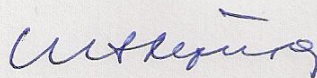
Data da defesa: 27-04-2012.

Programa de Pós-Graduação: Linguística.

FOLHA DE APROVAÇÃO

BANCA EXAMINADORA:

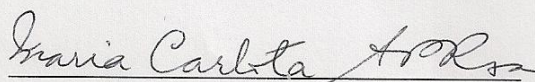
Marcos Aurélio Pereira



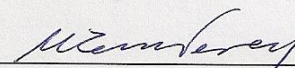
Marcos Martinho dos Santos



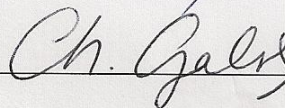
Maria Carlota Amaral Paixão Rosa



Maria Helena de Moura Neves



Charlotte Marie Chambelland Galves



Paulo Sérgio de Vasconcellos

Isabella Tardin Cardoso

José Borges Neto

AGRADECIMENTOS

Sempre corremos o risco de não nos lembrarmos de todas as pessoas que, de alguma forma, contribuíram na realização de nosso trabalho. Muitas delas, ainda que não citadas, tiveram uma participação imensa para o êxito deste projeto. Portanto, é a essas pessoas, que talvez não sejam nomeadas aqui, que gostaria de agradecer em primeiro lugar.

Também fica registrada a minha gratidão:

Aos meus antigos professores, que malgrado as agruras da profissão, encorajaram-me a insistir neste sonho, experimentando os percalços da caminhada, mas também descobrindo as alegrias inauditas desta aventura intelectual, na qual me precederam e prepararam o caminho;

Aos meus queridos alunos da Universidade Federal Rural de Pernambuco e atualmente da Universidade Federal de Juiz de Fora, que me apoiaram e estimularam com seus questionamentos, com sua presença e com a admiração e confiança que sempre depositaram no meu trabalho;

Aos meus colegas e amigos da universidade, aqui representados por Dorothy Brito e Cláudia Tavares Silva, grandes linguistas e seres humanos que tive o privilégio de conhecer no estágio de minha carreira em que lecionei na UFRPE, Unidade Acadêmica de Serra Talhada, no coração do sertão pernambucano, e também por Neiva Ferreira Pinto, que foi e tem sido *magistra maxima*, de cujo convívio tenho a honra de desfrutar na UFJF;

Aos meus queridos amigos classicistas da UNICAMP, em especial a Renato Rosário de Jesus, Osvaldo Cunha Neto, Luciano Garcia Pinto e Charlene Miotti, pelo convívio, pela amizade, pelos momentos de alegria e pelo companheirismo em tantos momentos em Campinas; e também aos meus amigos linguistas do IEL, em especial a Aline Peixoto Gravina, Vívian Meira, Priscila Marques Toneli e Marcos Eroni Pires;

Aos amigos classicistas que tive a grande alegria de conhecer nos congressos e encontros de professores de latim, em especial aos caros amigos Leni Ribeiro Leite, Henrique Cairus e Tatiana Ribeiro, que se interessaram pelo meu trabalho, opinaram, me incentivaram e acolheram em momentos de aporia;

Aos professores da Área de Clássicas da Unicamp, Dr. Paulo Sérgio de Vasconcellos, Dr. Flávio Ribeiro de Oliveira, Dra. Isabella Tardin Cardoso, Dra. Patricia Prata, pelas aulas brilhantes, pelo estímulo, amizade e generosidade intelectual;

Ao professor Dr. Marcos Aurelio Pereira, meu orientador de estudos e amigo, pela confiança, paciência, atenção e cuidado com que sempre se dedicou ao meu trabalho desde o início do Mestrado, a quem, certamente, devo muito do meu progresso intelectual;

À professora Dra. Charlotte Marie Chambelland Galves, pelas aulas brilhantes de Linguística Histórica e de Sintaxe Gerativa e pela orientação cuidadosa do meu trabalho de Qualificação em Sintaxe;

Aos professores Dr. Marcos Martinho, da FFLCH/USP, e Dr. Paulo Sérgio de Vasconcellos, do IEL/UNICAMP, por aceitarem participar do exame de qualificação geral e pelas sugestões e comentários generosos;

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, pela bolsa de estudos concedida nos dois primeiros anos do curso de Doutorado, e à Universidade Federal Rural de Pernambuco e à Universidade Federal de Juiz de Fora, que contribuíram para a conclusão do curso de Doutorado, com a permissão de afastamentos;

Aos amigos e amigas espíritas e esperantistas, em especial ao meu querido pai de outras eras, Maurício Mancini, cujo exemplo intelectual e de vivência cristã me estimularam a seguir o caminho acadêmico e a não me esquecer dos deveres da seara espírita;

Aos meus velhos amigos e irmãos, aqui representados, especialmente, pelos grandes amigos Márcio Maffili Fernandes, Juliana Reigal e Rafael Arantes Berg, pelo amor que se expande com o tempo e a distância;

Ao Clóvis Melo Júnior, meu companheiro e amigo, pelo carinho, pelas alegrias do presente e do futuro;

Aos meus pais, Lenice e Ailton, e aos meus irmãos, Fabiane e Álvaro, e à minha família, pela compreensão, pelo amor e cuidado;

Aos espíritos do Bem, os emissários da Boa Nova, que nos assistem, nos ajudam, nos consolam e dão condições de crescimento intelectual e moral;

A Deus, inteligência suprema, causa primeira de todas as coisas;

Gratias maximas ago.

Breuiter regulas tibi me iussisti (...) nominum colligere, quibus Latina utitur eloquentia; quod suscepi non tam rei facilitate uel ingenii confidentia, quam ne quid tibi, cui omnia debeo, prorsus negarem et quoniam ornamentum te esse Latinorum non minus quam Graecorum studiis gaudebam.

(“Ordenaste que eu fizesse para ti um breve apanhado sobre as regras dos nomes, dos quais a eloquência latina lança mão; o que empreendi não tanto pela facilidade da matéria ou pela confiança na minha capacidade, quanto para que não negasse em absoluto algo a ti, a quem devo tudo, e também porque me alegrava que tu ficasses honrado com os estudos dos latinos, não menos que dos gregos”.)

Prisciano, *Inst. gramm.*, VI, GL II, 194,1-4

RESUMO

Em nossa tese, examinamos os dois livros finais (XVII e XVIII) das *Institutiones grammaticae* de Prisciano (séc. VI), intitulados *De constructione*, a partir de dois eixos fundamentais: (1) a maneira pela qual os temas gramaticais desenvolvidos por Prisciano na constituição de sua “sintaxe” se relacionam com os temas das *artes grammaticae* dos séculos III, IV e V; 2) as relações textuais e teóricas entre o *De constructione* e o seu modelo, o *Περὶ συντάξεως*, de Apolônio Díscolo. Defendemos que o *De constructione* promove uma especialização conceitual dos antigos temas gramaticais romanos, que adquiriram maior profundidade teórica, com a maior proeminência concedida ao mecanismo interno da linguagem – a *ratio* –, que parece se desvincular da antiga noção de *Latinitas*, oriunda da retórica, a partir do qual boa parte das análises gramaticais latinas anteriores se desenvolviam. Por outro lado, essa ruptura também se verifica pela adoção do modelo gramatical grego, o que engendra a elaboração de uma doutrina gramatical “greco-romana”, mas que, ao mesmo tempo em que incorpora aspectos teóricos e empíricos das duas línguas, oferece uma diferenciação em relação ao modelo teórico grego, conferindo ênfase maior à análise empírica das línguas – o *usus* –, através das comparações entre ocorrências das duas línguas, da abordagem da variação (*uariatio*) e da apresentação de amplo repertório de citações de autores gregos e latinos.

PALAVRAS-CHAVE

Tradição gramatical antiga, sintaxe latina, *ratio*, *usus*.

ABSTRACT

In our thesis, we examine the two final books (XVII and XVIII) in Priscian's *Institutiones grammaticae* (c. VI AD) – *De constructione* – from two fundamental perspectives: (1) the way grammatical themes developed by Priscian for the constitution of his “syntax” relates to grammatical subjects within the *artes grammaticae* from c. III, IV and V AD; 2) the textual and theoretical relationship between his *De constructione* and its model, Apollonius Dyscolus's *Περὶ συντάξεως*. We argue that Priscian's *De constructione* engenders a conceptual specialization in ancient Roman grammatical themes, which acquire a more theoretically oriented depth, giving proeminence to the internal regulations of language – the *ratio* –, which seems to become much less anchored to the former concept of *Latinitas*, after Rhetoric, from which most part of former grammatical analyses developed. On the other hand, such rupture displays the adoption of a Greek grammatical model, having as consequence the elaboration of a Graeco-Roman grammatical doctrine, incorporating theoretical and empirical elements from both languages, but offering a differentiation on regard to the Greek model, giving it a more pronounced emphasis on the empirical analysis of both languages – the *usus* – through comparisons carried out between Greek and Latin, the approach of variation (*uariatio*) and the exemplification with a large repertoire of Latin and Greek quotations from Literature.

KEY-WORDS

Ancient grammatical tradition, Latin syntax, *ratio*, *usus*.

SUMÁRIO

ÍNDICE DE ABREVIATURAS DE OBRAS E AUTORES ANTIGOS, p. XIX

ÍNDICE DE ABREVIATURAS DE TERMOS GRAMATICAIS, p. XXI

ÍNDICE DE QUADROS, p. XXIII

INTRODUÇÃO , p. 25

PARTE 1

FUNDAMENTOS

I AS PALAVRAS E AS LÍNGUAS NA ANTIGUIDADE, p. 43

- 1.1 O interesse *antigo* pela linguagem e o interesse *linguístico* pelo antigo, p. 43
- 1.2 Dos sons do canto às partes do discurso: música, poética e dialética, p. 52
- 1.3 Uso, variação e norma da língua: uma questão de retórica?, p. 61
- 1.4 A ordem das palavras: uma contribuição da retórica e da filosofia latinas, p. 76
- 1.5 Em síntese, p. 90

II *ARS GRAMMATICA*, p. 93

- 2.1 *Grammaticus, philologus, litteratus et al.*: alguns conceitos em formação, p. 94
- 2.2 Das partes do discurso às partes da oração, p. 102
- 2.3 A *Latinitas* e a questão da correção gramatical, p. 119
- 2.4 E quanto à sintaxe?, p. 144
- 2.5 Em síntese, p. 158

PARTE 2

A SINTAXE GRECO-ROMANA

III ***VTRAQVE LINGVA*, p. 165**

- 3.1 Apolônio Díscolo e Prisciano de Cesareia: notas contextuais, p. 165
- 3.2 Gramática e identidade (greco-)romanas, p. 182
- 3.3 *Mos maiorum, auctoritas e imitatio*: o “prefácio” de Prisciano, p. 198
- 3.4 *Das artes às institutiones*, p. 211
- 3.5 Em síntese, p. 218

IV ***SYNTAXIS SIVE CONSTRUCTIO*, p. 221**

- 4.1 A língua como sistema organizado, p. 221
- 4.2 As palavras e a oração, p. 241
- 4.3 Relações entre palavras: o papel da *consequentia*, p. 263
- 4.4 Relações entre orações: o caso dos pronomes e conjunções, p. 275
- 4.5 Em síntese, p. 293

V ***RATIO ET VSUS*, p. 297**

- 5.1 *Plus ultra*: Prisciano além de Apolônio, p. 297
- 5.2 Comparações entre o grego e o latim, p. 317
- 5.3 Uso, solecismo, variação, p. 337
- 5.4 Ainda o uso: um arquivo de *exempla* no livro XVIII, p. 357
- 5.5 Em síntese, p. 369

VI **CONCLUSÃO**, p. 375

VII **BIBLIOGRAFIA**, p. 385

ÍNDICE DE ABREVIATURAS DE OBRAS E AUTORES ANTIGOS:

- And.* – *Andria*, Terêncio
- App.* – *Appendix Probi*, Probo
- Arch.* – *Pro Archia*, Cícero
- Ars* – *Ars maior*, Donato
- As.* – *Asinaria*, Plauto
- At.* – *Ad Atticum epistulae*, Cícero
- Aud.* – *Audacis excerpta de Scauro et Palladio*, Audax
- Bern.* – *Vita Bernensis*, anônimo.
- Brev.* – *Ars breuiata*, Agostinho
- Buc.* – *Bucolica*, Virgílio
- Cat.* – *Categoriae*, Aristóteles
- Carm.* – *Carmina*, Catulo
- Char.* – *Charisii ars grammatica*, Carísio
- Comm.* – *Commentarius in artem Donati*, Pompeu
- Comm.* – *Commentarius in artem Donati*, Sérvio
- Crat.* – *Cratylus*, Platão
- De constr.* – *De constructione*, Prisciano
- De gram.* – *De grammaticis et rhetoribus*, Suetônio
- De ling. Lat.* – *De lingua Latina*, Varrão
- De or.* – *De oratore*, Cícero
- Diff.* – *De differentiis et societatibus Graeci Latiniue uerbi*, Macróbio
- Diom.* – *Diomedis artis grammaticae libri*, Diomedes
- Dosith.* – *Ars grammatica Dosithei magistri*, Dositeu
- Aen.* – *Aeneis*, Virgílio
- Ep.* – *Epistulae*, Horácio
- Ep. ad Iul.* – *Epistula ad Iulianum*, Prisciano
- Ep. ad Pis.* – *Epistula ad Pisones*, Horácio
- Ep. mor.* – *Epistulae morales ad Lucilium*, Sêneca
- Et.* – *Ethica Nicomachea*, Aristóteles
- Eun.* – *Eunuchus*, Terêncio
- Geo.* – *Georgica*, Virgílio

Her. – *Rhetorica ad Herennium*

Hist. – *Historiae*, Herodoto

Il. – *Ilias*, Homero

Inst. gram. – *Institutiones grammaticae*, Prisciano

Inst. or. – *Institutio oratoria*, Quintiliano

Met. – *De arte grammatica, de metris et de hexametro*, Mário Vitorino

Noct. – *Noctes Atticae*, Aulo Gélío

Od. – *Odyssea*, Homero

Pal. – *[Palaemonis] Ars*, Palêmon

Phars. – *Pharsalia*, Lucano

Phorm. – *Phormio*, Terêncio

Poet. – *Poetica*, Aristóteles

Rep. – *De re publica*, Cícero

Respub. – *Respublica*, Platão

Sac. – *Sacerdotis artes grammaticae*, Sacerdos

Sat. – *Saturae*, Juvenal

Soph. – *Sophista*, Platão

Sol. – *Solliloquia*, Agostinho

Synt. – *Perì syntáxeōs*, Apolônio Díscolo

Tékh. gram. – *Tékhne grammatiké*, Dionísio Trácio

Top. – *Topica*, Cícero

Theog. – *Teogonia*, Hesíodo

Tusc. – *Tusculanae disputationes*, Cícero

Trin. – *Trinnumus*, Plauto

Vit. – *Vitae philosophorum*, Diógenes Laércio

Vit. Ap. – *Vita Apolonii*, Teodósio.

Observação:

As citações de gramáticos antigos, com exceção de Apolônio Díscolo, foram extraídas da edição dos *Grammatici Latini*, de Keil (GL) e dos *Grammatici Graeci* (GG), de Uhlig & Schneider. Após cada citação, indicamos a obra correspondente por meio da abreviatura convencional, seguida do número do volume da edição de Keil (GL) ou Uhlig & Schneider (GG), página e linhas.

As demais edições dos textos antigos estão listadas na Bibliografia.

ÍNDICE DE ABREVIATURAS DE TERMOS GRAMATICAIS

abl. - ablativo
acus. - acusativo
adj. - adjetivo
adv. - advérbio
aor. - aoristo
at. – voz ativa
dat. – dativo
f. - feminino
fut. - futuro
gen. - genitivo
imperf. – pretérito imperfeito
m. - masculino
méd. – voz média
m. q. perf. – pretérito mais-que-perfeito
n. - neutro
nom. - nominativo
pass. – voz passiva
pl. - plural
pres. - presente
pret. perf. – pretérito perfeito
s. - singular
subst. - substantivo
v. - verbo

ÍNDICE DE QUADROS

- Quadro 2.1.** *Partes orationis*/μέρη λόγου segundo Prisciano (*Inst. gram.* II, GL II, 54,4-21), p. 113
- Quadro 3.1.** Comparação entre o grego e o latim (Prisciano, *Inst. gram.* XVII, GL III, 125,27-32), p. 195
- Quadro 4.1.** Equivalências terminológicas na definição de “sintaxe” de Apolônio Díscolo e Prisciano, p. 228
- Quadro 4.2.** Exemplos de pleonasmos e elipses em Apolônio Díscolo e Prisciano, p. 233
- Quadro 4.3.** Partes da gramática segundo as definições de Dionísio Trácio e Diomedes, p. 245
- Quadro 4.4.** Exemplos de palavras irregulares segundo Apolônio Díscolo e Prisciano, p. 268
- Quadro 4.5.** O conceito de *consequentia* em Prisciano, p. 274
- Quadro 5.1.** *Ratio* e *usus* nos gramáticos antigos, p. 350

INTRODUÇÃO

I

Não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a. Não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro. É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem.

(Benveniste, 1988, p. 285)

As palavras em epígrafe se referem à impossibilidade humana de voltar ao princípio das línguas, quando os homens, em suas primeiras comunidades, teriam “inventado” a sua própria linguagem. Não atingimos jamais esse espaço temporal utópico, mas é possível colocar em perspectiva a maneira como nós, humanos do século XXI, pensamos as línguas a partir de nossas teorias, disciplinas e pontos de vista. É possível – tanto quanto a leitura dos textos antigos permite – conhecer outras doutrinas sobre as línguas que foram desenvolvidas no passado, que, de certa maneira, tiveram longa persistência na história dos estudos da linguagem, seja na permanência de conceitos formulados em tempos mais remotos, seja no inventário de termos que, de forma geral, mantiveram-se os mesmos (embora, com o tempo, passassem a dizer coisas muito diferentes).

Essas “línguas do passado” não são mais aquelas que falamos hoje em dia. Tampouco aquelas doutrinas fazem parte do repertório de disciplinas que compõem aquilo a que atualmente costumamos nos referir como as “ciências da linguagem”¹. Falamos, antes, do grego antigo e do latim, línguas já não faladas há muitos séculos, mas que deram voz (e talvez ainda o façam) às civilizações “clássicas”, cujos monumentos materiais e intelectuais, nós, ocidentais, aprendemos a reconhecer como, talvez, nossos mais importantes e perenes marcos identitários². Referimo-nos, ainda, à gramática que foi produzida na Antiguidade greco-romana, cujos desdobramentos e teorias inauguraram uma modalidade de reflexão sobre as línguas que estaria na gênese da metalinguagem produzida no mundo ocidental, herança daquelas civilizações das quais somos ainda, em grande parte, herdeiros e transmissores.

II

Em nossa tese, propusemo-nos, em linhas gerais, examinar os temas fundamentais contidos nos dois livros finais (XVII e XVIII) das *Institutiones grammaticae*,

¹ Auroux (1993, p. 12) afirma que: “É preciso, em particular, se render à evidência: a lingüística, que tira seu nome de um neologismo alemão (1777) reutilizado por J.-S. Vater em 1808 e adaptado em francês em 1812, é uma forma de saber e de prática teórica nascida no século XIX em um contexto determinado, que possui objetos determinados (o parentesco genético das línguas, a explicação histórica, as línguas nelas e por elas mesmas). Trata-se, pois, de uma forma de estruturação do saber eminentemente transitória, que está provavelmente em vias de desaparecer sob nossos olhos (é por isso que recorremos, cada vez mais, à expressão plural “ciências da linguagem”)”.

² Segundo Beard & Henderson (1998, p. 44): “Todos nós já nascemos classicistas, por mais (ou menos) que suponhamos conhecer dos gregos e dos romanos. Nunca poderemos chegar aos clássicos como completamente estranhos. Não há nenhuma cultura estrangeira que seja tão parte da nossa história”.

de Prisciano de Cesareia (séc. VI), livros a que a tradição fez conhecer como ‘*Priscianus minor*’, intitulados (e doravante chamados por nós) *De constructione*, tendo como contraponto a doutrina gramatical de Apolônio Díscolo (*Περὶ συντάξεως*). Especificamente, nossa meta foi oferecer uma descrição e alguma análise particular dos conteúdos gramaticais presentes no livro XVII e de alguns aspectos empíricos sobre o grego e o latim apresentados no livro XVIII, que nos permitiram delinear os seguintes eixos de investigação, que representam os objetivos centrais desta tese:

(1) **Prisciano e a tradição das *artes grammicae* romanas:** a maneira pela qual os temas metalinguísticos desenvolvidos por Prisciano na constituição de sua “sintaxe” se relacionam com os temas gramaticais desenvolvidos nas *artes grammicae*³ romanas.

A esse respeito, em particular, a nossa pesquisa levou-nos a apontar uma crescente especialização conceitual dos antigos temas gramaticais romanos, que adquiriram maior profundidade teórica na obra de Prisciano, tornando-se mais orientados para o mecanismo interno da língua latina e menos ancorados em usos específicos no âmbito poético ou retórico. Isso equivale a dizer que o *De constructione* colaborou para uma “refundação da gramática latina” (Baratin, 2010, p. 16), que teve como expressão

³ Conforme Baratin (1994, p. 142), o modelo das artes tem seu início, de fato, no século I, com a obra de Palêmon, mestre de Quintiliano. Mas somente chegaram a nós compilações tardias, dos séculos III, IV e V, de Sacerdos, Donato, Carísio e Diomedes, entre outros. Sua característica principal é, com efeito, a de se tratar de um compêndio breve, voltado sobretudo para a aplicação em contextos escolares.

mais nítida a ênfase maior nas propriedades lógico-rationais do mecanismo das línguas (*ratio*) desvinculando-as da antiga noção de norma (ou correção), que era determinada, em grande parte, pelo conceito de *Latinitas*, de expressão central nas *artes grammaticae* e nos tratados de retórica.

Assim, defendemos em nossa tese uma ruptura do modelo de abordagem gramatical de Prisciano em relação aos autores da tradição gramatical romana anterior, ruptura que se pode qualificar tanto pela natureza das questões abordadas – haja vista, por exemplo, a escassa discussão de caráter “sintático” anterior a Prisciano –, quanto pelo referencial teórico adotado por Prisciano: o *Περὶ συντάξεως*, tratado de Apolônio Díscolo, gramático grego alexandrino do século II, do qual se reconhece uma filiação explícita. Em outras palavras, a adoção de Apolônio como modelo, ao mesmo tempo em que oferece uma identidade entre conceitos teóricos da gramática grega e latina, engendra também uma discussão gramatical sem precedentes na tradição latina, o que nos leva ao segundo eixo de nossa discussão.

(2) Prisciano e Apolônio Díscolo: as relações textuais e teóricas entre o *De constructione* e o seu modelo, o *Περὶ συντάξεως*, de Apolônio Díscolo (e, em sentido amplo, a repercussão no domínio gramatical da relação entre Roma e a tradição modelar grega, que permeia a história intelectual romana).

A esse respeito, queremos demonstrar que a relação entre o legado intelectual grego – representado, especificamente, pela obra de Apolônio Díscolo –, e a tradição latina se faz presente de forma particular na obra de Prisciano, por variados motivos, entre os quais elencamos: 1) o contexto histórico em que a obra foi produzida (em Constantinopla, região de fala majoritariamente grega); 2) o cultivo dos valores da *auctoritas* e do *mos maiorum* na história do pensamento latino, e também o procedimento textual da *imitatio*, particularmente fecundo na produção de textos desde a época clássica; 3) a semelhança tipológica entre o grego clássico e o latim, fato que justificou a elaboração de uma teoria do *utraque lingua* (um fenômeno codificado em uma língua seria válido para as duas); 4) o procedimento didático de comparação entre as línguas para a explicação de fatos gramaticais – *praxis*, de resto, adotada desde os primeiros gramáticos latinos, como Varrão.

A relação entre a obra de Prisciano e a tradição grega a que se vincula faz-se de tal sorte expressiva que, a esse respeito, somos levados a pensar que o modelo sintático proposto no *De constructione* represente, de fato, parte de um projeto amplo de reflexão sobre a linguagem que se poderia dizer “greco-romano” – fato, aliás, que evidenciamos no título de nossa tese. A relação de vinculação entre os tratados de Apolônio e Prisciano não somente se viabiliza pela identidade dos temas apresentados e soluções encontradas em muitos casos, mas também, em especial, pelos confrontos estabelecidos entre o grego e o latim, seja nas citações de autores da tradição grega e latina, seja no contraste entre estruturas e fenômenos análogos de uma e outra língua.

Todavia, conquanto pese a estreita relação entre o tratado de Prisciano e o de Apolônio, nosso trabalho levou-nos a examinar também as especificidades do *De constructione*. Vale dizer que, em vez de simplesmente corroborar a constatação de certo “continuísmo” entre Apolônio e Prisciano – constatação que, de resto, sobeja na crítica a respeito de Prisciano, tomado, muitas vezes, como mero compilador da obra gramatical de Apolônio –, aspiramos a iluminar aqueles aspectos diferenciais entre o *De constructione* e o *Περὶ συντάξεως*, tais como a abordagem das ocorrências empíricas da língua, o tratamento dos usos desviantes da *ratio* e o tratamento dado aos exemplos gregos e latinos.

Decorrencia da análise desses aspectos, não somente reforçamos aqueles pontos que nos permitiram qualificar o projeto “greco-romano” levado a termo no texto de Prisciano, mas esperamos contribuir para a compreensão de que o *De constructione* representa o resultado de um processo de reelaboração do modelo grego, o que revela uma face sofisticada e algo original do pensamento gramatical de Prisciano, por vezes negligenciado ou desconhecido em letras brasileiras.

Os dois eixos apontados acima se articulam nos cinco capítulos que desenvolvemos em nossa tese. No primeiro, intitulado “As palavras e as línguas na Antiguidade”, apontamos algumas questões de ordem epistemológica que fundamentam o estudo de questões de linguagem no âmbito das disciplinas antigas, estudo que, no mais das vezes, requer um “distanciamento reverente” (Le Goff, 2003, p. 26) ou uma

“neutralidade epistemológica” (Auroux, 1992, p. 14) que nos acautelem de projetar acriticamente categorias próprias do pensamento metalinguístico contemporâneo aos textos de uma tradição gramatical bastante diversa da nossa. Isso não significa acreditar na hipótese de acessar os textos do passado completamente desprovidos do olhar contemporâneo, mas nos leva adotar certa precaução quanto à necessária contextualização das categorias gramaticais a partir das demandas intelectuais em cujo tempo existiram, conforme nos ensinam a lição dos textos primários e os testemunhos a que sobre eles tivemos acesso na bibliografia considerada – em especial, mas não exclusivamente, dos textos latinos e gregos antigos.

Em seguida, examinamos ainda alguns temas de linguagem – a repartição do contínuo sonoro em partes menores e o construto das *partes orationis*, a noção de norma e as reflexões sobre a ordem das palavras na sentença – no âmbito de outras disciplinas que, se não precederam, coexistiram com a gramática antiga, e também tiveram como matéria a linguagem em diferentes usos: a poética, a dialética e a retórica, entre outras. A seleção desses temas nos permite observar, por assim dizer, os tópicos fundamentais que são tratados também no âmbito do discurso gramatical, evidentemente, a partir de outros recortes e de diferentes propósitos, mas igualmente consagrados em textos basilares da tradição clássica.

Assim, no capítulo 2, “*Ars grammatica*”, propusemo-nos investigar as origens e vinculações do domínio gramatical antigo a partir do papel do antigo *grammaticus*, passando pelas relações entre gramática e dialética – que engendraram, *grosso modo*, o

construto das *partes orationis* – e pelas relações entre gramática, poética e retórica – que teve como importante consequência o estabelecimento de uma norma de caráter identitário e linguístico, com vistas, sobretudo, a determinados usos específicos do discurso escrito elaborado: a *Latinitas*.

Avaliamos, ainda, o papel do conceito de *Latinitas* na análise das questões gramaticais das *artes grammaticae* romanas, reconhecendo, em particular, a inserção das análises de caráter gramatical no quadro maior das preocupações quanto ao emprego da linguagem com finalidades retóricas, escolares e poéticas. Com efeito, conquanto não totalmente uniformes entre si, pode-se dizer que os tratados gramaticais romanos dos séculos III, IV e V – as *artes* –, de forma geral, situaram suas reflexões de linguagem no âmbito dos contextos “escolares”, nos quais se tinha como objetivo o desenvolvimento de habilidades do uso retórico e poético das construções de linguagem.

Assim, encerrando a primeira parte de nossa tese, podemos dizer que percorremos um caminho que nos levou das reflexões acerca da linguagem presente nos textos mais antigos disponíveis, representativos da tradição poética greco-romana, até os tratados gramaticais latinos dos séculos III, IV e V. Esse percurso refaz, de certa maneira, a tradição em relação à qual o texto de Prisciano se articula e com a qual entretém frutífero diálogo. Evidentemente, nossa abordagem teve como parâmetro a seleção daqueles tópicos que mais diretamente estão ligados aos temas desenvolvidos por Prisciano: o conceito de *partes orationis*, a noção de norma e a concatenação das palavras. Não

tivemos, portanto – nem nos seria possível –, pretensão de exaustividade exegética dos temas metalinguísticos ao longo da tradição clássica nesse vasto período.

A segunda parte de nossa tese objetiva apresentar a análise dos textos do nosso *corpus* a partir dos eixos de investigação acima apresentados, que delineiam os objetivos gerais de nossa pesquisa. No capítulo 3, “*Vtraque lingua*”, apresentamos uma introdução às obras de Apolônio Díscolo e Prisciano, inserindo-as no espectro dos textos gramaticais antigos e elencando alguns elementos de ordem histórica e social que nos permitem compreendê-las a partir das condições em que foram produzidas. Examinamos, em particular, de uma perspectiva teórica, a maneira como a obra de Prisciano assume a de Apolônio como modelo, fato explicado, por um lado, pela longa e produtiva relação intercultural entre Grécia e Roma; por outro, pelas noções de *auctoritas* e *imitatio*; e, ainda, por outro, pela teoria desenvolvida acerca da semelhança tipológica entre as línguas, o que configuraria a justificativa (e, até mesmo, a necessidade) de que a abordagem gramatical se realizasse por intermédio de certa comparação. Finalmente, encerramos o capítulo examinando a especificidade do exame da *constructio* na obra de Prisciano, em relação à tradição das *artes*.

No capítulo 4, “*Syntaxis siue constructio*”, examinamos questões fundamentais que perfazem o modelo de sintaxe apresentado por Prisciano e Apolônio: a centralidade do conceito de *ratio* para a compreensão de fenômenos codificados pelas línguas grega e latina; a definição de sintaxe em níveis apresentada por ambos os autores; os conceitos de enunciado, oração, completude e incompletude e os fenômenos que presidem às relações

entre palavras e entre orações, com destaque para a noção de *consequentia* e os fenômenos acarretados pelo emprego de pronomes (a foricidade e a dêixis) e conjunções. É nosso intuito demonstrar que a aproximação teórica entre Prisciano e Apolônio responde, ao mesmo tempo, pela diferenciação entre a obra de Prisciano e a dos autores gramaticais da tradição latina. Mais que isso, a abordagem de temas gramaticais de Apolônio por Prisciano resulta em um processo de especialização do discurso gramatical latino, que se torna, na obra de Prisciano, mais orientado para a consideração de mecanismos de funcionamento da língua – a *ratio* – e menos comprometido com fenômenos de ordem social codificados pela *Latinitas*. Além disso, a identidade textual e teórica entre os autores, no que se refere à seleção e ao tratamento dos tópicos gramaticais, permite-nos compreender a obra de Prisciano como um tratado “greco-romano”.

Finalmente, reservamos o capítulo 5, “*Ratio et usus*”, para apontar aquelas questões que, no texto de Prisciano, receberam tratamento diverso do que foi apresentado por Apolônio. Referimo-nos, especificamente, aos desdobramentos teóricos e analíticos presentes no *De constructione* que não têm sua correspondência no texto de Apolônio. Examinamos, destarte, a abordagem dos usos de linguagem desviantes da *ratio* – as figuras e o solecismo – que recebem tratamento diverso, as constantes comparações teóricas e empíricas entre as línguas grega e latina – ausentes na obra de Apolônio – e o rico e quase inexplorado elenco de exemplos de linguagem oferecidos por Prisciano na maior parte de seu livro XVIII. Embora não nos seja possível apresentar exaustivamente

cada um dos subtópicos apontados a partir dos exemplos constantes da obra de Prisciano, apresentamos, de forma ilustrativa, ocorrências significativas que nos permitem, com efeito, relativizar a vinculação referencial entre Prisciano e Apolônio, demonstrando, a partir dos textos, o que examinamos teoricamente no capítulo 3: conquanto pese a relação modelar entre Prisciano e Apolônio – o que, de fato, nos levou a qualificar a obra de Prisciano como um projeto “greco-romano” de abordagem dos fenômenos da *constructio* –, tais aspectos apontados nos revelam uma preocupação emulativa de Prisciano, que se realiza tanto pela diferente estratégia de organização do texto – aos quatro livros de Apolônio correspondem dois de Prisciano –, quanto, o que nos parece mais relevante, pelo espaço concedido à análise das ocorrências empíricas da língua – o *usus*, bem como ao conceito de variação (*uariatio*), que deriva da legitimação do *usus* para o oferecimento de explicações gramaticais.

A edição dos textos consultada e seguida em nosso trabalho é a de Heinrich Keil⁴ para o estudo da obra de Prisciano, e a de Jean Lallot⁵, para a obra de Apolônio Díscolo. Conquanto a edição de Keil faça a distinção entre o “u” vocálico (*u*) e o consonantal (*v*), resolvemos abolir essa distinção, seguindo, a esse respeito, o mesmo procedimento apresentado na recente tradução francesa de Baratin (2010). Adotamos sempre “u”, para minúsculas, e “V”, para maiúsculas, não somente em prol de uma convenção mais usual contemporaneamente – já que essa diferenciação não tem, de fato,

⁴PRISCIANO. *Institutionum grammaticarum libri XVII & XVIII*. In: KEIL, Heinrich [ed.]. *Grammatici Latini*. Leipzig: Teubner, 1855-1880 [repub. Hildesheim: Olms, 1981].

⁵APOLÔNIO DÍSCOLO. *De la construction*. Edição e tradução de J. Lallot. Paris: Vrin, 1997, 2 v.

qualquer relevância teórica em nossa análise –, mas também, e sobretudo, para obtermos homogeneidade com os demais textos latinos citados, extraídos, na grande maioria, de edições que não fazem tal distinção. Diferenças ortográficas entre os textos (*littera/litera* etc.) foram respeitadas nas citações originais, embora tenhamos adotado uma mesma solução quando tais palavras são citadas como parte de nosso texto, a menos que a distinção tivesse relevância conceitual. Casos como esses são indicados em notas.

Quanto à terminologia gramatical, no que se refere à tradução dos termos latinos e gregos, adotamos, frequentemente, as soluções sugeridas no *Lexicon of Latin grammatical terminology*⁶, em, em alguns casos, no *Index des termes Latins et Grecs*⁷, salvas indicações em notas para aqueles termos que preferimos não traduzir por representar conceitos-chave de nossa análise, cujos sentidos explicamos ao longo da tese, tais como *λόγος*, *ratio*, *Latinitas*, *consequentia*, *usus*. Vale ainda ressaltar que o adjetivo “linguístico”, quando empregado, se refere ao que diz respeito às línguas, tomado de forma geral e não disciplinar. Para nos referirmos às abordagens sobre as línguas, preferimos sempre os termos “metalinguístico” ou “gramatical”, também tomados em suas acepções gerais. A terminologia gramatical eventualmente empregada que ainda é corrente nos estudos linguísticos contemporâneos (tais como “sintaxe”, “oração”, “concordância” etc.), quando utilizada fora de seu sentido usual, para remeter a

⁶ SCHAD, Samantha. *A lexicon of Latin grammatical terminology*. *Studia Erudita*. Roma: Fabrizio Serra, 2007.

⁷ BARATIN, Marc et al. *Index des termes Latins et Grecs*. In: Priscien. *Grammaire*. Livre XVII – Syntaxe I. Paris: Vrin. 2010.

fenômenos próprios do pensamento gramatical antigo, foram empregadas, salvo indicações em notas, sempre entre aspas.

De resto, cumpre ainda observar que a metodologia de pesquisa adotada segue, de forma geral, o que se emprega comumente nos Estudos Clássicos: a leitura e tradução dos textos primários, seleção das categorias de análise, leitura de bibliografia secundária em que se possam amparar os resultados. A maioria das citações em grego e latim, bem como em outras línguas modernas, foram traduzidas por nós. Os textos nas línguas originais seguem nas notas de rodapé, para que o leitor competente os possa cotejar com a tradução. Quando não de nossa autoria, indicamos os tradutores também em notas e na Bibliografia. Os autores antigos são citados conforme a convenção nos Estudos Clássicos e os títulos de suas obras recebem abreviaturas usuais, que esclarecemos no Índice de Abreviaturas. Oferecemos, ainda, um índice de abreviaturas gramaticais. As demais edições consultadas dos textos antigos citados podem ser consultadas na Bibliografia.

III

Finalmente, apresentamos algumas palavras que parecem justificar o projeto de tese que desenvolvemos. Partimos da convicção de que as considerações metalinguísticas da Antiguidade não respondem somente a um inaudito e crescente interesse da Linguística e dos linguistas de nosso tempo – os quais, nas últimas décadas,

têm voltado sua atenção para os estudos que precederam sua “ciência” e cujas teorias, há muito, já foram vistas como reformulações e desenvolvimentos de saberes de outras disciplinas antigas (Lyons, 1979, p. 3). Mais que isso, a investigação desse gênero dos textos antigos – a gramática – permite-nos trazer à luz formulações originais acerca do latim e do grego antigos enquanto “línguas vivas do passado”⁸.

Através da apresentação da teoria e da análise que os antigos gregos e latinos produziram sobre as suas línguas e linguagem⁹, procuramos contemplar um saber, de certo modo, ainda não tão difundido nos Estudos Clássicos no Brasil, haja vista, por exemplo, a escassez de trabalhos já concluídos em nível de Mestrado e Doutorado que tematizem a obra dos gramáticos antigos gregos e latinos. Esse estudo – se não faz “reviver” o grego e o latim através dos registros daqueles que os tinham como línguas maternas – ao menos nos revela aspectos que garantem a tais línguas a legitimação de seu estatuto de línguas naturais: a elas, de fato, se agregam uma cultura, uma sociedade, uma literatura, falantes com propósitos comunicativos, uma metalinguagem, um pensamento gramatical etc.

Assim, nosso estudo pretende também produzir uma reavaliação da maneira pela qual as línguas e os textos antigos têm sido abordados pela tradição, em especial

⁸ Lima (1995, p. 19): “Fique, pois, claro e assentado: a idéia com que aqui se trabalha é a de que o latim é uma língua *viva* do passado e, portanto, só em relação a esse passado cabem as providências que diferenciam o seu ensino do de qualquer língua estrangeira do presente”.

⁹ De forma ampla, utilizamos o termo “linguagem” para nos referir mais genericamente à capacidade humana de se comunicar por meio da fala e escrita, o que inclui, evidentemente, também a expressão da própria “língua”, que tomamos como o sistema linguístico particular, o idioma. Assim, ao nos referirmos à linguagem, poderemos também incluir outros aspectos não necessariamente da ordem do sistema linguístico, tais como os efeitos retóricos e poéticos que estavam na base da construção de textos na Antiguidade.

pelas informações sobre elas disponíveis em obras de linguistas e historiadores da Linguística, que, vez por outra, as encaram como o rudimento remanescente de uma época em que tais estudos eram justificados somente pelo apreço a certo “humanismo”, que, no sentido restrito, os qualificava como um saber meramente ilustrativo e ornamental¹⁰. Em outras palavras, questionamos aquela vertente que contribuiu para transformar o latim em um conhecimento deslocado do passado, frequentemente expresso por uma coleção de frases soltas – ainda que lapidares ou proverbiais – ou por uma lista interminável de declinações – ainda que elas sejam a expressão genuína do “sistema gramatical” latino –, elementos que, em suma, colaboraram para a consolidar a opinião de que o grego e o latim representassem línguas por demais difíceis, ininteligíveis até e, afinal, *mortas* – como afirma Lima (1995, p. 25): sinônimo de “matadas”.

Destacamos ainda que esta tese, conquanto desenvolvida no Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP, como parte e resultado do curso de Doutorado em Linguística, não tem a pretensão de apresentar o olhar de um linguista *stricto sensu* para os textos antigos. Responde, sobretudo, a questões movidas pelos interesses epistemológicos próprios dos Estudos Clássicos, em sua constituição teórica e prática (inter)disciplinar¹¹. O que não impede, evidentemente, que se possa, com este trabalho,

¹⁰ Refiro-me ao “primeiro humanismo” apontado por Levy Strauss (1976, p 278). A partir da Idade Média e da Renascença, quando os intelectuais redescobriram a antiguidade greco-romana, o latim e o grego tornaram-se a base da formação intelectual, embora limitada pela idealização de tais sociedades que resultou em um saber “criado para privilegiados, a partir de sociedades privilegiadas”.

¹¹ Referimo-nos aqui à discussão de Hartog (2011) sobre os limites disciplinares dos Estudos Clássicos e sua tradição ao longo do tempo. Não obstante a variação de métodos (e até de objetos), a interdisciplinaridade e o núcleo temático da Antiguidade (e suas repercussões) como identidade cultural, estranhamento ou

oferecer também contribuições para repensar a Linguística em seus objetos, bem como a história das ciências da linguagem contemporâneas.

Nesse aspecto, é possível que, com nossa tese, venhamos a dar nossa contribuição, do ponto de vista de um classicista, à história da Linguística ou, para dizer melhor, à história das reflexões metalinguísticas, visto que, evidentemente, trataremos de domínios do pensamento sobre as línguas de muitos séculos anteriores à própria Linguística. Por maiores semelhanças ou identidades que, surpreendentemente, observarmos entre os textos gramaticais produzidos na Antiguidade tardia greco-romana e as reflexões atuais no campo dos estudos da linguagem, é preciso sublinhar, por mais óbvio que o seja, que a antiga *gramática greco-romana* precedeu a *Linguística*, e não ajuizou (nem poderia fazê-lo) sobre temas tão longínquos quanto aqueles que definiriam, no século XX, a “ciência das línguas”.

Finalmente, guardamos a esperança de que, com esta tese, possamos repensar a afirmação de que o século XX assistiu ao “desaparecimento do latim” porque ele não tinha mais nada a dizer ao mundo contemporâneo – e que, portanto, esse saber dever-se-ia restringir a um círculo erudito de especialistas (Waquet, 1998, p. 322). Mais de uma década depois, com a leitura do que os antigos gregos e romanos disseram sobre suas línguas, esperamos poder afirmar a sua antítese: no século XXI, na medida em que os textos antigos possam, de modo apropriado, ser lidos, eles ainda têm-nos muito a dizer.

multiculturalismo contribuem, contemporaneamente, para pensar os Estudos Clássicos enquanto disciplina (ainda que congreguem diferentes disciplinas!). Em contrapartida, contribuem também para a revisão de tais estudos a partir da “grandiosidade do legado greco-romano”, que fomentou uma abordagem humanista (no mais das vezes, algo reacionária), que reduziu a herança clássica a mero “antiquário”.

PARTE 1

FUNDAMENTOS

I

AS PALAVRAS E AS LÍNGUAS NA ANTIGUIDADE

Mas, para que não pareça ser espantoso a algum de vós (...) usar eu desse gênero de discursar, que se afasta não somente do costume jurídico, mas também da linguagem forense; peço-vos que, para esta causa, concedais esta permissão, adequada a esse réu e (desse modo, espero) não inoportuna a vós, para que eu discorra a favor do ilustríssimo poeta e homem eruditíssimo (...), me permitais falar um pouco mais livremente acerca dos estudos das letras e das humanidades, e usar de um certo gênero novo e inusitado de discursar e, dessa maneira, tratar de um ser humano, que, por conta da dedicação às artes e dos versos, é muito pouco versado nos processos e ações judiciais.¹²

(Cícero, *Arch.*, 3)

1.1 O interesse *antigo* pela linguagem e o interesse *linguístico* pelo antigo

¹² Cf. *Sed ne cui uestrum mirum esse uideatur me in quaestione legitima et in iudicio publico, cum res agatur apud praetorem populi Romani, lectissimum uirum, et apud seuerissimos iudices, tanto conuentu hominum ac frequentia--hoc uti genere dicendi, quod non modo a consuetudine iudiciorum, uerum etiam a forensi sermone abhorreat; quaeso a uobis, ut in hac causa mihi detis hanc ueniam, adcommodatam huic reo, uobis (quem ad modum spero) non molestam, ut me pro summo poeta atque eruditissimo homine dicentem, hoc concursu hominum literatissimorum, hac uestra humanitate, hoc denique praetore exercente iudicium, patiamini de studiis humanitatis ac litterarum paulo loqui liberius, et in eius modi persona, quae propter otium ac studium minime in iudiciis periculisque tractata est, uti prope nouo quodam et inusitato genere dicendi.*

O próêmio do famoso discurso de Cícero em defesa do poeta Árquias deixa transparecer, em primeiro lugar, o cuidado que os antigos romanos conferiam ao emprego das palavras no discurso, e o apreço especial concedido à palavra elaborada poeticamente, a qual, em última análise, se defende na figura do poeta grego. Em segundo lugar, a epígrafe revela, igualmente, a consciência que os antigos tinham dos diferentes gêneros a partir dos quais se poderia proferir um discurso. De fato, Cícero, no exórdio do *Pro Archia*, dirige-se aos seus interlocutores pedindo-lhes permissão para empregar um *genus dicendi* diferente do usual naquele contexto, que, ao falar das artes e das letras, atributos do réu defendido, se caracterizasse por uma maior liberdade no emprego das palavras¹³.

Certamente, o falar “pouco mais livremente” (*paulo loqui liberius*) reivindicado pelo orador não significou abdicar das convenções e procedimentos próprios do gênero retórico, tampouco significou minimizar o cuidado conferido à *elocutio* em prol de um texto “menos elaborado”. Verificamos exatamente o contrário até o final da peça oratória, que é reconhecidamente uma das que mais explicitam o estilo ciceroniano e que o consagram como o maior autor em prosa latina (Cardoso, 2003, p. 152; Berry, 2005, p. 260), sendo considerado modelar ainda na Antiguidade por Quintiliano, que, já no século

¹³ Sabemos com o próprio Cícero, no *Orator* (20-21), como a associação de diferentes recursos de expressão na *elocutio* é capaz de produzir estilos diferentes de discurso: o estilo elevado ou grandiloquente (*genus uehemens* ou *grandiloquens*), médio ou temperado (*genus medium* ou *temperatum*) e humilde ou simples (*genus humile* ou *tenue*). Em seguida, o mestre de retórica associa tais gêneros aos diferentes deveres do orador: *Sed quot officia oratoris, tot sunt genera dicendi, subtile in probando, modicum in delectando, uehemens in flectendo, in quo uis omnis oratoris est.* (“Mas quantos sejam os deveres do orador, tantos sejam os gêneros do dizer: simples ao ensinar, moderado ao agradar e veemente ao convencer, no qual está toda a força do orador”.)

I, afirmou que Cícero deveria ser tomado “não como o nome de uma pessoa, mas da própria eloquência”¹⁴.

Para o orador, porém, o que significou a licença pedida no início de seu discurso para “usar de um gênero novo e inusitado de discursar”? Estaria Cícero requerendo vênua para a utilização de um estilo mais moderado, que, tal como Isócrates, o distinguisse entre seus pares¹⁵? Ou essa “novidade” faria referência ao fato de esse discurso prestar-se antes ao elogio que à defesa propriamente dita?¹⁶

¹⁴ Cf. Quintiliano (*Inst. or.* X, I, 112): *Cicero iam non hominis nomen sed eloquentiae habeatur*. Para ficar ainda mais claro o valor conferido à eloquência ciceroniana por Quintiliano, citamos também a passagem anterior, em que o orador é comparado ao que há de melhor nos maiores autores gregos (*Inst. or.* X, I, 108): *Nam mihi uidetur M. Tullius, cum se totum ad imitationem Graecorum contulisset, effinxisse uim Demosthenis, copiam Platonis, iucunditatem Isocratis*. (“Parece-me, com efeito, que Marco Túlio, como se aplicou inteiramente à imitação dos gregos, logrou externar a força de Demóstenes, a riqueza de Platão e o encantamento de Isócrates”.)

¹⁵ De acordo com Kennedy (1999, p. 42) e Jesus (2008, p. 37), Isócrates, diferentemente de Górgias, produziu uma prosa mais sutil, empregando diferentes recursos de estilo com maior moderação, sendo, por este motivo, considerado por Cícero modelar entre outros autores gregos antigos como Górgias e Trasímaco. No *Orator* (176), essa relação parece ficar clara: *Horum uterque Isocratem aetate praecurrit, ut eos ille moderatione, non inuentione uicerit. Est enim, ut in transferendis faciendisque uerbis tranquillior sic in ipsis numeris sedatior. Gorgias autem audior est generis eius et his festiuitatibus – sic enim censet – insolentius abutitur; quas Isocrates, cum tamen audiuisset adulescens in Thessalia senem iam Gorgiam, moderatius temperauit*. (Tradução de Jesus (2008, p. 37): “Um e outro desses autores foram anteriores a Isócrates, de modo que este os superou pelo uso moderado e não pela descoberta da prosa rítmica. Ele é, sem dúvida, mais tranquilo no uso metafórico e na criação de palavras, assim como mais moderado nos metros. Górgias, por outro lado, é o mais ávido desse gênero e – como ele mesmo declara – abusa desses artifícios de estilo, os quais Isócrates, todavia, regulou com mais parcimônia quando era ainda adolescente na Tessália e ouvira Górgias já velho”.)

¹⁶ Como nos lembra o Prof. Paulo Vasconcellos, em nota ao Exame de Qualificação desta tese, o caráter de “novidade” do discurso de Cícero comparece em outros textos, como no *Brutus* (321), em que o autor diz ter cativado a multidão pela “novidade” (*nouitas*) de seu estilo: *nam cum propter adsiduitatem in causis et industriam tum propter exquisitius et minime uolgare orationis genus animos hominum ad me dicendi nouitate conuerteram* (Tradução de Paulo Vasconcellos: “pois, não apenas por causa da minha assiduidade nos processos e meu esforço, como também pelo tipo de discurso mais refinado e minimamente vulgar, atraía a mim os espíritos dos homens pela novidade de meu discursar”.)

Não temos a pretensão de oferecer uma resposta a esses questionamentos por não ser a meta deste capítulo aprofundar-se em questões retóricas do *Pro Archia*. Queremos, antes, tomá-lo de forma ilustrativa para frisar que a reflexão de Cícero em torno da construção de seu discurso – na qual participam, sem dúvida, os aspectos retóricos acima lembrados – caracterizava, de antemão, uma preocupação de caráter metalinguístico¹⁷, exemplar em diferentes textos e disciplinas antigas.

Ao falar de seu discurso, não somente o orador romano abordava, indiretamente, as palavras e as letras enquanto temas de sua fala, como também punha em relevo a forma como o próprio discurso se elaborava. Assim, o texto de Cícero talvez seja apenas um entre os notáveis e inúmeros exemplos em que a linguagem comparece, de algum modo, representada nos textos clássicos. Ilustra, em suma, o fato de que os antigos gregos e romanos mantiveram um contínuo e constante interesse pela linguagem enquanto objeto de consideração teórica e empírica¹⁸ (Desbordes, 2007, p. 41).

Reconhecer a forma, multifacetada e plural, como o interesse metalinguístico antigo se manifestou nos diferentes textos e disciplinas é o objetivo do capítulo primeiro desta tese. De que maneira o discurso, no caso, oratório, exemplificado no exórdio do *Pro*

¹⁷ Tomamos aqui como “metalinguístico” a “função de linguagem pela qual o falante toma o código que utiliza como objeto de consideração” (Dubois, 1998, p. 412), que nos leva à interpretação, a nosso ver aceitável, de que ao abordar características do discurso oratório, a fala do orador é, por assim dizer, metalinguística, servindo-se desse “código oratório” para falar da própria “oratória”, pensando a retórica e a oratória como linguagem. Indiretamente, como o texto oratório, e como, ademais, qualquer texto, se organiza com o encadeamento de estruturas gramaticais, não nos parece sem razão considerar que a abordagem dos elementos retóricos incluísse também alguma consideração acerca das línguas (como pretendemos demonstrar mais à frente). Adiante, veremos que essa metalinguagem “indireta” é a mesma que também está presente na poesia épica.

¹⁸ Cf. “L’Antiquité classique a eu un intérêt constant et profond pour le langage”.

Archia, é partícipe da construção de um legado greco-romano sobre a linguagem? Que disciplinas antigas tiveram a linguagem como seu objeto ou instrumento e sobre ela se manifestaram? Que textos se elencam como sendo “fundadores” de uma tradição metalinguística e quais temas de linguagem já existiam além do discurso gramatical antigo?

Sem a pretensão de esgotar todos os seus desdobramentos, ou mesmo de apresentar um levantamento exaustivo das ocorrências do objeto-linguagem¹⁹ nos textos antigos, até o final deste capítulo temos como meta demonstrar que aquilo que hoje denominamos “linguagem” não pode ser compreendido na Antiguidade a não ser como um conceito em formação, um conceito, de fato, plural, que engloba vários pontos de vista, tantos quantas são as disciplinas que dele se ocupavam.

Para isso, desenvolvemos o presente capítulo tendo em vista três recortes, que apresentam algumas temáticas da discussão metalinguística antiga. Em um primeiro momento, esboçamos um quadro geral de como o tema da linguagem comparece em outras disciplinas antigas “não-gramaticais” que também abordaram temas vinculados à linguagem: a poética e a música; a dialética e a retórica, a partir da perspectiva do estudo dos sons dos cantos e das palavras. No segundo item, abordamos, mais particularmente, alguns temas presentes nos discursos retórico e poético romanos: a noção de variação, as tópicos do uso e da norma, que eram a expressão da ideia de *Latinitas*, importante na constituição da gramática greco-romana. Finalmente, no terceiro e último item,

¹⁹ “Linguagem” que pode ser não somente “gramatical”, mas também “retórica”, “poética” etc.

abordamos o tema da ordem das palavras na sentença, tópico ligado à noção de construção (*constructio*) ou sintaxe (*syntaxis*): nesse momento, o apresentamos no contexto do discurso retórico e filosófico romanos.

A seleção de tópicos metalinguísticos que compareceram em diferentes domínios do saber antigo sobre a linguagem não possui, neste capítulo, a pretensão de exaurir o assunto; ao contrário, tem como objetivo elencar algumas dentre as múltiplas questões que intrigaram os antigos quando refletiram sobre a linguagem em diferentes domínios epistemológicos. Em particular, os temas abordados nessas disciplinas representam também conceitos-chave que tiveram relevo na constituição do saber gramatical greco-romano, que avaliaremos mais especificamente ao longo do capítulo 2.

Porém, talvez se possa perguntar a razão de se buscar na poética, na retórica, na dialética (entre outras disciplinas), o ponto de partida para uma reflexão essencialmente gramatical, tal como apresentaremos, nos próximos capítulos, nas obras de Prisciano de Cesareia e Apolônio Díscolo. Essa questão levanta um problema de ordem metodológica que cumpre tratar antes de prosseguirmos.

Pereira (2003, p. 38) reconhece, pelo menos, quatro pontos de vista pelos quais os contemporâneos acessaram o passado em busca dos precursores das disciplinas linguísticas modernas, a saber: 1) para legitimar uma prática crítica ou analítica (os textos “clássicos” se revestem, então, de certa *auctoritas*); 2) para detectar os “equivocos” das análises linguísticas anteriores ao advento do “estudo científico” da linguagem; 3) para demonstrar que os antigos teriam “inspirado” as teorias modernas e 4) para mostrar que

os antigos (especialmente os gregos) já tratavam de temas contemporâneos, ainda que parcialmente, o que, de fato, “salvaria” seus textos e sua “ciência”.

Tais pontos de vista, ainda que bastante comuns e divulgados em tratados consagrados da Linguística e em manuais que se ocupam da história da Linguística escrita por linguistas, precisa de uma reformulação à luz das especificidades dos textos antigos, conforme buscamos demonstrar no primeiro capítulo de nossa Dissertação de Mestrado, defendida no Instituto de Estudos da Linguagem, da UNICAMP, em 2008²⁰. De fato, tais pontos de vista acabam por corroborar, nas reflexões metalinguísticas – assim como, ademais, em outras áreas do saber, quando em contraste com o mundo antigo –, a metáfora segundo a qual a Antiguidade é compreendida como mero “espetáculo” (Cacho, 2001, p. 74), do qual nos aproximamos com olhos “nostálgicos” de um “esplendor” raro, mas que, de fato, resta pouco a acrescentar aos interesses humanos nos dias de hoje, representando, em suma, um repertório de teorias imprecisas (Bloomfield, 1933, p. 4-5) ou mesmo invariáveis e incoerentes (Casevitz & Charpin, 1997, p. 37). O “espetáculo” do mundo antigo se afigura, por esse viés, como um conhecimento deslocado no passado,

²⁰ O olhar contemporâneo dos estudiosos da linguagem para os textos gramaticais da Antiguidade se revestiu, muitas vezes, de preconceitos no que diz respeito ao estatuto daqueles saberes. Em geral, os textos fundadores da “ciência linguística moderna” avaliavam os textos antigos, sobretudo os romanos, como textos incoerentes, sem fundamentos teóricos e, no caso dos tratados latinos, como meros transmissores dos tratados gregos. Atualmente, as investigações em torno dos estudos metalinguísticos antigos, porém, tendem a relativizar essas afirmações, com a apresentação desses textos, de fato, ainda muitas vezes desconhecidos, e a postulação de uma abordagem epistemológica que busque certa “neutralidade histórica” diante dos textos dessa tradição (cf. Auroux, 1989, 1992; Pereira, 2001; Fortes, 2008b).

com poucas possibilidades de contribuições à maneira como construímos nossa ciência no presente; uma mera erudição, por mais que bela, vazia de significados.

Assim, para responder à questão levantada – por que buscar nas outras disciplinas antigas que não a própria gramática o ponto de partida para uma reflexão gramatical? –, seria preciso dizer, antes, que nenhum dos quatro pontos de vista elencados acima são, de fato, contemplados neste capítulo (e mesmo em toda a tese). Todos eles têm em comum olhar para o antigo com os (pre)conceitos exclusivos de um *modus cogitandi* das ciências contemporâneas, ao sabor dos interesses (e caprichos) atuais; produzem, em suma, um “espelhamento às avessas” (Pereira, 2003, p. 38), um simulacro do passado. Buscam a Antiguidade sem dela se distanciar, equiparam e comparam categorias antigas e modernas, como se fossem partes de um mesmo discurso, homogêneo e ininterrupto, e não fragmentos de discursos separados no tempo e, portanto, faces de diferentes realidades.

Assim, em lugar disso, partimos da premissa de que, para compreender a metalinguagem antiga, é necessário abdicar de concepções preestabelecidas a partir dos olhares contemporâneos sobre a linguagem, entre os quais aquele que considera as línguas e a linguagem como objetos de estudo da Linguística (ou de outras ciências modernas, como a gramática ou a filologia), um objeto delimitado e essencialmente imanente: “as línguas nelas e por elas mesmas”²¹: um objeto que, desde Saussure, buscou a sua autonomia.

²¹ Cf. Saussure, 1973, p. 28.

Em contrapartida, com outros estudiosos, assumimos uma dupla renúncia: a de que os saberes antigos sejam medidos através das concepções modernas (Desbordes, 2007, p. 44), e, ainda, a de que, a partir do nosso presente, possamos legislar sobre aquele passado, como se fosse inteiramente nosso. Por mais que, na história, seja impossível voltar a ser grego ou romano e a pensar como os antigos pensavam, a nossa perspectiva alinha certa “precaução” diante dos textos daquele tempo, conforme nos ensina o historiador francês citado abaixo:

Esta dependência da história do passado em relação ao presente deve levar o historiador a tomar certas precauções. Ela é inevitável e legítima, na medida em que o passado não deixa de viver e de se tornar presente. Esta longa duração do passado não deve, no entanto, impedir o historiador de se distanciar do passado, uma distância reverente, necessária, para que o respeite e evite o anacronismo.

(Le Goff, 2003, p. 26)

É nessa perspectiva, portanto, que buscaremos fragmentos da metalinguagem antiga nos textos mais antigos dessa tradição, aqueles que são conhecidos hoje, e nas disciplinas de que fizeram parte, por compreendermos que, na Antiguidade, a linguagem não era tomada privilegiadamente por alguma disciplina particular (como a *gramática*), mas era considerada a partir de diferentes pontos de vista em disciplinas diversas.

Os textos que contemplamos nas próximas seções representam, sem dúvida, obras referenciais na história da reflexão sobre a linguagem (em suas variadas vertentes: poética, retórica, dialética...), que tiveram importância capital do ponto de vista da linguagem enquanto tema antigo. São obras, em suma, frequentemente citadas pelos

autores contemporâneos que se ocupam dessa matéria, como, entre outros, Auroux (1989), Pereira (2002), Neves (2005) e Desbordes (2007), Baratin (2010), porém não se deve esquecer que, por mais canônicas que essas obras antigas sejam para a constituição das letras clássicas, elas estão inseridas em um conjunto muito mais amplo, com o qual dialogam e tecem relações históricas, do qual não se podem dissociar inteiramente.

1.2 Dos sons do canto às partes do discurso: música, poética e dialética

Elas um dia a Hesíodo ensinaram belo canto
quando pastoreava ovelhas ao pé do Hélicon divino.
Esta palavra primeiro disseram-me as Deusas
Musas olímpias, virgens de Zeus porta-égide:
“Pastores agrestes, vis infâmias e ventres só,
sabemos muitas mentiras dizer símeis aos fatos
e sabemos, se queremos, dar a ouvir revelações”.
Assim falaram as virgens do grande Zeus verídicas,
por cetro deram-me um ramo, a um loureiro viçoso
colhendo-o admirável, e inspiraram-me um canto
divino para que eu glorie o futuro e o passado,
impeliram-me a hinear o ser dos venturosos sempre vivos
e a elas primeiro e por último sempre cantar.²²

(Hesíodo, *Theog.*, 22-34)

Considerando também o caráter formulaico das invocações épicas, que introduzem os poemas de Homero, Hesíodo, Virgílio e de outros poetas da Antiguidade

²² Tradução de Jaa Torrano (1981, p.89)

Greco-Romana, os versos de Hesíodo acima citados não deixa, também, de colocar em evidência, de certa maneira, o tema das palavras. Ao atribuir às Musas o poder de ensinar (διδάσκειν) o dom de proferir um belo canto (καλὴν ἀοιδίην) e de produzir mentiras (ψεύδεια πολλὰ λέγειν), ainda que semelhantes à realidade; mas também de proclamar verdades (ἀληθέα), coloca-se em relevo o próprio processo de construção poética usada na obra, caracterizando, de certo modo, uma reflexão que consideramos ter um caráter metalinguístico.

De fato, a interlocução entre o aedo – Hesíodo – e as Musas estabelecem uma relação entre a realidade mítica a ser narrada e o discurso produzido que é intermediado pela fala. Revelam, sobretudo, uma distinção a entre a linguagem (o canto) e o mundo (o mito). É o próprio cantor quem se coloca diante do interlocutor, e revela, por assim dizer, uma consciência do seu canto. Como afirma Brandão (2005, p. 31 *et seq.*), esse quadro reproduz um esquema paradigmático para pensar a poética grega clássica, em que se delineia, logo de partida, uma estrutura dialógica entre a figura do narrador (ἀοιδός/“cantor”) e a Musa (Μοῦσα), na qual, “através desses enunciados metalinguísticos, o que o poeta faz é refletir sobre o seu fazer (seu *poieîn*, sua poética).”

Assim, em primeiro lugar, a vinculação entre a palavra *poética* e os significados originais do verbo grego de onde ela deriva já revela a relação que se constituía, na poesia homérica, entre *linguagem* e *ação*, ou, em outras palavras, entre o *dizer* e o *fazer*. Embora naqueles textos não exista propriamente uma reflexão teórica sobre a linguagem (Neves, 2005, p. 20), não se pode deixar de registrar que, neles, a linguagem se destacava do

mundo, representava uma entidade própria, cuja natureza revelava, a princípio, formas de agir²³.

Em segundo lugar, *poética* como expressão do verbo ποιεῖν (“fazer, “realizar”, “executar”) consagra a concepção clássica de que a poesia é um artefato, é produto de um procedimento, de um fazer artístico. É essa segunda concepção que dá margem ao desenvolvimento da poética como ramo de investigações em torno do texto ainda na Antiguidade²⁴.

Sendo resultado de um procedimento, de um fazer, a linguagem poética tornou-se, portanto, um objeto sujeito a um procedimento consciente e a regulamentações, suscetível de ser tematizado, seja pela discussão filosófica (como, por exemplo, a que Platão revela nos livros II, III e X da *República* acerca do estatuto do fazer poético na cidade ideal), seja pelo discurso da própria *poética*, enquanto disciplina que se consagra na própria Antiguidade (a partir dos textos, por exemplo, da *Poética* de Aristóteles e da *Epistula ad Pisones* ou *Ars poetica*, de Horácio, entre outros).

Sem apresentarmos maiores detalhes acerca das especificidades da poética antiga, digamos somente que essa reflexão em torno dos textos antigos se revelava, na

²³ Poderíamos citar, como exemplos entre a vinculação entre “palavra” e “ação” dois episódios das epopeias homéricas: o primeiro é “canto das sereias” (*Od.*, XII, 36-200): a fala desses seres mitológicos engendra um poder efetivo de produzir ações. O segundo é a passagem da *Ilíada* (VIII, 28 *et seq.*) que destaca o “poder da fala” de Zeus: as palavras representam ações efetivas quando provenientes de Zeus, instauram, por assim dizer, uma realidade: falar é agir.

²⁴ Como nos lembra a Profa. Maria Carlota Rosa, em nota à defesa desta tese, é importante destacar que o mundo homérico que já conhecia a escrita não a empregava como a utilizamos hoje. Apesar de já contar com o alfabeto, aquela cultura seria melhor caracterizada como “oral-auditiva” (Havelock, 1986) e, mesmo Atenas, no século V, não se poderia tampouco considerar uma sociedade totalmente letrada, nem totalmente oral (Thomas, 2005, p. 6). Essa questão merecerá, futuramente, um maior desdobramento.

Antiguidade, uma instância na qual a linguagem se colocava como tema de reflexão analítica. Melhor dizendo, o que mais especificamente se colocava como tema de análises era o uso estilístico dessa linguagem, produto de um mecanismo criativo, a *mímesis* (μίμησις), procedimento criativo que está no cerne da poética, sobre a qual Aristóteles disserta, ao afirmar que nada há de comum entre um fisiólogo que escrevesse em versos e um poeta, dado que somente a linguagem deste último seria produto de uma elaboração poética²⁵.

Além da poética, também a música se afigurava como uma disciplina relacionada às palavras. Como verificamos na citação da *Teogonia* em epígrafe, não somente o cantor se coloca diante de seus enunciados, como também põe em relevo a figura da Musa como o seu interlocutor. Também na *Ilíada*, na *Odisseia* e mesmo na *Eneida* essas deusas são invocadas ante o fazer poético²⁶. E o que elas representam?

A palavra inspirada pela Musa é a palavra própria do cantor, ou, se preferirmos, do poeta, do aedo: a invocação dessas deusas derivava da crença antiga de que tais entidades, filhas de Zeus (Ζεύς) e da Memória (Μνημοσύνη), confeririam aos poetas o dom de proferir palavras belas, capazes de suavizar as agruras da vida²⁷. Era,

²⁵ Cf. “Costuma-se dar esse nome mesmo a quem publica matéria médica ou científica em versos, mas, além da métrica, nada há de comum entre Homero e Empédocles; por isso, o certo seria chamar poeta ao primeiro e, ao segundo, antes naturalista do que poeta”. (Aristóteles. *Poet.*, I 1447b, Tradução de Jaime Bruna, p. 20).

²⁶ Cf. Homero, *Il.*, I, 1: Μῆμιν ᾄειδε, θεά... (“A cólera canta, deusa...”); *Od.*, I, 1: Ἄνδρα μοι ἔννεπε, μοῦσα, πολύτροπον... (“Canta-me, ó Musa, o homem multifacetado...”) Em Virgílio, na *Aen.* I, 12: *Musa, mihi causas memora...* (Ó Musa, relembra-me as causas...).

²⁷ Cf. Hesíodo, *Theog.*, 95-103, tradução de Ana Lúcia Cerqueira & Maria Therezinha A. Lyra, 2009, p. 30: “É feliz aquele que as Musas amam, pois dos lábios dele fluem cantos suaves. Se um homem traz o luto em seu

pois, da palavra poética (ou melhor, da palavra “cantada”) que derivava, na Antiguidade, essa segunda disciplina: a música (Μουσική), a arte das Musas.

Traçar as fronteiras entre música e poética é, pois, tarefa tão difícil quanto desnecessária, e requereria, de fato, uma precisão histórica e epistemológica que, decididamente, não é o caso. Basta, porém, afirmar que ambas se detinham sobre os enunciados estilisticamente elaborados, enunciados que, enfim, poderíamos qualificar de “poéticos”. Ademais, a constituição das duas disciplinas data de um período em que não havia esta distinção hoje vigente entre enunciados cantados e não-cantados. *A priori*, todos os versos metrificados se prestavam ao canto (disso, advinha, por exemplo, a palavra “lírica”, oriunda de conhecido instrumento musical antigo, para se referir a um gênero específico de textos poéticos da Antiguidade). Aristóteles, por exemplo, chega a afirmar que não existia um nome para categorizar aquelas produções que não acompanhavam melodia, e não eram recitadas com acompanhamento de instrumentos musicais²⁸. Porém, não eram esses últimos os tipos de versos que interessavam à música, mas aqueles outros, cuja característica formal era o de serem conformados ao ritmo próprio dos enunciados metrificados. Era, portanto, acerca desse som ritmado que se ocuparam, inicialmente, na Antiguidade, as reflexões dessa disciplina, a música.

coração inexperiente à dor e sua alma definha no desgosto, logo que um cantor, servo das Musas, celebre os altos feitos dos homens de outrora ou os deuses felizes, habitantes do Olimpo, rapidamente ele esquece de seus descontentamentos e de seus desgostos não se lembra mais. O presente das deusas desvia-o disso”.

²⁸ Cf. Aristóteles, *Poet.*, I, 1447a-b: “A arte que se utiliza apenas de palavras, sem ritmo ou metrificadas, estas seja com variedade de metros combinados, seja usando uma espécie somente de metro, até hoje não recebeu um nome.” (Tradução de Jaime Bruna, p. 19).

Conforme afirma Desbordes (2007, p. 48), do estudo das categorias menores do som e de suas relações no enunciado sonoro, constituiu-se um ramo da música de especial relevância para a poética: a métrica. O termo “métrica”, formado pelo mesmo radical do substantivo grego μέτρον, “medida”, era o nome que se consagrou, inicialmente, para a reflexão analítica a respeito dos sons dos enunciados ritmados, em especial das durações dos elementos sonoros menores. De fato, a métrica antiga seccionou o *continuum* sonoro dos versos ritmados em partes menores, produzindo os conceitos de elemento sonoro mínimo (στοιχείον), sílaba métrica, pé métrico etc. Como veremos em seguida, tais conceitos, nascidos no âmbito da música e da métrica, estavam, de certa forma, também presentes na dialética antiga e na gramática²⁹.

Assim, enquanto as categorias menores do som eram, por um lado, noções próprias da música, por outro, elas foram também frutíferas em outros domínios, apresentando modificações conceituais para que fossem aplicáveis não somente ao enunciado musical, mas à fala e ao texto. É o que já verificamos, por exemplo, quando Platão, no *Crátilo*, aborda os sons mínimos dos enunciados:

²⁹ Os textos das duas principais estudiosas em que nos baseamos na redação deste capítulo, Desbordes (2007) e Neves (2005), permitem-nos pressupor uma relação temporal entre o desenvolvimento de conceitos inicialmente no âmbito da poesia antiga e da poética, depois sua apropriação pela dialética clássica, e, finalmente, sua repercussão gramatical já no período helenístico, período do qual possuímos os mais antigos textos gramaticais remanescentes. No entanto, como essa relação temporal entre as disciplinas abordadas (poética, dialética e gramática) não é consensual (haja vista a existência dos termos “gramática” e “gramáticos” em obras tão antigas quanto os diálogos de Platão, como o *Crátilo*), preferimos não considerar a relação temporal envolvida entre tais disciplinas, também por ser desnecessária em nossa análise.

Sócrates – Ora bem, vejamos então se são esses os únicos nomes primitivos, ou se há outros nas mesmas condições.

Hermógenes – Eu, pelo menos, penso que há.

Sócrates – É provável que haja. Mas, que método de análise escolheremos para o ponto em que o imitador começa a imitação? Visto ser feita a imitação da essência por meio de sílabas e de letras, a maneira mais certa não consistirá em distinguir primeiro as letras e proceder como procedem os que estudam o ritmo, que principiam por determinar as propriedades dos elementos, a seguir as das sílabas, e só depois de haverem chegado a esse ponto, nunca antes, passam a considerar o próprio ritmo?³⁰

(Platão, *Crat.*, 424b – c)

Como se depreende da passagem acima, no *Crátilo* as partes mínimas do som, *i.e.* os “elementos” (στοιχεῖα), servem tanto para compor as partes próprias do ritmo (ῥυθμός), quanto da sílaba (συλλαβή). Acerca da passagem em questão, Desbordes (2007, p. 50) avalia que:

Esta primeira análise da palavra a partir do enquadre da *mousiké* é apresentada por Platão como o modelo de uma outra análise, de alcance bem diferente. Em um texto célebre (*Crátilo*, 424a e seguintes), Platão coloca frente a frente o encadeamento elemento-sílaba-rítmos e elemento-sílaba-onómata e *rhémata* (nomes e “verbos”)-lógos (discurso).³¹

(Desbordes, 2007, p. 50)

³⁰ Tradução de Carlos Alberto Nunes (2001, p. 201,202).

³¹ Cf. “Cette première analyse de la parole dans le cadre de la *mousiké* est présentée par Platon comme le modèle d’une autre analyse, de portée bien différente. Dans un très célèbre texte (*Cratyle*, 424 sq.), Platon pose face à face l’enchaînement element-syllabe-rythmes et l’enchaînement element-syllabe-onomata et rhêmata (noms et “verbes”)-logos (discours)”.

Como é sobejamente conhecido, o que interessa ao diálogo platônico é a distinção entre o “imitador” (μιμούμενος) e o ato de “imitar” (μιμεῖσθαι), uma preocupação, de resto, própria da filosofia platônica, ocupada com a busca da realidade essencial³². Todavia, o que nos importa neste momento é verificar que, por intermédio do método dialético, esse discurso incorporava os conceitos oriundos da métrica modificando-os e, com vistas à busca da verdade filosófica, debruçava-se, uma vez mais, sobre a própria língua em seus sons menores.

De fato, as partes mínimas do som e as suas formações silábicas passavam a se enquadrar em um modelo de constituição de um enunciado maior, que englobava as noções de ὄνομα (“nome”) e ῥῆμα (“verbo” ou “aquilo que se diz do nome”), bem como de λόγος (“proposição”, “discurso”, “linguagem”). Assim, em Platão, considerava-se o λόγος como um todo composto de partes articuladas (Neves, 2005, p. 52) que teria também especial relevância para a constituição, no âmbito da gramática, da noção de *sintaxe* (Thornton, 1986, p. 168).

A mesma ideia de “constituência”, *i.e.* de que o enunciado (seja ele filosófico, poético ou mesmo da fala) fosse constituído hierarquicamente por elementos menores, também já comparecia na *Poética* de Aristóteles: “compõem o todo da linguagem as seguintes partes: letra, sílaba, conectivo, articulação, nome, verbo, flexão, frase”³³. Tal seria, enfim, o ponto de partida para uma reflexão metalinguística que procederia a uma

³² Conforme esclarece Neves (2005, p. 56), em Platão a “linguagem fica definida como produto de um trabalho de pensamento, que, pelos sons simples e das sílabas, chega à figuração das essências”.

³³ Cf. Aristóteles (*Poética*, 20, 1456b-1457a), tradução de Jaime Bruna, p. 40.

categorização do enunciado em partes menores, as “partes do discurso”, ou, sendo mais preciso, *μέρη λόγου*, entre os gregos, e *partes orationis*, entre os latinos. Os significados de *λόγος* (ou *oratio*) seriam, certamente, diversos, caso entendamos essa expressão no âmbito da dialética, da retórica ou da própria gramática, conforme abordaremos mais detidamente no capítulo 2.

Porém, percebe-se desde já que, uma reflexão que se voltava, em sua origem, para a materialidade dos sons, com vistas à compreensão do discurso poético, possibilitou, em outras disciplinas, uma categorização mais ampla dos sons da língua, tendo em mira a produção dos enunciados. Nesse sentido, observam-se os pontos de contato entre as antigas disciplinas que se ocuparam da linguagem: a música e a poética; a poética e a dialética. Ao partirem de um fenômeno análogo – a língua e seus sons –, propuseram-se pensar sobre diferentes objetos: o enunciado cantado (a música), o enunciado enquanto *mimesis*, com vistas à produção de efeitos poéticos (a poética), o enunciado com vistas à busca da verdade (a dialética).

Porém, essas não encerram o repertório das disciplinas antigas que tiveram as línguas e as palavras como temas e que estiveram na base da reflexão gramatical greco-romana. A essas poderíamos acrescentar no mínimo outras duas: a política ou ética e a retórica (Pereira, 2002, p. 28). Porém, analisar a genealogia intelectual dos conceitos desenvolvidos pelos gramáticos no âmbito de cada uma dessas disciplinas separadamente seria, sem dúvida, uma tarefa além do escopo deste capítulo. Limitamo-nos a delas extrair e comentar alguns temas que reaparecerão nas especulações gramaticais, como as que

veremos nos próximos itens, no âmbito da retórica e da ética. A nosso ver, tais questões foram especialmente frutíferas não somente para a formulação de uma disciplina gramatical, mas também, em particular, para o desenvolvimento da reflexão sintática sobre as línguas antigas em Apolônio Díscolo e Prisciano de Cesareia.

1.3 Uso, variação e norma da linguagem: questões de retórica?

A língua é um fazer-se num quadro de permanência e continuidade (...). Mas o fato de se manter parcialmente idêntica a si mesma e o fato de incorporar novas tradições é, precisamente, o seu caráter como língua e o seu caráter de “objeto histórico”. Um objeto histórico só o é, se é, ao mesmo tempo, permanência e sucessão.

(Coseriu, 1979, p. 237-238)

As palavras em epígrafe, do linguista romeno Eugênio Coseriu marcam o embate, na Linguística contemporânea, de uma das maiores dicotomias teóricas dessa disciplina ao longo do século XX: 1) a abordagem defendida pelo autor, que inclui a historicidade das línguas como uma particularidade relevante no desenvolvimento das teorias linguísticas e 2) uma outra abordagem, que advoga uma visão a-histórica para a compreensão dos fenômenos linguísticos. Essa oposição inicia-se, é verdade, desde Ferdinand de Saussure, quando, em seu *Curso de Linguística Geral* (1916), já explicitava a dicotomia entre *sincronia* e *diacronia*, elegendo, por conseguinte, a primeira enquanto

manifestação do sistema linguístico (*langue*) e como objeto de estudos privilegiados para a Linguística.

A mesma tendência de se tomar a língua dissociada de sua história prevaleceu no século XX, nas perspectivas teóricas do estruturalismo americano de orientação bloomfieldiana e, posteriormente, nos trabalhos gerativistas (Mattos e Silva, 2008, p. 11 e seguintes). A noção de língua como sistema abstrato e, posteriormente, competência, governados, nos dois casos, por regras lógicas, reinava soberana até meados do século XX. A partir de então, o tema da língua situada no tempo ou na história – e a expressão disso, que é a mudança linguística – começou a se inserir no cenário dos estudos linguísticos. Um texto que marca essa mudança é, sem dúvida, o seminal ensaio de Labov, Weireich & Herzog (*Princípios empíricos para uma teoria da mudança linguística*, obra de 1968, recentemente traduzida para o português em 2006).

Assim, foi sobretudo a partir desse texto que linguistas como Labov, Coseriu e outros paulatinamente abriram espaço para os estudos de uma ‘linguística histórica’, cuja compreensão de língua enquanto fenômeno histórico e social nela inseriu a realidade empírica da variação e mudança linguísticas. Essa realidade descreve, nas palavras de Coseriu, citadas acima, um quadro de “permanência e continuidade” que definem o próprio estatuto de língua enquanto objeto histórico.

Contudo, não precisaríamos evocar os linguistas para trazer à consciência o fato empírico de que as línguas variam não somente em função do tempo, mas também de outras variáveis histórico-culturais; variações que, no mais das vezes, obedecem não a

causalidades de ordem estritamente lógico-estrutural, mas a pressões próprias do uso que delas fazem os seus falantes, consciente ou inconscientemente.

Um usuário atento da língua portuguesa falada no Brasil, por exemplo, observará que o modo de falar de uma pessoa criada no campo, que teve pouco acesso à escolarização formal e tem mais de sessenta anos é bem diferente da forma como um jovem universitário, criado em Campinas ou em outro grande centro urbano, usa a sua língua. As falas do jovem e do idoso deixam transparecer o fato de que as línguas se modificam com as gerações, mas também revelam outras variáveis, como a variável geográfica (campo *versus* cidade) e social (indivíduo escolarizado *versus* não-escolarizado). Em última análise, os falares diferentes determinarão formas socialmente prestigiadas da língua, chamadas “cultas” ou “padrão”, e outras formas que sofrem estigmatização e, em certos casos, preconceito social e linguístico (Bagno, 2001, p. 15)³⁴.

Do mesmo modo que constatamos que a nossa própria língua não é um edifício monolítico e uniforme, mas apresenta variações com o tempo e com as diferentes comunidades de falantes, representando, em suma, diferentes usos, perguntaríamos se também os antigos não foram conscientes do fato de que suas línguas fossem realidades históricas, ainda que não se referissem a elas nesses termos. Se assim não o fosse, esse

³⁴ “Ora, a verdade é que, no Brasil, embora a língua falada pela grande maioria da população seja o português, esse português apresenta um alto grau de diversidade e de variabilidade, não só por causa da grande extensão territorial do país – que gera as diferenças regionais, bastante conhecidas, e também vítimas de muito preconceito – mas principalmente por causa da trágica injustiça social que faz do Brasil o segundo país com a pior distribuição de renda em todo o mundo”.

fato não teria chamado atenção dos estudiosos que, na Antiguidade, se ocuparam da linguagem em seus diferentes domínios e disciplinas.

Já Horácio assim afirmava, em sua *Epistula ad Pisones*, texto que a tradição após Quintiliano (*Inst. or.*, VIII, 3) consagrou como *Arte poética*, dado o caráter dos conteúdos que nela se apresentam:

Muitas palavras que já caíram vão renascer, e aquelas que agora gozam das honras cairão, se o uso assim o quiser, em cujas mãos está o arbítrio, o direito e a norma do falar³⁵.

(Horácio, *Ep. ad Pis.*, 70 et seq.)

A concepção de língua que nestes versos se apresenta é a de uma realidade histórica: o tempo é capaz de operar mudanças na língua, fazendo perderem-se palavras desusadas, inserindo e reinserindo vocábulos novos. Assim, em Horácio, é o uso (*usus*) que representa o fator decisivo nessas mudanças: nele se definem o arbítrio (*arbitrium*), o direito (*ius*) e a norma (*norma*) do falar.

Porém, como entender melhor os conceitos de uso (*usus*) e norma (*norma*) no contexto antigo romano, no qual o poeta se inseria? De fato, aquilo que a Horácio, em sua epístola, aparecia somente *en passant*, sem maiores explicações, é por Quintiliano um território muito mais vastamente explorado. É ao autor da *Institutio oratoria* – obra, sem dúvida, basilar para a formação dos oradores na Roma imperial do século I d.C. – que se

³⁵ Cf. *Multa renascentur quae iam cecidere, cadentque quae nunc sunt in honore uocabula, si uolet usus, quem penes arbitrium est et ius et norma loquendi.*

atribui um conceito de linguagem formado a partir da articulação de princípios lógicos/racionais (*ratio*), antiguidade (*uetustas*), autoridade (*auctoritas*) e uso (*consuetudo*), nos termos que lemos, por exemplo, na passagem: “Há ainda uma observação para quem fala e para quem escreve. A língua consta de um sistema lógico, antiguidade, autoridade e uso”³⁶ (Quintiliano, *Inst. or.*, I, 6, 1).

A língua (*sermo*), tanto para quem fala, discursa, produz e apresenta peças oratórias – o orador – quanto para quem a expressa por escrito, é, para o mestre de retórica, uma realidade regulada por princípios a ela intrínsecos, organiza-se segundo certa lógica das coisas, definida pelo termo *ratio*, que, apesar de difícil tradução, tem identidade com certa nuance do λόγος grego³⁷.

Por ora, porém, convém destacar que, apesar de referendar certa “organização lógica” (*ratio*) como constitutiva da linguagem, Quintiliano não dissocia o estudo da língua das suas interfaces com fatores a ela externos, como o *uso* que dela fazem os produtores de discursos. Não se trata, por isso, de uma especulação teórica aberta acerca dos mecanismos inerentes ao funcionamento interno da linguagem; trata-se, é verdade, de encarar a linguagem como matéria-prima para a produção de discursos retóricos.

Vale dizer, em outras palavras, que a reflexão metalinguística em Quintiliano não se dissocia, portanto, das finalidades dos textos a serem produzidos. É por esse

³⁶ Cf. *Est etiam sua loquentibus obseruatio, sua scribentibus. Sermo constat ratione uetustate auctoritate consuetudine.*

³⁷ Voltaremos a essa questão quando discutirmos o conceito de *ratio* no âmbito de uma teoria sobre a linguagem desenvolvida pelos gramáticos que apresentaremos em nossa tese, no capítulo 4.

motivo que aspectos de ordem extralinguística – *i.e.* externos à própria língua enquanto sistema “lógico” – comparecem como constitutivos dessa mesma linguagem, os quais podemos organizar em dois grupos: antiguidade (*uetustas*) e autoridade (*auctoritas*) por um lado, e uso (*consuetudo*), por outro.

A autoridade dos antigos (*auctoritas ueterum*) foi, com efeito, um tema de sabor tipicamente romano, decorrência, em grande parte, do valor que sua cultura conferia ao *mos maiorum* (Rocha Pereira, 2006, p. 357)³⁸. Contudo, conforme Uhlfelder (1963, p. 24) afirma, embora o “antiquarianismo” tivesse sido popular em alguns períodos particulares da história de Roma – como durante o período dos Antoninos, expresso, por exemplo, nas *Noctes Atticae* de Aulo Gélcio –, os romanos, desde o período republicano, reconheciam que o uso exagerado de expressões desusadas e antigas poderia produzir um discurso, para dizer o mínimo, “áspero”. Vejamos, por exemplo, a opinião de Cícero, em uma passagem do *Brutus*:

A respeito do engenho do próprio Lélcio e de Cipião, ainda que tal seja a fama que muito se atribua a ambos, deve-se dizer, entretanto, que Lélcio goza de um louvor mais manifesto. Porém, o discurso de Lélcio acerca dos colégios não é superior que outro que queiras entre os muitos de Cipião; não porque exista algum mais agradável ou porque exista outro que possa abordar mais divinamente a religião, mas porque aquele é muito mais antigo e áspero que o de Cipião; e, embora no dizer sejam variadas

³⁸ Cf. “Os romanos tinham como suporte fundamental e modelo do seu viver comum a tradição, no sentido de observância dos costumes dos antepassados, *mos maiorum*. Esta ideia é, pelo menos, tão antiga como Ênio (...)”.

as preferências, parece-me que Lélío se delicia mais com a antiguidade e usa também, prazerosamente, um pouco mais de palavras antigas.³⁹

(Cícero, *Brutus*, 83)

O que se põe em evidência na passagem acima não é somente uma diferença estilística entre duas figuras históricas da Roma republicana, Lélío e Cipião. Lendo cuidadosamente, percebe-se que, para Cícero, apesar de a fama conceder a Lélío maior louvor, em sua apreciação, os textos deste não são, de fato, superiores aos de Cipião. Ao contrário, a utilização frequente de palavras antigas (*uerba prisca*) tornaria mais áspero (*horridior*) o discurso do primeiro.

Ressalta-se, no entanto, em primeiro lugar, que a *auctoritas ueterum* (autoridade dos antigos) era um valor da linguagem efetivamente cultivado, haja vista que Lélío, como afirma Cícero, “se deliciava com a antiguidade e as palavras antigas”. Porém, ao mesmo tempo em que se aprecia a *auctoritas* e a *uetustas*, não se nega que a sua utilização frequente possa pôr em risco a fluência que esses textos ofereceriam à leitura, levando, no limite, a um texto “áspero”. Em outras palavras, isso quer dizer que, mesmo na linguagem estilisticamente elaborada, o uso corrente da língua pode ser preferível à utilização de palavras antigas, cristalizadas pelo uso dos autores antigos.

³⁹ Cf. *De ipsius Laeli et Scipionis ingenio quamquam ea est fama, ut plurimum tribuatur ambobus, dicendi tamen laus est in Laelio inlustrior. At oratio Laeli de collegiis non melior quam de multis quam uoles Scipionis; non quo illa Laeli quicquam sit dulcius aut quo de religione dici possit augustius, sed multo tamen uetustior et horridior ille quam Scipio; et, cum sint in dicendo uariae uoluntates, delectari mihi magis antiquitate uidetur et lubenter uerbis etiam uti paulo magis priscis Laelius.*

A opinião de Cícero a esse respeito é especialmente relevante, pois sabemos que o orador romano, no final da República, representou a voz predominante em defesa dos valores tradicionais da *uirtus* romana diante das transformações inovadoras que modificavam os horizontes sociais. Mesmo carregando o bastão dos valores tradicionais, o orador oferecia uma apreciação sobre a linguagem não propriamente “conservadora”, ao conceder espaço também para o uso corrente da língua⁴⁰. Tais palavras ecoariam no século imediatamente posterior, já na Roma imperial, quando Quintiliano, preclaro seguidor do estilo ciceroniano e de sua retórica, elencaria entre os valores da linguagem a *auctoritas* e a *uetustas*, conforme vimos acima, mas afirmaria ser o uso habitual (*consuetudo*) o verdadeiro “mestre da fala”⁴¹.

Assim, em suma, o valor reconhecido da *auctoritas* e da *uetustas* como elementos constitutivos da linguagem não oblitera a importância especial que detém o uso. Contudo, em Quintiliano, o uso da linguagem não é sinônimo das formas vulgares da fala, mas se associa a uma modalidade corrente de fala empregada por pessoas escolarizadas. Isso é o que vemos em outra passagem de sua *Institutio oratoria* (I, 6, 43-45), quando o mestre de retórica especifica o seu conceito de “uso linguístico”, com vistas ao estabelecimento de determinada “norma” para a produção dos textos da oratória:

⁴⁰ A obra de Cícero revela, em várias passagens, a concessão que o orador faz a temas de linguagem, nos quais, não raro, Cícero presta tributo à variação como propriedade da língua, ainda que, muitas vezes, se coloque em defesa da *Latinitas*. Especificaremos o conceito de *Latinitas* no próximo capítulo, bem como sua relação com o discurso gramatical.

⁴¹ Quintiliano (*Inst. or.*, I, 6, 3): *Consuetudo uero certissima loquendi magistra, utendumque plane sermone, ut nummo, cui publica forma est.* (“O uso, efetivamente, é o mais seguro mestre da fala, e devemos empregar a língua claramente, como a moeda, para a qual existe uma forma pública”).

Resta, pois, o uso. Com efeito, seria quase ridículo preferir a linguagem com a qual os homens falaram àquela com a qual falam. E, seguramente, que outra coisa é uma linguagem antiga, senão uma velha forma de falar? Mas é necessário que se observe com critério e se defina em primeiro lugar aquilo que tratamos e chamamos de “uso”. Se se tomar o nome tendo em vista o que fazem muitos, oferecer-se-á um preceito por demais perigoso não apenas para o discurso, mas também, o que é mais grave, para a vida. Ora, onde residirá a vantagem de tomar por bom aquilo que agrada à maioria? Portanto, da mesma forma que depilar-se, cortar os cabelos em camadas e beber em excesso nos banhos, por mais que tais coisas tenham invadido a cidade, não constituem uso, porque nenhuma delas está livre de censura – ao contrário, nós nos lavamos, cortamos os cabelos e fazemos juntos as refeições segundo um determinado costume –, assim, também, no falar não se tomará por regra de linguagem algo de vicioso que muitos adotaram. Com efeito, para não falar do modo como os incultos habitualmente se expressam, sabemos que, muitas vezes, os teatros inteiros e toda a multidão do circo se expressam rudemente. Logo, chamarei de “uso da linguagem” o consenso dos instruídos, do mesmo modo que o consenso dos bons se chama “modo de viver”.⁴²

(Quintiliano, *Inst. or.*, I, 6, 43-45)

⁴² Tradução de Pereira (2006, pp. 159-160): *Superest igitur consuetudo: nam fuerit paene ridiculum malle sermonem quo locuti sint homines quam quo loquantur. Et sane quid est aliud uetus sermo quam uetus loquendi consuetudo? Sed huic ipsi necessarium est iudicium, constituendumque in primis id ipsum quid sit quod consuetudinem uocemus. Quae si ex eo quod plures faciunt nomen accipiat, periculosissimum dabit praeceptum non orationi modo sed, quod maius est, uitae: unde enim tantum boni ut pluribus quae recta sunt placeant? Igitur ut uelli et comam in gradus frangere et in balneis perpotare, quamlibet haec inuaserint ciuitatem, non erit consuetudo, quia nihil horum caret reprehensione (at lauamur et tondemur et conuiuiumus ex consuetudine), sic in loquendo non si quid uitiose multis insederit pro regula sermonis accipiendum erit. Nam ut transeam quem ad modum uulgo imperiti loquantur, tota saepe theatra et omnem circi turbam exclamasse barbare scimus. Ergo consuetudinem sermonis uocabo consensum eruditorum, sicut uiuendi consensum bonorum.*

A passagem acima oferece múltiplos aspectos que nos permitem compreender melhor como a norma da linguagem era pensada no âmbito da retórica romana. Logo de partida, a oposição que se faz entre o modo como os homens se expressavam no passado e aquele como se expressam na contemporaneidade do texto de Quintiliano revela a consciência do mestre de retórica do fato de que as línguas eram realidades históricas e, portanto, eram suscetíveis a mudanças com o tempo, a ponto de tornar “ridículo” preferir-se a maneira como os antigos falavam a utilizar a forma corrente da língua.

Em segundo lugar, o seu conceito de *uso* não é sinônimo da fala corriqueira e vulgar compartilhada pela maioria, mas é produto de uma convenção entre pessoas instruídas (*consensus eruditorum*). Ao passo que o “consenso dos instruídos” definirá uma norma própria para a produção dos discursos dos oradores (cuja formação, não se esqueça, é o objetivo da obra), a fala comum, assim como os costumes vulgares, é eivada de vícios (*uitia*), que cumpria evitar.

Além disso, deve-se ainda ressaltar que a fórmula atribuída a Catão e apropriada por Quintiliano do *uir bonus, dicendi peritus*⁴³ o levaria à associação das habilidades linguísticas do orador a suas qualidades de caráter. Como avalia Pereira (2003, p. 36), acerca da passagem acima:

⁴³ Cf. Quintiliano, *Inst. or.*, XII, 1, 1: “Que o orador que constituímos seja para nós aquele definido por M. Catão, ‘homem bom, hábil no discursar’ (...)”. (*Sit ergo nobis orator quem constituimus is qui a M. Catone finitur uir bonus dicendi peritus* (...)).

Ao identificar, pois, o conceito de “uso” (*consuetudo sermonis*) ao “consenso dos instruídos” (*consensus eruditorum*) e equipará-lo ao “consenso dos bons” (*consensus bonorum*), Quintiliano parece inserir a gramática, instância especialmente responsável pela consideração do que devia ser a *norma* em linguagem (mais especificamente, em termos da língua a ser empregada pelo seu orador), numa discussão maior, a de uma norma social, ao mesmo tempo que assinala, no que diz respeito à linguagem, que se trata de buscar uma conveniência desta a uma situação específica de enunciação: a da oratória latina, que é também, no caso, a dos discursos tematizados pela gramática e pela retórica, que deviam, para o autor da *Institutio*, ser produzidos segundo o uso corrente da língua.

(Pereira, 2003, p. 36).

Em suma, as considerações de Quintiliano levam-nos a crer que, de fato, na Antiguidade romana, havia a consciência de que a língua engendrava um conjunto de variantes, algumas, evidentemente, de prestígio social e, portanto, mais adequadas à fala dos oradores, e outras que, à maneira dos costumes considerados “censuráveis”, eram por Quintiliano imputadas como inadequadas para a constituição dos textos proferidos segundo o gênero oratório. A relação que se estabelece também entre a “norma da língua” e a “norma social” é, de resto, um posicionamento ético e filosófico, dado o caráter formador e educativo da *Institutio oratoria*.

Deixando de lado, por enquanto, a relação ética que se estabeleceu entre o caráter do indivíduo e a sua linguagem, consideremos ainda mais cuidadosamente o significado da constituição de uma *norma linguística* no âmbito desse texto que não era propriamente gramatical, mas que tinha como meta a apresentação dos conceitos fundamentais da retórica antiga com vistas à formação de futuros oradores.

Ao estabelecer-se uma *norma* que tinha por base o “uso” (*consuetudo*) como o “consenso dos instruídos” (*consensus eruditorum*), emergia na formulação de Quintiliano uma noção já havia bastante tempo conhecida pelos romanos: a *Latinitas*. Díaz y Díaz (1951, p. 33) afirma que o conceito de *Latinitas* é um decalque do grego ἑλληνισμός e não somente designa a “correção/adequação à norma linguística”, mas também se configura como a propriedade essencial do mundo latino. Desbordes (2007, p. 91), acrescenta ainda que *Latinitas* envolvia, de fato, um modelo identitário romano pelo viés da língua e, através da diferença, definia as fronteiras entre a cultura latina e as demais, tendo-se por base as dicotomias entre: 1) o latim e as línguas “bárbaras”; 2) o “bom latim” e o “mau latim”, segundo as finalidades visadas (um texto oratório, por exemplo, deveria ter linguagem diversa daquela de uma epístola pessoal); 3) o latim e o grego.

Conforme a estudiosa afirma (Desbordes, 2007, p. 92), o conceito de *Latinitas* comparece na tradição textual pela primeira vez na *Retórica a Herênio*, obra de autor desconhecido, provavelmente escrita em algum momento da década de 80 a.C.. Apresentamos abaixo um excerto da obra em que o termo aparece, que tem, por isso mesmo, importância para compreendermos a constituição desse conceito no âmbito da retórica:

Porque se deve examinar a elocução nesses gêneros, foi dito e vejamos agora que sorte de coisas uma elocução apropriada e completa deve apresentar. Para ser inteiramente apropriada ao orador, a elocução deve conter três coisas: elegância, composição e dignidade. Elegância é o que faz com que certa passagem pareça ser dita de forma pura e clara. Ela se reparte em correção [*Latinitas*] e clareza. A *Latinitas* é o que mantém a

língua pura, dela removendo todos os vícios. Os vícios na linguagem, porque a tornam menos latina, podem ser de dois tipos: solecismo e barbarismo. Há solecismo quando não se concatena bem a palavra seguinte às outras palavras. Há barbarismo quando, no interior das palavras, algo se produz viciosamente. Podemos evitar tais coisas por intermédio do sistema [*ratio*] que abordaremos de forma clara na arte gramatical.⁴⁴

(*Her.*, 4, 17)

Inicialmente, convém lembrar que a elocução (*elocutio*) é uma das partes que, ao lado da invenção (*inuentio*), disposição (*dispositio*), memória (*memoria*) e ação (*actio*) compunham o sistema da retórica antiga (Lausberg, 1973; Berry, 2005, p. 259). Na *Retórica a Herênio*, ela se divide em três partes, “composição” (*compositio*), “dignidade” (*dignitas*) e “elegância” (*elegantia*), sendo que esta última se subdivide em “correção” (*Latinitas*) e “clareza” (*explanatio*). Ao que nos parece à primeira vista, a noção de *Latinitas* se alinha a uma perspectiva que considera certa “pureza” (*puritas*) da língua, que se atinge evitando os “vícios da linguagem”, em especial o barbarismo (*barbarismus*) e o solecismo (*soloecismus*), que tornariam a língua menos latina.

No entanto, apesar de assim o parecer à primeira vista, não estamos diante de um relato de caráter simplesmente prescritivo acerca da língua. A exposição em *Herênio* –

⁴⁴ Cf. *Quoniam, quibus in generibus elocutio uersari debeat, dictum est, uideamus nunc, quas res debeat habere elocutio commoda et perfecta. Quae maxime admodum oratori adcommodata est, tres res in se debet habere: elegantiam, compositionem, dignitatem. Elegantia est, quae facit, ut locus unus quisque pure et aperte dici uideatur. Haec tribuitur in Latinitatem, explanationem. Latinitas est, quae sermonem purum conseruat, ab omni uitio remotum. Vitia in sermone, quo minus is Latinus sit, duo possunt esse: soloecismus et barbarismus. Soloecismus est, cum in uerbis pluribus consequens uerbum superius non adcommodatur. Barbarismus est, cum uerbis aliquid uitiose efferatur. Haec qua ratione uitare possumus, in arte grammatica dilucide dicemus.*

obra que, como sabemos, teria sido, provavelmente, produzida anos antes das obras de maturidade de Cícero, como o *Brutus*, e bem antes da *Institutio oratoria*, de Quintiliano, e, portanto, seria possível crer que estivesse na fundamentação teórica dos tratados de retórica escritos por ambos os autores – descortina uma reflexão metalinguística que, pelo viés do estabelecimento de uma *norma* apropriada ao discurso retórico, vai além da mera prescrição do que seria o *modus scribendi/loquendi* ideal para os oradores romanos (suscitando, é verdade, uma leitura que ultrapassa aquela que a reduz a uma simples normatização; leitura que, em última instância, permitiu que dos antigos retóricos se tomassem argumentos com vistas à defesa de posições conservadoras acerca da língua até mesmo no universo longínquo da contemporaneidade⁴⁵).

É preciso reconhecer, porém, que a noção de *Latinitas*, longe de ser tomada de forma simplista como o critério que oporia, na Antiguidade, as noções absolutas do *certo/errado*, em se tratando de língua, é um conceito que engendra consequências mais amplas. Em primeiro lugar, é possível destacar dessa passagem o conceito de *Latinitas* enquanto modelo identitário romano (Desbordes, 2007, p. 91): não somente produz uma *norma linguística*, mas engendra um código identitário que, *lato sensu*, separava o cidadão romano daqueles que não falavam latim e não compartilhavam da cultura romana. A “pureza” linguística não se trata somente de uma variedade “mais correta”,

⁴⁵ Pereira (2002, p. 128 *et seq.*) expõe o artigo de conhecido gramático do século XX, Napoleão Mendes de Almeida, que, ao defender o seu conservadorismo diante da língua, com a instituição e defesa das categorias de certo/errado, cita e lê autores clássicos como Cícero e Quintiliano, que teriam, na Antiguidade, produzido um discurso favorável ao seu posicionamento que, de resto, estava na contramão das pesquisas linguísticas de seu século. O elemento clássico é, por assim dizer, utilizado para a defesa de uma ideologia linguística, embora de uma maneira que, em si, o deforma, visto que produz uma simplificação da noção de *Latinitas*.

como, apressadamente, pensariam aqueles que consideram a linguagem pelo prisma da lógica do *certo/errado* (seja para defendê-la, seja para refutá-la). A “pureza” é a própria língua/cultura latina, definidora da ontologia do romano, é a sua essência. É, por conseguinte, o atributo indissociável desta língua que, como afirmaria Quintiliano, mais tarde, conferia apreço à “antiguidade” (*uetustas*) e à “autoridade” (*auctoritas*).

Em síntese, ser latino é usar a língua segundo esse critério e é em defesa desse ideal latino que se deveriam evitar, por conseguinte, tudo o que atentasse contra a língua em sua forma original. Desse modo, os vícios de linguagem não são, também, somente “erros de latim” (em uma analogia grotesca com aqueles que seriam “erros de português” para os normativistas do presente): os *uitia* são modos de expressão pela linguagem que identificam o seu falante como não sendo romano – ou sendo “menos latino” –, deixando transparecer uma identidade desprestigiada, visto que até mesmo bárbara.

Em segundo lugar, é interessante observar que já na *Rhetorica ad Herennium* a *grammatica* comparecia como esse domínio de estudos especializado em torno da *Latinitas*. As relações entre a escola do *grammaticus* e a do *rhetor* em Roma são bastante conhecidas. Como demonstram Marrou (1975) e Cantó (1997), no período clássico romano a *ars grammatica* e a *ars rhetorica* se associavam em um grande programa de educação do romano fundamentado pela linguagem⁴⁶, que se dividia entre a escola que propiciava a aquisição dos fundamentos elementares de leitura e escrita, além do uso do ábaco para operações matemáticas básicas (a escola do *magister ludi*); a escola que

⁴⁶ Cf. Law (1987, p. 11): “Roman education centred on the acquisition of linguistic skills” (“A educação romana centrava-se na aquisição de habilidades linguísticas”).

conferia aos adolescentes o contato com os textos do cânone poético, além do refinamento da *Latinitas* (a escola do *grammaticus*); e, finalmente, aquela última etapa à qual ascendiam os patrícios após a tomada da toga viril, na qual eram preparados para a leitura e produção de gêneros em prosa, sobretudo retóricos, com fins à carreira forense (a escola do *rhetor*).

Assim, no quadro maior da educação romana, a gramática se colocava, em sua origem, como uma matéria propedêutica ao estudo da retórica. Esse caráter preparatório vincula-se, de certa maneira, à asserção do autor da *Retórica a Herênio*, que, no trecho que examinamos acima, delega a essa disciplina uma parte da *elocutio*: o cuidado com a *Latinitas* e, por conseguinte, com os *uitia sermonis*, tema ao qual voltaremos, com mais atenção, no próximo capítulo, ao examinarmos, especificamente, a constituição do discurso gramatical greco-romano.

1.4 A ordem das palavras: uma contribuição da filosofia e da retórica latinas

Até o momento, examinamos alguns temas metalinguísticos presentes no âmbito da poética e da dialética – a divisão do contínuo sonoro da voz em partes menores, a partir da qual se puderam pensar as categorias do discurso/do enunciado – e da retórica – a consciência de que a linguagem era suscetível de variação, segundo determinados usos e de acordo com o tempo, e, por consequência, a constituição de determinada *norma* para a linguagem. Essas questões compareceram em disciplinas que,

embora tangenciassem os temas vinculados às línguas e às palavras, não reconheciam nelas objetos de investigações independentes. Ao contrário, cada uma delas – a música, a poética, a retórica, a dialética – tinha as suas questões próprias e se inseriam elas mesmas em contextos históricos diferenciados com propósitos particulares.

Sem encerrar o rol de questões sobre a linguagem que compareceram nessas disciplinas antigas, analisemos, ainda, outro aspecto que se afigura nos discursos retórico e filosófico romanos: a ordem das palavras na sentença latina. Para isso, consideraremos dois relatos acerca do estilo da escrita que aparentemente tem consequências para a ordem das palavras: o apresentado por Quintiliano, em sua *Institutio oratoria*, em passagens dos livros VIII, IX, X e XII, e aquele ao qual esse discurso parece, até certo ponto, opor-se: o de Sêneca, conforme aparece esparsamente nas *Epistulae morales ad Lucilium* (75, 100, 114).

Somando um conjunto de 124 composições supérstites, as epístolas morais a Lucílio (*Epistulae morales ad Lucilium*), destacam-se na epistolografia latina por representarem mais que um conjunto de cartas endereçadas e em resposta a Lucílio, que teria sido discípulo de Sêneca. Trata-se de peças que parecem perfazer um projeto filosófico mais amplo, cartas que foram, de fato, endereçadas a um interlocutor particular, mas que teriam o fito de também beneficiar possíveis leitores externos (Edwards, 2005, p. 277). As cartas de Sêneca abordam desde temas tradicionalmente recorrentes na epistolografia greco-romana (consolo ao que perde um ente querido, por exemplo) até

temas transcendentais de matizes claramente filosóficos (a brevidade da vida, a irrelevância dos bens mundanos etc.).

Por se prestar ao veículo das ideias estoicas que o filósofo esposava, o estilo de escrita empregado – ainda que filiado às convenções próprias do gênero epistolar – era questão de não menos importância no conjunto de sua obra. Dessa maneira, vale dizer que o “estilo simples”, muitas vezes confessado pelo filósofo, tratava-se, na verdade, de um procedimento de escrita que, além de configurar uma estilística própria do autor – muitas vezes alvo de críticas dos seus coetâneos, como Quintiliano⁴⁷ e Calígula, este último que o descrevia como *harena sine calce*, “areia sem cal⁴⁸”, dada a sua economia de recursos coesivos e retóricos –, era, ao mesmo tempo, a explicação e a concretização dos preceitos filosóficos ali apresentados. Esse é o motivo pelo qual é o próprio filósofo quem comenta o seu estilo e também tece considerações sobre o *modus scribendi* de outros, nas quais entra o seu posicionamento, é verdade, sobre questões de ordem metalinguística, mas nas quais reside, principalmente, uma preocupação de matiz retórico e ético.

Assim, ao comentar o estilo com que escrevia suas cartas, Sêneca advoga para si um estilo “fácil” (*facilis*) e “não-trabalhado” (*inlaboratus*), em oposição a uma maneira “afetada” (*putide*) de escrever:

⁴⁷ *Inst. or.* X, I, 125-131.

⁴⁸ *Apud* Suetônio, *Caligula*, 53.

Queixas receber de mim cartas menos trabalhadas. Quem, de fato, fala de modo cuidadoso a menos que queira falar afetado? Qual seja a minha linguagem: não trabalhada e fácil, como se estivéssemos gozando do ócio ou caminhássemos, assim quero também as minhas cartas, que nada possuam de falso ou pouco natural.⁴⁹

(Sêneca, *Ep. mor.*, 75, 1)

Uma atenção particular ao que é “natural” na linguagem é o que parece presidir às preocupações do filósofo na passagem acima. A preocupação de Sêneca com um estilo mais chão e menos rebuscado, de fácil apreensão, revela, sem dúvida, a atenção ao *genus dicendi* mais apropriado para a veiculação de suas ideias filosóficas⁵⁰. A ausência de ornatos, de inversões e de procedimentos de organização do texto que o afastariam de uma expressão aparentemente simples tratava-se, com efeito, do que Herrington (1982, p. 515), considerou como uma verdadeira “revolução estilística” a favor de uma “revolução intelectual” em curso, por intermédio da filosofia.

⁴⁹ Cf. *Minus tibi accuratas a me epistulas mitti quereris. Quis enim accurate loquitur nisi qui uult putide loqui? Qualis sermo meus esset si una desideremus aut ambularemus, inlaboratus et facilis, tales esse epistulas meas uolo, quae nihil habent accersitum nec fictum.*

⁵⁰ A preocupação de Sêneca em apresentar seus escritos com uma linguagem “não-trabalhada” e “fácil” (*sermo inlaboratus et facilis*) pareceu-nos, a princípio, certa recusa à elaboração retórica do texto, aproximando-o da linguagem da prosa comum da fala. Porém, como lembrado pelo Prof. Marcos Martinho no Exame de Qualificação (com o que, de fato, concordamos, afinal), até mesmo a linguagem “simples” poderia revelar uma sofisticada organização retórica, característica do que os antigos consideravam como o “gênero simples” do discurso (*sermo humilis* ou *tenuis*). No *Orator* (100) Cícero já se manifestava sobre o “dizer coisas simples com sutileza”: *is est enim eloquens, qui et humilia subtiliter et alta grauiter et mediocria temperate potest dicere* (“é eloquente aquele que pode dizer coisas simples com sutileza, coisas elevadas com grandeza, e coisas medianas com tom médio”).

O estilo simples, conquanto ele próprio possa também apresentar-se como resultado de um procedimento consciente de elaboração do texto, permitia que se colocassem em relevo as ideias filosóficas apresentadas, ilustrando, com a própria escrita, a correspondente simplicidade da vida que se defenderá na obra filosófica. Tamanho é o efeito do estilo apregoadado por Sêneca, que não são surpreendentes a reação de Quintiliano, em socorro do estilo mais pomposo, do ponto de vista retórico⁵¹, anos depois, e mais ainda a de Aulo Gélíio⁵², que se opôs ferozmente ao estilo novo do filósofo, revigorando os valores mais conservadores que concediam à *auctoritas ueterum* papel primordial.

Para Sêneca, as figuras da retórica – entre as quais aquelas que interferem diretamente na ordem das palavras – representam ornatos que tornariam, em sua concepção, o estilo de escrita menos natural e, portanto, menos claro. A relação é, então, direta entre o caráter e a escrita: o estilo e linguagem contrários ao que é natural é reflexo

⁵¹ Quintiliano (*Inst. or.*, XII, 10, 40-43) critica a postura daqueles que imputam como “afetado” ou “antinatural” qualquer expressão verbal que fuja do modo trivial da fala comum, o que parece configurar, exatamente, uma resposta a asserções como as de Sêneca apresentadas. Como veremos em seguida, será essa segunda concepção que permitirá a Quintiliano não apenas recomendar, mas também, em certos casos, a louvar as inversões possíveis na ordem das palavras.

⁵² Aulo Gélíio, *Noct.*, XII, 2,1-7: *De Annaeo Seneca partim existimant ut de scriptore minime utili, cuius libros adtingere nullum pretium operae sit, quod oratio eius uulgaria uideatur et protrita, res atque sententiae aut inepto inanique impetu sint aut leui et causidicali argutia, eruditio autem uernacula et plebeia nihilque ex ueterum scriptis habens neque gratiae neque dignitatis.* (“Uns e outros julgam Aneu Sêneca como um escritor pouquíssimo útil, de quem não seja necessário sequer tocar os livros, pois seu texto pareceria coisas vulgares e banais, os assuntos e sentenças seriam de ímpeto importuno ou inútil, ou com argúcia leve e advocatória; além disso, a erudição doméstica e plebéia, e possuindo nada dos escritos antigos, nem da graça, nem da dignidade”).

e resultado de uma personalidade igualmente antinatural e, portanto, não recomendável ao homem virtuoso:

Estas palavras, estruturadas de maneira tão ímproba, lançadas de maneira tão negligente, colocadas de maneira tão contrária ao costume de todos, demonstram também um caráter não menos inusitado, depravado e singular.⁵³

(Sêneca, *Ep. mor.*, 114, 7)

No primeiro plano, coloca-se em evidência a relação entre o “viver bem” e o “bem dizer”; em segundo plano, comparece uma preocupação com a construção das palavras, que tem como subproduto a reflexão sobre a própria ordem em que os termos podem ou não contribuir para o estilo simples apregoadado. Em outra passagem, o filósofo comenta, mais especificamente, como a ordem das palavras pode constituir um estilo seguro e despreocupado (*securus*):

Fabiano não era negligente no estilo, mas despreocupado. Assim, nada encontrarás ali de baixo: as palavras são escolhidas, não rebuscadas nem, à moda desta geração, colocadas contra a sua natureza e invertidas.⁵⁴

(Sêneca, *Ep. mor.*, 100, 5)

⁵³ Cf. *Haec uerba tam inprobe structa, tam neglegenter abiecta, tam contra consuetudinem omnium posita ostendunt mores quoque non minus nouos et prauos et singulares fuisse.*

⁵⁴ Cf. *Fabianus non erat neglegens in oratione sed securus. Itaque nihil inuenies sordidum: electa uerba sunt, non captata, nec huius seculi more contra naturam suam posita et inuersa (...).*

Está em evidência, portanto, na passagem acima, que não somente o estilo com que se emprega a linguagem (como, por exemplo, o uso de certas palavras e não de outras, o rebuscamento e a ornamentação...), mas também a própria sintaxe (a ordem e a inversão das palavras na sentença) constituem preocupações dignas de ponderações pelo filósofo. Como Sêneca não nos oferece, nessas epístolas, exemplos do que consideraria “natural” quanto à ordem das palavras, nosso julgamento a esse respeito permanece mais ou menos conjectural, ao opormos uma estrutura menos elaborada do ponto de vista retórico (sem figuras de inversão, por exemplo), a construções mais ricamente elaboradas quanto aos torneios sintáticos, que qualificariam, teoricamente, exemplos de construções mais artificiais. Pela escassez de exemplos, não podemos afirmar seguramente que, no que tange à ordem das palavras na sentença, Sêneca advogasse como “natural” a posição do verbo no final da sentença, embora sejam ainda convincentes os estudos de Marouzeau (1922; 1946 e 1953) e Ernout & Thomas (1959) que assinalam esta como a forma “habitual” ou “preferencial” em latim (já que não se pode pensar, rigorosamente, segundo tais estudos, em ordem fixa, prototípica ou não-marcada do ponto de vista sintático⁵⁵).

Dessa maneira, no texto de Sêneca, não se aborda diretamente a ordem das palavras enquanto fenômeno próprio do funcionamento interno da língua, mas este

⁵⁵ Ernout & Thomas (1959, p. 161): “Le maintien de la flexion nominale a fait que l’ordre des mots n’a jamais pris en latin de signification syntaxique. On constate pourtant certaines habitudes ou préférences qui n’ont rien de strict” (“a manutenção da flexão nominal fez com que a ordem das palavras não tivesse jamais em latim uma significação sintática. Entretanto, constata-se certos hábitos ou preferências, que não possuem nada de inflexíveis”).

tópico se coloca como subproduto de uma reflexão de caráter retórico com consequências para o aproveitamento de suas lições filosóficas, com consequências, portanto, de caráter ético.

Por outro lado, considerado por Marcial, que possivelmente teria sido seu discípulo, como “mestre sem igual da juventude inconstante, glória da toga romana”⁵⁶, Quintiliano foi, certamente, ao lado de Cícero, um dos maiores teóricos do saber legado pela retórica antiga. Conforme vimos, preocupado com a formação dos futuros oradores, Quintiliano propôs em sua *Institutio oratoria* os fundamentos para a composição de um discurso que primasse pelo cuidado e pela elegância, que considerasse o equilíbrio e os valores legados pela tradição clássica, especialmente ciceroniana, apresentando, por assim dizer, um discurso coetâneo ao de Sêneca, mas em antítese em relação ao do filósofo no que se refere ao estilo.

Quintiliano advogava que a linguagem do discurso do orador deveria levar em conta um tríplice aspecto de elaboração: a ordem das palavras, a ligação e o ritmo⁵⁷. Não se trata de uma questão simplesmente técnica no que diz respeito ao gênero oratório; trata-se, na verdade, de um posicionamento ético diante da linguagem, oposto ao de Sêneca: enquanto para o filósofo estoico romano a linguagem simples identificava o homem virtuoso, para Quintiliano era exatamente a perícia no uso da língua que destacava o homem bom. Conforme apresentamos no último item, para o mestre de

⁵⁶ Cf. Marcial, *Ep.* II, 90 (*apud* Pereira, 2006, p. 22): ... *uagae moderator summe iuuentae, Gloria Romanae... togae...*

⁵⁷ Cf. Quintiliano, *Inst. or.*, IX, 4, 22: *In omni porro compositione tria sunt genera necessaria, ordo, iunctura, numerus.* (“Além disso, em toda composição, três gêneros são necessários: ordem, ligação e ritmo”).

retórica, o *uir bonus* era, sobretudo, *dicendi peritus*: as qualidades morais excelentes que caracterizam o orador ideal (*bonus*) são igualmente representadas no apuro com que utiliza a linguagem no seu discurso (*peritus*).

Não era desconhecida de Quintiliano a antiga oposição entre o estilo “ático” – conciso, preciso, sem torneios – e o “asiático” – enfático, pomposo, com emprego abusivo de recursos da eloquência e esvaziamento do conteúdo da causa (*Inst.* XI, 10, 17), e a excelência do primeiro em relação ao segundo⁵⁸. Bem como não se ignorava a crítica daqueles que, como Sêneca, consideravam antinatural toda expressão verbal que se afastasse da fala comum⁵⁹. No entanto, diferente do filósofo, para o mestre de retórica, os discursos virtuosos não se restringiam somente aos textos elaborados segundo o *genus humile*, mas eram igualmente valorizados aqueles oradores que lograssem um uso mais sofisticado dos recursos retóricos, de acordo com o decoro da questão.

⁵⁸ Cf. Quintiliano, *Inst. or.*, XII, 10, 20: *Nemo igitur dubitauerit, longe esse optimum genus Atticorum* (“Ninguém terá duvidado que, de longe, o estilo ático é o melhor”).

⁵⁹ Cf. Quintiliano (*Inst. or.* XII, 10, 40-41): *Adhuc quidam nullam esse naturalem putant eloquentiam nisi quae sit cotidiano sermoni simillima, quo cum amicis coniugibus liberis seruis loquamur, contento promere animi uoluntatem nihilque arcessiti et elaborati requirente: quidquid huc sit adiectum, id esse adfectionis et ambitiosae in loquendo iactantiae, remotum a ueritate fictumque ipsorum gratia uerborum, quibus solum natura sit officium attributum seruire sensibus: sicut athletarum corpora, etiam si ualidiora fiant exercitatione et lege quadam ciborum, non tamen esse naturalia atque ab illa specie quae sit concessa hominibus abhorrere.* (“Alguns julgam que nenhuma forma de eloquência é natural, a não ser aquela que for por demais parecida com a linguagem do dia-a-dia, com a qual falamos com os amigos, com os filhos, com os cônjuges, limitada a expressar o desígnio da mente e sem buscar nada de refinado e elaborado. O que quer que seja acrescido, julgam ser por afetação ou ostentação pretensiosa na fala, afastado da verdade e inventado por causa das próprias palavras, às quais o único ofício atribuído pela natureza era o de servir aos pensamentos. Como corpos de atletas, ainda que se tornem mais fortes com o exercício e certa regulação dos alimentos, ainda assim não são naturais e, longe daquela espécie concedida aos homens, são impróprios”).

Assim, embora a crítica daqueles que condenassem o estilo excessivamente rebuscado não fosse considerada inteiramente desprovida de razão por Quintiliano, ele não chegava ao extremo de invalidar todo e qualquer artifício que afastasse a linguagem do estilo mais comum e corriqueiro. Para Quintiliano, era próprio dos homens se valerem de artifícios para qualificar e melhorar o discurso, segundo determinados propósitos, diversos daqueles que justificassem a fala comum:

Se alguém, entretanto – como afirmei na parte sobre a composição – tiver acrescido algo melhor às coisas estritamente necessárias, as quais não são menores, não deverá ser repreendido por esta calúnia. Por certo, parece-me que uma coisa é a linguagem natural das pessoas, outra coisa é o discurso do homem eloquente. Se fosse o bastante a este apenas indicar as coisas, ele não elaboraria nada além da literalidade das palavras. Porém, como devesse deleitar, comover, incutir no ânimo do auditório numerosas questões, ele fará uso também de auxiliares que nos são concedidos pela mesma natureza: de fato, é natural os homens contraírem, aumentarem ou melhorarem a aparência dos músculos, através de exercícios. É por isso que entre todos os povos um homem é tomado como mais eloquente que outro, e mais doce ao falar (o que, se não acontecesse, todos seriam iguais), tanto quanto os mesmos homens falam diferentemente sobre diferentes matérias, e conservam as distinções entre as pessoas. Assim, quanto mais eficiente na fala cada um for, tanto mais dirá de acordo com a natureza da eloquência.⁶⁰

(Quintiliano, *Inst. or.* XII, 10, 43-44)

⁶⁰ Cf. *Si quis tamen, ut in loco dixi compositionis, ad necessaria, quibus nihil minus est, aliquid melius adiecerit, non erit hac calumnia reprehendus. Nam mihi aliam quandam uidetur habere naturam sermo uulgaris, aliam uiri eloquentis oratio: cui si res modo indicare satis esset, nihil ultra uerborum proprietatem elaboraret: sed cum debeat delectare, mouere, in plurimas animum audientis species inpellere, utetur his quoque adiutoriis quae sunt ab eadem nobis concessa natura: nam et lacertos exercitatione constringere et augere uires et colorem trahere naturale est. Ideoque in omnibus gentibus alius alio facundior habetur et loquendo dulcis magis (quod si non eueniret, omnes pares essent), et idem homines aliter de re alia locuntur et seruant personarum discrimina. Ita, quo quisque plus efficit dicendo, hoc magis secundum naturam eloquentiae dicit.*

Assim, em prol de um estilo mais elaborado, para além da “literalidade da linguagem”, recursos que tornariam o texto menos trivial e, portanto, menos próximo da fala prosaica, não somente eram considerados legítimos, como, em certos casos, recomendáveis. Assim, para Quintiliano, a disposição do período e a ordem de palavras ou sílabas de tal modo que pudessem causar aprazimento nos ouvintes, serviam ao bom orador para conduzir a audiência para além da mera informação e da indicação de fatos, serviam para levá-la à persuasão, à comoção, ao arrebatamento.

É exatamente nesse enquadre que as construções de palavras, muito amiúde numa disposição inversa ao que era usual, não deveriam, para Quintiliano, ser consideradas como desvios antinaturais. A postulação daqueles que, tal como Sêneca, advogassem uma ordem mais ou menos fixa para as palavras, em busca de uma presumida simplicidade e naturalidade de estilo, era, para Quintiliano, no mínimo um pedantismo excessivo:

É um tanto excessiva a observação de algumas pessoas de que os nomes devem preceder aos verbos; os verbos, aos advérbios; os nomes, aos apostos e pronomes; pois, com efeito, frequentemente a ordem é inversa e não desagradável.⁶¹

(Quintiliano, *Inst. or.*, IX, 4, 24)

Com efeito, para o mestre de retórica, as inversões que se possam produzir na ordem das palavras não somente produzem sequências aceitáveis, mas também, como se

⁶¹ Cf. *Illa nimia quorundam fuit observatio, ut uocabula uerbis, uerba rursus aduerbiis, nomina appositis et pronomibus essent priora; nam fit contra quoque frequenter non indecore.*

observa no passo seguinte, constituem elas mesmas um artifício retórico virtuoso, conhecido, desde havia muito, pelo nome grego de ὑπερβατόν e, em latim, pela palavra *transgressio*⁶²:

Não injustamente, contamos também, entre as virtudes do estilo, o hipérbato, isto é, a transposição [*transgressio*] da palavra, já que o trato da disposição e a elegância [*decor*] o reclamam com frequência. Com efeito, a oração se torna frequentemente áspera, dura, descuidada e desconexa se as palavras são nela arranjadas por força da ordem.⁶³

(Quintiliano, *Inst. or.*, VIII, 6, 62)

Por outro lado, porém, a utilização das inversões requer certo equilíbrio: para Quintiliano o bom discurso se caracteriza por ser adequadamente ordenado, as inversões longas podendo torná-lo obscuro:

É rico, porém, aquele discurso ao qual se aplica uma ordem correta, uma ligação adequada e, com estes, um ritmo bem encadeado. Na verdade, há algumas inversões demasiadamente longas, conforme expusemos nos outros livros, e, ao mesmo tempo, também viciosas na composição (...).⁶⁴

(Quintiliano, *Inst. or.*, IX, 4, 27)

⁶² Mesmo na *Retórica a Herênio* (*Rhet. ad Herennium*, IV, 44, 55), o conceito de *transgressio* recebe uma especialização: tomado *lato sensu* o ὑπερβατόν da gramática grega, que em latim era traduzido por *transgressio*, poderia se dividir em dois fenômenos distintos: a inversão propriamente dita (*peruersio*) e a disjunção (*transiectio/traiectio*).

⁶³ Cf. *Hyperbaton quoque, id est, uerbi transgressionem, quoniam frequenter ratio comparationis et decor poscit, non immerito inter uirtutes habemus: fit enim frequentissime aspera, et dura, et dissoluta, et hians oratio, si ad necessitatem ordinis sui uerba redigantur.*

⁶⁴ Cf. *Felicissimus tamen sermo est, cui et rectus ordo, et apta iunctura, et cum his numerus opportune cadens contigit. Quaedam uero transgressionem et longae sunt nimis, ut superioribus diximus libris, et interim etiam compositione uitiosae (...).*

Assim, em suma, para Quintiliano, a ordem das palavras (assim como o próprio ritmo e a ligação entre os termos) se coloca como um recurso legítimo de elaboração retórica. A estrutura sintática da língua latina possibilita a utilização da inversão (ὑπερβατόν/*transgressio*) para produzir um discurso elegante. Porém, sua utilização não é absolutamente livre: inversões longas demais resultam em composições viciosas (*uitiosae*). A própria oração poderá ser considerada mal-construída, caso a ordem não seja cuidadosamente pensada, conforme vemos em outra passagem:

Não há quem não saiba: julgo que tais coisas deveriam ter sido ditas muito brevemente sobre a ordem, a qual, se é ruim, ainda que a oração seja bem encadeada e com bom ritmo, será, entretanto, considerada mal-feita.⁶⁵

(Quintiliano, *Inst. or.*, IX, 4, 32)

Assim, Quintiliano confere à ordem das palavras e às inversões que nela se possam produzir o papel potencial de tornar o discurso mais elegante e virtuoso, característico dos bons oradores. Isso não quer dizer, contudo, que a possibilidade estilística de implementar inversões seja ilimitada: o uso excessivo das alterações na ordem das palavras podem produzir sentenças mal-formadas e, portanto, pouco claras, a despeito de, ainda assim, apresentarem ritmo e encadeamento adequados.

⁶⁵ Cf. *Nemo est qui nesciat: haec arbitrator, ut in breui, de ordine fuisse dicenda; qui, si uitiosus sit, licet et uincta sit et apte cadens oratio, tamen incomposita dicatur.*

Em suma, tanto Sêneca quanto Quintiliano consideram a ordem das palavras no enunciado latino, ainda que pelo viés de dois prismas diferentes. Para o filósofo romano, o artifício retórico que engendra a inversão das palavras produz somente rebuscamento e artificialidade, atenta contra certa “naturalidade” da língua. Para Sêneca, o discurso verdadeiramente virtuoso não é aquele que possua os ornatos retóricos que interferem na ordem das palavras, mas aquele que soe natural e despreocupado, caracterizando, portanto, um “estilo simples”. A ordem das palavras na sentença latina é abordada, portanto, como subproduto e resultado de uma reflexão de caráter moral: identifica-se linguagem e usuário dessa língua, quando se atribui ao estilo simples e natural da língua um caráter igualmente natural e virtuoso de seu usuário.

Para Quintiliano, porém, os recursos expressivos da língua, entre os quais a alteração da ordem das palavras na sentença (ὑπερβατόν/*transgressio*) revelam-se artifícios legítimos que qualificam o discurso. A sua preocupação não reside em apreciar, portanto, a fala comum, mas em estabelecer as balizas que definem um discurso esteticamente elaborado que sirva para propósitos retóricos e que destaquem a fala do orador ideal daquela do cidadão comum e revele a nobreza de caráter daquele. A ordem das palavras torna-se, portanto, uma variável importante a ser considerada pelos oradores para produzir bons discursos.

É importante ainda destacar que, embora, em Quintiliano, estejamos diante de um texto que apresenta os fundamentos da retórica romana, estamos também, e principalmente, diante de um texto que se ocupa da *formação* dos antigos oradores.

Disso, advém, portanto, de modo análogo a Sêneca, uma preocupação com o caráter moral dos oradores: não se trata apenas de apreciar os elementos técnicos da retórica e produzir uma espécie de enciclopédia da oratória romana; trata-se, sobretudo, de identificar o bom discurso romano com aquele do cidadão ideal, que é, ao mesmo tempo, o orador ideal.

1.5 Em síntese

Ao longo deste capítulo, apresentamos algumas das questões metalinguísticas desenvolvidas pelos antigos gregos e romanos no âmbito de algumas disciplinas que tematizavam a linguagem. Das primeiras reflexões sobre os sons do enunciado ritmado que caracterizava o discurso poético – inicialmente, também musical – observamos, como preocupação da música, a fragmentação do contínuo oral em partes menores para a metrificação desses enunciados – dando ensejo aos conceitos de elemento sonoro mínimo, sílaba, pés etc.

Apreciamos, de forma geral, como tais conceitos serviram também, a partir de outro enquadre epistemológico, à formulação de unidades menores do discurso dialético: a essas partes, como observamos no *Crátilo*, de Platão, e na *Poética*, de Aristóteles, se associaram outras categorias, como a de ὄνομα e ῥήμα, formulação que seria o ponto central para a elaboração do conjunto das demais partes do discurso (μέρη λόγου). Sem a pretensão de delinear a história dos conceitos através das disciplinas antigas, nossa

apresentação é ilustrativa do fato de que a linguagem como objeto não nasceu com a gramática antiga, mas já comparecia tematizada a partir de diversos prismas também em outras disciplinas antigas, tais como a poética, a música, a retórica, a dialética. Especificaremos, no capítulo 2, o tratamento que a gramática greco-romana ofereceu às partes do discurso. Um ponto particular a esse respeito é a polissemia do termo λόγος (ou *ratio*), que, embora apresente alguns sentidos nos discursos dialético e retórico antigos, também é ressignificado no escopo das disciplinas gramaticais e, em Apolônio e Prisciano, terão sentidos mais precisos do que aqueles encontrados nos filósofos predecessores.

O segundo tema destacado neste capítulo foi a constituição de uma *norma* da linguagem no discurso retórico antigo. A elaboração de uma *norma* acarreta o reconhecimento do fato empírico de que a língua não é uniforme, mas variável. Uma dessas variantes é, ao mesmo tempo, identitária dos romanos antigos e tem como propriedade a *Latinitas*. Esta é uma das questões mais fundamentais que caracterizariam o discurso gramatical e, por isso mesmo, será reapresentada no próximo capítulo, já vinculada às noções de *figurae* e *uitia sermonis*, desenvolvidos no âmbito da gramática greco-romana.

Finalmente, verificamos como, já em textos retóricos e filosóficos romanos, havia também reflexões acerca da ordem e da inversão das palavras na sentença e suas consequências retóricas e filosóficas na obra de Sêneca e Quintiliano. Este último tema parece-nos particularmente importante por preceder a preocupação que, séculos depois,

estaria no centro da discussão teórica do *De constructione* e do *Περὶ συντάξεως*: as relações entre as palavras nos enunciados latinos e gregos.

II

ARS GRAMMATICA

Quando pega o livro de Cícero *De republica* um certo filólogo aqui, ali um gramático, acolá algum estudioso de filosofia, cada um volta a sua atenção a um aspecto diverso. O filósofo admira-se que tantas coisas possam ser ditas contra a injustiça. Quando o filólogo aborda a mesma lição, anota isto: há dois reis romanos, um dos quais não tem pai e outro não tem mãe. Com efeito, hesita-se a respeito da mãe de Sêrvio, nada se diz do pai de Anco, apenas que é neto de Numa. Além disso, observa que aquele a quem consideramos ditador e assim o vemos ser chamado nas histórias, entre os antigos, era considerado o mestre do povo. (...) Quando o gramático explica os mesmos livros, primeiro refere em seus comentários que as palavras *reapse* foram ditas por Cícero, isto é, *re ipsa* ['pela própria coisa'], assim como *sepse*, isto é *se ipse* ['ele mesmo']. Depois muda para aquelas expressões que o costume dos tempos mudou, assim como dizia Cícero: "Pois fomos chamados de volta ao fim da carreira [*ab ipsa calce*] pelo seu grito". Aquilo que hoje chamamos *creta* no circo os antigos diziam *calx*. Então, reúne os versos de Ênio, em primeiro lugar aqueles escritos sobre o Africano. (...) Afirma que Ênio tirou isso de Homero, e Virgílio, de Ênio.⁶⁶

(Sêneca, *Ep. mor.*, XVIII, 108, 30-33)

⁶⁶ Cf. *Cum Ciceronis librum de re publica premit hinc philologus aliquis, hinc grammaticus, hinc philosophiae deditus, alius alio curam suam mittit. Philosophus admiratur contra iustitiam dici tam multa potuisse. Cum adhuc eandem lectionem philologus accessit, hoc subnotat: duos Romanos reges esse quorum alter patrem non habet, alter matrem. Nam de Serui matre dubitatur; Anci pater nullus, Numae nepos dicitur. Praeterea notat eum quem nos dictatorem dicimus et in historiis ita nominari legimus apud antiquos magistrum populi uocatum. Aequè notat Romulum perisse solis defectione; prouocationem ad populum etiam a regibus fuisse; id ita in pontificalibus libris et aliqui qui putant et Fenestella. Eisdem libros cum grammaticus explicuit, primum uerba 'reapse' dici a Cicerone, id est 're ipsa', in commentarium refert, nec minus 'sepse', id est 'se ipse'. Deinde transit ad ea quae consuetudo saeculi mutauit, tamquam ait Cícero 'quoniam sumus ab ipsa calce eius interpellatione reuocati.' Hanc quam nunc in circo 'cretam' uocamus 'calcem' antiqui dicebant. Deinde Ennianos colligit uersus et in primis illos de Africano scriptos (...) Ennium hoc ait Homero [se] subripuisse, Ennio Vergilium.*

2.1 *Grammaticus, philologus, litteratus et al.: alguns conceitos em formação*

Através da oposição entre os significados, então conferidos, aos antigos ‘filósofo’ (*philosophus*), ‘filólogo’ (*philologus*) e ‘gramático’ (*grammaticus*), a passagem em epígrafe, da epístola de Sêneca a Lucílio, faz demonstrar que, embora se associassem em sua origem, no período imperial, em Roma, os ofícios dos profissionais ligados à linguagem possuíam particularidades.

Diante do texto escrito – ali exemplificado na obra *De republica*, de Cícero – o filósofo, o filólogo e o gramático teriam, então, cada um, suas preocupações próprias. Ao primeiro, restaria a admiração ética; ao segundo, as investigações em torno do texto em seu contexto mais amplo – os elementos históricos e sociais que pudessem contribuir para a sua interpretação –; ao terceiro, enfim, uma preocupação mais próxima do nível da realização formal das sentenças – as próprias palavras ou, para nos servirmos de termo próprio de nosso tempo, os significantes e seus referentes.

Tomando como mote a oposição assim delineada na epístola de Sêneca, apresentaremos, neste capítulo, algumas outras aproximações teóricas acerca do ofício do antigo *grammaticus*, evocando, igualmente, outros testemunhos textuais antigos que nos levem a precisar o conceito que atribuímos à matéria à qual ele se dedicava: a gramática. Em seguida, e como complemento à discussão que apresentamos no capítulo 1, reservaremos espaço para expandir aqueles tópicos que – outrora debatidos no âmbito das disciplinas mais antigas ligadas à palavra – também despertaram interesse particular

dos gramáticos, respectivamente: os desdobramentos das noções de partes do discurso, o conceito de *Latinitas* (e de correção) e, finalmente, um esboço daquilo que seria, para o olhar moderno, as primícias de uma análise “sintática” das línguas antigas.

Antes de mais nada, reconheçamos que definir a gramática na Antiguidade latina significa também observar a sua filiação a uma tradição grega. O nascimento das discussões gramaticais em solo romano, conforme nos informa Suetônio (*De gram.*, 2, 1-3), deriva de um fato envolvendo um certo gramático de origem grega, Crates de Malos, que, por ter sofrido um acidente, teria sido forçado a permanecer em Roma, período durante o qual teria proferido palestras sobre os poetas antigos⁶⁷. A ascendência helênica da gramática latina também se revela em seu próprio nome, de origem estrangeira: *ars grammatica*, decalque do grego τέχνη γραμματική, possui a mesma raiz de γράμμα, “letra” e, etimologicamente, significaria algo como ‘conhecimento das letras’.

Portanto, se recuperarmos, do ponto de vista histórico, a terminologia que dá nome à gramática, chegaremos a identificar o termo de origem grega *grammatica* com seu equivalente latino *litteratura*, do mesmo modo que, etimologicamente, ao termo

⁶⁷ Cf. Suetônio, *De gram.*, 2, 1-3: *Primus igitur, quantum opinamur, studium grammaticae in urbem intulit Crates Mallotes, Aristarchi aequalis, qui missus ad senatum ab Attalo rege inter secundum et tertium Punicum bellum sub ipsam Enii mortem, cum regione Palatii prolapsus in cloacae foramen crus fregisset per omne legationis simul et valetudinis tempus, plurimas fecit adsidueque disseruit ac nostris exemplum fuit ad imitandum.* (“Portanto, ao que pensamos, o primeiro a introduzir em Roma o estudo gramatical foi Crates de Malos, coetâneo de Aristarco, que tinha sido enviado ao senado pelo rei Átalo, entre a segunda e a terceira guerra púnicas, perto da morte de Ênio. Por ter caído em uma vala de esgoto perto da região do Palatino, quebrou sua perna e, durante o período de convalescença, com assiduidade proferiu palestras e dissertou, servindo-nos como exemplo a ser imitado”).

grego γράμμα equivale a sua contrapartida latina, *littera*. É também Suetônio quem nos ajuda a lançar luz sobre essa questão:

A denominação de ‘gramáticos’ desenvolveu-se a partir do costume grego; mas no início eram chamados de ‘literatos’. Também Cornélio Nepos, no livrinho em que distingue literato de erudito, afirma que, de fato, são chamados pelo povo literatos aqueles que são capazes de escrever ou dizer algo de forma diligente ou aprofundada; de resto, devendo ser chamados, assim, propriamente, de ‘intérpretes dos poetas’ aqueles que são chamados pelos gregos de gramáticos. (...) Porém, há aqueles que distiguem ‘literatos’ (*litterati*) dos ‘mestres de letras’ (*litteratores*), assim como aos gregos soem distinguir gramáticos (*grammatici*) de mestres de gramática (*grammatistae*); aquele, de fato, estimam ser absolutamente culto, e este medianamente.⁶⁸

(Suetônio. *De gram.*, 4, 2-5)

A identidade que Suetônio revela, nos primórdios, entre o ‘literato’ e o ‘erudito’ revela, de antemão, uma das características primordiais do discurso gramatical: a de saber-se repositório dos saberes oriundo dos textos⁶⁹. De certa maneira, o gramático era, antes de tudo, o homem culto, o “guardião da língua e da cultura”, fato, ademais,

⁶⁸ Cf. *Appellatio grammaticorum Graeca consuetudine inualuit; sed initio litterati uocabantur. Cornelius quoque Nepos libello quo distinguit litteratum ab erudito, litteratos quidem uulgo appellari ait eos qui aliquid diligenter et acute scienterque possint aut dicere aut scribere, ceterum proprie sic appellandos poetarum interpretes, qui a Graecis grammatici nominentur. (...) Sunt qui litteratum a litteratore distinguant, ut Graeci grammaticum a grammata, et illum quidem absolute, hunc mediocriter doctum existiment.*

⁶⁹ De fato, conforme nos lembra Auroux (1989, p. 200), o nascimento da gramática não se pode dissociar do trabalho dos filólogos alexandrinos. Embora, no início, os trabalhos do filólogo e do gramático fossem distintos, com o tempo as tarefas, antes de exclusividade do filólogo, tais como a preservação e explicação dos textos, se tornaram parte da tarefa do gramático. Dessa maneira, o gramático se tornou aquele responsável pela conservação da tradição (e, portanto, da cultura) escrita.

também observado por Sêneca⁷⁰, filósofo romano que lhe precedera em uma geração, e Agostinho⁷¹, pensador da patrística a lhe suceder no século IV de nossa era. Na sequência, Suetônio revela, ainda, ser possível a oposição entre o simples *grammaticus*, identificado com o homem erudito – o *litteratus* – e o ‘mestre de letras’ (*litterator/grammatista*).

Porém, o que mais se destaca do trecho de Suetônio refere-se ao fato de que o gramático é representado como aquele que não somente possui erudição; mas também se coloca como o profissional encarregado de ser o ‘intérprete dos poetas’ (*poetarum interpretes*), e, mais: aquele que não somente *escrevia*, mas também *falava* sobre esses assuntos.

Os dois últimos pontos conduzem-nos, necessariamente, a duas propriedades da gramática antiga: 1) constituía-se como um discurso que integrava um projeto de formação educacional do romano – de fato, uma etapa formal do currículo em Roma, conforme mencionamos brevemente no capítulo anterior⁷² – e, 2) sua prática nascia de

⁷⁰ Cf. Sêneca (*Ep. mor.*, XV, 95, 65, grifos nossos): *Posidonius non tantum praeceptionem (nihil enim nos hoc uerbo uti prohibet) sed etiam suasionem et consolationem et exhortationem necessariam iudicat; his adicit causarum inquisitionem, aetiologian quam quare nos dicere non audeamus, cum grammatici, custodes Latini sermonis, suo iure ita appellant, non uideo.* (“Posidônio julga necessários não tanto o preceito (com efeito, nada nos impede de utilizar essa palavra), mas também o aconselhamento e a consolação; acresce a esses a investigação das causas, assim, não ousou dizer a causa do que não vejo, **embora os gramáticos, os guardiões da língua latina**, evoquem isso como de seu direito.”)

⁷¹ Cf. Agostinho (*Sol.*, II, 11, 19, grifos nossos): *Est autem grammatica uocis articulatae custos et moderatrix disciplina: cuius professionis necessitate cogitur humanae linguae omnia etiam figmenta colligere, quae memoria litterisque mandata sunt.* (**A gramática é, porém, a disciplina guardiã e moderadora do som articulado**, cuja profissão necessariamente leva a reunir também todas as representações da linguagem humana que foram confiadas à memória e às letras).

⁷² Cf. Law (1987, p. 11): “it was to this end, mastery of language, that the whole Roman education was directed” (“era para esse fim, o domínio da linguagem, que toda a educação romana estava direcionada”); Baratin (1994, p. 146): “Cette discipline, qui n’était initialement qu’une pratique pédagogique, s’est ainsi enrichie secondairement de l’activité philologique” (“Esta disciplina, que inicialmente nada mais é que uma

um contato permanente com a tradição poética, ou, em outras palavras, o gramático era, por assim dizer, um *guardião* em outro sentido: ocupava, de fato, uma posição de relevância social em seu contexto, era o responsável por introduzir o cidadão romano no conhecimento das letras, garantindo-lhe, ao mesmo tempo, a possibilidade de inclusão em novas esferas públicas⁷³.

Assim, o fato de a reflexão metalinguística desenvolvida pelo gramático não prescindir, por um lado, de uma dimensão pedagógica, e, por outro, de uma análise dos textos da tradição, sobretudo poética, leva-nos novamente ao sentido original do termo ‘gramática’ como conhecimento das letras, *litteratura*. Leva-nos, ainda, de volta ao texto de Sêneca (*Ep. mor.*, XVIII, 33) que apresentamos no início: o gramático “reúne os versos de Ênio, em primeiro lugar aqueles escritos sobre o Africano. (...) Afirma que Ênio tirou isso de Homero, e Virgílio, de Ênio⁷⁴”.

prática pedagógica, é enriquecida, posteriormente, pela atividade filológica”). Outra obra referencial, a demonstrar a relação da antiga gramática com o ensino em Roma, é a de Marrou (1975).

⁷³ Cf. Kaster (1988, p. 220): “In turn, there was implied in the grammarian's combined functions, and the wide-ranging expectations to which he was subject, a second point concerning his *custodia*: the grammarian performed as a *custos* in another sense, occupying a cardinal position in the social and intellectual life of the empire, as he presided over the critical passage from bare literacy, gained in the *ludus litterarius*, to initiation in the literary culture and the promise of its status and perquisites” (“Por sua vez, estava implícito, no conjunto de funções do gramático, e nas amplas expectativas às quais estava sujeito, um segundo ponto relacionado à sua *custodia*: o gramático, atuando como um *custos* em outro sentido, ocupando uma posição cardeal na vida social e intelectual do império, uma vez que presidia a passagem da simples alfabetização granjeada na escola do *ludus litterarius*, para a iniciação à cultura literária e à promessa de seus *status* e recompensas.”)

⁷⁴ Cf. *Deinde Ennianus colligit uersus et in primis illos de Africano scriptos (...) Ennium hoc ait Homero [se] subripuisse, Ennio Vergilium*. É importante também lembrar que é o conhecimento das “letras” (*grammata*) que é a especialidade evocada por Platão (*Sofista*, 253a), quando fala de gramática.

O gramático é, por assim dizer, *poetarum interpres*, espécie de exegeta, e, até certo ponto, espécie de “crítico literário”⁷⁵. Aliás, é nessa mesma arena que se forjara, séculos antes, a definição seminal de gramática, aquela oferecida pelo gramático alexandrino Dionísio Trácio, que teria ensinado em Rodas, entre 140 e 90 a.C., em sua *Τέχνη γραμματική* – por alguns críticos considerada o primeiro tratado gramatical supérstite:

A gramática é o conhecimento empírico do que é dito, frequentemente, nos poetas e prosadores. Seis são suas partes: a primeira, leitura exercitada segundo a prosódia; a segunda, a exegese dos tropos poéticos encontrados; a terceira, a atualização espontânea dos termos obscuros e das histórias; a quarta, a busca pela etimologia; a quinta, a consideração da analogia; a sexta, a avaliação dos poemas, a qual é o que há de mais belo de todas que há na arte.⁷⁶

(Dionísio Trácio. *Tekh. gram.*, I, 1)

⁷⁵ Cf. Cantó (1997, p. 741): *hasta la época augústea los grammatici de primera fila son sobre todo críticos literarios, que enseñan en ocasiones, generalmente a jóvenes o a adultos*. (“até a época de Augusto, os *grammatici* de primeira linha são, sobretudo, críticos literários, que ensinam em ocasiões, geralmente a jovens ou a adultos.”)

⁷⁶ Cf. γραμματική ἐστὶν ἐμπειρία τῶν παρὰ ποιηταῖς τε καὶ συγγραφεῦσιν ὥς ἐπὶ τὸ πολὺ λεγομένων. μέρη δὲ αὐτῆς ἐστὶν ἕξ·
 πρῶτον ἀνάγνωσις ἐντριβὴς κατὰ προσωδίαν,
 δεύτερον ἐξηγήσις κατὰ τοὺς ἐνυπάρχοντας ποιητικοὺς τρόπους,
 τρίτον γλωσσῶν τε καὶ ἱστοριῶν πρόχειρος ἀπόδοσις,
 τέταρτον ἐτυμολογίας εὔρεσις,
 πέμπτον ἀναλογίας ἐκλογισμὸς,
 ἕκτον κρίσις ποιημάτων, ὃ δὲ κάλλιστόν ἐστι πάντων τῶν ἐν τῇ τέχνῃ.

Ainda que contemporaneamente se ponha em debate a autenticidade do todo da obra de Dionísio Trácio⁷⁷, tal fato não diminui a relevância da primordialidade dos dois eixos aí delineados que definem o saber gramatical: um relativo ao funcionamento da língua – pressuposto, por exemplo, na “busca de etimologia” (ἐτυμολογίας ἔυρεσις) e pela “consideração da analogia” (ἀναλογίας ἐκλογισμός) – e outro, mais próprio do trabalho sobre os textos, mais tipicamente de crítica textual e afim à filologia alexandrina – a leitura (ἀνάγνωσις), exegese (ἐξήγησις), avaliação e juízo crítico dos poemas (κρίσις ποιημάτων). Essa definição de gramática, por assim dizer, associada a um trabalho textual, como é sabido, encontrou importantes repercussões nos gramáticos latinos posteriores: inicialmente, em Varrão (século I a.C.)⁷⁸, em Quintiliano, no livro I de sua *Institutio oratoria*, no qual se desenvolve extenso capítulo sobre a *ars grammatica*⁷⁹,

⁷⁷ Cf. Baratin (In: Auroux, 1989, p. 200), existe uma contradição entre a formulação inicial de gramática (esta que apresentamos há pouco) e a descrição das categorias de palavras que a seguem. A primeira parece adequar-se ao projeto filológico que definia a gramática alexandrina, da qual a *Τέχνη* é, sem dúvida, representativa. A segunda parte, porém, pareceu aos estudiosos do século XX (cf. Di Benedetto, 1958), uma formulação tardia, provavelmente do século IV, fortemente baseada na descrição do significante levada a termo pela dialética estoica, descrição, ademais, que estava na base dos modelos das artes.

⁷⁸ Cf. Varrão (*De ling. Lat. apud* Mário Vitorino, GL VI, 4,4, grifos nossos): *Vt Varroni placet, ars grammatica quae a nobis litteratura dicitur, scientia est rerum quae a poetis, historicis, oratoribusque dicuntur ex parte maiore. Eius praecipua officia sunt quattuor, ut ipsi placet, scribere, legere, intellegere, probare.* (“Conforme Varrão, a arte da gramática, que é **chamada por nós litteratura**, é a ciência das coisas que são ditas por poetas, historiadores e oradores, em sua maior parte. São quatro suas principais funções: escrever, ler, compreender, avaliar”.)

⁷⁹ Cf. Quintiliano (*Inst. or.*, I, IV, 1-2, grifos nossos): *Primus in eo qui scribendi legendique adeptus erit, facultatem grammatici est locus. Nec refert de Graeco an de Latino loquar, quamquam Graecum esse priorem placet: utrique eadem uia est. Haec igitur professio, cum breuissime in duas partes diuidatur, recte loquendi scientiam et poetarum enarrationem, plus habet in recessu quam fronte promittit.* (Tradução de Pereira, 2006, p. 85: “Tão logo a criança tenha aprendido bem a ler e a escrever, deve ser postos aos cuidados do gramático. E não importa se grego ou latino, pois o método é o mesmo para ambos, embora me pareça melhor começar com um grego. Pois esse mister, embora se divida, muito sucintamente, em duas

e, finalmente, nos gramáticos tardios, haja vista, por exemplo, Donato ter escrito, já no século IV, uma *Ars* e dois comentários a partir das obras de Terêncio e Virgílio⁸⁰, e mesmo Prisciano, já no século VI – embora se lhe possa advogar, conforme veremos nos próximos capítulos, uma abordagem mais orientada para o funcionamento interno da língua – não deixou de referendar, em suas obras, a vasta produção poética herdada da tradição greco-romana⁸¹.

Finalmente, a definição de Dionísio Trácio leva-nos também a apresentar uma tese clássica – e ainda influente – acerca da gramática antiga: aquela defendida e referendada por diferentes pesquisadores modernos, entre os quais, principalmente, Barwick (1922), Holtz (1981), Law (1993), Baratin (1994), segundo a qual a gramática nascente em Roma reuniu em si duas vertentes: 1) uma propriamente alexandrina, que tem como precedentes diretos a fundação da Biblioteca de Alexandria no século III a.C. e o

partes – **a arte de falar corretamente e a explicação dos poetas** –, encerra mais em si do que deixa transparecer”).

⁸⁰ Conforme sabemos, além da famosa *Ars donatiana* (dividida em duas versões, que teriam, possivelmente, a finalidade de uso escolar; uma mais desenvolvida, a *Ars maior*, e um breve sumário em forma de perguntas e respostas, a *Ars minor*), Donato também foi o autor de dois longos comentários: sobre a obra de Virgílio (cuja maior parte não chegou aos dias de hoje) e Terêncio. A escrita desses comentários parece-nos corroborar que do gramático se esperava, além de uma reflexão pedagógica sobre a língua, a aplicação desses conhecimentos metalinguísticos para analisar uma obra literária. Outros desdobramentos dos comentários de Donato estão em Law (1987).

⁸¹ Veremos mais especificamente adiante, nos capítulos 3 e 5, o que antecipamos aqui: a abordagem gramatical de Prisciano é, em alguns aspectos, dissonante daquele dado pelo modelo clássico da *ars* (conforme Donato, por ex.), por, entre outros fatores, ser escrita em um contexto de bilinguismo histórico (os falantes conheciam o latim, possivelmente, como segunda língua, em Constantinopla do século VI). Por esse motivo, o que é razoável, há, em sua obra, uma análise mais exaustiva de fenômenos mais próprios do funcionamento interno da língua latina (muitas vezes em contraste com o grego). Porém, não se pode dizer que Prisciano teria abdicado totalmente da antiga concepção de gramática, que inclui em suas análises uma ampla referência ao texto poético; ao contrário, os poetas do cânone clássico greco-romano são constantemente evocados como exemplificação.

desenvolvimento de uma metodologia filológica, em grande parte refletida na concepção gramatical de Dionísio Trácio, e 2) outra baseada na filosofia estoica – que tem como precedentes os trabalhos dos filósofos do círculo de Pérgamo, tendo como um de seus representantes, de fato, o já citado Crates de Malos.

Embora a dimensão filológica permanecesse na essência dos tratados gramaticais, conforme mencionamos há pouco, até a Antiguidade Tardia, pelo menos, é o segundo modelo que teve maior fortuna em Roma, dando ensejo às chamadas “gramáticas escolares” (*Schulgrammatike*), que apresentaram um modelo tripartite diretamente oriundo da escola estoica (Desbordes, 2007, p. 223; Baratin, 1994, p. 143): uma primeira parte tratando dos fenômenos associados ao sons da língua (*uox, littera, syllaba, pedes* etc.), uma parte central que abordava as *partes orationis* (*nomen, pronomen, uerbum, aduerbium* etc.) e uma terceira, que se ocupava do estilo dos textos poéticos (analisando, sobretudo, as *figurae* e *uitia sermonis*). Nos próximos itens, veremos, em maiores detalhes, a segunda e a terceira partes desse modelo da *ars grammatica*, reconhecendo sua importância para o desenvolvimento ulterior do conceito de ‘sintaxe’.

2.2 Das partes do discurso às partes da oração

Ainda que a formulação original do conceito das chamadas “partes do discurso” (μέρη λόγου, entre os gregos; *partes orationis*, entre os latinos) seja tão antiga

quanto a dialética desenvolvida ainda no classicismo ático⁸², a maioria dos estudiosos recentes concordam que esse conceito, por central que seja na gramática antiga, guarda vinculações maiores com as doutrinas filosóficas do período helenístico, a partir, mais especificamente, das definições da dialética estoica⁸³ (Law, 1986, 1992, 1993; Baratin & Desbordes, 1981; Baratin, 1989; Neves, 2005; Inwood, 2006; Desbordes, 2007).

A doutrina estoica se constituía em três ramos interdependentes: a lógica, a física e a ética (Diógenes Laércio, *Vit.*, VII, 39). À lógica, cabia o estudo do λόγος⁸⁴, e se subdividia, ela própria, em retórica e dialética. Por sua vez, conforme nos explica Baratin (1993, p. 193), a dialética engendrou uma oposição fundamental (e, diga-se de passagem,

⁸² Conforme vimos, no capítulo anterior, está em Platão (*Crátilo*, 424b-c) uma formulação inicial das partes do discurso, em paralelo aos elementos constitutivos da cadeia sonora, partição oriunda da música/métrica. Também em outro diálogo, o *Sofista* (431b), Platão identifica essas partes como formadoras do enunciado (λόγος). Em Aristóteles, as partes do discurso se apresentam desde os trabalhos que compõem o *Organon*, mas são apresentadas em conjunto (em uma sequência de oito partes) em sua *Poética* (20, 1456b-1457a). Baratin (In: Aurox, 1989, p. 188 *et seq.*) ressalta que a formulação das categorias em Platão e, principalmente, em Aristóteles produz uma ‘teoria da predicação’, cuja finalidade não consiste, evidentemente, em analisar a língua por ela mesma, mas sua pertinência à noção de verdade.

⁸³ Conforme salienta Neves (2005, p. 85), precisar os limites da filosofia estoica é tarefa atualmente impossível, visto serem indiretas – e mesmo relativamente raras – as fontes do estoicismo helenístico. Para a brevíssima descrição que ofereceremos nos próximos parágrafos, baseamo-nos nas informações do compilador tardio Diógenes Laércio (*Vidas dos filósofos*), ciente dos problemas historiográficos que engendra a análise de um conceito por um compilador tardio. Maior precisão histórica na abordagem do estoicismo helenístico pode ser conferida nos autores modernos em que também nos baseamos: Baratin & Desbordes (1981) e Baratin (1989).

⁸⁴ Será preciso definir o que se entende, aqui, por λόγος? Em um breve levantamento lexical, encontramos, segundo Bailly *et al.* (*Le grand Bailly*, 2000), uma ampla pluralidade de acepções, desde os poetas gregos arcaicos até os textos helenísticos. Em síntese, nas origens, a palavra é encontrada em Homero e nos trágicos, significando simplesmente ‘palavra’. Nessa mesma acepção, também aparece em Tucídides, Ésquilo e, ocasionalmente, em Platão. Um segundo significado, especializado, é o que lhe confere a filosofia: λόγος não é a palavra comum, é o enunciado filosófico, a proposição filosófica. Por extensão, passa também a designar, por um lado, discurso, conversação, texto em prosa, significado que será caro à retórica e à sofística. Por outro, passa a significar razão, pensamento, enunciado racional (filosófico). É nessa última acepção que, parece-nos, o termo era tomado, *lato sensu*, na lógica. Veremos, adiante, que a gramática antiga, por sua vez, vai lhe conferir ainda um terceiro significado, mais especializado.

ainda válida nos estudos linguísticos contemporâneos): o *significante* (σημαῖνον: particípio presente substantivado de σημαίνειν: assinalar, significar) e o *significado* (σημαινόμενον: particípio presente passivo substantivado do mesmo verbo).

Conforme ainda Diógenes Laércio nos informa (*Vit.*, VII, 55-56), o significante tinha três realizações: φωνή (ou ‘voz’, o som não articulado e não portador de significado, como os emitidos por animais); λέξις (som articulado pelo homem, suscetível de ser representado pela forma escrita, mas não necessariamente portador de significado); e λόγος (som articulado, portador de significado, enunciado). A partir dessa repartição esquemática, acredita-se que, de fato, os estoicos procuraram desenvolver “um conjunto de instrumentos e mecanismos que organizassem a linguagem e regessem suas referências ao mundo por ela descrito; isto é, um conjunto de instrumentos e regras que permitissem falar com exatidão sobre a realidade”⁸⁵ (Baratin, 1993, p. 193). Um desses instrumentos foi, sem dúvida, retomar a partição do λόγος, uma vez iniciada pela dialética clássica, e reformulá-la à luz da doutrina estoica, permitindo-lhe o estudo de forma tríplice: quanto às suas qualidades e vícios, quanto ao fato de serem ou não poéticos e quanto aos seus constituintes (μέρη λόγου)⁸⁶. Esse esquema tripartido é semelhante àquele em que se organizaram as *artes grammaticae* e, por esse mesmo motivo, parece-nos correta a avaliação de Robins (1951, p. 36), em uma de suas primeiras obras, mas

⁸⁵ Cf. “les Stoïciens entendent decrier l’ensemble des instruments et des mécanismes qui organisent le langage et qui régissent ses rapports au monde qu’il décrit, c’est-à-dire l’ensemble des instruments et des règles qui permettent de parler avec exactitude de la réalité”.

⁸⁶ Cf. Diógenes Laércio (*Vida dos filósofos*, VII, 59-60).

ainda pertinente: “os estoicos prepararam terreno para que a linguagem fosse vista, adiante, como um objeto de estudo válido por si mesmo”.

Não se perca de vista, contudo, que se, aparentemente, a repartição do λόγος pelo estoicismo é apropriada também pelo discurso gramatical, isso não é feito sem lhe conferir um tratamento especial⁸⁷: os gramáticos se apropriaram da nomenclatura filosófica em seu ofício, mas conferiram-lhe outros significados, mais especializados, para tratar da linguagem, o seu objeto por excelência, com pouca – se alguma – referência ao mundo e ao estatuto de verdade da linguagem em relação ao mundo.

A título de ilustração, observemos como essas alterações podem ser percebidas se opusermos o modelo estoico (a partir do que Diógenes Laércio, por um lado, nos informa, em *Vit.*, VII) àquele que constituiu a segunda parte da gramática antiga, aqui exemplificado com os modelos de Quintiliano (século I d.C.) e de Prisciano (século VI d.C.). Conquanto seja possível citar muitos outros gramáticos latinos para produzirmos uma comparação exaustiva (tais como Varrão, Sacerdos, Donato, Carísio, Diomedes, Macróbio, para ficarmos apenas entre os mais conhecidos), apresentaremos apenas Quintiliano e Prisciano, não somente porque uma análise mais extensiva extrapolaria o nosso objetivo nesta seção, mas também porque as obras destes dois autores são

⁸⁷ Cf. Neves (2005, pp. 116-117): “Não fazem gramática [os filósofos], mas examinam os princípios da linguagem e criam uma nomenclatura “gramatical” que se vai enriquecendo (...). Aquele exame da linguagem nascido do esforço criativo do espírito helênico se concretiza num exame metódico e específico da língua grega. Surge a gramática como parte do estudo literário característico da época helenística, mas o fundo filosófico está no processo de sua instituição”.

particularmente emblemáticas, como veremos, para compreender a instituição da gramática antiga.

Em primeiro lugar, embora a *Institutio oratoria* de Quintiliano não seja um tratado propriamente gramatical, contendo apenas uma súmula dos conteúdos gramaticais propedêuticos à retórica, sua importância para a história da constituição do modelo gramatical deve-se ao fato de se tratar da primeira exposição completa, ainda disponível, inequivocamente datada (anos 90 d.C.), em que o tema gramatical é, por ele mesmo, tratado de forma completa (Desbordes, 2007, p. 225). Já a obra de Prisciano (*Institutiones grammaticae*) representa o auge desse mesmo modelo, a súmula final, extensiva e abrangente de todos os princípios e doutrinas que deram corpo às discussões gramaticais no mundo antigo. Este último é também o autor cuja concepção de sintaxe será examinada à frente, em paralelo com a de outro gramático do período helenístico: Apolônio Díscolo.

Assim, inicialmente, Diógenes Laércio apresenta a repartição do λόγος em cinco partes:

Os elementos do enunciado são em número de cinco, como afirmam Diógenes (*Τέχνη περὶ φωνῆς*) e Crísipo: o nome próprio, o nome comum, o verbo, a conjunção e o artigo. Antípater (*Περὶ λέξεως*) a eles acrescenta os termos médios.

O nome comum, segundo Diógenes da Babilônia, é o elemento do enunciado que significa uma característica comum a muitos seres (como, por exemplo, *homem* e *cavalo*).

O nome próprio é o elemento do enunciado que significa uma característica própria (por exemplo, *Diógenes*, *Sócrates*).

O verbo é o elemento do enunciado cujo significado constitui um predicado independentemente de toda combinação – esta é a definição de Diógenes da Babilônia; segundo outros é o elemento do enunciado desprovido de caso, cujo significado constitui uma combinação em que se faz referência a pelo menos um ser (por exemplo: γράφω [escrevo] e λέγω [digo]).

A conjunção é o elemento do enunciado desprovido de caso, que conecta os outros elementos entre si.

O artigo é o elemento do enunciado que comporta caso, sendo definido por gênero e número dos nomes, como Ὁ, Ἡ, Τό, Οἱ, Αἱ, Τά.⁸⁸

(Diógenes Laércio. *Vit.*, VII, 57-58)

Baseando-se em diversas fontes da doutrina estoica, entre as quais, em particular, o *Tratado sobre o som articulado* (*Τέχνη περὶ φωνῆς*), de Diógenes da Babilônia – por alguns identificado como o mestre de Crates de Malos (Baratin, 1993, p. 197) –, Laércio apresenta cinco categorias nas quais se subdividem os elementos do enunciado filosófico, as “partes do discurso”: o nome comum (προσηγορία), o nome próprio (ὄνομα), o verbo (ῥήμα), a conjunção (σύνδεσμος) e o artigo (ἄρθρον). A esse grupo inicial, Antípater teria acrescentado uma subclasse de termos intermediários (μεσότητα), a que Baratin & Desbordes (1981, p. 122), na mesma passagem, traduzem por “advérbios”.

⁸⁸ Cf. Τοῦ δὲ λόγου ἐστὶ μέρη πέντε, ὡς φησι Διογένης τ' ἐν τῷ Περὶ φωνῆς καὶ Χρύσιππος, ὄνομα, προσηγορία, ῥήμα, σύνδεσμος, ἄρθρον· ὁ δ' Αντίπατρος καὶ τὴν μεσότητα τίθησιν ἐν τοῖς Περὶ λέξεως καὶ τῶν λεγομένων.

Ἔστι δὲ προσηγορία μὲν κατὰ τὸν Διογένην μέρος λόγου σημαῖνον κοινὴν ποιότητα, οἷον Ἄνθρωπος, Ἴππος· ὄνομα δὲ ἐστὶ μέρος λόγου δηλοῦν ἰδίαν ποιότητα, οἷον Διογένης, Σωκράτης· ῥήμα δὲ ἐστὶ μέρος λόγου σημαῖνον ἀσύνθετον κατηγορημα, ὡς ὁ Διογένης, ἦ, ὡς τινες, στοιχείον λόγου ἁπλοῦς, σημαῖνόν τι συντακτὸν περὶ τινος ἢ τινῶν, οἷον Γράφω, Λέγω· σύνδεσμος δὲ ἐστὶ μέρος λόγου ἁπλοῦς, συνδοῦν τὰ μέρη τοῦ λόγου· ἄρθρον δὲ ἐστὶ στοιχείον λόγου πτωτικόν, διορίζον τὰ γένη τῶν ὀνομάτων καὶ τοὺς ἀριθμούς, οἷον Ὁ, Ἡ, Τό, Οἱ, Αἱ, Τά.

A análise do conceito de verbo (ῥῆμα) merece uma atenção particular, pois ela se define de forma dupla: 1) como uma categoria próxima ao ῥῆμα da proposição filosófica dialética clássica, segundo Diógenes da Babilônia – opondo-se a ὄνομα, seria algo como aquilo a que hoje nos referimos como ‘predicado oracional’; e 2) como uma categoria particular das palavras que não possui caso. A segunda definição é mais orientada para a morfologia da língua, por conseguinte, mais próxima da reflexão “gramatical”: tal definição aproxima o ῥῆμα à categoria de verbo tal como seria definida por Varrão, no século I: a palavra que não comporta caso⁸⁹.

A relação entre a doutrina estoica das partes do discurso e sua contrapartida gramatical é comentada por Quintiliano (*Institutio oratoria*, I, IV, 19-20). A levarmos em conta o relato do mestre de retórica, é possível verificar que, em sua concepção, o quadro não estava uniformizado entre os gramáticos latinos:

O número das partes do discurso foi a pouco e pouco aumentado pelos filósofos, principalmente pelos estóicos. Primeiro, aos conectivos juntaram-se os artigos, depois as preposições; aos nomes, os substantivos, depois o pronome; em seguida o particípio, que tem parte também com o verbo; aos mesmos verbos os advérbios. Nossa fala não se ressentia da ausência de artigos, cujo papel é desempenhado por outras partes do discurso. Por outro lado, às partes acima mencionadas

⁸⁹ Cf. Varrão (*De lingua Latina*, VI, 36, grifos nossos): *Cum verborum declinatum genera sint quattuor, unum quod tempora adsignificat neque habet casus, ut ab lego leges, lege; alterum quod casus habet neque tempora adsignificat, ut ab lego lectio et lector; tertium quod habet utrunque et tempora et casus, ut ab lego legens, lecturus; quartum quod neutrum habet, ut ab lego lecte ac lectissime*. (“Os tipos das palavras declinadas são quatro, **um que possui tempos, mas não tem caso, como a partir de lego, leges, lege**; outro que possui caso, mas não tempo; como, a partir de lego, lectio ou lector; um terceiro que possui ambos, tempo e caso, como, de lego, legens, lecturus; e um quarto que não possui um nem outro, como, a partir de lego, lecte ou lectissime”).

junta-se a interjeição. Outros, porém, apoiando-se em autores idôneos, admitem oito partes, como Aristarco e, em nossa época, também Palêmon, que incluíram o vocábulo ou substantivo na classe dos nomes, como sendo da espécie destes.⁹⁰

(Quintiliano, *Inst.or.*, I, IV, 19-20)

Segundo Quintiliano, o número de categorias de palavras, no âmbito do saber gramatical romano, quase que duplicara em relação à formulação estoica: oito ou nove categorias, perfazendo um conjunto composto por nome/substantivo (*nomen*), verbo (*uerbum*), conectivo (*conuinctio*⁹¹), preposição (*praepositio*), pronome (*pronomen*), particípio (*participium*), advérbio (*aduerbium*) e interjeição (*interiectio*)⁹². A ausência de artigo em latim nesse elenco é, por assim dizer, compensada numericamente por uma nova categoria: as interjeições.

Não é preciso muito para reconhecer que, se por um lado, possa-se mesmo conceber uma identidade entre parte dessas categorias e aquelas dos estoicos (*ὄνομα/nomen*; *ῥήμα/uerbum*; *σύνδεσμος/conuinctio* ou *coniunctio* etc.), por outro lado,

⁹⁰ Tradução de Pereira (2006, pp. 96-97), cf. *Paulatim a philosophis ac maxime Stoicis auctus est numerus, ac primum conuinctionibus articuli adiecti, post praepositiones: nominibus appellatio, deinde pronomen, deinde mixtum uerbo participium, ipsis uerbis aduerbia. Noster sermo articulos non desiderat ideoque in alias partes orationis sparguntur, sed accedit superioribus interiectio. Alii tamen ex idoneis dumtaxat auctoribus octo partes secuti sunt, ut Aristarchus et aetate nostra Palaemon, qui vocabulum siue appellationem nomini subiecerunt tamquam speciem eius.*

⁹¹ Nos demais gramáticos: *coniunctio*.

⁹² Não será preciso assinalar que boa parte das categorias em Quintiliano já tinham sido, por sua vez, apresentadas por Dionísio Trácio (*Τέχνη γραμματική*, 11) em esquema por demais semelhante: nome (*ὄνομα*), verbo (*ῥήμα*), particípio (*μετοχή*), pronome (*ἀντωνυμία*), preposição (*πρόθεσις*), advérbio (*ἐπίρρημα*), conjunção (*σύνδεσμος*) e artigo (*ἄρθρον*).

não se pode deixar de assinalar que, à antiga preocupação estoica que concebeu as partes do discurso como uma maneira de fragmentar o enunciado tendo em mente sua função representativa das coisas do mundo, sobre o qual se buscou produzir enunciados analisáveis em termos de verdadeiro/falso, sucedeu-se um recorte que tomou as categorias dentro dos limites da língua e dos textos, com vistas à produção de sentidos nos textos poéticos/oratórios.

Em outras palavras, parece-nos apropriado dizer que as “partes do discurso” (μέρη λόγου) da dialética antiga deram lugar às “partes da oração” (*partes orationis*) da gramática greco-romana. É com este sentido especializado que elas comparecem, por exemplo, no tratado de Prisciano (*Institutiones grammaticae*), produzido no limiar do mundo antigo (séc. VI) e que, por isso, parece-nos resumir a doutrina das partes do discurso conforme foi considerada pela gramática antiga.

No livro II das *Institutiones grammaticae*, Prisciano retoma a história desse conceito, partindo dos dialéticos (clássicos) e passando pela sua filiação à tradição (dialética) estoica:

As partes da oração, portanto, eram, segundo os dialéticos, duas: nome e verbo, pois estas duas, por si mesmas, bastavam para tornar a oração completa; chamavam, assim, as outras partes de *syncategoremata*, isto é, que significam apenas junto de outras.

Segundo os estoicos, porém, eram cinco as partes: nome próprio, nome comum, verbo, pronome ou artigo, conjunção. Com efeito, aqueles que incluíam o particípio entre os verbos, chamavam-no de verbo participial ou casual, assim como também contavam os advérbios junto aos nomes ou verbos e os denominavam como que adjetivos dos verbos.

Aqueles que incluíam, porém, os pronomes entre os artigos, chamavam-nos de artigos definidos; todavia, os artigos mesmo, dos quais não carecemos, diziam ser artigos indefinidos ou, como outros fazem, contavam-nos com os pronomes e os chamavam de pronomes articulares. Nisso, nós, latinos, os seguimos aqui, embora não encontremos artigos inteiros em nossa língua. De fato, quando dizemos ‘idem’, ‘ὁ αὐτός’, queremos dizer não somente um artigo prepositivo, mas também um pronome em cada palavra. Do mesmo modo, em ‘qui’, ‘ὅστις’, subentende-se um artigo unido a um pronome – segundo alguns indefinido –, ou com um nome, conforme Apolônio demonstrou com muita razão. Também os estoicos chamavam de conjunção prepositiva aquelas preposições que estavam ligadas à conjunção.⁹³

(Prisciano, *Inst. gram.* II, GL II, 54, 4-17)

Em seguida, Prisciano oferece um quadro que parece ser aquele então adotado pela gramática grega e latina:

Assim, alguns dizem ser nove as partes da oração – acrescentando o nome comum separado dos nomes –; outros, porém, dez – colocando os verbos infinitos numa parte separada –; outros, onze – os que contavam por si próprios os pronomes, que não podem se adjungir aos artigos. Outros deles ainda acrescentavam a interjeição entre os gregos, a qual nós conservamos aqui, tendo, em relação aos latinos, a categoria dos

⁹³ Cf. *Partes igitur orationis sunt secundum dialecticos duae, nomen et uerbum, quia hae solae etiam per se coniunctae plenam faciunt orationem, alias autem partes ‘syncategoremata’, hoc est consignantia, appellabant.*

Secundum stoicos uero quinque sunt eius partes: nomen, appellatio, uerbum, pronomen siue articulus, coniunctio. nam participium connumerantes uerbis participiale uerbum uocabant uel casuale, nec non etiam aduerbia nominibus uel uerbis connumerabant et quasi adiectiua uerborum ea nominabant, articulis autem pronomina connumerantes finitos ea articulos appellabant, ipsos autem articulos, quibus nos caremus, infinitos articulos dicebant uel, ut alii dicunt, articulos connumerabant pronominibus et articularia eos pronomina uocabant, in quo illos adhuc sequimur Latini, quamuis integros in nostra non inuenimus articulos lingua. nam cum dicimus ‘idem’, ‘ὁ αὐτός’, non solum articulum praepositium, sed etiam pronomen in eadem dictione significamus. similiter ‘qui’, ‘ὅστις’, articulus subiunctiuus intellegitur una cum pronomine, secundum quosdam infinito, siue magis nomine, ut Apollonius ostendit firmissima ratione. Praepositionem quoque stoici coniunctioni copulantes praepositiuam coniunctionem uocabant.

artigos a mais, a qual conforme ensinamos acima, não se encontra pura em latim.⁹⁴

(Prisciano, *Inst. gram.* II, GL II, 54, 18-21)

Seguindo o raciocínio de Prisciano, parece ficar clara uma relação em crescente entre o número de partes da oração na dialética clássica, na dialética estoica e, finalmente, na gramática⁹⁵. De fato, segundo o autor, partindo da primeira oposição entre ὄνομα e ῥήμα, produzida ainda no quadro da dialética clássica, passando pela repartição em cinco partes atribuída aos estoicos, Prisciano chega a um quadro mais complexo, que compreende de nove a doze categorias possíveis na oração latina.

Para visualizarmos melhor, apresentamos abaixo um quadro sinótico das categorias citadas pelo gramático, no qual apresentamos as nomenclaturas latinas apostas às gregas quando haja equivalentes:

⁹⁴ *Quidam autem nouem dicebant esse partes orationis, appellationem addentes separatam a nominibus, alii etiam decem, infinita uerba seorsum partem ponentes, alii undecim, qui pronomina, quae non possunt adiungi articulis, per se numerabant. his alii addebant etiam uocabulum et interiectionem apud Graecos, quam nos adhuc seruamus, apud Latinos uero articulum addebant, quem purum per se apud eos non inueniri supra docuimus.*

⁹⁵ Até que ponto o relato de Quintiliano e Prisciano podem ser tomados inquestionavelmente? Parece que por trás da concepção de ambos, está a ideia de que o conceito de *partes orationis* foram gradualmente se desenvolvendo e se especializando, aumentando em número e adquirindo significados mais específicos no âmbito da gramática. Porém, em que pese a autoridade desses textos, como citamos atrás, já na *Poética* de Aristóteles e em certos diálogos de Platão, como o *Crátilo*, um número amplo de partes do discurso são elencados, o que, de certo modo, inviabiliza uma interpretação absoluta das passagens acima citadas, que, no entanto, não deixam de nos oferecer um indício interessante de como os antigos viam essa questão. Antes, seria talvez preciso pensar que um elenco mais ou menos longo de categorias, ainda que muitas recebam os mesmos nomes, responda a pontos de vista diferente, de acordo com a natureza da discussão teórica.

NA DIALÉTICA CLÁSSICA	NA DIALÉTICA ESTOICA	NA GRAMÁTICA
1. nome: ὄνομα/ <i>nomen</i>	1. nome próprio: ὄνομα / <i>nomen</i>	1. nome próprio: <i>nomen</i>
		2. (nome comum): <i>appellatio</i>
	2. nome comum: προσήγορία/ <i>appellatio</i>	3. verbo: <i>uerbum</i>
2. verbo: ῥήμα/ <i>uerbum</i>	3. verbo: ῥήμα/ <i>uerbum</i>	4. (particípio): <i>participium</i>
		5. (verbo finito): <i>finitum uerbum</i>
		6. (advérbio): <i>aduerbium</i>
	4. pronome (ou artigo): ἀντωνυμία(ἄρθρον)/ <i>pronomen (articulus)</i>	7. pronome: <i>pronomen</i>
		8. (artigo): <i>articulus</i>
	5. conjunção: σύνδεσμος/ <i>coniunctio</i>	9. preposição: <i>praepositio</i>
		10. conjunção: <i>coniunctio</i>
		11. (interjeição): <i>interiectio</i>

Quadro 2.1. *Partes orationis/μέρη λόγου* segundo Prisciano (*Inst. gram.* II, GL II, 54, 4-21)

Parece-nos que Prisciano, ao atribuir aos filósofos clássicos a formulação de somente duas partes (ὄνομα/ῥήμα), tinha em mente o tratamento a elas dado, por exemplo, no *Sofista* (262a, 431b, 426e) de Platão. Por outro lado, sabemos que, em Aristóteles, havia uma divisão em oito partes, conforme citamos em outro lugar (*Poética*, 20, 1456b-1457a). Quanto à descrição que faz da partição estoica, em cinco partes, é notória a similaridade com o esquema apresentado por Diógenes Laércio (*Vit.*, VII, 57-58), em tudo igual a não ser pela presença dos pronomes em conjunto com os artigos. Porém, como o próprio gramático expõe mais à frente, a análise grega tratou as duas partes sob o mesmo guarda-chuva, possivelmente pela similaridade morfológica que uma e outra possuíam em grego antigo.

No que se refere às categorias no domínio da gramática, tem-se um quadro maior, caso se reconheça ou não a independência das categorias que, no quadro, representamos entre parênteses, ou se estudem ou não no âmbito de outras. A categoria das interjeições, que, na gramática latina, recebeu tratamento à parte, corresponde à lacuna deixada, exatamente, pela ausência de artigos em latim.

Assim, o quadro que Prisciano apresenta das *partes orationis* no âmbito da gramática greco-romana será aquele por ele mesmo apresentado nos livros II-XVI de suas *Institutiones*, cujo programa, *grosso modo*, contempla: os nomes, nos livros II e III, neles incluindo os próprios, comuns, patronímicos e adjetivos; os verbos, incluindo formas finitas e infinitas, nos livros VIII e IX; os participípios, nos livros IV, V e XI; os advérbios, no livro XV; os pronomes, nos livros XII e XIII; as preposições, no livro XIV; as conjunções, no livro XVI; as interjeições no livro XV.

De resto, esse quadro também espelha, em grande parte, aquele apresentado por Quintiliano, conforme examinamos acima (bem como, a dizer a verdade, aqueles apresentados por outros gramáticos gregos e latinos, como Dionísio Trácio e Donato, por exemplo). Vejamos, por exemplo, quais são as *partes orationis* neste último:

São oito as partes da oração: nome, pronome, verbo, advérbio, participípio, conjunção, preposição, interjeição. Delas, são duas as mais importantes: o nome e o verbo. Os latinos não consideram o artigo. Os gregos, a interjeição. Muitos consideram um número maior de partes,

muitos, um menor. De fato, de todas, são apenas três que se flexionam em seis casos: o nome, o pronome e o particípio.⁹⁶

(Donato, *Ars*, GL IV, 368, 1-5)

A definição de Prisciano representa, sem dúvida, a continuidade de uma tradição que já em Quintiliano e nos autores das *artes*, como Donato, se encontrava mais ou menos consolidada. Porém, enquanto em Donato observamos que a flexão em caso é um critério de diferenciação formal de algumas classes, em Prisciano, ao lado das propriedades formais, características de significado também parecem ser levadas em conta, como observamos, por exemplo, na sequência: “as partes da oração não podem ser diferenciadas entre si, a menos que consideremos cada uma de suas propriedades de significado” (Prisciano, *Inst. gram.*, II, 17)⁹⁷.

São precisamente tais propriedades particulares de cada uma das *partes orationis*, seus *accidentia*, que, ao longo da obra dos gramáticos latinos, caminharão no sentido de formar um sistema coerente sobre a *língua* que terá como corolário, precisamente, a obra de Prisciano, no século VI, e não mais, como parecia ser o objetivo da inserção desses conceitos na dialética, um sistema de referência entre mundo e linguagem. O que se verifica, portanto, é uma mudança conceitual: λόγος será não mais “pensamento”, “proposição”, “discurso”, “linguagem” como poderia ser entendido na

⁹⁶ Cf. *Partes orationis sunt octo, nomen, pronomen, uerbum, aduerbium, participium, coniunctio, praepositio, interiectio. Ex his duae sunt principales partes orationis, nomen et uerbum. Latini articulum non adnumerant, Graeci interiectionem. Multi plures, multi pauciores partes orationis putant. Verum ex omnibus tres sunt, quae sex casibus inflectuntur, nomen, pronomen et participium.*

⁹⁷ Cf. *Igitur non aliter possunt discerni a se partes orationis, nisi uniuscuiusque proprietates significationum attendamus.*

dialética, mas será o enunciado linguístico, ou, mais precisamente, a oração (*oratio*). Doravante, será esse o sentido que evocaremos ao abordá-lo na obra de Apolônio Díscolo e Prisciano.

Finalmente, para encerrar este item, vale perguntarmos: como entender essa especialização de sentidos que parecem ter os conceitos da dialética quando incorporados pela gramática, como, por exemplo, as palavras λόγος/*oratio* na transição entre os dois domínios epistemológicos distintos da dialética e da gramática?

Em outro trabalho (Fortes, 2008a) oferecemos uma possível explicação para essa pergunta, quando examinamos a especialização de conceitos teóricos do domínio gramatical à luz da noção de *uso linguístico*, conceito oriundo da filosofia da linguagem contemporânea, sobretudo a partir da obra de Wittgenstein. Por se nos afigurar como uma explicação ainda válida e, principalmente, por nos parecer especialmente fecunda a utilização dessas concepções atuais também na interpretação dos textos antigos, julgamos pertinente reapresentá-la aqui, ainda que sumariamente.

Em linhas gerais, conforme é bastante conhecido, em suas *Investigações filosóficas* (1953), Wittgenstein apresentou uma concepção que fugia do essencialismo na relação entre referente e referência, entre linguagem e mundo. Para isso, considerou o importante papel das condições concretas de emergência do enunciado linguístico. Fundamento da própria Pragmática Linguística, tais condições eram, sem dúvida, ligadas ao uso da linguagem, ao seu emprego nas diversas situações de interlocução oral e escrita e se consagraram na obra de Wittgenstein na metáfora do “jogo de linguagem”

(*Sprachspiel*): “Qual a relação entre o nome e o designado? – Ora, o que ela é? Veja o jogo de linguagem ou um outro! Ver-se-á aí no que essa relação pode consistir” (Wittgenstein, 1984, p. 25).

Em suma, a compreensão das atividades de linguagem pelo viés desse conceito levou os pragmatistas modernos a romperem com a tradição que preconizava uma associação apriorística entre significante e significado. De fato, o funcionamento da linguagem, pelo menos no que tange aos seus sentidos, de acordo com a metáfora, define-se localmente, de acordo com o *jogo de linguagem*, que é definido caso a caso, e se vincula às condições históricas em que determinado enunciado é produzido e às suas funções práticas: “a definição ostensiva pode ser interpretada em *cada* caso como tal e diferentemente” (Wittgenstein, 1984, p. 21).

Assumimos, portanto, essa perspectiva: os textos antigos são, sem dúvida, atividades de emprego concreto da linguagem. Pressupõem, assim, não somente um sistema linguístico, mas também todos aqueles elementos de ordem extralinguística que caracterizam o *jogo de linguagem* do qual participam – sua inserção nos contextos de circulação, os destinatários, a forma como eram lidos etc. – que, de fato, garante-lhes legibilidade.

Assim, da mesma forma como renunciamos a qualquer pretensão de auferir de tais textos os mesmos sentidos nele lidos na Antiguidade – dado a abissal lacuna histórica que nos separa do mundo dos antigos –, sem que para isso, por outro lado, nos seja lícito a esses textos impor toda sorte de significados que lhe são externos e

extemporâneos, sem o estudo cuidadoso da cultura a partir da qual emergiam, também na própria Antiguidade os textos de uma tradição mais remota – aqueles dos filósofos gregos – não puderam ter os mesmos significados quando apropriados, séculos depois, pela cultura romana.

Consequência disso, a especialização conceitual que flagramos na gramática. Os sentidos que emergem do quadro terminológico das *partes orationis* assumem significados mais especializados na gramática greco-romana por participarem de outro jogo de linguagem, definido em contextos mais específicos de utilização. De fato, o uso que os dialéticos conferiram às “partes do discurso” estava já havia muitos séculos separado daquele em que as mesmas eram empregadas nas *Institutiones grammaticae* de Prisciano. Em outras palavras: diferente do uso definido pelas condições históricas e pelos determinantes epistemológicos próprios da lógica estoica, a preocupação dos gramáticos da Antiguidade Tardia, na codificação de textos sobre a língua, por mais que se utilizassem de mesmo aparato terminológico, era motivada por outras demandas intelectuais.

As particularidades desse “jogo”, determinantes, por assim dizer, dos sentidos a serem conferidos nos conceitos gramaticais, derivam, em última análise, das condições históricas e sociais e das demandas intelectuais das quais se ocupavam os autores das obras de nosso *corpus*. A essas especificidades dedicaremos parte do capítulo 3.

2.3 A *Latinitas* e a questão da correção gramatical

Em capítulo anterior, pudemos apresentar um exame preliminar do conceito de *Latinitas*, a partir de sua formulação no contexto da retórica romana. Apreciamos como esse conceito – traduzido, não raro, por “correção linguística” – possuía, na verdade, um sentido mais amplo, pois representava “a propriedade essencial do mundo latino” (Desbordes, 2007, p. 91), constituindo, de fato, um modelo de identidade romana que perpassava a sua língua.

Vimos, ainda, a primeira ocorrência atestada do termo na *Retórica a Herênio* (IV, 17). Naquele passo, ela se inscrevia no domínio da *elocutio*, mas, por alguma razão, delegada aos cuidados dos gramáticos:

*A Latinitas é o que mantém a língua pura, dela removendo todos os vícios. Os vícios na linguagem, porque a tornam menos latina, podem ser de dois tipos: solecismo e barbarismo. Há solecismo quando não se concatena bem a palavra seguinte às outras palavras. Há barbarismo quando, no interior das palavras, algo se produz viciosamente. Podemos evitar tais coisas por intermédio do sistema que abordamos de forma lúcida na arte gramatical.*⁹⁸

(*Her.*, 4, 17)

Conforme avalia Desbordes (2007, p. 93), essa passagem da *Retórica a Herênio* demonstra que a *Latinitas*, já no século I a.C., se tornara uma especialidade da gramática.

⁹⁸ Cf. *Latinitas est, quae sermonem purum conseruat, ab omni uitio remotum. Vitia in sermone, quo minus is Latinus sit, duo possunt esse: soloecismus et barbarismus. Soloecismus est, cum in uerbis pluribus consequens uerbum superius non adcommodatur. Barbarismus est, cum uerbis aliquid uitiose efferatur. Haec qua ratione uitare possumus, in arte grammatica dilucide dicemus.*

Revela, ainda, a oposição entre esse ideal de linguagem e as possíveis subversões a ele: o barbarismo e o solecismo. Passagens em Cícero⁹⁹ confirmam que o discurso da retórica e da filosofia, por alguma razão, também considerou o exame dessa questão como parte de uma propedêutica mais elementar, própria do trabalho dos gramáticos. Porém, no século

⁹⁹ Cf. Cícero, *Tusc.*, II, 4, 10: *Videre licet alios tanta leuitate et iactatione, ut eis fuerit non didicisse melius, alios pecuniae cupidos, gloria non nullos, multos libidinum seruos, ut cum eorum uita mirabiliter pugnet oratio. Quod quidem mihi uidetur esse turpissimum. Vt enim, si grammaticum se professus quispiam barbare loquatur, aut si absurde canat is qui se haberi uelit musicum, hoc turpior sit quod in eo ipso peccet cuius profitetur scientiam, sic philosophus in uitae ratione peccans hoc turpior est quod in officio cuius magister esse uult.* (“É fácil encontrar outros [filósofos] com tanta futilidade e ostentação, que melhor teria sido para eles não ter estudado; outros desejosos de riquezas, não poucos de glória; muitos escravos dos prazeres, de forma que, contra a vida deles, caminha o seu discurso. O que, para mim, de fato, parece vergonhoso. Como se, de fato, alguém que se dissesse gramático falasse de forma bárbara, ou se cantasse de forma desagradável aquele que quiser ser músico; mais vergonhoso é porque comete desvios no ofício mesmo de quem pratica essa ciência; da mesma forma o filósofo que comete erro ao conduzir a vida é mais torpe porque quer ser mestre desse ofício”). Também em *At.*, VII, III, 10: *Venio ad 'Piraeaa,' in quo magis reprehendus sum quod homo Romanus 'Piraeaa' scripserim, non 'Piraeum' (sic enim omnes nostri locuti sunt), quam quod addiderim '(in).' Non enim hoc ut oppido praeposui sed ut loco; et tamen Dionysius noster et qui est nobiscum Nicias Cous non rebatur oppidum esse Piraeaa. Sed de re uidero. Nostrum quidem si est peccatum, in eo est quod non ut de oppido locutus sum sed ut de loco secutusque sum non dico Caecilium, mane ut ex portu in Piraeum (malus enim auctor Latinitatis est), sed Terentium cuius fabellae propter elegantiam sermonis putabantur a C. Laelio scribi, heri aliquot adolescentuli coimus in Piraeum, et idem, Mercator hoc addebat, captam e Sunio. Quod si δήμους oppida uolumus esse, tam est oppidum Sunium quam Piraeus. Sed quoniam grammaticus es, si hoc mihi ζήτημα persolveris, magna me molestia liberans.* (“Passando à palavra ‘Piraeaa’, em que, por ser cidadão romano, devo mais ser repreendido por ter escrito *Piraeaa* e não *Piraeum* (desta forma, de fato, a maioria de nós dizemos), do que por ter empregado ‘in’. De fato, não o pus diante de uma cidade, mas de um lugar. Entretanto, também Dionísio e Nícias Cous que concordam conosco e não corroboram que *Piraeaa* seja uma cidade. Vejamos. De fato, se isso é um equívoco, é porque eu falo não de uma cidade, mas de um lugar, e não digo que nisso sigo Cecílio: *Mane ut ex portu in Piraeum* – que é um mau representante da *Latinitas* –, mas Terêncio, cujas peças, por causa da elegância da linguagem, se achava que eram escritas por C. Lélcio: *heri aliquot adolescentuli coimus in Piraeum*, assim como: *Mercator hoc addebat, captam e Sunio*. Pois, se queremos que *demos* sejam cidades, Súnio é uma cidade também, da mesma forma que Pireu. Mas, já que és um gramático, peço que me resolvas esse problema por mim, me liberando de um grande enfado”).

seguinte, com Quintiliano, o exame da *Latinitas* e de outras questões próprias do domínio gramatical recuperariam seu prestígio em um tratado de retórica¹⁰⁰.

Todavia, no domínio da gramática, a *Latinitas* tornara-se um de seus conceitos fundamentais, a bem dizer, o cerne daquela que a crítica contemporânea destaca como a “terceira parte” das gramáticas antigas (Desbordes & Baratin, 1981, p. 215), ocupada com as ocorrências louváveis e condenáveis na linguagem; entre essas últimas, em especial, o *barbarismo* e o *solecismo*, como desdobramentos do exame da *Latinitas*.

Embora possamos identificar formulações dos conceitos de barbarismo e solecismo também no âmbito da dialética estoica¹⁰¹, será sobretudo no escopo das artes gramaticais latinas que eles adquirirem certo caráter normativo – novamente, aqui não vinculamos a palavra *norma* aos sentidos usuais e correntes do termo, quando aplicado às nossas línguas em nosso tempo, mas a um conjunto de propriedades linguísticas que

¹⁰⁰ Quintiliano, *Inst. or.*, I, IV, 5: *Eloquentia quoque non mediocri est opus, ut de unaquaque earum, quas demonstrauius, rerum dicat proprie et copiose. Quo minus sunt ferendi, qui hanc artem ut tenuem atque ieiunam cauillantur. Quae nisi oratoris futuri fundamenta fideliter iecit, quidquid superstruxeris, corruet: necessaria pueris, iucunda senibus, dulcis secretorum comes, et quae uel sola in omni studiorum genere plus habeat operis quam ostentationis.* (Tradução de Pereira, 2006, p. 87: “Não basta ser um pouco eloquente para, de cada uma das coisas que expusemos, falar de modo apropriado e abundante. Por isso, são menos toleráveis os que zombam da Gramática, considerando-a árida e de pouca importância: se ela não estabelecer alicerces seguros para o futuro orador, tudo o que tiver edificado irá por terra, necessária como é aos pequenos, agradável aos velhos, doce companhia dos retiros; a única talvez que, dentre todos os tipos de estudo, prima pelo trabalho mais que pela aparência”).

¹⁰¹ Cf. Diógenes Laércio (*Vit.*, VII, 59): Ἀρεταὶ δὲ λόγου εἰςὶ πέντε, Ἑλληνισμός, σαφήνεια, συντομία, πρέπον, κατασκευή. Ἑλληνισμός μὲν οὖν ἐστὶ φράσις ἀδιάπτωτος ἐν τῇ τεχνικῇ καὶ μὴ εἰκαίᾳ συνηθείᾳ. (...) ὁ δὲ βαρβαρισμός ἐκ τῶν κακιῶν λέξεις ἐστὶ παρὰ τὸ ἔθος τῶν εὐδοκιμούντων Ἑλλήνων, σολοικισμός δὲ ἐστὶ λόγος ἀκαταλλήλως συντεταγμένος. (“São cinco as qualidades do discurso: o *hellēnismós*, clareza, concisão, decoro e elegância. O *hellēnismós* consiste no emprego da linguagem sem erros, de acordo com os gramáticos e com o uso comum. (...) Há barbarismo por conta da má pronúncia, contrária ao costume dos gregos honrados; há solecismo no enunciado ordenado incongruentemente”).

caracterizavam a *latinidade* dos textos da tradição poética romana, em particular; mas também da linguagem comum dos cidadãos romanos cultos.

Pois, conforme salienta Desbordes (2007, p. 97), importava para os compêndios gramaticais menos uma apreciação sobre o que se considera ‘correto’ em termos abstratos de língua, que uma representação do que se considera adequado na linguagem escrita e literária, que traduz o *bom uso* da língua também característico dos cidadãos romanos letrados. Vale dizer que o exame dessa questão se associa, originalmente, àquela concepção de gramática como estudo dos textos. Conforme avalia Baratin (1993, p. 209), um enunciado como *urbem quam statuo uestra est* (*Aen.*, I, 577) possibilitou aos gramáticos observar que o emprego de acusativo *urbem*, quando, de fato, ter-se-ia esperado um nominativo, sujeito do verbo *sum*, denotava uma variação análoga ao solecismo, mas que, pelo fato de se encontrar em um texto canônico, era em tudo aceitável por sua tradição.

Em outras palavras, o estudo dos textos permitiu reconhecer os desvios não como meros erros, mas como variações dentro de um mesmo sistema, algumas das quais negativas – como características de uma fala estrangeira e bárbara: o barbarismo, o solecismo etc. – e outras positivas, empregadas pelos poetas como artifícios literários, abonadas pela tradição – as *uirtutes*: metaplasmo, figura, tropo etc. Em outras palavras:

“os gramáticos ultrapassam os limites estritos da correção para entrar em um domínio mais largo: aquele das variações em geral”¹⁰² (Baratin, 1993, p. 210).

Assim, a *Latinitas* representava, com efeito, uma noção complexa, que considerava, ao menos, dois aspectos: 1) um conjunto de critérios de referência cultural e linguística para o romano culto: o latim em oposição às línguas estrangeiras; 2) um estudo das variedades de linguagem presentes nos textos da tradição poética, definidores dos *uitia* e *uirtutes*: o latim literário em oposição ao latim vulgar, falado. Esses dois aspectos, associados, permitiram aos gramáticos não somente reconhecer a sua língua como diferente dos falares bárbaros, como também encontrar no interior de sua própria tradição literária elementos que, posteriormente, lhes permitiriam uma análise da variação linguística, como veremos em Prisciano.

Em outras palavras:

A partir do momento que o latim assume o *barbarismo*, ele deixa de ser bárbaro. Não há barbarismos nas línguas bárbaras, que são uniformemente representativas da alteridade. Em contrapartida, pode-se distinguir um latim puro de suas formas corrompidas, onde a alteridade se insinua, mas das quais se pode e se deve extirpá-lo.¹⁰³

(Desbordes, 2007, p. 96)

¹⁰² Cf. “Les grammariens dépassaient le cadre strict de la correction pour entrer dans un cadre plus large: celui, à nouveau, de l’écart en general”.

¹⁰³ Cf. “Dès lors que le latin admet le barbarisme, il cesse d’être barbare. Il n’y a pas de barbarismes dans les langues barbares qui sont uniformément vouées à l’alterité. On peut en revanche distinguer un latin pur des formes corrompues, où l’alterité s’est insinuée, mais d’où l’on peut et l’on doit l’extirper”.

Em consequência, o que se delineia é a representação, no discurso metalinguístico antigo, de uma modalidade de língua latina própria dos latinos, em oposição a outra modalidade, eivada de elementos bárbaros. Atestam isso, entre outras passagens, os adjetivos que passam a qualificar o ‘bom latim’, recomendado por Cícero, por exemplo, em seu *Brutus*, ao qualificar a linguagem das personalidades lá representadas, oferecendo, em suma, indícios de um juízo valorativo acerca do uso da língua latina: Graco: ***perbene*** *Latine loqui* (108); M. Aurélio Scauro: *Latine **eleganter** loqui* (135); Crasso: *Latine loquendi **accurata et sine molestia*** (143), etc.

Além disso, também Diomedes, gramático do século IV da parte oriental do Império¹⁰⁴, apresenta a oposição entre uma variedade “bárbara” e outra “erudita” da língua latina; oposição que, novamente, identifica os romanos entre os não-romanos, mas que, por esse viés, contribui para a estipulação de uma “norma” linguística, de expressão central na codificação dos fenômenos de linguagem desenvolvidos no âmbito das *artes grammaticae*:

Latinitas é o cuidado com o falar de forma incorrupta, de acordo com a língua romana. Consta, além disso, conforme afirma Varrão, destas quatro propriedades: natureza, analogia, uso e autoridade. A natureza das palavras e dos nomes é imutável; ela nos transmitiu nada a mais ou a menos do que o recebido. De fato, se alguém disser *scrimbo* em vez de *scribo*, não por força da analogia, mas da própria natureza será convencido do que se trata. A analogia da linguagem produzida de acordo com a natureza é, segundo os especialistas, não outra coisa que a

¹⁰⁴ A julgar pelo seu nome, de origem grega, e a dedicatória a uma personalidade do mundo helenofônico, Atanásio (Law, 1987, p. 20; Kaster, 1988, p. 394).

distinção entre uma língua bárbara e uma erudita, como a prata se separa do chumbo.¹⁰⁵

(Diomedes, *Diom.*, GL, I, 439, 10)

O que avulta da passagem acima é, sem dúvida, a vinculação explícita entre o significado de *Latinitas* e a “romanidade” da língua. Mais que uma variedade de prestígio, parece estar em jogo uma questão de identidade cultural: a corrupção linguística denota uma equivalente impureza na origem de seu falante. Além disso, é digno de nota o fato de que a *Latinitas* se sustenta sobre quatro critérios: natureza (*natura*), analogia (*analogia*), uso (*consuetudo*) e autoridade (*auctoritas*). Conforme vimos em capítulo anterior, também Quintiliano considerara, entre os elementos da linguagem, o uso e a autoridade como critérios para a elaboração de uma *norma*: “Há também um cuidado para quem fala e para quem escreve. A língua consta de um sistema lógico, antiguidade, autoridade e uso”¹⁰⁶ (Quintiliano, *Inst. or.*, I, 6, 1). Veremos à frente como os conceitos de sistema/analogia (*ratio/analogia*) e uso/costume (*usus/consuetudo*), esboçados tanto em Quintiliano quanto na *Ars* de Diomedes é desenvolvido e ressignificado no âmbito da doutrina gramatical de Prisciano.

¹⁰⁵ Cf. *Latinitas est incorrupte loquendi observatio secundum Romanam linguam. constat autem, ut adserit Varro, his quattuor, natura analogia consuetudine auctoritate. Natura uerborum nominumque inmutabilis est nec quicquam aut minus aut plus tradidit nobis quam quod accepit. nam si quis dicat scribo pro eo quod est scribo, non analogiae uirtute sed naturae ipsius constitutione conuincitur. analogia sermonis a natura proditi ordinatio est secundum technicos neque aliter barbaram linguam ab erudita quam argentum a plumbo dissociat.*

¹⁰⁶ Cf. *Est etiam sua loquentibus observatio, sua scribentibus. Sermo constat ratione uetustate auctoritate consuetudine.*

Por ora, voltemos à questão dos desvios a essa norma, *i.e.* àquelas ocorrências de linguagem que corrompem a *Latinitas*: o barbarismo (*barbarismus*) e o solecismo (*solecismus*). Apresentaremos uma breve análise de como esses fenômenos são tratados no âmbito das *artes grammaticae*, tomando, como exemplos, a exposição sobre o assunto realizada por Quintiliano (*Institutio oratoria*), Donato (*Ars maior III*) e Diomedes (*Diomedis artis grammaticae libri*).

Conforme salientamos anteriormente, a escolha da obra de Quintiliano se justifica por ela ser o primeiro tratado completo e datado (séc. I) em que o tema gramatical é desenvolvido. Além disso, por apresentar uma síntese gramatical propedêutica à retórica, é possível assumir que apresente as ideias mais importantes em circulação acerca do tema naquele período. A obra de Donato, por sua vez, justifica-se pela sua importância histórica na divulgação e circulação dos temas gramaticais no lado ocidental do Império a partir do século IV. Por fim, escolhemos ainda o tratado de Diomedes por representar uma obra que teria sido escrita para falantes de grego como língua materna, voltada para a didática do latim na parte oriental do Império, já no século V (Schenkeveld, 2007, p. 181). Parece-nos, portanto, um texto gramatical antecessor da obra de Prisciano, produzida em contexto análogo.

Na *Institutio oratoria*, o exame do barbarismo e do solecismo, como ademais, de todos os fatos gramaticais, servem à descrição do uso da linguagem que se pretende para o orador que se vai formar:

Em primeiro lugar, que os feios vícios do barbarismo e do solecismo não se insinuem em nosso discurso. Mas como por vezes tais vícios se desculpem, por uma questão de uso, autoridade, tradição ou, enfim, proximidade das formas corretas (com efeito, é amiúde difícil distingui-los das figuras), a fim de não nos deixarmos levar por uma tão enganadora atenção, que o gramático seja capaz de distingui-los de modo preciso, e disso nós falaremos mais largamente ao tratar das figuras de linguagem.¹⁰⁷

(Quintiliano, *Inst. or.*, I, V, 5)

Como se destaca da passagem acima, a primeira asserção revela o tom “normativo” do manual de Quintiliano: importa, com efeito, cuidar de uma variedade de língua que se julgava apropriada aos bons oradores. No entanto, essa norma define-se pelo uso (*consuetudo*), tradição (*uetustas*) ou autoridade (*auctoritas*), além do fato notório de que determinado emprego desviante da norma pode sempre revelar-se também um recurso utilizado para produção de determinado efeito estilístico de forma consciente (*figura*). Cabe ao gramático distinguir um do outro.

Em seguida, Quintiliano define barbarismo como o vício das palavras isoladas, na fala ou na escrita¹⁰⁸. O autor apresenta uma tipologia para esses fenômenos:

¹⁰⁷ Tradução de Pereira (2006, p. 105). Cf. *Prima barbarismi ac soloecismi foeditas absit. Sed quia interim excusantur haec uitia aut consuetudine aut auctoritate aut uetustate aut denique uicinitate uirtutum (nam saepe a figuris ea separare difficile est): ne qua tam lubrica observatio fallat, acriter se in illud tenue discrimen grammaticus intendat, de quo nos latius ibi loquemur, ubi de figuris orationis tractandum erit.*

¹⁰⁸ Cf. Quintiliano, *Inst. or.*, I, V, 6: *Interim uitium, quod fit in singulis uerbis, sit barbarismus. Occurrat mihi forsitan aliquis: “Quid hic promisso tanti operis dignum?” aut “Quis hoc nescit alios barbarismos scribendo fieri, alios loquendo”* (Tradução de Pereira, 2006, p. 105: Por ora, seja o barbarismo vício que se dá nas palavras isoladas. Talvez me ocorra alguém, a perguntar: “Que temos aqui que seja digno do que promete uma tal obra?” ou “Quem desconhece que alguns barbarismos se comentem na escrita, outros no falar?”)

Um primeiro tipo se deve à origem dos termos e ocorre quando se introduz uma expressão africana ou espanhola no latim. É o caso de dizer *cantus* ao referir-se à barra de ferro com que se envolvem as rodas dos carros, ainda que Pérsio se sirva do termo como incorporado à nossa língua. (...)

Temos um segundo tipo de barbarismo, que se refere, agora, ao temperamento das pessoas, qual seja o ato praticado por alguém que fale de modo insolente, ameaçador e cruel, considerando-se então que falou de modo bárbaro.

Um terceiro é aquele vício do qual há muitos exemplos entre o vulgo, mas que todos podem praticar, como o de acrescentar, a bel-prazer, uma letra ou uma sílaba à palavra, substituir uma por outra ou colocar a mesma noutro lugar, que não o apropriado.¹⁰⁹

(Quintiliano, *Inst. or.*, I, V, 8-10)

Dos três tipos de barbarismo estabelecidos por Quintiliano na passagem acima, dois deles se referem a questões que envolvem elementos de ordem extralinguística (a origem, identidade e polidez do falante), sendo apenas o terceiro aquele tipo que descreve a existência de uma variante linguística que denotava uma mudança na própria língua. Isso ilustra o fato de que à norma descrita pelo sistema gramatical antigo, precedia, com efeito, a convenção de uma norma social, capaz de distinguir os romanos dos não-romanos, na qual a língua era um de seus elementos, ainda que o mais importante.

¹⁰⁹ Tradução de Pereira, 2006, p. 107. Cf. *Vnum gente, quale sit si quis Afrum uel Hispanum Latinae orationi nomen inserat: ut ferrum, quo rotae uinciuntur, dici solet "cantus", quamquam eo tamquam recepto utitur Persius (...). Alterum genus barbarismi accipimus, quod fit animi natura, ut is, a quo insolenter quid aut minaciter aut crudeliter dictum sit, barbaramente locutus existimatur. Tertium est illud uitium barbarismi, cuius exempla uulgo sunt plurima, sibi etiam quisque fingere potest, ut uerbo, cui libebit, adiciat litteram syllabamue uel detrahat aut aliam pro alia aut eandem alio quam rectum est loco ponat.*

O barbarismo, um desvio a determinada norma de fala e escrita, mas, sobretudo, um traço identitário da fala dos estrangeiros – os bárbaros – também em Donato, na sua *Ars maior*, assim comparece:

O barbarismo é uma parte da oração que é viciosa na fala comum; nos poemas é um metaplasmo, e, do mesmo modo, barbarismo, em nossa língua, diz-se *barbarolexis* no estrangeiro, como se alguém dissesse *mastruga*¹¹⁰, *cateia*¹¹¹, *magalia*¹¹². O barbarismo se faz de dois modos, falado e escrito, que se subdividem em quatro espécies: adição, supressão, alteração de letra, sílaba, tempo, tom ou aspiração¹¹³.

(Donato, *Ars*, GL IV, 367)

Evidencia-se, na passagem supra, uma definição do fenômeno do barbarismo de forma dupla: por um lado, identifica-se a sua relação com as palavras estrangeiras, de origem bárbara: gaulesa, sarda, germânica, fenícia etc., ali exemplificadas pelos itens lexicais *mastruga* (peça de vestuário sardo), *cateia* (espécie de armamento gaulês); *magalia* (provavelmente palavra de origem fenícia, que fazia referência a determinado tipo de cabanas); e, por outro, pelas características que uma fala estrangeira poderia imprimir à realização fônica das palavras latinas, alterando-lhe a sequência de fonemas

¹¹⁰ Vestido de pele, palavra de origem sarda.

¹¹¹ Espécie de dardo, arma utilizada pelos gauleses, palavra de origem provavelmente gaulesa ou germânica.

¹¹² Cabanas, choupanas, palavra fenícia.

¹¹³ *Barbarismus est una pars orationis vitiosa in communi sermone; in poemate metaplasmus, itemque in nostra loquella barbarismus, in peregrina barbarolexis dicitur, ut si quis dicat mastruga cateia magalia. Barbarismus fit duobus modis, pronuntiatione et scripto. His bipertitis quattuor species subponuntur: adiectio, detractio, inmutatio, transmutatio litterae, syllabae, temporis, toni, adspirationis.*

seja pela adição (*adiectio*), supressão (*detractio*) ou alteração (*inmutatio*) de sons (*litterae*), sílabas (*syllabae*), tempos (*tempora*), tons (*toni*) ou aspirações (*adspirationes*).

Com isso, não se deixa de associar, novamente, o *barbarismo* a uma identidade estrangeira, mas se vai além: através de uma observação que resulta de uma análise dos sons da língua, identificam-se, por assim dizer, aquelas categorias próprias do sistema fonológico latino clássico, em contraste com a fala dos não-romanos: os sons, as sílabas, as aspirações e os tempos. Em suma, pelo viés da *Latinitas*, assistimos, portanto, no âmbito da *ars grammatica* romana, a uma preocupação mais específica que levaria à análise da língua latina, a princípio para reconhecer-lhe os traços próprios da fala dos bárbaros, mas que, progressivamente, vai se tornando um estudo válido por si mesmo.

Em um trecho mais extenso, Diomedes apresenta sua definição de barbarismo, novamente identificando-o à fala estrangeira, mas também já apreciando as consequências dessa fala para os sons em geral da língua. A relação barbarismo/fala bárbara pode ser identificada na passagem:

Barbarismo é uma palavra escrita ou falada de forma viciosa contra a lei da fala romana; barbarismo é uma parte da oração enunciada ou escrita corrompida e, portanto, não-latina. Barbarismo é *barbaros lexis*, isto é, palavra bárbara.¹¹⁴

(Diomedes, *Diom.*, GL I, 451)

¹¹⁴ Cf. *Barbarismus est contra Romani sermonis legem aut scripta aut pronuntiata uitiose dictio, barbarismus est enuntiatione uel scripto una pars orationis corrupta ac per hoc non Latina. Barbarismus est barbaros lexis, id est barbara dictio.*

Assim como em Donato, Diomedes identifica a origem etimológica do conceito que utiliza, através da citação, transliterada, do sintagma grego ‘*barbaros lexis*’ (i.e. ‘palavra bárbara, estrangeira’). Talvez aqui perguntássemos por que o grego, cuja presença, de fato, também configura um ‘estrangeirismo’ na língua latina, não é pelos gramáticos considerado um *barbarismo*, sendo talvez a única língua cuja presença em latim não poderia ser qualificada como *bárbara*¹¹⁵. Diga-se de passagem que Donato, citado acima, empregou um adjetivo “neutro” ao se referir à presença do grego em latim: *peregrinus* (estrangeiro, oriundo de região estrangeira) e não *barbarus* (bárbaro, estrangeiro, inculto, rude).

A análise do barbarismo em Diomedes também envereda pelo plano da expressão fônica da língua, parece, com efeito, uma compilação das informações já apresentadas em Donato, conforme examinamos acima, mas vai além, acrescentando exemplos tomados à literatura, bem como especificando uma tipologia e sua terminologia correspondente, cunhada a partir da tradição grega. Vale a pena ler todo o trecho:

¹¹⁵ Examinaremos, em maiores detalhes, no próximo capítulo, a complexidade da interrelação cultural Grécia/Roma, que é sobejamente frutífera em variadas manifestações da cultura latina, e também no discurso gramatical. Com relação à presença do grego em latim, embora assinala-se que sua presença não configura um uso propriamente latino, Quintiliano (I, V, 64), afirma não ser censurável: “Quem preferir seguir a flexão grega, no caso daquelas palavras que se puderem dizer, sem inconveniente, de um ou de outro modo, não falará propriamente latim, mas também não se pode censurar”. (Tradução de Pereira, 2006, p. 132: *In ceteris quae poterunt utroque modo non indecenter efferri, qui Graecam figuram sequi malet, non Latine quidem, sed tamen citra reprehensionem loquetur.*)

Barbarismo é *barbaros lexis*, isto é palavra bárbara. Mas este vício apresenta diferenças: pode se realizar em uma palavra latina, ou, então, como uma palavra inteira estrangeira. O barbarismo se realiza de quatro modos principais: adição, supressão, modificação e troca. Há quatro tipos de adição: adição de tempo (ou alongamento), de letra, de sílaba e de aspiração. Alongamento ou adição de tempo se faz deste modo, como: *Italiam fato profugus*; de fato, embora o *i*, a primeira sílaba, deva ser breve, é longa, isto é, embora devesse ter apenas um tempo, possui dois. A adição de letra é como se alguém pronunciar *relliquias* com a letra *l* geminada, como em *relliquias Danaum*. Adição de sílaba, quando dizemos *Mauors* em vez de *Mars* e *tetuli* em vez de *tuli*, como em *Mauortis in antro* e *nunquam huc tetulissent pedem*, o mesmo em *alituum* em vez de *alitum*. Adição de aspiração é produzida na fala e escrita, como quando dizemos *choronam* com aspiração, quando se deve pronunciar de forma mais leve; ou *hemo* em vez de *emo*. De modo análogo, são quatro as espécies de supressão: de tempo, letra, sílaba e aspiração. De tempo, como se alguém disser *feruere* de forma breve, quando a sílaba média deve ser alongada, como *feruere Leucaten*; de sílaba, como se disséssemos *pretor*, sem a letra *a*, como Lucílio: *pretor ne rusticus fiat*, embora se devesse pronunciar *ae*, *praetor* (mas, graças à estrutura, a sílaba longa fica breve); de sílaba, como se alguém disser *temnere* em vez de *contemnere*, tal qual Virgílio: *et non temnere diuos*; de aspiração, como se alguém disser *omo*, sem aspiração, embora se devesse pronunciar aspirado. Estes tipos são encontrados em três lugares: no início das palavras, no meio e no final: no início, se faz por aférese, isto é, supressão, do tipo *linque* em vez de *relinque*; no meio, por síncope, isto é, concisão, como *nantes* em vez de *natantes*; no final, por apócope, isto é, extração, como *uolup* em vez de *uoluptate*, assim como se empregarmos o acusativo sem pronunciar o *m* final, diremos, por *aex.*, *domu* [em vez de *domum*]. Ocorre por parálage, isto é, mudança de letra, se pronunciarmos uma letra no lugar de outra, como *aruenire* em vez de *aduenire*; por transmutação, quando, na mesma palavra, mudamos duas letras de lugar, como se pronunciarmos *leriquiae*, com a letra *l*, quando deveria ser pronunciada com *r* na primeira sílaba, *reliquiae*; o mesmo vale para *lerigionem*, em vez de *religionem*, tendo mudado *l* e *r*; do mesmo modo, *tanspiter* em vez de

tantisper. Também por ectlipse, isto é, pela elisão de uma única letra, como *repstum* em vez de *repositum*.¹¹⁶

(Diomedes, *Diom.*, GL I, 451-453)

Conforme verificamos no trecho em Diomedes, não se abdica da formulação inicial do barbarismo como elemento estrangeiro à língua latina, o elemento bárbaro, corroborando, portanto, aquela concepção que, em sua origem, revelava os cuidados romanos com a sua identidade, cuidados, portanto, de caráter social e não, necessariamente, apenas linguístico.

¹¹⁶ Cf. *Barbarismus est barbaros lexis, id est barbara dictio. Sed hoc uitium inter se differt, quod barbarismus in Latina dictione fit, barbaros autem lexis tota peregrina dictio. Barbarismus fit modis principalibus quattuor, adiectione detractio mutatione transmutatione. Adiectionis species sunt quattuor, [aut] per adiectionem temporis siue productionem, per adiectionem litterae, per adiectionem syllabae, per adiectionem adspirationis. Adiectione temporis siue productione fit hoc modo, ut «Italiam fato profugus»; i enim prima syllaba cum corripere debeat, producta est, id est, cum habere debeat tempus unum, habet duo: adiectione litterae, ut si quis reliquias geminata l littera pronuntiet, ut «reliquias Danaum»: adiectione syllabae, cum dicimus Mauors pro Mars et tetuli pro tuli, ut «Mauortis in antro», et «numquam huc tetulisses pedem», item «alituum» pro alitum: adiectione adspirationis; hoc et scripto et sono proditur, ut cum dicimus choronam cum adspiratione, cum debeat leuiter pronuntiari; item hemo pro emo. Detractionis species sunt aequae quattuor, detractio temporis litterae syllabae adspirationis: temporis, ut si quis dicat feruere correpte, cum produci debeat media syllaba, ut «feruere Leucaten»; litterae, ut si detracta a littera pretor dicamus, ut Lucilius «pretor ne rusticus fiat», cum debeat ae pronuntiari, praetor [sed structurae gratia syllaba longa corripitur]; syllabae, ut si quis temnere dicat pro contemnere, ut Vergilius «et non temnere diuos»; adspirationis, ut si quis dicat omo sine adspiratione, cum debeat aspere pronuntiari. hae autem species inueniuntur locis tribus, in prima parte dictionis, in media, in nouissima: in parte prima fit per aphaeresin, id est detractio, ut linque pro relinque; in media per syncopen, id est concisionem, ut nantes pro natantes; <in> nouissima per apocopen, id est abscisionem, ut uolup pro uoluptate, et ut si accusatiuo sine m littera domu dixeris. Per parallagen, id est mutatione litterae, si litteram aliam pro alia pronuntiemus, ut aruenire pro aduenire. Transmutatione, cum in eadem dictione conmutatis inter se litteris utamur, ut leriquias si per l litteram pronuntiemus, cum debeat per r prima syllaba dici, reliquiae; item lerigionem similiter pro religione mutatis r et l litteris; eodem modo tanpister pro tantisper. Per ecthlipsin quoque, id est per unius litterae elisionem, ut repstum pro repositum.*

Porém, o que se vê em seguida é um crescente matizar desse estado de coisas: a noção de que o barbarismo deriva do emprego estrangeiro continua presente, mas não somente ela. Isso pode ser visto, por exemplo, no paralelo que o gramático esboça entre a presença de uma palavra inteira de origem bárbara a imiscuir-se na língua latina, e aquelas alterações na realização fonética de palavras latinas que, se não produzem vocábulos, de fato, estrangeiros – em última análise, suscetíveis de serem identificados no vocabulário das línguas antigas que, de certa maneira, circulavam em Roma com a crescente entrada dos imigrantes, escravos e estrangeiros no Império –, produzem, entretanto, sequências sonoras igualmente bárbaras, alheias ao vocabulário do latim padrão. Este é o caso, por exemplo, das palavras que são pronunciadas com fonemas a mais (*adiectio*), fonemas a menos (*detractio*), mudança (*mutatio*) ou troca de fonemas (*transmutatio*).

Talvez seja desnecessário enfatizar que a análise de Diomedes acerca do *barbarismo* deriva, como não poderia deixar de ser, de uma cuidadosa e atenta observação das ocorrências reais da língua latina falada e escrita, bem como denota um esforço de adaptação de um aparato terminológico grego aplicado ao latim. Parte de suas observações deflagra, além disso, uma referência mais explícita à escrita dos textos, ou, mais especificamente, aos manuscritos que eram utilizados na escola do *grammaticus*.

Em todo caso, as observações de Diomedes quanto ao barbarismo permitem-nos concluir que, no âmbito dos textos gramaticais, a estipulação de uma norma representada pela *Latinitas* representa, também, esquadriñar o fenômeno linguístico em

suas categorias menores: a *littera* e suas propriedades, com destaque para a noção de duração ou quantidade (longa ou breve) dos fonemas e a sua aspiração. Não nos parece sem razão, portanto, que Desbordes (2007, p. 93) destaque que, para legitimar o estatuto da identidade cultural grega e latina, concebidas nas noções do Ἑλληνισμός/*Latinitas*, a *ars grammatica*, nascida como a “ciência dos textos”, vai se tornando, também, pouco a pouco, a “ciência da língua”:

A gramática possui, portanto, a incumbência da correção e é esta a mesma razão de ser como “ciência da língua” e não mais, somente, “ciência dos textos” (...). Visto pela gramática, o estudo desta “primeira qualidade” do discurso consiste em procurar o que há de propriamente grego dentro do grego, aquilo que possibilita o espaço da intercompreensão, independentemente dos tempos, lugares, ocasiões e indivíduos; é colocar na ordem do dia as propriedades comuns e invariáveis, o sistema da língua, e não mais investigar caso a caso sobre a ocorrência do discurso.¹¹⁷

(Desbordes, 2007, p. 93)

Além disso, o esforço de adaptação de uma terminologia grega à descrição de fenômenos realizados em língua latina, nos autores das *artes grammaticae*, entre os quais, de fato, citamos apenas Donato e Diomedes, revela a permanência do pensamento grego como modelo para as construções romanas, embora, como examinaremos melhor

¹¹⁷ Cf. “La grammaire a donc la correction en charge, e c’est même sa raison d’être comme science de la langue et non plus seulement comme science des textes (...). Vue par la grammaire, l’étude de cette “première qualité” du discours consiste à chercher ce qu’il y a de proprement grec dans le grec, ce qui fonde l’espace d’intercomprehension, indépendamment des temps, lieux, occasions et personnes; c’est mettre au jour les propriétés communes et invariables, le système de la langue, et non plus enquêter au cas par cas sur des occurrences de discours”.

no capítulo seguinte, não nos será possível referendar a crença de que esse processo de *imitatio* tenha reproduzido *ipsis uerbis* o pensamento helênico sobre a linguagem.

Seria também digno de menção o fato de que a preocupação com a *Latinitas* parece ter levado os autores antigos a reconhecerem a língua latina em mudança. Parece ficar claro em Diomedes, por exemplo, o fato de que, malgrado a pronúncia clássica ou padrão de certos vocábulos fosse de determinada maneira, a fala comum já se ressentia de certos padrões de mudança (quicá por influência estrangeira), como, por exemplo, a fraca pronúncia do [m] final característico do caso acusativo e a perda da aspiração inicial de certas palavras¹¹⁸. A exemplificação de tais variedades através de trechos extraídos da literatura revelam que, ainda que bárbaras, tais ocorrências já se encontravam de tal sorte consolidadas, que já estavam presentes naquele registro, a princípio escrito, padrão e estilizado.

O segundo fenômeno associado à *Latinitas* era o solecismo (*soloecismus*). Quintiliano (*Inst. or.* I, V, 34, 37-38) avalia a opinião, com a qual concorda, de que, de modo diverso do barbarismo, o solecismo é o desvio de uma palavra em relação a outra:

¹¹⁸ Cf. Coutinho (1976, p. 228), de fato, é característica do latim vulgar a perda da desinência casual [m] do acusativo: *mensam* > *mensa[m]* > *mesa*. Said Ali (2001, p. 32) também observa a queda da aspiração inicial e do [m] final de acusativo como uma tendência de mudança do latim clássico. De resto, também a métrica se encarrega de demonstrar “na prática” a debilidade deste [m] final, mesmo nos textos clássicos, como, por exemplo, no poema 64, de Catulo (64, 5), a fraca pronúncia do [m] de *auratam*, que permite a contagem de uma única sílaba métrica, com a formação do ditongo [ao], de quantidade longa, no hexâmetro dactílico:

cūm lēc/tī iūuē/nēs // Ār/gīuāe/ rōbōră/ pūbīs
aūrā/ta(m) ōptān/tēs // Cōl/chīs ā/uērtērē/ pēllēm
 (“quando seletos jovens, flor da raça argiva,
 ansiosos por tirar o velo de ouro aos Colcos –
 tradução de João Ângelo, 1996, p. 120)

Os demais vícios se dão todos nas palavras em conjunto, um dos quais é o solecismo. (...) Reconheço, com efeito, que isso possa ocorrer com uma palavra isolada, mas só quando se trate de uma palavra que tenha o valor de outra, à qual a primeira se refira, de modo que o solecismo se dá no conjunto daquelas palavras com as quais se mostram as coisas e indica a intenção de quem fala. No entanto, para evitar qualquer evasiva, que haja por vezes solecismo numa única palavra; nunca o haverá, todavia, numa palavra tomada isoladamente.¹¹⁹

(Quintiliano, *Inst. or.*, I, V, 34, 37-38)

Em seguida, Quintiliano (*Inst. or.*, I, V, 38-40) apresenta uma tipologia para o fenômeno do solecismo, ocorra ele pelo acréscimo indevido de palavra à sentença (*adiectio*), supressão (*detractio*), ou alteração da ordem das palavras (*transmutatio*). Acrescenta, ainda, ser possível chamar cada um desses três tipos pelos seus nomes gregos: “pleonasma” (πλεονασμός), “elipse” (ἔλλειψις) ou “hipérbato” (ὑπερβατόν).

Em Donato e Diomedes, a análise do solecismo também o considera como fenômeno ligado às relações entre as palavras:

Solecismo é o vício realizado contra a regra da arte gramatical na ligação das partes da oração. Há esta diferença entre o barbarismo e o solecismo: o solecismo contém em si mesmo palavras discordantes ou mal-construídas, ao passo que o barbarismo se faz em palavras isoladas, tanto escritas quanto pronunciadas, embora muitos errem, ao considerar que também em uma única parte da oração se encontra solecismo, como se, mostrando um homem, dissermos *hanc*, ou uma mulher, dissermos

¹¹⁹ Tradução de Pereira (2006, p. 118, 120), cf. *Cetera uitia omnia ex pluribus uocibus sunt, quorum est soloecismus. (...) nam id fateor accidere uoce una, non tamen aliter quam si sit aliquid, quod uim alterius uocis optineat, ad quod uox illa referatur, ut soloecismus ex complexu fiat eorum quibus res significantur et uoluntas ostenditur. Atque ut omnem effugiam cauillationem, sit aliquando in uno uerbo, nunquam in solo uerbo.*

hunc, ou, interrogados *para onde* estamos indo, respondermos ‘em Roma’.¹²⁰

(Donato, *Ars*, GL IV, 369)

Solecismo é o vício realizado na ligação das partes da oração que prejudica a oração, contrário à lógica da fala romana, e é também contrário à regra da arte gramatical, ou seja, é a junção das palavras em desacordo com a lógica da fala. Solecismo vem do grego λόγου σώου αἰκισμός, isto é, corrupção na integridade da fala, ou então se refere à uma cidade na Cilícia, que outrora era chamada de Soloe, atualmente chamada de Pompeiopolis, de cujos habitantes, porque falavam errado, se dizia, entre os atenienses, σολοικίζειν (“falar à moda de Soloe”), configurando também a fala viciosa de outras pessoas; daí se dizer *solecismo*. Em latim, é também chamado de *stribiligo* por certas pessoas.¹²¹

(Diomedes, *Diom.*, GL I, 453)

Ao conceituar o solecismo como o desvio da norma representada pelo ideal da *Latinitas*, desvio não nas palavras tomadas isoladamente, mas na concatenação entre elas, abre-se espaço, ainda que não formalmente, para uma análise que, diríamos hoje, de ordem sintática sobre a língua latina, tópico ao qual voltaremos no próximo item. Porém, seria preciso ressaltar que o foco dos autores das *artes* ainda não estava na exploração desse novo domínio como campo de estudos a ser explorado de forma autônoma; ao

¹²⁰ Cf. *Soloecismus est uitium in contextu partium orationis contra regulam artis grammaticae factum. Inter soloecismum et barbarismum hoc interest, quod soloecismus discrepantes aut inconsequentes in se dictiones habet, barbarismus autem in singulis uerbis fit scriptis uel pronuntiatis, quamquam multi errant, qui putant etiam in una parte orationis fieri soloecismum, si aut demonstrantes uirum hanc dicamus, aut feminam hunc; aut interrogati quo pergamus respondeamus Romae.*

¹²¹ Cf. *Soloecismus est contra rationem Romani sermonis disturbans orationem et uitium in contextu partium orationis contra regulam artis grammaticae factum, id est non conueniens rationi sermonis iunctura uerborum. Soloecismus dicitur Graece λόγου σώου αἰκισμός, id est integri sermonis corruptio: uel a ciuitate Ciliciae quae Soloe olim dicebatur, nunc Pompeiopolis uocatur, cuius incolae quia sermone corrupto loquebantur, similiter uitiose loquentes apud Athenienses σολοικίζειν dicebantur, unde id uitium soloecismus dictum est; Latine a quibusdam stribiligo appellatur.*

contrário, as reflexões que se seguem em seus manuais não perdem de vista aquela preocupação inicial da *ars grammatica* com o estudo que, de fato, era propedêutico à análise dos textos, e tinha também a tarefa de esboçar os limites da *Latinitas*¹²². Conforme vimos, Diomedes, na passagem acima, se refere ao solecismo como vício contrário à fala romana.

Porém, testemunha-se na obra desses gramáticos uma análise que vai se tornando uma investigação mais orientada para o mecanismo interno da língua, tal como podemos observar em suas análises do barbarismo. Embora ainda se vincule à noção de *Latinitas*, a apresentação do conceito de barbarismo e solecismo tal como vemos na obra desses gramáticos já perfila elementos próprios do “sistema interno” das línguas, seja na expressão de seus sons, seja na expressão de sua morfologia.

O mesmo podemos verificar na passagem abaixo, na qual Donato se detém sobre os tipos de solecismos:

O solecismo se faz de dois modos: ou pelas partes da oração ou pelas suas propriedades. Ocorrem solecismos pelas partes da oração, quando se emprega uma no lugar de outra, como *toruumque repente clamat*, em vez de *torue*: o nome está no lugar do advérbio. Este vício ocorre também na própria parte da oração, como, por exemplo, *ipsa* em vez de *se*, não se emprega nem no lugar certo, nem de forma conveniente, como *cui tantum de te licuit*, em vez de *in te*; e *apud amicum eo*, em vez

¹²² A análise do solecismo pelo viés da norma representada pela *Latinitas* é, sem dúvida, uma maneira de compreender a análise do fenômeno tal qual se apresentava na gramática romana. Outro aspecto da questão, que aqui não enfatizamos, mas também não se pode esquecer, é o papel do solecismo propriamente como ornato da linguagem retórica. Quintiliano (I, 5, 1) bem coloca a questão: *iam cum oratio tris habeat uirtutes, ut emendata, ut dilucida, ut ornata sit (...)* (“Já que o discurso possui três qualidades, a correção, a clareza e o ornato (...).”).

de *ad amicum* e *intro sum* em vez de *intus sum*, assim como *foris exeo* em vez de *foras*. Pelas suas propriedades, se fazem tantos tipos de solecismos quantas propriedades as partes da oração contêm. Porém, de todas elas, mostraremos algumas poucas, a título de exemplo, por se tratar de um compêndio breve. Com efeito, pelas qualidades dos nomes, se produzem solecismos, como *hauriat hunc oculis ignem crudelis ab alto Dardanus*, em vez de *Dardanius*: o nome próprio é empregado no lugar do apelativo. Por gêneros, como *ualidi silices* e *amarae corticis* e *collus collari caret*. Por números, como *pars in frusta secant*, em vez de *secat*. Por comparação, como *respondit luno Saturnia sancta dearum*, em vez de *sanctissima*. Por caso, como *urbem quam statuo uestra est*, em vez de *urbs quam statuo*. Pelos modos dos verbos, como *itis*, *paratis arma quam primum*, *uiri*, em vez de *ite parate*, se empregou o indicativo em vez do imperativo.¹²³

(Donato, GL IV, 370,371)

Os fatos de linguagem elencados por Donato como característicos do solecismo – produzidos pelo emprego inadequado de preposições, classes de palavras, modos verbais e também pela falta de concordância em gênero, caso, número nas nomes etc. – revelam, sem dúvida, que os autores das *artes* tinham um domínio consistente das principais categorias morfológicas da língua latina e eram capazes de verificar variações no seu uso. O solecismo se apresenta, então, como um uso específico da língua, que denota

¹²³ Cf. *Solecismus fit duobus modis, aut per partes orationis aut per accidentia partibus orationis. per partes orationis fiunt soloecismi, cum alia pro alia ponitur, ut «toruumque repente clamat» pro torue: nomen pro aduerbio positum est. Fit et in eadem parte orationis hoc uitium, cum ipsa pro se non in loco suo neque ut conuenit ponitur, ut «cui tantum de te licuit» pro in te, et apud amicum eo pro ad amicum, et intro sum pro intus sum, et foris exeo pro foras. Per accidentia partibus orationis tot modis fiunt soloecismi, quod sunt accidentia partibus orationis. sed ex his propter compendium exempli causa perpauca monstrabimus. Nam per qualitates nominum fiunt soloecismi, sicut «hauriat hunc oculis ignem crudelis ab alto Dardanus» pro Dardanius: proprium nomen pro appellatiuo posuit. Per genera, sicut ualidi silices et amarae corticis et «collus collari caret». Per numeros, sicut «pars in frusta secant» pro secat. Per conparationem, sicut «respondit luno Saturnia sancta dearum» pro sanctissima. Per casus, sicut «urbem quam statuo uestra est» pro urbs quam statuo. Per modos uerborum, sicut «itis, paratis arma quam primum, uiri» pro ite parate: indicatiuum modum pro imperatiuo posuit.*

evidências de que o falar comum era multiforme e variável – como, ademais, fato sobrejamente conhecido nos dias de hoje, é uma das propriedades fundamentais de qualquer língua natural viva. Em algum momento, parece-nos que essa reflexão, que nasce em decorrência de uma norma social a princípio – a *Latinitas* – levou os gramáticos a perceberem dois fatos associados:

- 1) o latim era suscetível de ser descrito a partir de uma certa lógica interna – a *ratio* –; era possível, em outras palavras, reconhecer-lhe não somente suas “partes”, como também as propriedades dessas partes, estejam elas conforme o ideal de *Latinitas*, estejam contrárias a esse ideal – o barbarismo e o solecismo e seus subtipos –, a partir de uma análise que destacou propriedades que hoje chamamos de caráter “fonético/fonológico”, “morfológico” e, como veremos em seguida, “sintático”;
- 2) o reconhecimento de variantes existentes na fala comum, variantes, em suma, destoantes da fala padrão, aquela característica dos textos exemplares da cultura romana e representativos da norma representada pelo ideal da *Latinitas*, norma que, então, vai tomando um caráter social e linguístico. Essas falas, nas quais se apontam “desvios gramaticais”, são, de fato, importantes registros que não passaram despercebidos aos gramáticos, de que a língua latina, por ocasião da escrita de tais tratados (séculos III e IV d.C.), sofria intenso processo de mudança.

Em suma, sem se desvincular inteiramente da antiga retórica, as *artes grammaticae* latinas, exemplificadas, conforme vimos, nos tratados de Donato e Diomedes há pouco citados¹²⁴, produziram, é verdade, reflexões mais ou menos aprofundadas sobre fatos da língua, mas o fizeram sobretudo no intuito de caracterizar aquela modalidade de linguagem característica dos usuários cultos e, no mais das vezes, própria dos textos poéticos e oratórios, modalidade de linguagem em consonância com a *Latinitas*.

Veremos à frente como Prisciano, a partir da obra de Apolônio Díscolo, no século VI, não somente leva a tarefa de descrever tais fatos da língua ao seu ponto extremo, produzindo, de fato, uma descrição mais robusta e exaustiva acerca de variados fenômenos gramaticais latinos, como também parece romper com o discurso normativo que se construía à sombra da noção de *Latinitas*.

Conforme defendem alguns autores modernos, entre os quais Law (1986) e Desbordes & Baratin (1981), com os quais concordamos em parte, essa especialização da gramática se deve, entre outros fatores, a conjunturas sócio-históricas do século III e IV: o crescente influxo de falantes estrangeiros no Império leva não somente ao desenvolvimento vigoroso do gênero, mas põe a questão da identidade romana na ordem do dia, ao mesmo tempo, contribuindo para tornar-se perceptível a existência de variedades linguísticas e, por consequência, a necessidade de uma norma.

¹²⁴ Conforme Baratin (1994, p. 142), o modelo das *artes* tem seu início, de fato, no século I, com a obra de Palemon, mestre de Quintiliano. Mas chegaram a nós compilações tardias, do século III e IV, de Sacerdos, Donato, Carísio e Diomedes, entre outros. Sua característica principal é, com efeito, a de se tratar de um compêndio breve, voltado sobretudo para sua aplicação em contextos escolares.

De acordo com Guerreira (1997, p. 784-5), assiste-se nesse período a uma transição marcada pelo conflito, no plano ideológico, entre uma reação conservadora (clássica, pagã, institucional e romana) e uma tendência inovadora (pós-clássica, cristã, com elementos bárbaros), conflito no qual a gramática, partícipe de contextos de formação escolar básica, servia de porta-voz da cultura espiritual do mundo antigo, e, portanto, era o discurso de autoridade em defesa dos valores clássicos.

A *Latinitas* e a questão da norma decorriam desses fatores históricos, constituíam-se como um discurso de autoridade a respeito do que era romano e, portanto, natural na língua, em oposição ao que era vicioso e bárbaro. Kaster (1988, p. 223), analisando a obra de Sérvio, demonstra bem esse tipo de autoridade, atribuída ao gramático latino nesse período, que também cremos ser possível atribuir a Donato, Diomedes, Carísio e aos autores das *artes* em geral:

O *status* de Sérvio como um gramático, seu lugar em uma instituição especializada e formalmente elaborada, envolve um conhecimento especializado, *recte loquendi scientia*; e este conhecimento, por sua vez, reside na *natura* da linguagem. *Recte loqui* significa *naturaliter loqui*. O uso que é estritamente “correto” é o uso “natural”: a *natura* da linguagem é, por sua vez, definida na *ars*, na qual *natura* é formalizada como *ratio* ou *regulae*; e a *ars*, por sua vez, é produto e propriedade do exercício do gramático. A “natureza” da linguagem é, portanto, incorporada a essa instituição e se identifica com a especialidade do gramático: as forças linguísticas que estão além deste nicho institucional

e contrariam a sua experiência são consideradas, assim, “contra a natureza”.¹²⁵

(Kaster, 1988, p. 223)

2.4 E quanto à sintaxe?

Conquanto admitamos que o conteúdo gramatical das *artes grammaticae* latinas contemplava alguma reflexão metalinguística a respeito daquilo que hoje poderíamos chamar de “fonética/fonologia” e “morfologia” do latim – para isso bastando observar, entre outras coisas, a natureza das reflexões sobre as *partes orationis*, bem como as reflexões engendradas a partir da delimitação dos conceitos de barbarismo e solecismo, e a estipulação de uma norma pelo viés da *Latinitas*, conforme examinamos nos itens acima – perguntaríamos se tais tratados não se ocuparam, também, de algum modo, daquele domínio gramatical hoje consagrado como a “sintaxe” das línguas naturais. Ou, em outras palavras: perguntamo-nos se naqueles tratados dos séculos III e IV, que chamamos de *artes grammaticae*, como as de Donato, Diomedes, Carísio etc., não haveria também algum tipo de reflexão de natureza “sintática”, tal como aquela desenvolvida por Prisciano. Seria possível estabelecer um elo entre o pensamento gramatical desenvolvido

¹²⁵ Cf. “Servius’ status as a grammarian, his place in a specialized and formally elaborated institution, involves a specialized knowledge, *recte loquendi scientia*; and that knowledge in turn rests on the nature of the language. *Recte loqui* means naturaliter loqui. Usage that is strictly ‘correct’ is ‘natural’ usage: the nature of the language in turn is defined by the ars, where “nature” is formalized as ratio and regulae; and the ars, in its turn, is the product and property of the grammarian. The ‘nature’ of the language is thus incorporated in the institution and identified with the grammarian’s expertise: the linguistic forces that lie beyond his institutional niche, and contradict his expertise, are at the same time ‘against nature’”.

por Prisciano em seu *De constructione* e os tratados gramaticais latinos que o precederam?

Estudiosos contemporâneos como Baratin (1993, p. 229) chegam, de fato, a lastimar a perda da “terceira parte” da gramática de Varrão (*De lingua Latina*, XIX-XV), que, conforme exposto pelo gramático, teria tratado dos processos de combinação das palavras; processos, em suma, que poderíamos, caso tivéssemos acesso ao texto, identificar como uma formulação pioneira a respeito da sintaxe do latim¹²⁶:

Por isso, compus em três partes o conjunto da obra *De lingua Latina*, primeira sobre a maneira pela qual as palavras podem se relacionar com as coisas, a segunda sobre como elas são declinadas, a terceira sobre como elas se associam. Concluída a primeira parte, passo à composição da segunda, para finalizar este livro.¹²⁷

(Varrão. *De ling. Lat.*, VII, 110)

Conforme a tradição posterior testemunha, o recorte teórico proposto pioneiramente por Varrão não fez escola em Roma¹²⁸: depois do gramático de Reate,

¹²⁶ É bastante discutida a presumida natureza dos conteúdos desse conjunto de livros (XIX a XXV) na obra de Varrão (Barwick, 1957; Baratin, 1993). Teria Varrão, de fato, apresentado um relato das propriedades sintáticas da língua latina, ou teria, ao contrário, esboçado um tratado de dialética sobre a proposição latina, à moda estoica, a partir das definições de seu mestre, Élio Estilo? Ou, ainda, se trata de um estudo intermediário entre um relato metalinguístico e filosófico sobre as asserções?

¹²⁷ Cf. *Quocirca quoniam omnis operis de lingua Latina tris feci partis, primo quemadmodum uocabula imposita essent rebus, secundo quemadmodum ea in casus declinarentur, tertio quemadmodum coniungerentur, prima parte perpetrata, ut secundam ordiri possim, huic libro faciam finem.*

¹²⁸ Cf. Baratin (1989, p. 230): “Le *De lingua Latina* n’a cependant pas fait école: aucune entreprise du même genre n’a été tentée à la suite de celle-ci. Après cet ouvrage, on ne retrouve pas dans le domaine latin

somente os tratados produzidos mais de um século depois chegariam aos dias de hoje: a sùmula gramatical de Quintiliano no século I e os compêndios gramaticais dos séculos III, IV e V, as *artes*. Em nenhum deles, porém, se dedicou uma seção para tratar de forma específica da concatenação das palavras na sentença, *i.e.*, da sintaxe; ao contrário, as preocupações intelectuais que pareceram presidir à redação daqueles tratados, voltavam-se para outros interesses, tais como a caracterização daquela norma de linguagem de que há pouco falávamos, a *Latinitas*.

Porém, ainda que isso pese, queremos nesta seção demonstrar que os conceitos de *partes orationis* e *solecismo*, examinados nos itens anteriores, engendram, de dois modos distintos, uma reflexão, ainda que incipiente, sobre elementos “sintáticos” da sentença latina. Parecem, em suma, antecipar algumas das ideias a partir das quais se desenvolveu a doutrina gramatical de Prisciano. Porém, também queremos, finalmente, investigar até que ponto tais reflexões enveredam pelo domínio propriamente sintático ou até que ponto elas representam desdobramentos gramaticais de outra natureza.

Recapitulando o que já apresentamos, vimos no capítulo anterior como a noção de constituência dos enunciados já se formulava na dialética clássica. Tanto em Platão (*Crátilo*, 424-6) quanto em Aristóteles (*Poética*, 20, 1456b-1457a), observamos que os elementos formulados originalmente como partes menores da música, eram também empregados como constituintes dos enunciados filosóficos, englobando as noções de

d’analyse de la langue qui combine délibérément les points de vue”. (“Entretanto, o *De lingua Latina* não fez escola: não se produziu nenhum empreendimento desse gênero como sua continuação. Após a obra, não encontramos no domínio latino uma análise da língua que combine deliberadamente estes pontos de vista.”)

ὄνομα (“nome”) e ῥῆμα (“verbo”, ou, “aquilo que se diz do nome”), bem como de λόγος (“proposição”, “discurso”, “linguagem”). Mais adiante, neste capítulo, vimos que tais “partes do discurso” (μέρη λόγου), deram lugar a um conceito mais especializado, o de “partes da oração” (*partes orationis*), formulado e desenvolvido já no âmbito da gramática greco-romana.

No que se refere ao conceito de *partes orationis* no âmbito da gramática, parece-nos que, além da análise metalinguística que advinha de um exame de sua morfologia (seus *accidentia*, i.e. as propriedades particulares de cada uma daquelas categorias: o *nomen*, o *uerbum*, *aduerbium*, *praepositio* etc.), existia também aí uma reflexão de caráter “sintático”, uma vez que a existência de constituintes pressupõe, em algum momento, sua articulação com vistas a produzir uma totalidade. É o que observamos quando, em geral, os gramáticos apresentam o conceito de *partes orationis*. Vejamos.

Está ainda em Varrão (*De ling. Lat.*, V, 16), conservado por Agostinho, no *De Dialectica*, a concepção de que a sentença completa é formada pela concatenação de diferentes categorias:

Palavras conjuntas são aquelas que, conectadas entre si, têm um significado maior, como quando dizemos: *homo ambulat* ou *homo festinans in montem ambulat*, e assim sucessivamente. Mas das palavras conjuntas há aquelas que abrangem uma oração, como estas que dissemos há pouco, e aquelas que exigem algo a mais para completar a oração, como naquelas mesmas que dissemos agora, se subtrairmos o verbo *ambulat*: embora, com efeito, as palavras continuem conjuntas em *homo festinans in montem*, a oração fica suspensa. Salvas estas palavras

conjuntas que não completam a sentença, trataremos das que restam, que abrangem uma sentença.¹²⁹

(Varrão, *De ling. Lat.*, V, 16 *apud* Agostinho, *De Dialect.*, I, 2, 1-5)

E também, no livro VIII:

Conforme nos livros acima mostramos, a linguagem é dividida em três partes: a primeira delas sobre o modo como as palavras recobrem as coisas; a segunda sobre qual maneira as diferenças se fazem na sua declinação; terceira, como elas unidas entre si logicamente produzem a sentença. Tendo exposto a primeira parte, comecemos a segunda.¹³⁰

(Varrão, *De ling. Lat.*, VIII, 1)

Como se depreende das citações supra, a conexão das palavras pode produzir (ou não) sentenças completas. Além disso, esse processo não é fortuito: obedece a princípios lógico-rationais (*ratio*).

Examinando os autores das *artes grammaticae* que exemplificamos nos últimos itens, observamos, porém, que em Donato a reflexão sobre a oração enquanto enunciado no qual se articulam os constituintes parece estar ausente, embora em sua *Ars*

¹²⁹ Cf. *Coniuncta uerba sunt quae sibi conexa res plures significant, ut cum dicimus 'homo ambulat' aut 'homo festinans in montem ambulat' et si quid tale. Sed coniunctorum uerborum alia sunt quae sententiam compraeheunt, ut ea quae dicta sunt, alia quae expectant aliquid ad completionem sententiae, ut eadem ipsa quae nunc diximus, si subtrahas uerbum quod positum est 'ambulat'; quamuis enim uerba coniuncta sint 'homo festinans in montem', tamen adhuc pendet oratio. Separatis igitur his coniunctis uerbis, quae non inplet sententiam, restant ea uerba coniuncta, quae sententiam compraeheunt.*

¹³⁰ Cf. *Cum ratio natura tripertita esset, ut superioribus libris ostendi, cuius prima pars, quemadmodum uocabula rebus essent imposita, secunda quo pacto de his declinatu discrimina fierent, tertia, ut ea inter se ratione coniuncta sententiam efferent, prima parte exposita de secunda incipiam hinc.*

maior já se postulasse a existência dessas partes menores¹³¹. Contudo, em Diomedes, no contexto em que cumpre especificar quantas e quais são as *partes orationis*, a ideia de completude do enunciado linguístico está presente, conforme atestamos abaixo:

A oração é o arranjo harmonioso das palavras, resultando na composição do período. Alguns a definem assim: a oração é a composição de palavras produzindo uma sentença e um tópico que tem significado completo. Escauro define assim: a oração é a elocução oral e ordenada de palavras. A palavra oração parece, porém, advir de *oris ratio*, ou então, ter origem grega: ἀπὸ τοῦ ὀρίζειν, isto é, conversar. Onde Homero: ὀρίζετον ἀλλήλοισιν. A oração é a fala concatenada que tende a completar o período. O período é a composição harmoniosa de palavras com um arranjo plausível.¹³²

(Diomedes, *Diom.*, GL I, 300-16, 301-2)

¹³¹ Em Donato, possivelmente por se tratar de um manual breve, com vistas a um emprego francamente escolar, a exposição das *partes orationis* não especifica o conceito de *oratio*, limitando-se a citar brevemente as partes: *Partes orationis sunt octo, nomen, pronomen, uerbum, aduerbium, participium, coniunctio, praepositio, interiectio. Ex his duae sunt principales partes orationis, nomen et uerbum. Latini articulum non adnumerant, Graeci interiectionem. Multi plures, multi pauciores partes orationis putant. Verum ex omnibus tres sunt, quae sex casibus inflectuntur, nomen, pronomen et participium.* (“As partes da oração são oito: nome, pronome, verbo, advérbio, particípio, conjunção, preposição, interjeição. Dessas, duas são as principais: o nome e o verbo. Os latinos não contam com o artigo, e os gregos com as interjeições. Outros consideram um número maior, outros um número menor de partes da oração. Porém, de todas, somente três se flexionam em caso: o nome, o verbo e o particípio”). Por outro lado, Carísio, cuja obra se acredita ser um desdobramento da *ars donatiana*, já insere na passagem em questão uma definição de oração, na qual já se antecipa a noção de ordenação das palavras: *Oratio est ore missa et per dictiones ordinata pronuntiatio, uelut oris ratio* (Carísio. *Char.*, GL I, 269). (“Oração é elocução oral, através de palavras ordenadas, *oris ratio*”).

¹³² *Oratio est structura uerborum composito exitu ad clausulam terminata. Quidam sic eam definiunt, oratio est compositio dictionum consummans sententiam remque perfectam significans. Scaurus sic, oratio est ore missa et per dictiones ordinata pronuntiatio. Oratio autem uidetur dicta quasi oris ratio, uel a Graeca origine, ἀπὸ τοῦ ὀρίζειν, hoc est sermocinari. Vnde Homerus «ὀρίζετον ἀλλήλοισιν». Oratio est sermo contextus ad clausulam tendens. Clausula est compositio uerborum plausibilis structurae exitu terminata.*

No passo acima, observamos duas ideias fundamentais acerca da oração latina: 1) trata-se de um arranjo harmonioso de palavras (*structura terminata uerborum*); 2) perfaz um enunciado com sentido completo (*sententiam remque perfectam significans*). Diremos à frente que esses dois aspectos da definição latina de oração serão o ponto de partida para Prisciano e também estarão na definição de Apolônio Díscolo. Por ora, é interessante observar que Diomedes faz um relato de outras definições possíveis para a oração, uma das quais, atribuída a Escauro, parecida com aquela apresentada por Carísio (*Char.*, III, GL I, 269), importante compilador da obra de Donato: “oração é a elocução oral, através de palavras ordenadas, *oris ratio*”¹³³. A explicação etimológica aventada, por mais que não haja evidências científicas de sua validade, é também reveladora: *oris ratio* (“razão”, “lógica” “daquilo que advém da boca”) sinaliza que, para os autores das *artes* citados, a composição das palavras na oração era submetida a certa lógica, de caráter sintático.

Observações que antecipam, por assim dizer, uma reflexão sistemática acerca da sintaxe das línguas antigas comparecem também na “terceira parte” dos compêndios gramaticais latinos, que apreciamos no item anterior ao abordarmos a constituição do conceito de *Latinitas* e seu estatuto. Conforme vimos em Quintiliano, Donato e Diomedes, ao conceituarem o solecismo como uma variação à norma representada pela *Latinitas*, variação que se realiza não no interior das palavras, mas exatamente em sua concatenação, colocava-se, claramente, o que Baratin (1989, p. 261) chama de “o

¹³³ Cf. *Oratio est ore missa et per dictiones ordinata pronuntiatio, uelut oris ratio*.

paradoxo do solecismo”: após Varrão, os gramáticos, aparentemente, renunciaram a abordar especificamente a análise da estrutura interna dos enunciados – sua sintaxe –, mas todos eles descreveram o solecismo como resultado de um equívoco de construção:

Esta noção do solecismo faz parte, sem dúvida, de uma análise do modo como as palavras se combinam. Ela está presente como o avesso. Diríamos que ela a pressupõe: para denunciar as faltas de construção, é previamente necessário conceber o princípio mesmo da construção. Eis o paradoxo: os gramáticos ignoram a sintaxe, mas se apegam a descrever o solecismo.¹³⁴

(Baratin, 1989, p. 259)

Quintiliano, Donato, Diomedes e a maioria dos *grammatici Latini* abordaram a questão do solecismo¹³⁵, considerando sua diferença do barbarismo e, eventualmente, sua classificação. O fato é que, ao considerar uma construção desviante quanto ao arranjo das palavras, os gramáticos latinos não nos parecem, em suma, simplesmente *ignorar* a sintaxe da língua, mas reconhecê-la, ainda que a ela não confiram o espaço que a tradição gramatical ocidental, após Prisciano, concederia. Ademais, não se poderia esperar que os antigos, em todos aspectos, tivessem os mesmos interesses intelectuais que os pósteros tiveram ao desenvolver a doutrina sobre a sintaxe das línguas. Em vez disso, os autores

¹³⁴ Cf. “Cette notion de solécisme relève sans conteste d’une analyse de la façon dont les mots se combinent. Elle en est comme l’envers. Disons qu’elle la présuppose: pour dénoncer des fautes de construction, il est préalablement nécessaire de concevoir le principe même de la construction. Voilà le paradoxe: les grammairiens latins ignorent superbement la syntaxe, mais s’attachent à décrire le solécisme”.

¹³⁵ De fato, em uma breve pesquisa, poderemos elencar que a questão do solecismo comparece também em Sacerdos (GL VI, 449,15-451,2), Carísio (GL I, 266,15-270,21) e nos comentadores de Donato: Sérvio (GL IV, 445,35-447,21) e Pompeu (GL V, 288,22-292,39).

das *artes*, com efeito, tinham como pano de fundo o tema mais amplo da norma sociolinguística representada pela *Latinitas*.

Todavia, parece-nos possível afirmar que mesmo entre os autores das *artes*, entre os quais, de fato, os já citados Donato e Diomedes, o conceito de solecismo seja formulado como resultado de um desvio no arranjo da sentença; arranjo, por assim dizer, de ordem “sintática”. Com efeito, em suas definições, parece pressupor-se a existência da unidade oracional e das regras que avalizam sua correta construção, que envolvem, entre outros aspectos, a ordem das palavras¹³⁶. Vejamos ainda por que não se pode falar exatamente em uma “teoria sintática” no âmbito das *artes*, embora a reflexão sobre o solecismo a pressuponha.

A mesma noção de solecismo como um desarranjo sintático também fica patente em outro gramático latino, Sacerdos:

O solecismo é a ordem imprópria na língua latina, a oração desconexa, estrutura viciosa das palavras colocadas fora do seu lugar próprio, fala carente de ordem, palavra incoerente.¹³⁷

(Sacerdos, *Sac.*, GL VI, 449, 16-18)

¹³⁶ Conforme apresentamos acima, em Donato (GL IV, 369), *est uitium in contextu partium orationis contra regulam artis grammaticae factum* (“[solecismo] é o vício realizado contra a regra da arte gramatical na ligação das partes da oração”); em Diomedes, *Soloecismus est contra rationem Romani sermonis disturbans orationem et uitium in contextu partium orationis contra regulam artis grammaticae factum, id est non conueniens rationi sermonis iunctura uerborum* (“Solecismo é o vício cometido na ligação das partes da oração, que prejudica a oração, contrário à lógica da fala romana, e é também contrário à regra da arte gramatical, ou seja, é a junção das palavras que não está de acordo com a lógica da fala”).

¹³⁷ Cf. *Soloecismus est Latini sermonis inpropria ordinatio, oratio inconsequens, uerborum inter se non suo loco positorum uitiosa structura, carens ordine sermo, dictio non cohaerens*.

Diga-se em tempo que a pressuposição de uma ordem capaz de conferir coerência à totalidade da oração ilustra, ao mesmo tempo, a eleição de um viés analogista¹³⁸ e, por consequência, de uma *regula artis grammaticae*, entre os gramáticos latinos. Com efeito, uma dimensão do solecismo é, precisamente, o fato de se tratar de uma construção contrária à *ratio*, constituindo, por esse motivo, um *uitium*. Porém, o que também se evidencia é a consciência de que a existência de uma “regra” não se revela absoluta, de vez que, na linguagem, as construções obedecem a demandas contextuais, definidas, em grande medida, pela necessidade de adequação da linguagem às normas requeridas em determinados contextos. Dito de outro modo, significa dizer que o conceito de *ratio* subordina-se ao de *Latinitas*.

Para ilustrar, também Donato e o próprio Sacerdos, citado há pouco, revelam o fato notório de que determinado solecismo pode ser uma figura, se empregado no contexto da poesia. Em sua *Ars*, Sacerdos (*Sac.*, GL VI, 450,24-451,2) afirma: “estas expressões, se ditas por nós, são vícios; se forem ditas por poetas e oradores, nós a chamamos de esquemas, isto é, figuras”¹³⁹. E Donato (*Ars*, GL IV, 394,23-24): “Solecismo na oração em prosa, na poesia, é chamado de figura”¹⁴⁰.

Em outras palavras, um verso virgiliano do tipo daquele que citamos no início, *Vrbem quam statuo uestra est* (*Aen.*, I, 577), pela sua natureza, ilustraria um solecismo, já que a palavra *urbs*, que o introduz, não está no caso adequado, contrariando a *ratio*

¹³⁸ Em Quintiliano (*Inst. or.*, I, 6, 1), a *ratio* se fundamenta sobretudo na analogia, mas eventualmente também na etimologia: *Rationem praestat praecipue analogia nonnumquam et etymologia*. (Tradução de Pereira, 2006, p. 137: “A razão se baseia principalmente na analogia e por vezes também na etimologia”).

¹³⁹ Cf. *Haec si a nobis dicantur, uitia sunt; si a poetis uel oratoribus, schemata, id est, figurae, nuncupantur*.

¹⁴⁰ Cf. *Solecismus in prosa oratione, in poemate schema nominantur*.

sermonis. No entanto, por se encontrar em um texto canônico, trata-se de uma “falta excusável”, ou melhor, uma *figura*, conforme Donato o analisa no contexto de sua *Ars*.

O que se percebe, portanto, é que o fenômeno do solecismo, quando tratado nos textos, recebe um tratamento diferenciado na *ars Latina*. Embora reconheçamos em sua concepção uma análise que revela uma consciência “sintática” da sentença, sua prática resvala para certa “estilística” dos textos, em cuja base estava, de fato, a antiga concepção da gramática como estudo dos textos.

Assim, em suma, no que diz respeito a uma presumida sintaxe das *artes grammaticae*, a distância que separa a formulação de um conceito “sintático” (o solecismo) e a sua aplicação prática (o reconhecimento dos *uitia* e *uirtutes* dos textos poéticos) leva-nos a concordar em parte com Baratin (1989, p. 322), que afirma: “o caráter não-sintático [do emprego prático] do solecismo é a confirmação da ausência de uma reflexão sintática estruturada no interior da *ars latina*¹⁴¹”.

Porém, conquanto os autores das *artes* não enveredem por uma busca teórica dos princípios da sintaxe por ela mesma – fato que, apenas conjecturalmente, poderíamos talvez atribuir a Varrão –, seria espantoso assumir que em seus trabalhos não existisse qualquer vestígio de uma análise de caráter sintático. Somos, por isso, forçados a concordar somente em parte com Baratin, sublinhando-lhe a ausência de uma descrição sintática **estruturada**; omissão que resultava, em verdade, do compromisso que tais gêneros tiveram, ao longo de sua história, com a análise, leitura, exegese e comentário

¹⁴¹ Cf. “Le caractère non syntaxique de l’analyse du solécisme est la confirmation de l’absence dans l’*Ars latine* d’une réflexion syntaxique structurée”.

dos textos; compromisso, em suma, que conferiu a esse gênero, desde sua origem, razão de existência. Ainda com Baratin (1989, p. 333, grifo nosso): “a ausência de uma descrição sintática **estruturada** entre os autores das *artes* corresponde a uma exigência profunda na história de suas análises”¹⁴².

Mas, afinal, se a formulação do conceito de solecismo pressupunha, em tese, uma análise de ordem “sintática”, já no âmbito das *artes*, conforme vimos acima, por que sua prática parece renunciar a esse tipo de análise, restringindo-se, em geral, a uma apreciação que diríamos “estilística” dos textos?

Tentaremos apresentar uma resposta a essa questão em duas partes. Na primeira, remeteremos à análise que Baratin (1989, pp. 323-342) faz do texto de Diomedes, *De consensu uerborum cum casibus* (GL I, 310,30-330,9), que trata da sintaxe dos casos latinos. Na segunda, retomaremos o conceito de *Latinitas*.

O texto de Diomedes é uma subseção de sua *Ars* e propõe-se apresentar a construção dos casos a partir de diferentes classes de palavras. Trata-se, em suma, de uma passagem exemplar para entender o tratamento conferido à sintaxe no âmbito das *artes Latinae*, de cujo gênero a obra de Diomedes é exemplar. O trecho em questão apresenta uma breve apresentação do nominativo e do vocativo (GLI, 310,31-311,2), seguida da análise dos casos oblíquos e construções múltiplas (GLI,311,16-320,9). A análise de Baratin (1989, p. 333) o leva às seguintes conclusões, que resumimos abaixo:

¹⁴² Cf. “l’absence de toute description syntaxique structurée chez les artigraphes latins correspond à une exigence profonde dans l’histoire de leurs analyses”.

- 1) o gramático não deriva de seus exemplos um sistema explicativo sobre o funcionamento dos casos, mas parece apenas elencar diferentes usos com vistas a destacar as diferenças e a diversidade da língua;
- 2) a análise de Diomedes se ocupa dos *idiomata*, i.e. das propriedades que, em comparação, definem o estágio corrente da língua latina de suas formas arcaicas e sua diferença em relação à língua grega.

Com efeito, os dois pontos acima caracterizam aquele sub-gênero das *artes grammaticae*, ocupado, precisamente, com as diferenças específicas entre grego e latim e entre diferentes variedades da língua latina. Em outras palavras, nesta passagem da *ars* de Diomedes, um leitor do nosso século, incauto, talvez esperasse (ou até exigisse!) que o gramático desse conta de determinados aspectos sintáticos que regulam os casos do latim, no entanto, constata apenas que Diomedes segue fiel à função precípua que seu gênero de texto tinha naquele contexto histórico: precisar os limites da *Latinitas*, cujo espaço de excelência foi o discurso gramatical latino dos séculos III a V. Ao lado deste, poderíamos elencar, por exemplo, uma comparação da mesma natureza na *Ars* de Carísio, intitulada *De idiomatibus* (GL I, 291,1-296,18), o *Appendix Probi* (GL IV, 566,1-572,7), com listas comparativas da mesma natureza, e o *De differentiis et societatibus Graeci Latinique uerbi* (GL V, 599-629), de Macróbio. Em todos eles, em suma, a preocupação, em primeiro plano, com o que havia de latino em latim, levou-os a pôr em segundo plano a análise específica das construções em prol de um elenco exaustivo das diferenças.

Conforme vimos acima, a noção de *Latinitas* era central na constituição das *artes grammaticae*, apresentando um conjunto de critérios de referência cultural e linguística, capazes de oferecer aos romanos um modelo de identidade linguística e social e, ao mesmo tempo, uma radiografia das variedades linguísticas que se manifestavam nas comunidades de fala latina. Para isso, o exame da *Latinitas* engendrou certa reflexão a respeito dos mecanismos da língua latina no âmbito dos textos gramaticais. Porém, como todas as reflexões metalinguísticas derivavam, em última análise, da preocupação primordial da gramática latina com aquela modalidade específica do latim, característica dos textos canônicos e da linguagem do romano culto, natural que essa análise fosse produzida não somente a partir do olhar da *ratio/analogia*, mas também daqueles outros critérios próprios da tradição filológica: *auctoritas*, *uetustas*, *consuetudo*, *natura*¹⁴³ etc.

Além disso, embora provavelmente derivada de uma fonte comum, a análise da *Latinitas* adquiriu, na tradição latina, uma característica diversa daquela apresentada acerca do Ἑλληνισμός nas obras gregas: enquanto, em grego, o termo referiu-se exclusivamente ao que era grego em contraste com línguas estrangeiras, em latim, assumiu um duplo matiz: o que era latino em oposição aos bárbaros e o que era latino em oposição às variantes menos cultas. Assim, em grego, a comparação com as línguas estrangeiras, permitiu-lhes desenvolver um extenso capítulo sobre as construções gregas,

¹⁴³ Conforme vimos acima, Quintiliano (*Inst. or.*, I, V, 5) elenca, entre os elementos da *Latinitas*, quatro critérios: *ratio* (organização lógica), *consuetudo* (uso), *uetustas* (tradição), *auctoritas* (autoridade). Diomedes (*Diom.*, GL I, 439-10), por sua vez, destaca: *analogia* (analogia), *natura* (natureza), *consuetudo* (uso), *auctoritas* (autoridade). Agostinho (*Brev.*, GL V, 494, 4-7) elenca a *ratio* (organização lógica) e *consuetudo* (uso).

a partir do conceito do Ἑλλεισμός, em latim, a preocupação com as variedades e o prestígio acentuado de uma modalidade culta reduziu a análise da *Latinitas* a uma investigação de caráter estilístico e social, e não propriamente sintático.

Assim, em síntese, embora as *artes* revelem que uma reflexão sintática pareça ter precedido, de fato, o desenvolvimento de seus conceitos fundamentais, entre eles, em particular, o de *partes orationis* e o de *solecismo*, a sua realização prática revela, se não uma ausência de um sistema estruturado sobre as construções latinas, ao menos uma predileção por outros temas, como consequência do papel preponderante que a análise da *Latinitas* desempenhou em tais tratados.

2.5 Em síntese

Neste capítulo apresentamos os principais temas que caracterizaram o discurso gramatical antigo, especialmente latino. Demos uma ênfase especial ao modelo gramatical das *artes*, por serem textos gramaticais precursores da obra de Prisciano, cujos conceitos estão na base do modelo gramatical desse autor, sendo ponto de partida para reformulações posteriores.

Observamos inicialmente a pertinência da gramática latina ao processo de helenização da cultura romana, dos gregos extraíndo, de fato, seu próprio nome: *ars grammatica*, tem a mesma raiz da palavra grega γράμμα, “letra” e, em suas origens, significava “o conhecimento das letras”. Possuía, originalmente, duas funções precisas em

Roma: tratava-se de uma etapa formal do currículo escolar e funcionava, ao mesmo tempo, como guardião da cultura e dos textos, *sermonis custos*. Examinamos, ainda, uma tese influente acerca da gramática latina, aquela segundo a qual ela se teria desenvolvido a partir de duas dimensões – uma de caráter filológico-alexandrino e outra derivada da lógica estoica. As *artes grammaticae*, compêndios escolares produzidos entre os séculos I e V d.C., apresentaram uma estrutura tripartite: uma primeira parte tratando dos fenômenos associados aos sons das línguas (*uox, littera, syllaba, pedes* etc.), uma parte central que abordava as *partes orationis* (*nomen, pronomen, uerbum, aduerbium* etc.) e uma terceira que se ocupava do estilo dos textos poéticos (analisando, sobretudo, as *figurae* e *uitia sermonis*).

Em segundo lugar, analisamos a constituição da segunda parte das *artes grammaticae*, precisando o conceito de *partes orationis* no âmbito da gramática romana. A partir dos relatos de Diógenes Laércio, em contraste com o que nos apresentam Quintiliano e Prisciano, chegamos a concluir que, embora haja identidades entre o tratamento dado pela filosofia estoica às partes do discurso e sua aplicação nos textos gramaticais, não se pode deixar de assinalar que, à antiga preocupação dos estoicos acerca das partes do discurso como uma fragmentação da linguagem com vistas à representação de um estado de coisas do mundo, sucedeu-se um recorte que tomou as categorias dentro dos limites da língua e dos textos, com vistas à produção de sentidos nos textos poéticos/oratórios. Em outras palavras, as “partes do discurso” (μέρη λόγου) da dialética antiga cederam lugar às “partes da oração” (*partes orationis*) da gramática

greco-romana. Dessa análise chegamos, ainda, ao conceito de λόγος, tal qual o entendemos no discurso gramatical greco-romano: sinônimo do enunciado linguístico, a oração (*oratio*).

Passamos, em seguida, a analisar a terceira parte dos tratados gramaticais latinos, aquele que abordava os *uitia* e *uirtutes* da linguagem. Sua pertinência ao modelo das *artes* derivava, de fato, da função precípua que a gramática romana tinha como guardião da *Latinitas*. No intuito de precisar os critérios definidores da *Latinitas*, as *artes grammaticae* não somente revelaram, de certa forma, notável consciência para a existência de variedades linguísticas, produzindo, em suma, uma determinada *norma*, mas acabaram por produzir, também, uma reflexão de caráter metalinguístico que enveredou pelos domínios hoje conhecidos como “fonética/fonologia”, “morfologia” e “sintaxe”.

Com relação ao domínio específico da sintaxe, observamos, finalmente, que embora não se pudesse encontrar uma análise estruturada da sintaxe da língua latina nas *artes*, como a esperaríamos hoje, seria incorreto afirmar que os *grammatici* desconhecessem o estudo das construções. O primeiro de todos os indícios a esse favor era, sem dúvida, aquele oferecido por Varrão, cujo tratado, em sua terceira parte, teria versado sobre as construções latinas. Como esse texto não chegou à posteridade, infelizmente nossas considerações nesse domínio permanecem conjecturais, mas levam-nos a crer que ali se encontrasse algo como uma análise da sentença latina a que dificilmente os gramáticos posteriores não teriam tido acesso. O segundo indício era aquele oferecido pelos próprios gramáticos, entre os quais citamos Diomedes, Carísio e

Donato, em cujas formulações das *partes orationis* se apresentava, de fato, o conceito de *oratio* como a concatenação lógica das partes. E, finalmente, o terceiro indício de uma reflexão de caráter sintático estava, precisamente, na formulação do *solecismo*. Acerca deste último, vimos, porém, que as *artes* apresentaram uma lacuna entre a formulação do conceito – “sintática” – e sua realização – “estilística”. Uma possível causa para isso era, sem dúvida, a preocupação original das *artes* como guardiãs da *Latinitas*.

Uma vez apresentados os principais conceitos que caracterizaram o discurso gramatical antigo, apresentaremos, nos próximos capítulos, a sua relação com a doutrina gramatical desenvolvida no *De constructione*. Avaliaremos, em particular, como a relação entre as obras de Apolônio Díscolo e Prisciano acentua o caráter “greco-romano” do discurso gramatical antigo, que simultaneamente se afasta da tradição gramatical das *artes*, ao conceder mais ênfase à organização lógica da língua (a *ratio*), e também reformula o modelo de Apolônio, ao conferir maior relevo à expressão empírica da língua (o *usus*). Veremos, assim, como os conceitos de *ratio* e *usus*, que foram esboçados, conforme vimos, em Quintiliano, Diomedes, Donato e Carísio, são reformulados no século VI e se tornam os tópicos fundamentais do *De constructione*.

PARTE 2

SINTAXE GRECO-ROMANA

III

VTRAQVE LINGVA

Correu da Grécia para esta cidade, não um tênue riacho, mas uma corrente vastíssima de disciplinas e técnicas!¹⁴⁴

(Cícero, *Rep.*, II, 19, 34)

3.1 Apolônio Díscolo e Prisciano de Cesareia: notas contextuais

Não acidentalmente, nos capítulos anteriores, ao discorrermos sobre os temas de linguagem que perpassavam não somente os estudos da antiga gramática (capítulo 2), mas também os da poética, retórica, dialética e de outras disciplinas antigas (capítulo 1), citamos variadas passagens de obras e autores romanos, mas também não pudemos deixar de apresentar trechos de obras helênicas, o que ilustra, com efeito, o fato de que, nos estudos clássicos, falar da cultura latina sempre representou, de certo modo, abordar também a cultura grega.

¹⁴⁴ Cf. *Influxit enim non tenuis quidam e Graecia riuulus in hanc urbem, sed abundantissimus amnis illarum disciplinarum et artium.*

O diálogo com o legado grego era, sem dúvida, um traço particular da identidade romana¹⁴⁵. Não foram poucos os autores latinos que, ainda na Antiguidade, nos deixassem referências ao mundo helênico em suas obras. Para nos atermos a apenas alguns exemplos, relembremos a célebre exortação horaciana de que, a respeito do fazer poético, era necessário, antes de mais nada, revolver noturna e diurnamente os modelos gregos¹⁴⁶; relembremos também as variadas comédias plautinas em que o dramaturgo caracterizava sua obra como uma tradução “bárbara” da comédia nova grega¹⁴⁷, ou, ainda, a opinião de Cícero em suas *Tusculanas*, ao confessar a Bruto ter retornado ao estudo da filosofia¹⁴⁸, saber próprio dos gregos, ainda incipiente em letras latinas¹⁴⁹.

¹⁴⁵ Um episódio anedótico, narrado por Estrabão (V, p. 232 C *apud* Veyne, 2009, p. 84), revela que não somente do ponto de vista romano, mas também grego, a relação identitária entre a Grécia e Roma era já dada como certa no mundo antigo. Narra o historiador que, por volta do longínquo ano de 300 a.C., o poderoso rei grego Demétrio Poliocerte teria dado uma lição aos romanos, ao devolver os barcos romanos piratas, dizendo que, por serem aparentados aos gregos, tendo erguido até mesmo em seu fórum um templo a Cástor, divindade grega protetora das embarcações, os romanos da pequena cidade de Âncio deveriam comportar-se como pessoas civilizadas, que não pirateiam.

¹⁴⁶ Cf. Horácio, *Ep. ad Pis.*, 268-269: *Vos exemplaria Graeca nocturna uersate manu, uersate diurna* (“Meditai vós sobre os modelos gregos com mão diurna e noturna”). No verso 132, entretanto, o poeta exorta o seu interlocutor a não imitar esse modelo “palavra por palavra”: *Nec uerbo uerbum curabis reddere* (...) (“Não cuidarás de traduzir palavra por palavra (...)).

¹⁴⁷ Cf. Plauto, em *Trin.*, 19, *Philemo scripsit, Plautus uortit barbare* (“Filemão escreveu, Plauto traduziu em língua bárbara”); ou em *As.*, 11, *Demophilus scripsit, Maccus uortit barbare* (“Demófilo escreveu, Maco verteu em bárbaro”). Não é nosso ponto abordar a relação da *palliata* com a tradição grega, apenas demonstrar que a referência à cultura helênica é constitutiva da tradição cultural latina em diferentes períodos históricos.

¹⁴⁸ Cf. Cícero, *Tusc.*, I, 1: *Cum defensionum laboribus senatoriisque muneribus aut omino aut magna ex parte essem aliquando liberatus, rettuli me, Brute, te hortante maxime ad ea studia, quae retenta animo, remissa temporibus, longo intervallo intermissa reuocaui, et, cum omnium artium, quae ad rectam uiuendi uiam pertinerent, ratio et disciplina studio sapientiae, quae philosophia dicitur, containeretur, hoc mihi Latinis litteris illustrandum putavi, non quia philosophia Graecis et litteris et doctoribus percipi non posset, sed meum semper iudicium fuit omnia nostros aut inuenisse per se sapientius quam Graecus aut accepta ab illis fecisse meliora, quae quidem digna statuissent quibus elaborarent.* (“Tendo sido liberado, de todo ou em parte, dos encargos da defesa e dos trabalhos senatoriais, retornei, Bruto, por tua máxima exortação,

Do mesmo modo, discorrer sobre as inflexões dos romanos no campo da linguagem requer considerar as reflexões gregas. De resto, é sobejamente conhecido o fato de que todas as disciplinas que, de uma maneira ou de outra, tangenciaram o universo da metalinguagem no mundo antigo, estabeleceram-se séculos antes do domínio político e cultural romano; nasceram de fato na Grécia, cultivadas inicialmente em disciplinas que não propriamente a gramática. Reelaborando os conceitos oriundos daquelas disciplinas – alguns dentre os quais, de fato, já abordamos nos capítulos anteriores –, séculos mais tarde o discurso gramatical antigo se tornaria o *locus* privilegiado para a reflexão sobre as línguas e textos em Roma e seu Império.

Neste capítulo, apontamos como principais objetivos: 1) inserir as obras de Apolônio Díscolo e Prisciano de Cesareia no vasto espectro dos textos gramaticais antigos, com especial ênfase para o *Περὶ συντάξεως* e o *De constructione*, elencando alguns elementos de ordem histórica e social que nos permitem compreender tais textos dentro das condições em que foram produzidos na Antiguidade Tardia; 2) abordar alguns

àqueles estudos, que, ainda que tivessem prendido meu interesse, foram deixados de lado por um tempo. Após um longo intervalo esquecidos, chamei-os de volta, e, como todas as artes que são pertinentes ao caminho reto do viver consistem na busca da sabedoria, que os gregos chamam de *philosophia*, julguei que eu também as deveria expor em letras latinas, não porque a filosofia grega não possa ser apreendida com as letras e mestres gregos, mas minha opinião foi sempre a de que, em todas as coisas, os nossos sempre encontraram por si mesmos de forma mais sábia que os gregos, ou aperfeiçoaram as coisas recebidas deles, se as considerassem dignas de nelas se empenharem.)

¹⁴⁹ Cf. Cícero, *Tusc.*, I, 5: *Philosophia iacuit usque ad hanc aetatem nec ullum habuit lumen litterarum Latinarum, quae inlustranda et excitanda nobis est* (“A filosofia jazeu por terra até esta nossa época e não teve nenhum brilho nas letras latinas, ela deve ser incitada e ilustrada por nós”). Para Cícero, enquanto no em outros domínios os latinos superavam os gregos, no campo filosófico, ficavam atrás, motivo pelo qual ele se dedica à tarefa de dar mais brilho à exposição filosófica em língua latina. No contexto dessa passagem, Cícero se refere às obras filosóficas em latim compostas por escritores não suficientemente eruditos (sem, curiosamente, sequer citar a obra de Lucrécio). Agradeço ao Prof. Paulo Vasconcellos (IEL-Unicamp) por esta nota.

elementos teóricos que nos permitem caracterizar a relação entre a obra de Prisciano e a de Apolônio, qualificada, por um lado, pela longa e produtiva relação intercultural entre Grécia e Roma há pouco esboçada e, por outro, pelas noções de *auctoritas* e *imitatio*, caras aos autores antigos; e 3) especificar o estatuto particular da sintaxe no espectro das reflexões gramaticais de ambos os autores.

Um aspecto algo lendário cerca os poucos dados biográficos disponíveis sobre a vida de Apolônio Díscolo (II d.C.). Em *A Vida de Apolônio de Alexandria*, compilação do século IV, atribuída a Teodósio de Alexandria (IV d.C.), o gramático é retratado como um homem pobre, nascido em Alexandria, de personalidade difícil:

Apolônio é nascido em Alexandria. Sua mãe se chamava Ariadne, seu pai, Mnesitheos. Ele teve um filho, Herodiano, o gramático. Ele habitava no bairro de Alexandria chamado Proukheion, próximo à estrada, onde também foi enterrado. Escreveu sobre as oito partes do discurso e sobre a sintaxe. Chamou-se 'Díscolo' porque sua escrita era difícil (condensava muitos sentidos em poucas palavras), ou então porque tinha uma personalidade difícil, ou ainda porque em seus cursos, colocava questões difíceis de resolver (...) Apolônio era pobre e escreveu suas obras sobre cacos de cerâmica, já que não possuía meios de adquirir papel. Educou seu filho de tal maneira que, quando atingiu o final de sua formação, este separou-se do seu pai, por causa de sua severidade ou por ter-lhe imposto uma madrasta. Herodiano chega a Roma sob Marco Aurélio, do qual se torna amigo.¹⁵⁰

(Teodósio, *Vit. Ap.*, GG II, 3,6-24)

¹⁵⁰ Cf. Ἀπολλώνιος οὗτος Ἀλεξανδρεὺς μὲν ἦν τὸ γένος· μητρὸς μὲν Ἀριάδνης, πατρὸς δὲ Μνησιθέου· ἔσχε δὲ υἱὸν Ἡρωδιανὸν γραμματικόν. ᾧκει δὲ ἐν τῷ Προυχείῳ παρὰ τὸν δρόμον, ἐν τόπῳ οὕτῳ καλουμένῳ περὶ τὴν Ἀλεξάνδρειαν, ἔνθα καὶ ἐτάφη. Ἐγραψε δὲ καὶ περὶ τῶν ὀκτῶ μερῶν τοῦ λόγου καὶ περὶ συντάξεως. Ἐκλήθη δὲ Ἰδύσκολος, ἐπεὶ καὶ δυσχερὴς ἔστι κατὰ τὴν φράσιν, δι' ὀλίγων γὰρ λέξεων πολλὰ παριστᾷ νοήματα· ἢ ὅτι κακὸς τροπος ἦν, ἢ ὅτι ἐν ταῖς γυμνασίαις δυσλύτους ἀπορίας ἔλεγεν· (...) Τοσοῦτον δὲ ἦν πένης ὁ Ἀπολλώνιος, ὥς ἐν ὀστράκῳ γράφειν τὰ ἑαυτοῦ συγγράμματα διὰ τὸ μὴ εὐπορεῖν χάρτας πρίασθαι. Ἐπαίδευσε δὲ τὸν υἱὸν αὐτοῦ Ἡρωδιανὸν τοσοῦτον ὅσον τὰ τέλη τῆς παιδείσεως εἰληφότα ἀποστήναι ἀπ' αὐτοῦ διὰ τὸ ἐκείνου σκληρὸν ἢ διὰ τὸ μητριὰν αὐτῷ ἐπεισαγαγεῖν. Ἀφίκετο δὲ εἰς Ῥώμην ἐπὶ Μάρκου Ἀντωνίου καὶ φίλος τῷ Μάρκῳ γέγονεν.

Descontando-se o fato pouco verossímil de que o gramático teria sido tão pobre que não pôde sequer escrever sua obra em papiro, mas sobre cacos de cerâmica – o que, em todo caso, parece-nos, seria inviável, considerando-se o volume, nas edições modernas, de mais de mil páginas a ele atribuídas –; descontando-se também, talvez, as suas lições ou personalidade difíceis, meio, sem dúvida, de explicar o cognome *Díscolo* a ele atribuído (cf. *Le Grand Bailly*: δύσκολος: “de humor difícil”, “antipático”), ou a severidade com que teria tratado seu filho, Herodiano, o texto de Teodósio, acima citado, por maiores problemas que uma rigorosa análise histórica poderia suscitar – a qual, definitivamente, não é o caso aqui – informa-nos, ao menos, dois fatos importantes sobre a vida do gramático: ter vivido e lecionado em Alexandria, por volta do século II, e ter tido um filho, de nome Herodiano, que, como o pai, tornou-se gramático e atuou em Roma, onde teria sido amigo do Imperador Marco Aurélio (161-180 d.C.). De fato, atribui-se a Herodiano um tratado sobre ortografia dedicado ao imperador (Blank, 2006, p. 327).

Sobre o passo citado, Lallot (1997, p. 11), comentador e tradutor francês da obra de Apolônio, defende que a ruptura entre Apolônio e Herodiano, que leva o segundo a se mudar para Roma, por mítico que isso pareça na narrativa de Teodósio, parece simbolizar algo mais que um imbróglio familiar: sinaliza, com efeito, metaforicamente, a diferença, inicialmente prática, entre a condição precária, porém livre, de um pensador “independente”, capaz de redigir, se necessário, sobre fragmentos de cerâmica, e a comodidade servil de um gramático protegido por um nobre na capital do Império, sendo esse nobre o próprio Imperador. Do ponto de vista teórico, esse contraste sinaliza

sutilmente uma diferença de concepção entre a obra de Apolônio e Herodiano: enquanto o pai é livre para explorar as controvérsias da tradição gramatical e fundar o seu próprio discurso teórico, o filho, mais aferrado ao empirismo filológico, tende a limitar sua obra à defesa das teses já estabelecidas. Não nos parece desarrazoado concordar com Lallot (1997, p. 12), ao afirmar este que “a notícia biográfica do par pai-filho poderia conotar, sob uma questão doméstica de um conflito banal entre educador e educando, uma divergência epistemológica entre o pai, mais linguista (*tekhnikós*) e o filho, mais filólogo (*grammatikós*)”¹⁵¹.

Para nos atermos à dicotomia assim esboçada por Lallot (1997), entre τέχνη e γραμματική – domínios, sem dúvida, que se entrelaçavam na constituição da gramática antiga –, vale recordar que, em origem, os termos se referiam, de fato, a procedimentos complementares que tinham a linguagem como matéria, mas não tratavam, necessariamente, da mesma coisa. Conforme examinamos no capítulo anterior, o discurso gramatical (greco-)romano emergia da especialização, sem dúvida, do discurso da lógica estoica, que produziu, entre outras categorias, a das *partes orationis*, base da τέχνη de Dionísio Trácio. Por outro lado, a gramática antiga foi também a herdeira natural da filologia alexandrina, cujo procedimento de análise dos textos estava presente na concepção primeira de gramática como “explicação dos textos”. Em suma, a gramática

¹⁵¹ Cf. “la notice biographique du couple père-fils ait pu connoter, sous les espèces domestiques d’un banal conflit entre éducateur et éduqué, la divergence épistémologique entre le père, plus linguiste (*tekhnikós*), Et le fils, plus philologue (*grammatikós*)”.

antiga pressupunha uma τέχνη, uma *ars*, mas, também, uma γραμματική, uma *litteratura*.

Em suma,

Esses dois aspectos do programa da *grammatiké* são evidentemente solidários um ao outro: o exame das obras, tarefa de natureza ‘filológica’, forneceu o material a ser descrito – é o aspecto empírico (*empeiria*) da gramática –, a elaboração racional de uma metalinguagem de descrição e a formulação de regras que presidem o funcionamento da língua produz um aparato teórico e instrumental, a *tékhnē grammatiké* propriamente dita, disciplina de natureza ‘linguística’¹⁵².

(Lallot, 1997, p. 14)

Conforme acrescenta Lallot, o aspecto empírico, *i.e.* ‘filológico’, precedeu historicamente o aspecto teórico, *i.e.* ‘linguístico’ do discurso gramatical antigo¹⁵³. Na Alexandria do século II d.C., porém, as duas atividades já possuíam maturidade nas obras dos gramáticos (Blank, 2006, p. 328), e, enquanto Dionísio Trácio e seu mestre Aristarco, comentador e intérprete da obra de Homero, no século II a.C., levaram o comentário filológico ao que pareceria o seu auge (Pfeiffer, 1968, p. 267), coube a Apolônio ter levado a reflexão metalinguística sistemática e sua técnica ao seu ponto culminante (Lallot, 1997, p. 15). Não de outro modo teria sua obra a relevância que obteve em suas leituras

¹⁵² Cf. “Ces deux aspects du programme de la *grammatiké* sont évidemment solidaires l’un de l’autre: l’examen des oeuvres, tâche de nature ‘philologique’, fournit le matériau à décrire – c’est l’aspect empirique (*empeiria*) de la grammaire –, l’élaboration raisonnée d’un métalangage de description et la formulation des règles présidant au fonctionnement de la langue fournit l’appareil théorique et instrumental, la *tékhnē grammatiké* proprement dite, discipline de nature ‘linguistique’”.

¹⁵³ Tivemos ocasião de demonstrar isso nos capítulos precedentes, ao analisar, por exemplo, como o discurso sobre os textos precederam a constituição da própria gramática como um gênero e esta, ao surgir, pressupunha uma análise textual.

posteriores, seja nos gramáticos latinos do século IV, como Mário Vitorino (Morelli, 1970, p. 93), seja nos comentários bizantinos da gramática de Dionísio (Blank, 2006, p. 328), tal como a obra de Maximus Planudes (c. 1216-1310 d.C.); seja também, sobretudo e especialmente, na obra de Prisciano, que levaria, por sua vez, através de sua recepção posterior, a leitura de Apolônio a regiões mais remotas do Ocidente. A obra de Apolônio Díscolo é, portanto, unanimemente reconhecida como o monumento mais bem acabado e disponível na atualidade sobre o pensamento gramatical alexandrino.

As principais obras de Apolônio Díscolo são três tratados sobre partes do discurso individuais: *Sobre os pronomes* (*Περὶ ἀντωνυμίας*), *Sobre os advérbios* (*Περὶ ἐπιρρημάτων*) e *Sobre as conjunções* (*Περὶ συνδέσμων*). A última, e mais longa, das obras de Apolônio é a *Sintaxe* (*Περὶ συντάξεως*), da qual trataremos adiante. A primeira edição da *Sintaxe* de Apolônio é a de Aldo Manúcio (1495), seguida pelas de Friederich Sylburg (1590), I. Bekkerus (1814 e 1817), Paul Maas (1911) e a compilação dos *Grammatici Graeci*, de Uhlig & Schneider (1876-1901). Todas essas edições já estão disponíveis on-line¹⁵⁴. Em nossa pesquisa, porém, trabalhamos com a edição de Lallot (1997).

Entre todos os seguidores de Apolônio Díscolo, foi Prisciano, sem dúvida, aquele que maior renome teve na Antiguidade Tardia. Embora autor de uma obra monumental, de larga repercussão na parte oriental do Império Romano, onde foi

¹⁵⁴ O prof. Andreas U. Schmidhauser mantém um site acadêmico especializado na obra de Apolônio Díscolo, onde se encontram disponíveis as edições antigas da obra de Apolônio, bem como trabalhos de sua autoria: www.schmidhauser.us.

produzida, e de não menos vigorosa recepção no ocidente, a partir de sua descoberta na renascença carolíngia (Law, 1992; Ballaira, 1989), poucos são, de fato, os testemunhos documentais antigos sobre a vida desse gramático. Acredita-se ter vivido em Constantinopla no final do século V e início do século VI, por ter escrito um panegírico destinado ao imperador Anastácio I (491-518): *De laude Anastasii imperatoris*. Um relato anônimo de sua vida, a *Vita Bernensis*, presente no comentário ao livro XVIII de suas *Institutiones grammaticae*, em um códice fragmentário do século XI¹⁵⁵, oferece alguns indícios biográficos:

Prisciano era, porém, cidadão cesarense, de origem romana, conforme na própria epístola revela. Todavia, como podemos falar de várias Cesareias, de qual delas teria sido oriundo é por muitos questionado. De fato, há a Cesareia Palestina, a Cesareia Augusta, a Cesareia Capadócia. Mas alguns afirmam que Prisciano é oriundo daquela Cesareia, que era colônia na África, também submetida ao Império Romano, conforme naquele tempo toda a África¹⁵⁶.

(Bern., GL VIII, 167)

A epístola a que se refere a passagem supra é aquela endereçada a Juliano, patrício romano que a tradição reputa como incentivador e patrono da obra gramatical de Prisciano, a ele dedicada. Essa epístola está presente na íntegra nas edições modernas do texto das *Institutiones*.

¹⁵⁵ Códice AA 90, 29, frag. 4v-6r. Berna. Burgerbibliothek. In: KEIL, H. *Grammatici Latini* VIII, pp. 167-169.

¹⁵⁶ Cf. *Fuit autem [Priscianus] ciuis Caesarensis, Romanus genere, sicut ipse in epistula manifestat. Sed cum plures Caesareas legamus, de qua harum fuerit, a plerisque dubitatur. Nam Caesarea est Palaestina, Caesarea Augusta, Caesarea Cappadocia. Sed quidam adfirmant, Caesaream istam, de qua Priscianus oriundus fuit, coloniam Africam esse, subditam tamen Romano Imperio iam tunc temporis sicut et totam Africam.*

A *Vita Bernensis* resume os fatos que a tradição fez acreditar dizerem respeito ao gramático Prisciano: nascido na Cesareia Mauritânia, no norte da África, de origem romana. A favor da “hipótese africana” acerca do nascimento e formação de Prisciano, há sem dúvida, além do peso da tradição, o fato de que as colônias africanas sofreram profundo processo de romanização, advindo dessa região importantes gramáticos latinos, tais como Donato, Carísio, Mário Vitorino, autores do século IV. Também no prefácio à edição de Keil (GL II), Martin Hertz (1981) destaca que o gramático é citado por apenas um de seus coetâneos conhecidos, Cassiodoro, na introdução de sua obra *De orthographia*: “do Prisciano gramático, que em nossa época foi mestre em Constantinopla”¹⁵⁷. Também é o editor quem afirma ser seu nome completo *Priscianus Caesarensis Mauri*, o terceiro nome indicando a localização de seu nascimento, na Mauritânia, norte da África.

Como no próprio fragmento citado fica evidente, já para os editores medievais não havia consenso quanto à localidade da origem de Prisciano. Geiger (1999) traz a questão novamente à tona. O autor afirma que, entre as possíveis Cesareias, a da Capadócia parece ser o local menos provável, pois, no século VI, era um centro urbano de pequena importância e com poucas vinculações com a cultura letrada do centro do Império. A Mauritânia, por sua vez, não parecia ser um grande centro de difusão dos estudos literários, embora as colônias africanas como um todo – em especial Cartago – tivessem absorvido fortemente a cultura latina havia séculos. A favor da Cesareia Palestina contam dois aspectos: primeiro que, à época de Justiniano (518-565), período,

¹⁵⁷ Cf. *ex Prisciano grammatico, qui nostro tempore Constantinopoli Romae doctor fuit.*

portanto, de atividade profissional do gramático, existiu uma renomada escola de direito romano, de modo que, em Constantinopla, podia-se fazer referência a essa cidade sem qualquer epíteto distintivo. O segundo aspecto levantado pelo estudioso é a questão linguística, já que a leitura da obra de Prisciano levaria a se acreditar que o autor fosse mais familiar com as línguas orientais tais como o aramaico, o hebraico e o sírio, do que o teria sido, de fato, com o púnico.

Contudo, a se acreditar na hipótese da origem africana, não se sabem, exatamente, os motivos que teriam levado Prisciano a se deslocar do norte da África para a então capital do Império Romano remanescente: Constantinopla. Segundo a reconstituição biográfica realizada por Ballaira (1989, p. 29), Prisciano teria sido chamado a lecionar na então renomada Universidade de Constantinopla, fato, sem dúvida, de não pequena relevância, pois nos leva a crer que, de fato, seu trabalho se direcionasse a estudantes mais avançados e não a iniciantes. Vale lembrar que também Carísio, gramático do século IV, teria ensinado nessa mesma cátedra, após estágio em Cartago (Robins, 1993, p. 87).

Conforme Ballaira (1989, p. 31) acrescenta, em meados do século V, o norte da África já sofria fortemente as modificações impostas pelo declínio da organização social do Império Romano em decorrência da entrada e instalação dos povos vândalos. Por esse motivo, que envolve, sem dúvida, um conflito cultural, muitos romanos letrados teriam deixado a África e seguido para regiões mais orientais (Swain & Edwards, 2008, p. 225).

Chauvot (1986, p. 92) menciona uma possível divergência religiosa entre vândalos e romanos de fé cristã que teria levado Prisciano a se exilar.

Por outro lado, Constantinopla, por volta do ano de 500 d.C., gozava ainda do prestígio de ser a “Nova Roma”, tal como chamada pelo seu fundador, o imperador Constantino, no ano de 330 d.C. De fato, a relação dos constantinopolitanos com Roma é muito mais de continuidade que de ruptura¹⁵⁸. Conforme destaca Robins (1993, p. 3), os bizantinos viam-se, de fato, como romanos (Ῥωμαῖοι), embora, em sua maioria, fossem falantes de uma variedade do grego antigo. Nesse período, o adjetivo “helênico” (Ἑλληνικός), por outro lado, não mais se referia ao *status* presente, mas ao passado – a “Grécia Clássica” e seu legado, que, embora associados ao paganismo, eram profundamente valorizados, seja por romanos, seja por gregos. Os “romanos” de Constantinopla se tornaram, portanto, os verdadeiros guardiões da civilização clássica greco-romana, fato que, sem dúvida, explica a profusão de gêneros enciclopédicos: comentários, gramáticas, dicionários, livros didáticos. Robins (1993, p. 9) salienta, ainda, que o enfraquecimento do lado ocidental impôs à nova capital as três responsabilidades principais: 1) garantir a sobrevivência do antigo Império Romano; 2) a defesa e propagação do Cristianismo¹⁵⁹; e 3) a preservação das artes e culturas antigas grega e latina.

¹⁵⁸ Auroux (1992, p. 42) chega a afirmar que “o fundo latino constitui um fator de unificação teórica que não tem equivalente na história das ciências da linguagem”.

¹⁵⁹ Durante o período de Constantino, o Cristianismo foi inicialmente tolerado e depois aceito como religião oficial. Com Juliano, o apóstata, houve uma breve tentativa de restauração dos valores pagãos tradicionais, o que, no entanto, serviu para reforçar o domínio do Cristianismo no Império. Vale lembrar que o Império

É nesse contexto que, ao que parece, Prisciano se tornou mestre de latim na renomada Universidade de Constantinopla, conforme nos atesta também o epíteto que o qualifica em alguns dos códices de sua obra: *Priscianus Caesarensis **doctor** urbis Romae Constantinopolitanae* (grifo meu: ‘doctor’ era o título oficial de quem ensinava nas universidades da época). De resto, como Ballaira (1989, p. 39) acrescenta, a universidade em questão, criada à época de Teodósio I (379-395 d.C.), tinha como escopo formar a elite intelectual de onde eram egressos os funcionários imperiais. Não se estranha, portanto, a permanência de uma cátedra de latim em uma região onde jamais se deixou de ter o grego como a mais importante língua falada. Ou seja, na capital do Império, o latim permanecia ainda falado e escrito nos círculos da alta administração romana e da universidade. Vale lembrar que Justiniano foi um dos últimos imperadores a terem o latim como língua materna, sendo aquele que, conforme nos atesta a narrativa histórica, moveu seus esforços, ainda que, afinal, de forma vã, para reconquistar a parte ocidental do Império (Vasiliev, 1964, p. 133; Lemerle, 1991, p. 45). Em suma, como Cameron (1993) afirma:

A cultura que era transmitida, dessa forma, era estritamente clássica em seu caráter, ainda baseada nos autores canônicos, especialmente latinos – Cícero, Salústio, Tito Lívio, Horácio e Virgílio. (...) Embora não houvesse um aparato de estado tal como o entendemos modernamente, aos professores eram, porém, garantidos privilégios do estado, sobretudo após 425 d.C., quando o imperador Teodósio II fundou uma

Bizantino seria palco de várias controvérsias religiosas, muitas das quais em contraposição a Roma, que lhes renderam, no ano de 1054, o grande cisma que dividiria a Igreja Católica do Ocidente e a Igreja do Oriente. (Informações mais detalhadas em Lemerle [1991] e Robins [1993]).

‘universidade’ em Constantinopla; as cadeiras ensinadas eram ‘Eloquência Latina’, dividida em oratória e gramática, e ‘*Facundia* grega’ (palavra diferente para a mesma coisa), dividida entre sofistas e gramáticos¹⁶⁰.

(Cameron, 1993, p. 152)

Portanto, o lugar da gramática greco-latina no conjunto das disciplinas da Universidade de Constantinopla bem revela que as habilidades em linguagem continuavam a ter, no século V, especial relevo para a formação do cidadão culto. Por outro lado, embora o latim – e não o grego, língua mais falada pelas camadas da população – fosse o idioma de maior prestígio político entre as elites, não se deve ignorar o “bilinguismo histórico” que caracterizou toda a história do Império Romano (Veyne, 2009, p. 1) e era evidente, em particular, nessa região. Nas palavras de Robins (1993, p. 87): “Que ele escrevia principalmente para alunos falantes de grego é evidenciado pela sua comparação constante das duas línguas e seu uso regular de exemplos gregos onde ele pensava que poderiam ajudar na compreensão”¹⁶¹.

As principais obras de Prisciano são, segundo uma cronologia mais aceita pelos filólogos (Passalacqua, 2006, p. 107): *De figuris numerorum* (Sobre a representação figurada dos números), *De metris fabularum Terentii* (Sobre a métrica das peças de

¹⁶⁰ Cf. “The culture that was handed on this way was strictly classical in character, still based on the standard authors – in Latin, Cicero, Sallust, Livy, Horace and Virgil. (...) Though there was no state system in a modern sense, teachers were nevertheless granted privileges by the state, and in AD 425 the Emperor Theodosius II founded a ‘university’ in Constantinople; the subjects taught were ‘Latin Eloquence’, divided into oratory and grammar, and ‘Greek *facundia*’ (a different word for the same thing), the teaching of which was divided between sophists and grammarians (...)”.

¹⁶¹ Cf. “That he was writing primarily for Greek-speaking pupils is shown by his constant comparison of the two languages and his regular use of Greek examples where he thought these would aid comprehension”.

Terêncio), *Praeexercitamina* (Exercícios preliminares), as *Institutiones grammicae* (em dezoito livros) e dois pequenos tratados pedagógicos: *Institutio de nomine et pronomine et uerbo* (Princípios sobre o nome, o pronome e o verbo) e as *Partitiones duodecim uersuum Aeneidos principalium* (Análise métrica dos primeiros versos de cada canto da *Eneida*).

As *Institutiones* são a grande obra sobre a qual repousa a reputação de Prisciano, em que, conforme atestam estudiosos como Baratin (1998, p. 51) e Weedwood (2002, p. 41), o gramático combinou informações do tipo *Schulgrammatik* e do tipo *regulae*¹⁶², “construindo, desse modo, uma descrição praticamente completa (e ainda útil), reforçada com um amplo número de citações de autores literários”. De fato, conforme elenca Baratin (1998, p. 51), vários autores gregos e latinos são citados ao longo da obra de Prisciano; entre os gregos, em especial, Homero e Demóstenes; entre os latinos, Terêncio, Virgílio, Plauto, Lucano, Juvenal, Cícero e Salústio. A obra compreende 18 livros. O livro I se debruça sobre a descrição dos sons da língua (*uox*), as letras que os representam (*litterae*) e, como o próprio gramático especifica em seu prefácio, o papel desempenhado por eles nas declinações e na composição das palavras. O livro II se ocupa

¹⁶² De acordo com Law (1986, p. 365): “Trabalhos do tipo *Schulgrammatik* são caracterizados pela sua estrutura sistemática: progridem pelas partes do discurso uma a uma, definindo-as cada uma e suas propriedades (*accidentia*). Em tamanho variam muito. (...) Por outro lado, as do tipo *regulae*, uma vez que foram originalmente produzidas para demonstrar os mecanismos da analogia, possuem inúmeros paradigmas (*regulae* ou *kanónes*) e a sua cobertura das partes do discurso é frequentemente menos sistemática (...)” (Cf. “Works of the *Schulgrammatik* type are characterised by their systematic structure: progressing through the parts of speech one by one, they define each part of speech and its properties (*accidentia*). In length they vary greatly. (...) In contrast, grammars of the *regulae* type, because they were originally designed to demonstrate the workings of analogy, contain numerous paradigms (*regulae* or *kanónes*), and their coverage of the parts of speech is less systematic (...)”)

de alguns conceitos preliminares, tais como o de sílaba (*syllaba*), suas propriedades e suas relações possíveis na língua latina, tendo em vista a sua expressão (*i.e.* quais podem coexistir com que letras e em qual ordem), o de palavra (*dictio*) e sua diferença da sílaba, o de oração (*oratio*), suas partes e propriedades e, ainda, o de nome (*nomen*), suas propriedades, tipos, formação e elementos constitutivos. Em suma, o livro II introduz preocupações que hoje entendemos como estar no âmbito da “morfologia”, e que serão desenvolvidas na maior parte do texto de Prisciano.

O terceiro livro aborda o adjetivo, mais especificamente, os comparativos (*comparatiuum*) e superlativos (*superlatiuum*); os diminutivos (*diminutiuum*) e os seus paradigmas de declinação, formados a partir dos nomes. Entre outras categorias da morfologia da língua latina, o livro IV e V abordam os nomes que Prisciano categoriza como “denominativos” (*denominatiuum nomen*), as formais nominais, como o particípio (*participium*), assim como as categorias flexionais de gênero (*genus*), número (*numerus*) e caso (*casus*). O sexto livro apresenta particularidades do caso nominativo (*nominatiuus casus*) e o sétimo, dos demais casos.

A categoria do verbo (*uerbum*) é trabalhada em quatro livros: no oitavo são discutidas as suas propriedades gerais; no nono, os princípios que regem as conjugações (*regulae omnium coniugationum*); no décimo se discute especificamente as particularidades do pretérito perfeito (*praeteritum perfectum*) e, finalmente, no décimo primeiro se aprofunda a discussão sobre as formas de particípio em latim.

Os pronomes (*pronomina*) são apresentados nos livros XII e XIII. As preposições (*praepositiones*) são apresentadas no livro XIV. Na sequência, o livro XV aborda os advérbios (*aduerbia*) e interjeições (*interiectiones*); e o livro XVI, as conjunções (*coniunctiones*). Os dois últimos livros, XVII e XVIII, que a tradição trata em separado, como *Priscianus minor*, correspondem ao exame da sintaxe ou construção e recebem o título de *De constructione*.

A difusão manuscrita da obra de Prisciano é verdadeiramente colossal. De acordo com levantamento realizado em *Histoire Epistémologie Langage* (n. 2, 1998), há mais de mil manuscritos catalogados somente com as *Institutiones*, que tem a edição *princeps* em Veneza, no ano de 1470. A edição por nós consultada e seguida é a de Hertz, constante no grupo dos *Grammatici Latini* (Keil, 1855-1880, republicada em 1981)¹⁶³. A exuberância de manuscritos da obra atesta a grande repercussão por ela alcançada ao longo do Idade Média. Conforme Law (1986), até o século IX, as *Institutiones* eram quase desconhecidas pela latinidade ocidental, mas, a partir de 800, passaram a despertar o interesse de estudiosos. Em virtude do movimento cultural da Renascença Carolíngia, as *Institutiones* se tornaram um objeto de estudo aprofundado e minucioso, copiado e comentado pelos estudiosos medievais, ainda que “sua doutrina permanecesse inacessível aos estudantes de capacidade mediana” (Law, 1992, p. 91). Alcuíno de York, abade de Tours entre 796 e 804, foi o primeiro gramático de que se tem registro a

¹⁶³ Os textos dos *Grammatici Latini* da edição de Keil e de outras edições mais modernas encontram-se atualmente disponíveis on-line, no sítio do Projeto *Corpus Latinorum Grammaticorum*: <http://kaali.linguist.jussieu.fr/CGL/index.jsp?link=edition>.

explorar as *Institutiones* em larga escala, tendo utilizado seu material para produzir compêndios escolares, seguido por seu discípulo Raban Maur e os discípulos deste, Walahfrid Strabon e Godescalc (Law, 1992, p. 92).

3.2 Gramática e identidade (greco-)romanas

Iniciamos este capítulo citando passagens de autores romanos que, ao longo da tradição, aludiram, de forma variada, à cultura grega. Assim o fizemos, pois queremos demonstrar que, da mesma forma como em vários domínios culturais antigos, também nos textos de Prisciano o discurso gramatical latino e o grego não se podem dissociar; perfazem, com efeito, o que poderíamos talvez chamar de um grande projeto “greco-romano” de reflexão sobre a linguagem, ainda que, em cada um dos autores, haja importantes diferenças, particularidades de contexto histórico e social e também relativas às idiossincrasias de cada língua em particular, o grego e o latim¹⁶⁴.

Apesar de não desejarmos ser tão categóricos, a ponto de afirmar com Desbordes (2007, p. 217) que “não possuímos uma gramática autóctone, nem mesmo

¹⁶⁴ De fato, é nosso propósito demonstrar, nos capítulos seguintes, que o projeto sintático contido nas *Institutiones grammaticae* de Prisciano constitui, ao mesmo tempo, um desdobramento e uma reformulação daquele apresentado por Apolônio Díscolo, séculos antes, o que, em todo caso, não pode ser confundido como mera continuidade ou transmissão. Disso deriva nossa crença de que, de fato, não estamos diante de uma gramática estritamente latina, mas de um modelo que, em suma, pode-se nomear greco-romano.

uma reflexão sobre a linguagem que seria tipicamente ‘latina’”¹⁶⁵, assumimos, porém, que a relação intercultural estabelecida entre as duas civilizações antigas transcende os limites da política e das artes (como amiúde se reconhece pela tradição de estudos clássicos), mas repercute também na forma como os textos técnicos foram produzidos, entre os quais, em particular, os tratados gramaticais de ambos os autores.

A esse respeito, queremos demonstrar que a relação entre o legado intelectual grego e a tradição latina se faz presente de forma particular na obra de Prisciano por variados motivos, entre os quais elencamos: 1) o reconhecimento, na Antiguidade, de uma semelhança gramatical entre o grego clássico e o latim, fato que justificou a elaboração de uma teoria do *utraque lingua*¹⁶⁶ (um fenômeno codificado em uma língua é válido para ambas); 2) o procedimento didático de comparação entre as línguas para a explicação de fatos gramaticais – *praxis*, de resto, adotada desde os primeiros gramáticos latinos, como Varrão; 3) o contexto histórico em que a obra foi produzida (em Constantinopla, região de fala majoritariamente grega) e; 4) o cultivo dos valores da *auctoritas* e do *mos maiorum* na história do pensamento latino, bem como,

¹⁶⁵ Cf. “Nous avons pas de trace d’une grammaire autochtone, ni même d’une réflexion sur le langage qui serait typiquement ‘latine’”.

¹⁶⁶ A expressão, presente nos gramáticos latinos para caracterizar os fenômenos de linguagem codificados em “ambas línguas”, i.e. o grego e o latim, suscitou a elaboração da teoria do *utraque lingua* aqui considerada ao referirmos ao alinhamento que, conforme veremos em seguida, os gramáticos latinos, entre os quais Varrão, Diomedes e Prisciano fizeram entre o grego e o latim e/ou entre as doutrinas gramaticais gregas e em latinas (como no caso específico de Prisciano). Maiores desdobramentos dessa teoria estão em Desbordes (2007, p. 95) e Dubuisson (1981, p. 275). No capítulo 4, retomamos a partir da obra de Prisciano.

pelo procedimento textual da *imitatio*, particularmente fecundo na produção de textos desde a época clássica.

Contudo, vale ressaltar que o estudo da gramática latina (de Prisciano) frente à grega a que faz referência (de Apolônio), permite-nos entrever que essa interdependência é bem menos simples do que parece e não nos permite corroborar a crença de que a gramática latina é, em grande parte, ensaio tradutório do trabalho grego ou espécie de sùmula dos temas gregos com vistas à sua divulgação entre os romanos, como pretendemos demonstrar nos próximos capítulos. Não nos permite, em suma, concordar com Mounin (1970, p. 95) no que diz respeito ao fato de que “Roma merece um capítulo numa história da linguística (...) bem menos por haver produzido do que por haver transmitido”.

Ademais, como, aliás, em todos os aspectos da cultura antiga, assumir a dinâmica intercultural entre Grécia e Roma não significa de todo modo homogeneizar a identidade de gregos e romanos. Veyne (2009, p. 86) bem o demonstra, chegando a afirmar que, no que tange à relação intercultural entre as sociedades romana e grega, parecia válida a aplicação do “Teorema de Tocqueville”, segundo o qual

uma sociedade humana só adota uma civilização estrangeira com a condição de não se encontrar, após o processo de aculturação, no mais baixo escalão dessa civilização. Do contrário, ela se limitará a marcar suas diferenças ou acalantar ressentimentos. Roma era forte o suficiente para se permitir imitar outrem. Com o passar dos séculos, isso redundará numa simetria de amores-próprios: Roma tem um complexo de superioridade política e inferioridade cultural e, até a queda do Império do Ocidente, os gregos sofriam de um complexo inverso; sua identidade

nacional era aquela de um povo de uma civilização sofisticada que fora imperial, mas deixara de ser.

(Veyne, 2009, p. 86)

Neste sentido, transpondo para os limites de determinado gênero discursivo – no caso, o dos textos metalinguísticos antigos em geral, e o dos tratados gramaticais, em particular –, parece-nos que a adoção da Grécia e seu legado não seria possível se o resultado desse embate não produzisse em solo romano também uma espécie de ‘orgulho étnico’ de si próprio. Roma deixou-se cativar pela cultura grega, não sem, todavia, marcar também sua posição.

Como um breve exemplo dessa posição, basta pensar que a gramática romana, como a guardiã da *Latinitas*, contribuiu para a redefinição do próprio termo “bárbaro”, emprestado aos gregos, se aplicado aos romanos. De fato, o adjetivo *barbarus*, decalque do grego βάρβαρος, representa um estado de coisas externo à cultura latina e, em particular, exterior à sua língua, mas não pode, entretanto, se aplicar ao grego, conforme vimos no capítulo anterior. De igual modo, visto pelo outro ângulo, o adjetivo grego βάρβαρος também não se poderia aplicar aos romanos (ainda que, até mesmo em seu discurso fundador, o mito de Eneias, a cultura latina nasça sob a égide de um estrangeiro – um troiano¹⁶⁷).

É neste mesmo sentido que, mesmo antes da epopeia virgiliana, as palavras de Cícero já se faziam ouvir, quando defendia em seu diálogo filosófico entre Lélcio e Cipião

¹⁶⁷ Como afirma Hose (1999, p. 319), nem mesmo nesse nível, o da narrativa épica fundadora, os romanos não se podem colocar como *barbari*, pois sua genealogia não nasce inteiramente de ascendentes teucros, mas se imiscui nessa linhagem o sangue latino, ali já presente.

(*De republica*, I, 58) que, se o termo ‘bárbaro’ se refere aos costumes e não somente às línguas, os gregos não seriam menos bárbaros que os romanos¹⁶⁸. Assim, bem se vê, ligeiramente, que, já no período republicano, a culminar no período imperial, as palavras (já ancestrais) de um Plauto – ‘*Plautus uortit barbare*’ (cf. citado supra, *Trin.*, 19) –, com o fito de fazer rir sua audiência, se um dia sequer levadas a sério, não mais fariam sentido para qualificar as incursões romanas nos domínios da arte e da cultura.

O que queremos dizer é que, se, por um lado, parece lícito pensar a identidade romana, em grande parte, em paralelo com a grega, por outro lado, não significa que, em relação aos vizinhos preclaros, os mesmos romanos não buscassem para si mesmos as marcas de uma certa *diferença*:

Os romanos, portanto, tiveram de lutar por um tipo diferente de “alteridade” em relação aos gregos, para construir uma identidade para si mesmos. Eles encontraram essa “alteridade”, numa palavra, na sua “romanidade”. Com o elenco talvez exagerado e nem sempre historicamente correto das “virtudes” da Roma dos primórdios, a aristocracia desenvolveu um repertório de conceitos-chave como *pietas*, *auctoritas*, *fides*, *honos*, *gloria* e assim sucessivamente; os seus representantes se tornaram os primeiros heróis romanos. Os ancestrais, os *maiores*, apresentaram, portanto, *mores* exemplares e admiráveis, se comparados com os do presente que, profundamente influenciados pelos gregos, pareceram-lhes inferiores. De forma significativa, a partir do século segundo, o lamento sobre a decadência moral de Roma será um motivo central na política e literatura romana. Essa nova autoimagem

¹⁶⁸ Cf. Cícero (*Rep.*, I, 58): *si ut Graeci dicunt omnis aut Graios esse aut barbaros, uereor ne barbarorum rex fuerit; sin id nomen moribus dandum est, non linguis, non Graecos minus barbaros quam Romanos puto.* (“Se, como os gregos dizem, todos são ou helenos ou bárbaros, temo que Cipião foi rei dos bárbaros; se este termo deve ser aplicado aos costumes e não às línguas, considero os gregos não menos bárbaros que os romanos”).

de uma moralmente ascética “romanidade” tornou possível redefinir a relação entre Grécia e Roma.¹⁶⁹

(Hose, 1999, p. 319)

No que se refere à questão da análise gramatical, a construção de um discurso teórico latino em paralelo às suas fontes gregas, das quais se adaptou a terminologia e, em certa medida, também os seus conceitos¹⁷⁰, foi possibilitada, inicialmente, pelo reconhecimento de que o grego e o latim eram, de fato, línguas algo aparentadas. Assim, já Varrão, no século I a.C, destacava a semelhança categorial entre o grego e o latim:

Por acaso não vês que os gregos, assim como nós, possuem as palavras divididas em quatro grupos, um onde há a categoria de caso, outro onde há tempo, um terceiro onde não há uma coisa nem outra e, ainda, um quarto onde há ambos? E também não sabes que os verbos, entre eles, são alguns finitos e outros não, assim como também existem os dois tipos entre nós? De fato, também não duvido que observas, do mesmo

¹⁶⁹ Cf. “The Romans, therefore, had to look for a different kind of “otherness” in relation to the Greeks to supply them with an identity of their own. This “otherness” they found, in short, in their “Romanness”. With the perhaps somewhat exaggerated and historically not always correct recollection of the “virtues” of early Rome, the Roman aristocracy developed a repertoire of key terms like *pietas*, *auctoritas*, *fides*, *honos*, *gloria*, and so on; their representatives became the early Roman heroes. The ancestors, the maiores, thus showed admirable and exemplary mores, compared to which the present, deeply influenced by the Greeks, appeared inferior. Significantly, from the second century onward the complaint about the moral decay of Rome is a central motif in Roman politics and literature. This new self-image of a morally ascetic “Romanness” made it possible to redefine the relationship between Rome and the Greeks”.

¹⁷⁰ É preciso, entretanto, concordar com Desbordes (2007, p. 108) que a apropriação do grego, formalmente realizada em citações feitas pelos gramáticos do *corpus* de Keil (GL), está muito longe de ser homogênea entre todos os autores. Ao passo que o grego está onipresente em Prisciano e Macróbio, muito frequente em Diomedes e Carísio, está quase ausente, por exemplo, da obra de Donato.

modo, naquela língua, um número muito semelhante, como os três tempos verbais, as três pessoas do verbo.¹⁷¹

(Varrão, *De ling. Lat.*, IX, 31)

Não devemos, evidentemente, desprezar outros fatores que justificam a equiparação entre as línguas grega e latina na obra de Varrão, tais como evocação do grego como argumento de autoridade, a própria tradição de escrita do gênero gramatical, ou, ainda, a metodologia pedagógica para a explicação de fatos latinos a uma audiência possivelmente bilíngue. Além disso, nesse autor, como nos parece, o confronto com a língua grega é consequência não somente do período de intensa helenização da cultura latina – iniciada, é fato, já no século anterior (Meillet, 1977, p. 191; Clackson & Horrocks, 2007, p. 185) –, mas também da estratégia argumentativa de evocar a língua mais antiga, pela qual os romanos tinham admiração, para fortalecer argumentos de certa forma polêmicos, no caso, a defesa da analogia como mecanismo de organização da linguagem.

A identidade entre as línguas grega e latina, bem como entre as sociedades de fala grega e latina, é também exaustivamente demonstrada por Macróbio, gramático do século V, assim como as diferenças que separam as duas línguas e culturas. Na longa comparação que realiza em seu *De differentiis et societatibus Graeci Latini quae uerbi*, cujo prefácio citamos abaixo, assim o gramático apresenta essa relação:

¹⁷¹ Cf. *An non uides, ut Graeci habeant eam quadripartitam, unam in qua sint casus, alteram in qua tempora, tertiam in qua neutrum, quartam in qua utrumque, sic nos habere? Ecquid uerba nescis ut apud illos sint alia finite, alia non, sic utraque esse apud nos? Equidem non dubito quin animaderteris item in ea innumerabilem similitudinem numerum, ut trium temporum uerba, ut trium personarum.*

A natureza deu às línguas grega e latina um parentesco muito próximo. Com efeito, com exceção do artigo, que somente a grega possui, uma e outra língua se caracterizam pelas mesmas partes da oração, assim como por quase todas as regras, figuras e construções, de forma que alguém que tiver aprendido qualquer uma das duas gramáticas, terá aprendido ambas. Porém, elas também se diferenciam em muitas coisas, e possuem certas propriedades, que se dizem, em grego, *idiomata*.¹⁷²

(Macróbio, *Diff.*, GL V, 599)

A “teoria” do *utraque lingua* (“uma e outra língua”), que dá ênfase para a semelhança entre as línguas grega e latina, coloca-se como subproduto da percepção de que ambas as línguas eram naturalmente aparentadas, do que decorre o fato de possuírem categorias análogas – partes da oração (*partes orationis*), figuras (*figurae*) e construções (*constructiones*). Por outro lado, a ausência de artigos em latim é, desde o início, fato que ilustra as particularidades idiossincráticas entre os dois sistemas linguísticos, os *idiomata*.

Nas *Institutiones grammaticae* de Prisciano, as referências à tradição grega estão presentes em todos os livros e decorrem também dessa crença de que o latim e o grego são línguas aparentadas, fato que possibilita (e mesmo requer) certa comparação.

Vejamos:

¹⁷² Cf. *Graecae Latinaeque linguae coniunctissimae cognationem natura dedit. Nam et isdem orationis partibus absque articulo, quem Graecia sola sortita est, idem paene observationibus figuris constructionibusque uterque sermo distinguitur ut propemodum qui utramvis artem didicerit ambas nouerit: in multis tamen differunt, et quasdam proprietates habent, quae Graece idiomata uocantur.*

Do mesmo modo que entre os gregos se acrescenta *ι* a certos pronomes para reforçar o valor do significado, tal como ἐκεῖνοσί, οὐτοσί, ὅδῑ, assim também, entre nós, ‘met’, ‘te’, ‘pte’, ‘ce’, em aposição, reforçam o significado, como ‘egomet’, ‘tute’, ‘meapte’, ‘nostrapte’, ‘huiusce’, assunto de que, quando tratávamos dos pronomes, mais amplamente falamos.¹⁷³

(Prisciano, *Inst. gram.* XVII, GL III, 143,27 -144,4)

E também:

O artigo traz ao conhecimento, pela segunda vez, os termos já dados. Se, de fato, eu disser: ἄνθρωπος ἦλθεν [“um homem foi”], apresento-o pela primeira vez; se, entretanto, disser ὁ ἄνθρωπος ἦλθεν [“o homem foi”], seria já pela segunda. Porém, a língua latina carece de artigos prepositivos. O pronome *hic*, que os gramáticos, na declinação dos nomes, colocam no lugar do artigo prepositivo, nunca significa o mesmo que o artigo numa oração.

Apenas um pronome composto é encontrado entre nós: *idem*, que reforça a ideia da mesma pessoa, cuja interpretação, entre os gregos, o pronome tem por meio do artigo: ὁ αὐτός. Além disso, entre eles, com efeito, são duas partes da oração: ὁ, que é um artigo prepositivo, e αὐτός, que é um pronome relativo. Entre nós, porém, é uma parte composta por *is* e *demum*, que, por apócope, torna-se *dem*, da mesma forma que tomamos *exin* por *exinde* e *dein* por *deinde*.¹⁷⁴

(Prisciano, *Inst. gram.* XVII, GL III, 124,14-125,3)

¹⁷³ Cf. *Quomodo tamen apud Graecos additur ι quibusdam pronomibus ad uim significationis intendendam, ut ἐκεῖνοσί, οὐτοσί, ὅδῑ, sic etiam apud nos ‘met’, ‘te’, ‘pte’, ‘ce’ appositae intendunt significationem, ut ‘egomet’, ‘tute’, ‘meapte’, ‘nostrapte’, ‘huiusce’, de quibus, cum de pronomine tractabamus, latius diximus.*

¹⁷⁴ Cf. *Articulus secundam notitiam suppositorum demonstrat. Si enim dicam ἄνθρωπος ἦλθεν, primam notitiam ostendo; sin ὁ ἄνθρωπος ἦλθεν, secundam. Deficit autem praepositivus articulus lingua Latina. Nam pronomem ‘hic’, quod grammatici in declinatione nominum loco praepositivi, ut dictum est, ponunt articuli, numquam in oratione sensum articuli habet.*

Vnum solum pronomem compositum inuenitur apud nos, τὸ ‘idem’, quod secundam notitiam eiusdem personae significat, cuius interpretatio apud Graecos cum praepositivo articulo relatiuum pronomem habet, ὁ αὐτός. Et apud illos quidem duae partes orationis sunt ὁ αὐτός, ὁ, quod est articulus praepositivus, et αὐτός, quod est pronomem relatiuum, apud nos vero una pars est composita ab ‘is’ et ‘demum’ per apocopen ‘um’, quomodo ‘exin’ pro ‘exinde’ et ‘dein’ pro ‘deinde’.

As duas passagens acima, extraídas do *De constructione*, bem ilustram a teoria do *utraque lingua*, que perpassa todos os livros das *Institutiones*. No primeiro trecho, o gramático observa o mecanismo análogo de reforço ou ênfase adquirido pelo subgrupo de pronomes quando se lhes apõem determinadas partículas em latim e grego. No segundo, a comparação revela-se mais sofisticada: o fato amplamente reconhecido pelos gramáticos de que o latim, diferentemente do grego, não possuía artigos, é matizada pela informação de que, malgrado se utilizasse o pronome *hic* (“este”), em determinados contextos, em posição e funções correspondentes à utilização do artigo grego, não se lhe corresponde em todas as ocorrências quando presentes em uma oração¹⁷⁵. Em seguida, o gramático ainda acrescenta observações quanto ao pronome *idem*, que, etimologicamente, é igualmente composto, de forma análoga ao composto grego ὁ αὐτός¹⁷⁶.

Não se pode, porém, considerar que a identidade tipológica entre o grego e o latim, por vezes, a bem dizer, elaborada hipoteticamente pelo próprio gramático,

¹⁷⁵ A mera sugestão de que o pronome demonstrativo, por alguns gramáticos, já era, à época de Prisciano, utilizado em posição ou função de artigo parece-nos interessante indício da mudança já em curso no latim escrito, em contraste com sua fala, que deu origem às línguas neolatinas. Fato a ser aprofundado em outro momento, no texto mesmo de Prisciano, observamos ocorrências de formas pronominais (principalmente os pronomes *is*, *ea*, *id*; e *ille*, *-a*, *-ud*) em posições nas quais, no latim clássico, não se esperaria sua ocorrência. Não se sabe, porém, até que ponto isto poderia ser reputado a uma interferência do bilinguismo, engendrado pelo fato de que o grego empregaria artigos nesses contextos, ou, então, da própria mudança ocorrida em latim, que, como nos atestam importantes romanistas, produziu a reanálise do pronome demonstrativo *ille* como artigo definido (Coutinho, 1976, p. 250; Said Ali, 2001, p. 98)

¹⁷⁶ A formulação de que o pronome *idem* seja composto etimologicamente de *is* + *demum* é hipótese que nos parece pioneira em Prisciano. Pesquisando em alguns outros textos gramaticais, verificamos que Diomedes (*Diom.*, GL I, 333) se limita a elencar todas as suas formas, sem análise mais aprofundada. Palêmon (*Pal.*, GL V, 535) observa a sua ocorrência para o neutro e masculino (*idem*) em oposição ao feminino (*eadem*). A mesma observação também se encontra em Donato (*Ars*, GL IV, 368). Na obra de Mário Vitorino, Sacerdos e Escauro, não observamos uma seção que trate especificamente dos pronomes.

represente explicação única para que Prisciano assuma o gramático grego como seu principal e mais produtivo modelo¹⁷⁷.

O discurso de autoridade que, historicamente, os romanos encontram através da citação dos gregos, o procedimento didático de comparação entre as línguas, bem como fatores de ordem histórica merecem também avaliação. Nosso gramático afirma, como, ademais, em muitas outras passagens, seguir a obra de Apolônio e Herodiano:

O nome é a parte da oração que atribui uma qualidade própria ou comum a qualquer uma das coisas ou sujeitos. Diz-se que *nome* vem do grego, que é νόμα e, com a letra o, ὄνομα. (...) Um nome interrogativo é aquele que é pronunciado com a interrogação, como *quis, qualis, quantus, quot, quotus*, quando conservam os seus acentos. Indefinido é o contrário dos interrogativos, como *quis, qualis, quantus, quot, quotus*, só que são pronunciados com acento grave. Eles podem, entretanto, ser também correlativos ou de semelhança, como também *talis, tantus, tot*, estes, entretanto, são os segundos membros da correlação. Deve-se observar também que deste modo os nomes ou substâncias podem também ser indefinidos e comuns, como *quis, qui*; ou expressar qualidades, como *qualis, talis*; ou quantidade, como *quantus, tantus*; ou números, como *quot, tot*. Com isso se mostra terem os sapientíssimos autores gregos das artes os terem colocado entre os nomes, embora os mais antigos dentre eles os tenham considerado pronomes ou artigos, o que os gramáticos latinos seguiram. Mas nos parece inadequado o fato de que estes não se recusaram a imitar até mesmo os erros dos antigos,

¹⁷⁷ Não detalhamos aqui o papel dos *exempla* gregos na obra de Prisciano, pois o faremos no capítulo 5, ao discutir a relevância do conceito de “uso linguístico” (*usus*) na obra do gramático latino, em contraposição a seu referencial teórico grego. Naquela ocasião, veremos que as comparações entre o grego e o latim são procedimentos de construção da argumentação gramatical essenciais no texto de Prisciano, responsáveis, com outros aspectos, pela especificidade de sua obra em relação à de Apolônio Díscolo.

ao passo que nós seguimos Apolônio e Herodiano, que expurgaram todos os erros dos antigos gramáticos.¹⁷⁸

(Prisciano, *Inst. gram.* II, GL II, 56,28-57,2; 61,4-17)

Ao iniciar a explicação dos nomes através da vinculação etimológica entre o conceito latino e sua forma grega (*nomen* < ὄνομα) – fato, aliás, que poderia, modernamente, ser questionado quanto à sua validade teórica –, o autor revela um procedimento próprio de certa “didática” dos textos gramaticais antigos: subproduto da noção de que o grego e o latim são línguas parecidas (lembremos de Macróbrio (*Diff.*, GL V, 599), citado acima: *qui utramvis artem didicerit ambas nouerit* – “alguém que tiver aprendido qualquer uma das duas gramáticas, terá aprendido ambas”), a equiparação terminológica ou empírica entre as duas línguas representa também procedimento didático. Concordamos, em suma, com Desbordes (2007, p. 112, 113) que o grego representava também, independente de uma presumida situação de bilinguismo greco-latino, uma estratégia de explicação gramatical *ab excellentia* presente em boa parte dos

¹⁷⁸ Cf. *Nomen est pars orationis, quae unicuique subiectorum corporum seu rerum communem uel propriam qualitatem distribuit. Dicitur autem nomen uel a Graeco, quod est νόμα et adiecta ο ὄνομα (...). Interrogatiuum est, quod cum interrogatione profertur, ut quis, qualis, quantus, quot, quotus, cum suos seruant accentus. infinitum est interrogatiuorum contrarium, ut quis, qualis, quantus, quot, quotus, cum in lectione graui accentu pronuntiantur. Possunt tamen haec eadem et relatiua esse et similitudinis, sicut etiam talis, tantus, tot: haec tamen etiam redditua dicuntur. Et animaduertendum, quod huiusmodi nomina uel substantiae sunt infinitae atque communis, ut quis, qui; uel qualitatis, ut qualis, talis; uel quantitatis, ut quantus, tantus; uel numeri, ut quot, tot. Ex quo ostenditur, melius ea doctissimos artium scriptores Graecos inter nomina posuisse, quamuis uetustiores apud ipsos quoque pronomina uel articulos ea putauerunt, quos grammatici Latinorum similiter sunt secuti. Sed incongruum uidetur, cum illi antiquorum non recusauerint Graecorum etiam errores imitari, nos Apollonii et Herodiani, qui omnes antiquorum errores grammaticorum purgauerunt.*

tratados gramaticais antigos e ilustrativo de uma relação intercultural mais ampla entre as sociedades de fala grega e latina. Lugar-comum da escrita dos tratados gramaticais romanos¹⁷⁹, talvez elemento indissociável que caracteriza o próprio gênero, a comparação terminológica ou empírica entre o grego e o latim não está ausente na obra de variados gramáticos romanos, mas se faz especialmente marcante na obra de Prisciano, como analisamos na passagem abaixo:

Eles, porém, fazem uso do artigo subjuntivo, ao passo que nós ora usamos pronomes, ora nomes, como, em vez de: τῶν ἀνθρώπων οἱ μὲν εἰσιν ἀγαθοί, οἱ δὲ πονηροί [“dos homens, uns são bons, outros maus”], dizemos: *‘hominum hi sunt boni, illi mali’* [“dos homens, estes são bons, aqueles, maus”] ou *‘alii sunt boni, alii mali’* [“uns são bons; outros, maus”]; τῶν δύο Αἰάντων ὃς μὲν Τέλαμῶνος, ὃς δὲ Ὀϊλέως υἱὸς ἐγένετο [“dos dois Ájax, um foi filho de Telamon, outro de Oileu”], dizemos: *‘duorum Aiacum alter Telamonis, alter Oilei filius fuit’* ou *‘hic Telamonis, ille Oilei filius fuit.’*¹⁸⁰

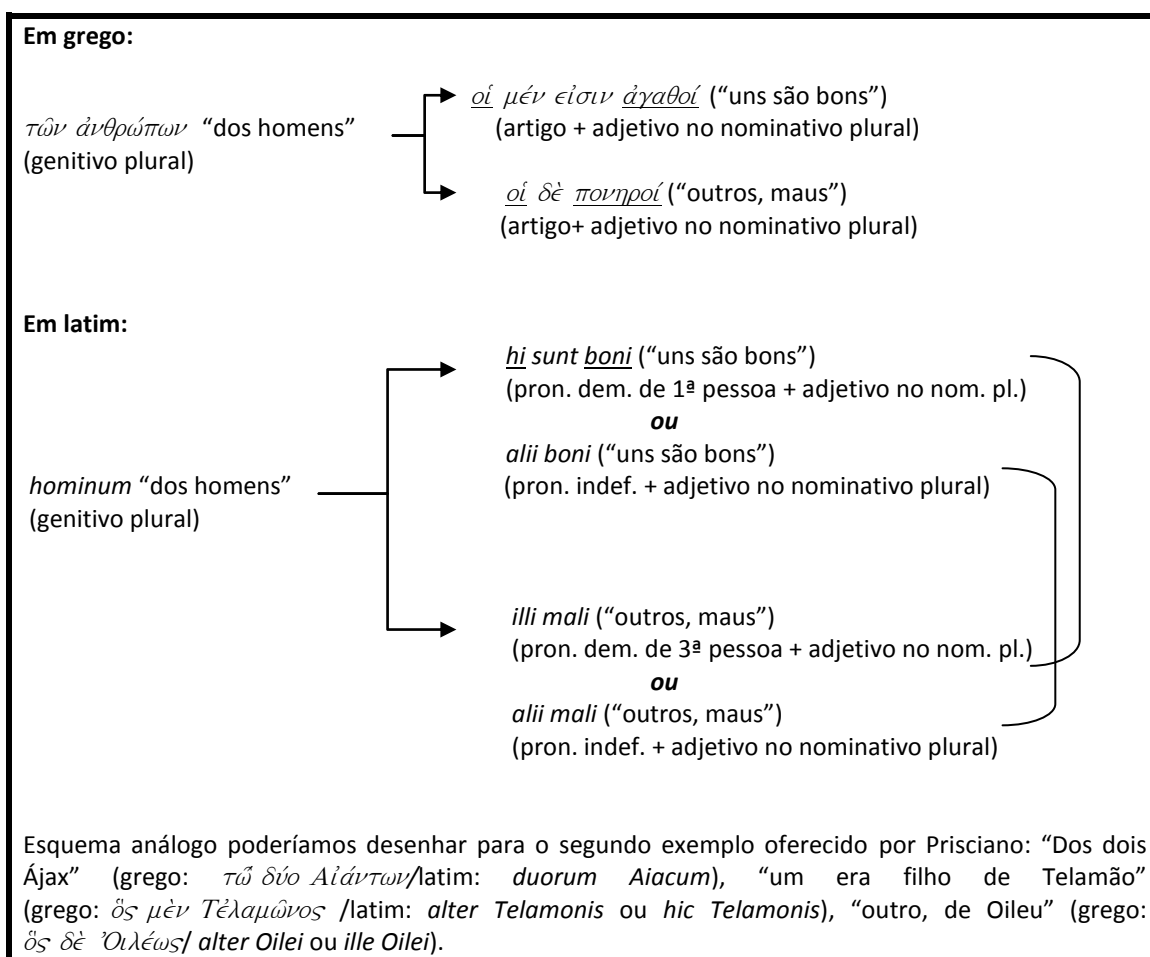
(Prisciano, *Inst. gram.* XVII, GL II, 125,9-14)

Como se percebe, a partir da leitura do trecho acima, o gramático latino compara sentenças gregas e latinas para explicar estruturas latinas, as quais, em grego, se

¹⁷⁹ Cf. Desbordes (2007, p. 112) assinala que a utilização do grego no *corpus grammaticorum Latinorum* se justificava, ao menos, por duas qualidades do procedimento: 1) seu caráter “didático”, pois se revelava um instrumento “maravilhoso” de explicação de fatos gramaticais, economizando ao gramático latino explicações mais demoradas; 2) sua utilidade, pois que se utilizavam em latim muitas palavras gregas, que seguiam padrões de declinação originais, fato que levou alguns gramáticos a abordarem o sistema de flexão nominal grego em seus tratados.

¹⁸⁰ Cf. *Sed illi articulis subiunctiuis utuntur, nos uero pronominibus uel nominibus, ut τῶν ἀνθρώπων οἱ μὲν εἰσιν ἀγαθοί, οἱ δὲ πονηροί; nos dicimus ‘hominum hi sunt boni, illi mali’ uel ‘alii sunt boni, alii mali’; τῶν δύο Αἰάντων ὃς μὲν Τέλαμῶνος, ὃς δὲ Ὀϊλέως υἱὸς ἐγένετο, ‘duorum Aiacum alter Telamonis, alter Oilei filius fuit’ uel ‘hic Telamonis, ille Oilei filius fuit’*

constroem utilizando artigos definidos. Assim, enquanto, em grego, uma oposição estabelecida entre duas partes de um grupo maior expresso pelo chamado genitivo partitivo se realiza pela oposição entre sintagmas no nominativo precedido de artigos definidos, em latim, dada a inexistência desta classe específica de determinantes, o gramático oferece duas construções alternativas: ora utilizando a oposição entre demonstrativos de primeira pessoa (*hic*, *haec*, *hoc*) e de terceira (*ille*, *illa*, *illud*), ora utilizando a alternância oferecida pelo paralelismo produzido pelos pronomes indefinidos *alius*, *alia*, *aliud* ou *alter*, *altera*, *alterum*. Vejamos, de forma esquemática:



Quadro 3.1. Comparação entre o grego e o latim (Prisciano, *Inst. gram.* XVII, GL III, 125, 27-32)

A comparação entre as línguas – derivada, sem dúvida, da semelhança tipológica entre os sistemas linguísticos; fato que não era desconhecido dos antigos¹⁸¹ – justifica, em parte, a evocação frequente da obra de gramáticos gregos – Apolônio Díscolo e de seu filho e discípulo Herodiano – como modelos dignos de serem imitados na composição das *Institutiones*. Porém, há que se considerar também um terceiro aspecto: causalidades de ordem histórica e social. Expliquemos.

Parece-nos possível assumir, com Robins (1993, p. 5), que essas constantes alusões aos autores gregos possam ser reflexo do fato de as *Institutiones* terem como público-alvo falantes de grego como língua materna – haja vista que, em Constantinopla, o grego era a língua mais falada, ainda que o latim fosse a língua oficial da administração romana¹⁸². Por esse viés, o da história da parte oriental do Império, Baratin (1989) considera que a relação explícita entre o grego e o latim pode ser o símbolo mais sofisticado de um projeto político de aproximação entre o ocidente latino e o oriente

¹⁸¹ Varrão (*De ling Lat.*, VIII,2-3) já enumerava, por exemplo, que o sistema de flexão (*declinatio*) latino era derivado do grego: *Declinatio inducta in sermones non solum Latinos, sed omnium hominum utili et necessaria de causa: nisi enim ita esset factum, neque discere tantum numerum uerborum possemus (...) neque quae didicissemus ex his, quae inter se rerum cognatio esset appareret.* (“Introduziu-se a declinação não apenas na língua latina, mas na de todos os homens por uma causa útil e necessária: se não tivesse sido assim, não poderíamos aprender tão grande número de palavras (...) nem aquelas que tivéssemos aprendido se evidenciaria o parentesco entre si”). Cavazza (2000, p. 95) diz que: “era comune opinione tra gli antichi che il latino fosse derivato dal greco” (“era opinião comum entre os antigos que o latim fosse derivado do grego”).

¹⁸² Conforme Veyne (2009, p. 90) salienta, embora o latim não tenha se imposto à fala comum das províncias romanas – disso resulta o fato de algumas províncias de fala grega jamais terem abandonado sua língua em prol da fala latina –, o latim permaneceu até Justiniano (séc. VI), como a língua do *ius ciuile*: “os romanos tinham uma consciência tão aguda de que a identidade helênica lhes era refratária e continuava sendo sua grande rival que nenhum imperador é de origem grega. (...) Roma confirmava, assim, sua vocação exclusiva para o comando; do mesmo modo, impôs o latim como idioma do direito (decisão mantida até o reinado de Justiniano), obrigando os jovens gregos ambiciosos a aprenderem a língua para se tornarem funcionários”.

grego, levado a cabo pelas diretrizes imperiais de Justiniano (518-565). Enquanto no plano da política externa o “século de Justiniano” seria marcado pelas reconquistas do ocidente¹⁸³, no plano da cultura interna, os discursos se prestariam a sublinhar as bases do mundo clássico greco-latino, para o que a latinidade teria se servido, ainda uma vez, do helenismo para confrontar a crescente germanização da parte ocidental e reforçar a sua própria identidade cultural: “as *Institutiones* de Prisciano correspondem explicitamente ao mesmo desejo de fazer reviver os estudos latinos por uma espécie de retorno às fontes de inspiração gregas” (Baratin, 1989, p.369)¹⁸⁴.

No próximo item, avaliaremos, mais detidamente, três últimos aspectos até então apenas mencionados *en passant*, mas que nos parecem importantes fatores que qualificam a relação entre as obras de Prisciano e Apolônio: o *mos maiorum*, a *auctoritas* e a *imitatio*. Faremos essa análise a partir da epístola de Prisciano ao patrício Juliano, que prefacia a edição moderna das *Institutiones* (GL II, 1-3).

¹⁸³ Conforme Lemerle (1991, p. 45): “Nós conhecemos sua ideia-diretriz: refazer o império romano. As grandes etapas são claras. Para ter liberdade de movimento no oeste, Justiniano liquida rapidamente a guerra persa. Depois, ele reconquista a África dos vândalos, a Itália dos ostrogodos, uma parte da Espanha dos visigodos. Se não atinge nenhuma das antigas fronteiras de Roma, consegue, pelo menos, fazer novamente do Mediterrâneo um lago romano”.

¹⁸⁴ Cf. “Les Institutions de Priscien correspondent explicitement au même désir de revivifier les études latines par une sorte de retour aux sources d’inspiration grecques”.

3.3 *Mos maiorum, auctoritas e imitatio: o “prefácio” de Prisciano*

Poucos textos da Antiguidade possuíram o que hoje em dia chamaríamos de “prefácio”, *i.e.*, um texto introdutório, geralmente programático, que aborda de forma ampla e panorâmica o conteúdo de uma obra. No entanto, quem consulta a edição dos *Grammatici Latini* observará, logo no início dos textos de Prisciano, uma epístola que teria sido endereçada pelo gramático a certo patrício chamado Juliano.

Personagem de história controversa, mas a quem Prisciano dedica as suas *Institutiones*, Juliano, como todo cidadão culto em Constantinopla, seria conhecedor de grego e latim (*non minus Graecorum quam Latinorum in omni doctrinae genere praefulgentem* – Prisciano, *Inst. gram.* VI, GL II, 194,5). Como Prisciano havia dedicado suas três obras mais antigas a Símaco, senador romano, acreditou-se que Juliano também pudesse ser de Roma, mas, conforme Ballaira (1989, p. 82) salienta, estudos mais contemporâneos levaram os filólogos a acreditar que se tratava do poeta epigramático Juliano, autor da *Anthologia Palatina*. Por ter sido *praefectus Vrbi* em Constantinopla à época de Anastácio I (491-518 d.C), o título de patrício e cônsul a ele atribuídos parecem justificar-se¹⁸⁵.

¹⁸⁵ Não nos cabe aqui entrar nos detalhes da organização política da sede do Império Romano em Constantinopla. Para maiores desdobramentos dessa questão, bem como para as diferenças dos cargos oficiais em Constantinopla, em relação a Roma, recomendamos a leitura da bibliografia em que nos baseamos nesta passagem: Lemerle (1991), Ballaira (1989), Cameron (1993) e Swain & Edwards (2008).

Ao longo dessa epístola, não somente se destacam elementos que delineiam o projeto de escrita das *Institutiones*, mas se enfatiza especialmente a relação entre essa obra e a tradição de pensadores gregos à qual ela faz referência, como se pode ver no trecho transcrito abaixo:

Reconheço que os latinos tenham tornado célebres em sua própria língua a arte da eloquência e todos os gêneros do conhecimento que, com notoriedade, brilham derivados das fontes gregas; vejo-os, ainda, seguir os passos daqueles em todas as artes liberais, e não somente as que foram por eles apresentadas com correções, mas também, por amor aos mestres, vejo-os reproduzir alguns dos enganos deles, nos quais, estou convencido, a antiquíssima arte da gramática teria incorrido. Seus autores, quer sejam os mais jovens, quer sejam os mais sábios, são corroborados pelo julgamento de todos os mais eruditos, e teriam florescido pelo talento e prevalecido pela diligência – com efeito, o que de mais seguro que a arte de Herodiano, o que de mais esclarecido que as buscas minuciosas de Apolônio pode ser encontrado?¹⁸⁶

(Prisciano, *Ep. ad. Iul.*, GL II, 1,1-11)

Logo na introdução de sua epístola, Prisciano já destaca o valor conferido aos valores consagrados pela tradição: é o procedimento de “seguir os passos” daqueles que o precederam na escrita de todas as artes (*in omnibus illorum uestigia liberalibus consecutos artibus*). No entanto, embora houvesse na tradição gramatical latina tratadistas de grande

¹⁸⁶ Cf. *Cum omnis eloquentiae doctrinam et omne studiorum genus sapientiae luce praefulgens a Graecorum fontibus deriuatum Latinos proprio sermone inuenio celebrasse et in omnibus illorum uestigia liberalibus consecutos artibus uideo, nec solum ea, quae emendate ab illis sunt prolata, sed etiam quosdam errores eorum amore doctorum deceptos imitari, in quibus maxime uetustissima grammatica ars arguitur peccasse, cuius auctores, quanto sunt iuniores, tanto perspicaciores, et ingeniis floruisse et diligentia ualuisse omnium iudicio confirmantur eruditissimorum — quid enim Herodiani artibus certius, quid Apollonii scrupulosis quaestionibus enucleatius possit inueniri?*

renome – Varrão e Donato, por exemplo –, são os gregos que Prisciano evoca ao tratar do espaço que o cultivo da tradição ocupa em sua obra.

Por um lado, seguir os passos dos antigos é procedimento comum ao longo de toda a tradição intelectual romana, pois, de fato, a observância dos costumes dos antepassados, o *mos maiorum*, estava na base da cultura romana (Rocha Pereira, 2006, p. 347), já presente, por exemplo, na célebre passagem de Ênio (frag. 500): “Roma se ergue sobre os costumes e homens antigos” (*Moribus antiquis res stat Romana uirisque*).

Por outro lado, como vimos, Prisciano não menciona toda a tradição indistintamente, mas confere destaque para os autores gregos, entre os quais, especialmente, Apolônio Díscolo. Do mesmo modo, ao longo de sua obra, Prisciano cita autores gregos e latinos ao abordar e exemplificar questões de linguagem, mas não o faz aleatoriamente. Queremos com isso dizer que a celebração dos costumes antigos (*mos maiorum*) no discurso gramatical romano se refina à luz de um outro conceito: o de *auctoritas*. Entre os textos antigos, possuem o mérito de serem retomados aqueles que, de alguma forma, representam discursos de “autoridade” na constituição da obra¹⁸⁷.

Como é vastamente conhecido, o conceito de *auctoritas* é um valor que perpassa a cultura romana. Ainda no período republicano, encontramos, por exemplo, em Cícero (*Top.*, 19, 73), alguns elementos que engendram a *auctoritas* para o romano de forma ampla:

¹⁸⁷ Veremos, no capítulo 5, que as citações de autores ao longo do *De constructione* perfazem determinado “cânone” estabelecido por Prisciano, que não nos parece determinado por acaso ou somente pela tradição. A predileção por alguns autores em detrimento de outros (por exemplo, Quintiliano é jamais citado), parece responder a determinados objetivos da obra, que avaliaremos melhor.

A *auctoritas* da natureza se encerra amplamente na *uirtus*, porém, na ocasião, há muitas coisas que conferem autoridade: o talento, a riqueza, a idade, a fortuna, a arte, o uso, a necessidade e até mesmo, às vezes, o concurso das coisas fortuitas.¹⁸⁸

(Cícero. *Top.*, 19, 73)

Enraizada no próprio conceito de *uirtus*, para Cícero, a *auctoritas* se produz pelo talento (*ingenium*), arte (*ars*), uso (*usus*) etc. Etimologicamente, Benveniste (1995, p. 150) nos informa que, embora o conceito se vincule à raiz do verbo *augeo* (de sentido básico: “aumentar”), na origem também de *auctor* (“autor”), *augur* (“áugure”), *augustus* (“divino”), na verdade o sentido pleno de *auctoritas* dificilmente se concilia com o sentido básico de acréscimo ou aumento que sugere o verbo no período clássico. Benveniste então defende que, na origem mais remota, *augeo* significava também “promover”, “produzir”, acepções necessárias para se compreender melhor a constituição do conceito:

A noção de *auctor* se diversifica em múltiplas acepções particulares, mas se liga claramente ao sentido primeiro de *augeo* “fazer sair, promover”. Dessa maneira, o abstrato *auctoritas* recobra seu pleno valor: é o ato de produção, a qualidade revestida pelo alto magistrado, a validade de um testemunho, o poder de iniciativa etc. (...) Toda palavra pronunciada com *autoridade* determina uma mudança no mundo, cria alguma coisa; essa qualidade misteriosa é que exprime *augeo*, o poder que faz surgir as plantas, que dá vida a uma lei.

(Benveniste, 1995, p. 152)

¹⁸⁸ Cf. *Naturae auctoritas in uirtute inest maxima; in tempore autem multa sunt quae offerant auctoritatem: ingenium, opes, aetas, fortuna, ars, usus, necessitas, concurso etiam non nunquam rerum fortuitarum.*

Se *auctoritas* é o conceito que se vincula a “produção” e “criação” e não somente a “acréscimo” e “acúmulo”, derivamos disso que, em Prisciano, retomar os gregos a partir do valor conferido à *auctoritas* significa operar a produção de algo novo e não somente, como se poderia crer, a superposição de elementos antigos. Esse fato parece-nos interessante para repensar a interpretação frequente de que a filiação de Prisciano a Apolônio e a outros autores gregos se tratasse de uma espécie de “continuidade” ou mesmo “servilismo” em relação à tradição clássica, interpretação muitas vezes motivada pela leitura estrita dos termos empregados pelo próprio autor das *Institutiones* quando afirma ser sua meta “traduzir para a língua latina” (*in Latinum transferre sermonem, Ep. ad Iul., GL II, 2, 3*) as obras de Apolônio. Mesmo Robins, autor que costumamos citar nesta tese, ainda afirmava, na década de 60, por exemplo, que “na maior parte, eles [Prisciano e Donato], revelam pouca **originalidade**, dando o seu melhor para aplicar a terminologia e as categorias dos gramáticos gregos à língua latina” (Robins, 1967, p. 54 – grifo nosso)¹⁸⁹. Percival (1987, p. 72) afirma que Prisciano “foi um mero compilador, a partir de suas fontes alexandrinas”.¹⁹⁰

Parece-nos, porém, conquanto pese a “admiração” que os então constantinopolitanos alimentavam com relação à antiga civilização greco-romana – pois, conforme vimos, consideravam-se ainda “romanos” e legítimos defensores da última fronteira de preservação dos valores humanísticos clássicos –, não ser possível ignorar,

¹⁸⁹ Cf. “For the most part, they show little originality, doing their best to apply the terminology and categories of the Greek grammarians to Latin language”.

¹⁹⁰ Cf. “he was a mere compiler, but on his Alexandrian sources”.

contudo, que o resultado da composição das *Institutiones* agregasse valores diferentes em relação aos de seu “modelo”, o que nos parece inviabilizar a ideia de “mera compilação” atribuída à sua obra.

Para confirmar isso, não precisamos ir muito adiante; basta considerar que, no mesmo passo onde Prisciano diz estar interessado em “traduzir” as obras antigas, ele mesmo ressalta ter procedido a uma espécie de “seleção” das matérias dignas de serem compiladas:

Portanto, embora reconheça terem eles expurgado quase todas as imperfeições dos antigos comentários gregos, quaisquer das que foram conservadas das artes gramaticais, bem como as terem corrigido com as leis determinadas da razão, reconheço também que depois daqueles não houve entre nós ninguém que os imitasse, porquanto, como julgo, empreendi com audácia (mas não com impudência) tarefa de fato árdua para os homens, mas não incompatível com o dever da profissão: a de traduzir em língua latina, dos preceitos dos varões acima nomeados, **aqueles que me pareceram adequados (...)**¹⁹¹.

(Prisciano, *Ep. ad Iul.*, GL II, 2,1-4 – grifo nosso)

Em outras palavras: não é o caso de contestar o peso do *mos maiorum* e da *auctoritas* como conceitos indissociáveis para a compreensão do caráter greco-romano da obra de Prisciano; é o caso, porém, de compreendermos tais conceitos de forma ampla,

¹⁹¹ *Cum igitur eos omnia fere uitia, quaecumque antiquorum Graecorum commentariis sunt relictis artis grammaticae, expurgasse comperio certisque rationis legibus emendasse, nostrorum autem neminem post illos imitatore eorum extitisse, quippe in negligentiam cadentibus studiis literarum propter inopiam scriptorum, quamvis audacter, sed non impudenter, ut puto, conatus sum pro uiribus rem arduam quidem, sed officio professionis non indebitam, supra nominatorum praecepta uirorum, quae congrua sunt uisa, in Latinum transferre sermonem.*

capaz de incluir, em sua natureza, o procedimento de criação a partir dos discursos passados, não de reprodução. *Imitatio* que, conforme veremos, não é o mesmo que ‘cópia’, pois, conforme vimos no trecho acima, Prisciano afirma que somente os preceitos que lhe pareceram “adequados” foram em sua obra desenvolvidos. É o caso, ainda, de reconhecer que se trata da produção de um texto gramatical a partir de um “formato” já consagrado, característico, aliás, de quase toda produção poética latina, mas que nos parece igualmente válida para a compreensão da produção técnica, no caso, gramatical¹⁹².

Dessa forma, a elaboração de um novo texto, a partir do legado da tradição, *i.e.* a “recriação” a partir de um modelo, configura o procedimento criativo básico que caracterizou inescapavelmente a literatura latina: “a aceitação geral da imitação greco-romana é um elemento essencial durante toda a produção literária¹⁹³” (Russell, 1979, p. 1). Decalque do grego *mimesis* (μίμησις), a *imitatio* latina representou, sem dúvida, a expressão conjunta dos valores da *auctoritas* e do *mos maiorum* para a constituição particular dos discursos e, como tal, já comparecia em Quintiliano como uma necessidade:

¹⁹² Nesse ponto, concordamos com Cairus (2011, p. 126) que a adoção de um formato supõe o reconhecimento de um referencial já conhecido: “para os gramáticos latinos, o que aferia tal mérito literário era a inovação dentro de um formato consideravelmente fechado e oriundo, em grande parte, da leitura que esses romanos faziam dos textos gregos. Mais do que o gênero ou a métrica, o que se chama aqui de ‘formato’ refere-se a um conjunto mais extenso de fatores, que incluem até mesmo as preferências temáticas e nomes de personagens originalmente banais, mas que remetem a um referencial que se supõe conhecido”.

¹⁹³ Cf. “The relationship between the Latin genres and their Greek exemplars may best be seen as a special case of a general Greco-Roman acceptance of imitation as an essential element in all literary composition”.

Com efeito não se pode duvidar que grande parte da arte consiste na imitação. Pois, de fato, da mesma maneira como inventar foi o principal e continua como o mais importante, é útil seguir o que foi bem inventado¹⁹⁴.

(Quintiliano, *Inst. or.*, X, 2, 1)

Como se vê, para Quintiliano, a *imitatio*, como adequação ao formato modelar, é um valor a ser cultivado, embora também possuísse ela própria certos limites¹⁹⁵. Em Sêneca, a *imitatio* latina conferia destaque para os pósteros, capazes de já encontrarem as palavras “prontas”:

A condição melhor é a do último: encontra as palavras prontas, que, construídas de outra maneira, possuem nova face. E não lançam mão delas como algo de outro, pois são públicas¹⁹⁶.

(Sêneca, *Ep. mor.*, 79, 6)

Assim, parece que, na própria Antiguidade, estava claro que as palavras, uma vez imitadas, adquiriam “novas faces”, diferentes aspectos no texto novo. A *imitatio* latina, mais que reproduzir as obras exemplares da tradição, realizaria, portanto, uma

¹⁹⁴ Cf. *Neque enim dubitari potest, quin artis pars magna contineatur imitatione. Nam ut inuenire primum fuit estque praecipuum, sic ea, quae bene inuenta sunt, utile sequi.*

¹⁹⁵ De acordo com Pereira (2006, p. 29), a teoria da *imitatio*, em Quintiliano, vincula-se à sua preocupação “pedagógica”, possuindo, de resto, seus limites. O orador crítico deveria utilizar o princípio da *imitatio* como um modo eficaz de começar, mas em algum momento deveria ser encorajado a encontrar seu próprio estilo: “Por que, então, não podemos descobrir algo que não tenha existido antes?” (Cf. *Cur igitur nefas est reperiri aliquid a nobis quod ante non fuerit?*).

¹⁹⁶ Cf. *Conditio optima est ultimi: parata uerba inuenit, quae aliter instructa nouam faciem habent. Nec illis manus incit tamquam alienis; sunt enim publica.*

função transformadora, *i.e.*, instauraria um novo texto, que, na apreciação dos antigos, devia privar-se de *uitia* dos predecessores. A esse respeito, sabemos que Cícero e Horácio desaconselhavam uma imitação servil, que reproduzisse os enganos e vícios do “modelo”:

Ó imitadores, rebanho servil, quão amiúde
o seu reboiço mexeu com minha bÍlis,
quão amiúde com minha alegria!¹⁹⁷

(Horácio, *Ep.*, I, 19, 19-20)

Conheço muitos imitadores que procuram imitar as coisas que são mais fáceis ou mesmo aquelas defeituosas ou quase viciosas. Nada é mais fácil que imitar a forma como alguém se veste, ou se move ou fica parado¹⁹⁸.

(Cícero, *De or.*, 2, 90-91)

O desaconselhamento da *imitatio uitiorum* que aparecera, por exemplo, no trecho de Cícero acima citado, está no cerne da preocupação de Prisciano, ao reescrever um tratado gramatical. Na introdução do Livro XVII, o caráter emulativo de sua *imitatio* parece ficar claro:

Visto que, nos livros outrora propostos sobre as partes da oração, seguimos, na maior parte, a autoridade de Apolônio, além disso, se pudemos também acrescentar-lhe alguma coisa de novidade – do mesmo modo, sem omitir elementos necessários de outros, quer dos nossos, quer dos gregos –, não nos recusemos agora também a inserir, caso seja considerado conveniente, algo dos outros ou dos nossos

¹⁹⁷ Cf. *o imitatores, seruom pecus, ut mihi saepe
bilem, saepe iocum uestri mouere tumultus!*

¹⁹⁸ Cf. *Multos imitatores saepe cognoui, qui aut ea quae facilia sunt aut etiam illa quae insignia ac paene uitiosa consecretantur imitando. Nihil est facilius quam amictum imitari alicuius aut statum aut motum.*

acerca da ordenação ou construção das palavras, que os gregos chamam de σύνταξις, seguindo, ainda, os passos daquele o quanto possível.¹⁹⁹

(Prisciano, *Inst. gram.* XVII, GL III, 107,1-108,4)

Como se destaca da passagem acima, por mais que se afirme reconhecer em Apolônio o grande modelo, fica também evidente a necessidade de produzir acréscimos, seja de autores latinos, seja de outros autores gregos. Significa dizer que a *imitatio* em Prisciano, como, ademais, em outros autores latinos, configura, como não poderia deixar de ser, uma transformação, cuja extensão pretendemos avaliar nos capítulos seguintes. Visto de outro ângulo, o texto de Prisciano poderia ser um exemplo do que, modernamente, certa vertente de estudos textuais reconhece como um *diálogo intertextual*.

Não temos como objetivo explorar essa ferramenta teórica de forma exaustiva em nossa análise, mas apenas apontar uma perspectiva teórica que também nos parece viável para compreendermos as referências textuais constantes na obra de Prisciano, sabendo, de antemão, dos riscos que podem derivar da leitura de um texto antigo à luz de conceitos oriundos de uma teoria moderna, tal como a intertextualidade.

Expliquemo-nos. Classicistas contemporâneos tais como Barchiesi (1997), Conte (1996), Fowler (2000) e, também no Brasil, Vasconcellos (2001) e Prata (2007) têm

¹⁹⁹ Cf. *Quoniam in ante expositis libris de partibus orationis in plerisque Apollonii auctoritatem sumus secuti, aliorum quoque siue nostrorum siue Graecorum non intermittentes necessaria et si quid ipsi quoque noui potuerimus addere, nunc quoque eiusdem maxime de ordinatione siue constructione dictionum, quam Graeci σύνταξιν uocant, uestigia sequentes, si quid etiam ex aliis uel ex nobis congruum inueniatur, non recusemus interponere.*

atualmente aplicado ao estudo da literatura latina conceitos da intertextualidade para a compreensão dos fenômenos da *imitatio* nos textos latinos. Em que pese o fato de se ocuparem especialmente com o registro que hoje qualificamos como ‘literário’ dos textos antigos, pode-se dizer que, para esses autores, a relação entre diferentes textos tem sido encarada não mais como mera particularidade do texto antigo, cujas fontes deveriam ser detectadas, mas como um *evento* constitutivo dos próprios textos, sejam antigos ou modernos.

Assim, para Barchiesi (1997, p. 142), “a intertextualidade é um *evento*, não um *objeto*. Não é uma coisa, um dado fixo para ser analisado, mas uma relação em movimento, ou mesmo uma desestabilização dinâmica”²⁰⁰. Fowler (2000) considera a intertextualidade de forma mais ampla, como característica geral da própria linguagem²⁰¹, sem a qual não haveria a compreensão de dado enunciado – argumento que nos permite pensá-la como elemento constitutivo até mesmo da prosa técnica, como, por exemplo, a gramática antiga.

²⁰⁰ Cf. “Intertextuality is an event, not an object. It is not a thing, a fixed given to be analysed, but a relation in motion, even a dynamic destabilization”.

²⁰¹ Cf. Fowler (2000, p. 119): “We do not read a text in isolation. But within a matrix of possibilities constituted by early texts, which functions as *langue* to the *parole* of individual text production: without this background, the text would be literally unreadable, as there would be no way in which it could have meaning. (...) It will be obvious already from the above that authors and texts do not have a choice as to whether they participate in these systems of meaning, and that intertextuality is a property of language – and semiotic systems in general – not simply of literature”. (“Não se lê um texto de forma isolada, mas dentro de uma matriz de possibilidades, constituída por textos já existentes, que funciona da mesma forma que a *langue* com relação à *parole* na produção textual individual: sem este pano de fundo, o texto seria literalmente ilegível, assim como também não haveria possibilidades de sentido. (...) Já seria óbvio, a partir do que foi dito, que os autores e textos não têm escolha em participar desses sistemas de significado e que a intertextualidade é uma propriedade da linguagem – e dos sistemas semióticos em geral – e não simplesmente da literatura”).

Como vimos, as idéias de “correção” e “superação”, citadas na epístola a Juliano, apontam para essa função transformadora da *imitatio* – o que, em suma, a incompatibiliza, por isso mesmo, com a ideia de tradução ou “reprodução servil”, entendendo-se nestes termos a suposta reprodução irrefletida em outra língua²⁰².

Em suma, retomar a tradição grega, o que se viabiliza na relação entre os textos, fato que, em tese, pontuamos há pouco como indispensável para a compreensão da gramática antiga, não impossibilita pensar o texto latino como um texto diferente do original. Vale dizer que o próprio “prefácio” de Prisciano já nos leva a pensar a obra como um novo *texto*, em relação ao qual, por mais que preclara, toda a tradição anterior representa, de fato, *intertextos*, e não somente *modelos* e, muito menos, *fontes*. Assim, por exemplo, em certo passo, Prisciano destaca ter realizado um esforço de selecionar somente as partes “necessárias” e “condignas”, ainda que fosse preciso recorrer a autores outros, de fala grega ou latina:

Reuni, também, quase todas as coisas necessárias dos nossos, que do mesmo modo se encontram nos comentários das artes gramáticas, o que acreditei possuir uma consistência condigna.²⁰³

(Prisciano. *Ep. ad. Iul.*, GL II,1, 2-3)

²⁰² Fato hoje já amplamente demonstrado, não existe a mera reprodução, mesmo em um projeto tradutório, sem que não tenha, aí também, a mão do tradutor: “pode-se comprovar não ser possível existir uma tradução, caso ela, em sua essência última, ambicione alcançar alguma semelhança com o original. Pois na continuação de sua vida, o original se modifica” (Benjamin, 2001, p. 193).

²⁰³ Cf. *quaecumque necessaria nostrorum quoque inueniuntur artium commentariis grammaticorum, quod gratum fore credidi temperamentum*.

Somos, assim, levados a desconfiar das considerações da filologia tradicional, que apregoa(va) um certo continuísmo “pouco original” nos textos gramaticais latinos. De igual modo, devemos concordar com Conte (1996), por muitos motivos – entre os quais, elencamos aqui: 1) a preocupação “emulativa” do texto de Prisciano e, 2) a seleção de partes condignas de autores não somente gregos, mas também latinos –, com o fato de que a relação que se instaura entre os textos em diálogo pode ser melhor entendida em termos de uma **transformação**²⁰⁴.

De fato, se lermos a relação entre a obra de Prisciano e Apolônio a partir de um viés intertextual, entendendo esse conceito, de forma ampla, como o apresentamos aqui – o que, evidentemente, não descarta o papel da *auctoritas* na sua constituição –, teremos, ainda, que reconhecer a independência entre o jogo intertextual e as presumidas intenções de seus autores – intenções que, teoricamente, é-nos vedado averiguar. Isso significa dizer que, ainda que se afirme no texto de Prisciano ter “traduzido” ou seguido *pari passu* a obra deste ou daquele autor em particular, não nos é possível, por outro lado, acreditar demasiadamente em que a intenção ali expressa pelo autor seja de fato seguida em seu texto. Estamos propensos a pensar que, de fato, os intertextos representam sistemas de significado, em que “os autores e textos não têm escolha em participar” (Fowler, 2000, p. 119), ou, dito de outra forma, estamos diante de uma relação entre textos, não, necessariamente, entre autores.

²⁰⁴ Cf. Conte, 1996, p. 29: “é ainda produtivo considerar a relação entre um texto e outro como uma transformação”. (“It is still fruitful to consider the relationship between one text and another as one of transformation”).

Veremos, nos próximos capítulos, os elementos fundamentais que constituem o pensamento sintático de Prisciano, bem como refletiremos, com essa análise, especificamente na relação que sua obra estabelece com o texto de Apolônio Díscolo, ou, como se realiza, “na prática”, a relação entre as obras de Prisciano e Apolônio Díscolo. Antes, porém, encerrando este capítulo, e já preparando terreno, vejamos, mais especificamente, o estatuto das reflexões gramaticais na obra dos autores e o lugar específico da “sintaxe” por eles apresentada.

3.4 Das *artes* às *institutiones*

No capítulo anterior, afirmamos que os conceitos de *partes orationis* e *solecismo* eram indícios de que os gramáticos latinos anteriores a Prisciano já desenvolveram, de certa maneira, um pensamento sobre a construção das palavras na sentença latina. Vimos, por exemplo, o conceito já elaborado em Diomedes de que a oração latina perfaz-se por um conjunto harmonioso e ordenado de partes menores (as *partes orationis*), e possui sentido completo. Não obstante, verificamos também que, nas *artes grammaticae* latinas, a abordagem dos conceitos de *partes orationis* e *solecismo* revelava-se, na prática, menos uma reflexão teórica sobre as construções linguísticas (uma “sintaxe”, de fato) e mais uma reflexão que era subproduto da antiga preocupação

herdada pelo discurso gramatical com a norma linguística consagrada pelo ideal da *Latinitas*.

Neste item, a partir das definições de “sintaxe” oferecidas por Prisciano e Apolônio, tentaremos delinear o quadro epistemológico do qual emerge a reflexão “sintática” nesses autores, tentando observar, ao mesmo tempo, as diferenças em relação ao modelo das *artes*. Refletiremos também sobre um aspecto até então desconsiderado, pelo qual principiaremos, que é a natureza do saber codificado pela obra de Prisciano e a maneira, que julgamos pertinente, como ele se distancia conceptualmente, daquele produzido pelos autores das *artes*.

Os tratados gramaticais latinos dos séculos III, IV e V possuíam estrutura bastante conhecida: elaboravam, com efeito, de forma geral, um esquema tripartido (Baratin, 1994, p. 143), cujas vinculações e história tivemos ocasião de observar ao longo do capítulo 2. Como autores representativos do modelo das *artes*, poder-se-iam citar, por exemplo, Sacerdos (séc. III), Donato, Carísio e Diomedes (séc. IV), Sérvio, Pompeu, Dositeu (séc. V)²⁰⁵. Conforme assinala Pereira (2006, p. 46), o próprio termo “arte” (*ars*), atribuído a esse conjunto de tratados, se referia ao fato de ser conhecimento derivado da experiência (ἐμπειρία):

O termo *arte* indicava, para os antigos, um conhecimento derivado da experiência (ἐμπειρία/*empeiria*), um modo de intervenção sobre o

²⁰⁵ Diga-se, em tempo, que a datação desses textos não é fato inequívoco e consensual para todos os estudiosos. Por limitação nossa, não nos deteremos a discutir as diferentes teses que tentam situar os textos gramaticais no tempo. Estamos seguindo o que propõe Law (1986; 1992; 1993b).

mundo natural passível de aprendizagem e constituído de regras (*praecepta, regulae*), só violáveis em alguns momentos pelo artista (*licentia*). Em seu conjunto, tais regras compunham o que se chamava *doutrina* (*doctrina*) e eram assimiláveis pela *disciplina*, que conduzia ao respectivo saber (*scientia*).

(Pereira, 2006, p. 46)

A caracterização de *scientia*/ἐπιστήμη foi primeiramente formulada por Platão (*Respub.* 5, 477 *et. seq.*) e Aristóteles (*Et.*, 1139b *et seq.*). Para Platão, ἐπιστήμη corresponderia ao saber imutável, verdadeiro e, assim, opor-se-ia ao saber expresso pela opinião ou senso comum (δόξα), que é o saber aparente, em grande parte também caracterizado por ser um saber empírico. Aristóteles contrapôs τέχνη (*ars*) e ἐπιστήμη (*scientia*), afirmando que ambos são formas de conhecimento, mas a “ciência” é um saber que diz respeito a objetos eternos, ao passo que a arte diz respeito a saberes não-eternos, dependentes, portanto, do artífice ou do artesão. Vasconcellos (2005, p. 62) defende que, já em Quintiliano, a retórica também sublinhava seu caráter ambíguo, simultaneamente caracterizada por ser uma *ars* e uma *scientia*, como se pode verificar na definição seminal de retórica oferecida por aquele autor: *ars rhetorica [est] bene dicendi scientia* (“a arte da retórica é a ciência do bem dizer”, grifos nossos).

E a gramática latina? Conforme vimos, as *artes grammaticae* ofereceram uma abordagem sobre a linguagem particularmente vinculada aos efeitos práticos que produziam, seja para a leitura/recitação dos textos da tradição poética, seja para a produção de novos textos poéticos, retóricos etc. Representavam, sem dúvida, esse saber

prático, derivado da experiência. Apesar de terem ensaiado uma reflexão teórica sobre princípios das línguas, com alguma incursão no terreno da “sintaxe” do latim, conforme lembramos há pouco, o resultado prático dessa reflexão voltou-se para aspectos extrínsecos e dependentes de variáveis contextuais: a noção retórica de *Latinitas*, os efeitos desejáveis e indesejáveis das construções que caracterizaram, no olhar antigo, *figurae* e *uitia sermonis*. Este ideal de linguagem implicava, portanto, escolhas guiadas por certa noção de conveniência, fortemente atrelada aos contextos reais de uso daquela linguagem, fortemente vinculada, portanto, a certa expressão empírica da linguagem.

Por outro lado, parece-nos apropriado reconhecer, em Prisciano, uma importante diferença de concepção em relação às *artes*. Em primeiro lugar, a obra de Prisciano não se intitulou uma *ars*, mas tinha em seu título a amplitude do termo *institutio*²⁰⁶. Das acepções reconhecidas pelo *Oxford Latin Dictionary* para o termo latino, destacamos as de “organização, sistema” e a de “(método de) instrução, educação”, significados que já revelam o caráter da obra, que se tratava, com efeito, de um sistema organizado de fatos sobre a língua latina, vasto e exaustivo o suficiente para permitir que desempenhasse o papel de tratado desse tipo de educação.

²⁰⁶ Também Quintiliano, ao defender sua *ars* como uma *scientia bene dicendi* (“ciência do bem dizer”), intitula sua obra como uma *institutio oratoria* e não *ars oratoria*. Conforme salienta Vasconcellos (2005, p. 69): “a retórica jamais foi aceita pacificamente no âmbito das artes. Mesmo admitindo, como Quintiliano, que ela fosse ‘a mais bela das atividades’, a retórica foi vista por muitos como de natureza demasiadamente ambígua para ser classificada como uma *ars/téchne*, ao passo que atividades bem mais humildes – como a forja, a tecelagem e a fabricação de vasos – eram admitidas sem contestação no rol das *artes/téchnai* (II, 17, 13)”

Com efeito, o fato de ser o gramático mais prolífico do latim, ao qual se atribui talvez o primeiro tratado gramatical abrangente e supérstite de uma língua clássica europeia (Robins, 1993, p. 88), habilitá-lo-ia, por si mesmo, a renunciar ao título de *ars* em favor de algo maior, o que nos permite concordar com Robins (1993, p. 88) quando este afirma que “sua gramática representa uma organização exaustiva de tudo o que se tinha alcançado ao longo da principal tradição dos saberes greco-romanos sobre a linguagem, mas ao mesmo tempo, formava um banco de dados e um manual para o ensino e pesquisa gramatical”²⁰⁷.

Em segundo lugar, em que pese o volume algo monumental da obra de Prisciano e a fortuna crítica que mereceu sua leitura ao longo da Idade Média ocidental, a arquitetura textual de seu tratado, bem como a natureza de sua reflexão gramatical também nos auxiliam a explicar a renúncia ao título de *ars*. Do ponto de vista da arquitetura de seu texto, vale citar Baratin (1994):

O final da história é conhecido: no início do século VI, Prisciano renuncia ao próprio título de *ars*, preferindo aquele de *Institutiones grammaticae*, e adota um plano radicalmente novo, que está na origem da tripartição que nós ainda conhecemos como fonética, morfologia, sintaxe²⁰⁸.

(Baratin, 1994, p. 156)

²⁰⁷ Cf. “His grammar represents an exhaustive compilation of all that had been achieved along the mainline tradition of Greco-Roman linguistic scholarship; but at the same time it formed the database and the resource book for grammar teaching and research”.

²⁰⁸ Cf. “La fin d’histoire est connue: au début du 6^e s., Priscien renonce au titre meme d’*Ars*, préfère celui d’*Institutions grammaticales*, et adopte un plan radicalement nouveau, que est à l’origine de la tripartition que nous connaissons encore en phonétique, morphologie, syntaxe”.

Assim, diferentemente dos modelos gramaticais romanos dos séculos III, IV e V, que, em sua maioria, produziram uma reflexão de matiz prático sobre as “figuras” e “vícios” do discurso²⁰⁹ – noções que, conforme vimos, se delineavam à luz da preocupação retórica da *Latinitas* –, na obra de Prisciano, a parte final, composta por seus dois últimos livros, XVII e XVIII, constitui o tratado *De constructione*, que se propõe investigar o fenômeno da *constructio* ou σύνταξις a partir da obra de Apolônio Díscolo:

Tratamos, portanto, no que ficou dito acima, dos vocábulos individuais das expressões, como pedia a sua lógica; agora, porém, falemos sobre a ordenação deles, resultando na construção da oração completa, do mesmo modo que as letras adequadamente reunidas fazem as sílabas e as sílabas, as palavras, assim também as palavras compõem a oração.²¹⁰

(Prisciano. *Inst. gram.*, XVII, GLII, 108,5-9)

²⁰⁹ Essa descrição caracteriza melhor a *ars* de Donato, considerada, por alguns, como Baratin (1994), modelar para a tradição dos textos gramaticais, por, entre outros motivos, a amplitude de sua difusão. Segundo este modelo, sua terceira parte conteria, então, aquela reflexão, derivada do conceito de *Latinitas* que considera a expressão das “figuras” e “vícios” da linguagem. Em que pese esse fato, que corroboramos até certo ponto, é preciso destacar, no entanto, que as grandes *artes* possuíam relativas diferenças de estrutura entre si, embora não deixassem de apresentar, em algum momento, uma reflexão da mesma natureza a respeito dos *uitia* e *figurae*. Sacerdos, por exemplo, apresenta sua *ars* igualmente em três livros (o primeiro às partes do discurso e aos vícios e virtudes do enunciado; o segundo sobre as terminações de nomes e verbos; o terceiro sobre questões de métrica); Carísio tem sua obra dividida em cinco livros (o primeiro sobre a teoria da *littera* e algumas categorias de palavras; o segundo sobre as partes do discurso; o terceiro sobre alguns desdobramentos a respeito dos verbos; o quarto sobre os vícios e virtudes do discurso; o quinto sobre algumas construções idiomáticas); Diomedes também apresenta sua *ars* em três livros (o primeiro sobre as partes do discurso, as terminações das palavras e a construção de caso; o segundo sobre a *littera*, sílaba, acentos, pontuação, vícios e virtudes do discurso; o terceiro é uma espécie de poética, com considerações sobre a métrica).

²¹⁰ Cf. *In supra dictis igitur de singulis uocibus dictionum, ut poscebat earum ratio, tractauimus; nunc autem dicemus de ordinatione earum, quae solet fieri ad constructionem orationis perfectae, quam admodum necessariam ad auctorum expositionem omnium diligentissime debemus inquirere, quod, quemadmodum litterae apte coeunt faciunt syllabas et syllabae dictiones, sic et dictiones orationem.*

A análise “sintática” coloca-se, no trecho acima, como o estudo das relações recíprocas entre as diferentes categorias de palavras – as *partes orationis* – analisadas nos livros anteriores que compõem as *Institutiones* (livros I a XVI). É interessante observar, nesse momento, que certa ordenação, motivada pelo princípio da *ratio* (“organização”, “sistema”, “lógica”), engendra uma construção oracional completa (*perfecta*), possível e adequada na língua latina.

Ressalta-se, ainda, nesse trecho, a definição de *constructio* como uma relação em crescente: uma certa ordenação dos sons/letras (*litterae*) possibilita a formação de sílabas (*syllabae*); por sua vez, sílabas bem-ordenadas podem formar palavras (*dictiones*), que, bem ordenadas, formam a oração latina (*oratio*). Como se verifica, a partir da própria formulação do conceito de *constructio* em Prisciano, já se prenuncia uma análise que confere um valor maior à noção de *ratio*, renunciando a natureza mais abstrata do saber codificado pelas *Institutiones*, se comparado com aquele saber prático e aplicado das *artes*.

Comparemos: a partir de pesquisa que fizemos no *Corpus grammaticorum Latinorum*, de nove manuais observados, sete (Ásper, Cledônio, Palêmon, Donato, Dositeu, Sacerdos e Sérgio) não possuíam seção específica para o exame da *constructio*, não oferecendo, portanto, qualquer definição intrínseca do fenômeno da ordem, seguindo o paradigma já descrito da análise das “figuras” e “vícios”. Desses, apenas os textos de Carísio e Diomedes destinavam uma parte pequena a se debruçar sobre a *constructio*, mas nela não ofereciam qualquer conceituação do fenômeno a partir de uma

ocorrência intrínseca à língua, tal como vemos em Prisciano. Ao contrário, tanto em Carísio, como em Diomedes, a seção *De constructione siue syntaxi* abordava questões ligadas aos tempos verbais, sem uma análise mais aprofundada quanto à ordem.

O que queremos demonstrar, em suma, é que, ao substituir a análise dos “vícios” e “figuras” por uma reflexão sobre o mecanismo da construção, a partir do referencial de Apolônio, verificamos nas *Institutiones*, de fato, uma especialização conceitual dos antigos temas gramaticais romanos, que se tornam mais orientados para os mecanismos internos da língua latina e algo abstratos, com menor referência ou aplicabilidade a usos específicos da língua. A existência de um tratado sobre sintaxe é, sem dúvida, a expressão mais visível dessa mudança. O saber codificado nas *Institutiones* torna-se, portanto, menos um empreendimento que melhor se defina pela noção de τέχνη/*ars* – um saber baseado na experiência e voltado para questões externas e práticas – e mais uma construção intelectual que configura antes uma *scientia linguistica*.

3.5 Em síntese

Procuramos, neste capítulo, contextualizar a obra de Prisciano, mais especificamente, e o *De constructione*, a partir de duas relações: por um lado, entre a obra de Prisciano e a tradição grega, tendo como principal modelo Apolônio Díscolo; por outro lado, entre ela e a tradição propriamente romana sobre a linguagem, registrada, sobretudo, em manuais do século III, IV e V, as *artes*.

Para entendermos a primeira relação, sem referendarmos as posições que apregoam um continuísmo servil entre a obra de Apolônio e Prisciano, analisamos alguns aspectos que a qualificam: 1) o procedimento típico do gênero dos tratados gramaticais romanos, que, ao pressuporem a semelhança categorial entre as línguas grega e latina, desenvolveram a teoria do *utraque lingua* (um fenômeno codificado em uma língua, de ordinário, seria válido para ambas) e suscitaram a comparação entre o grego e latim como procedimento didático padrão; 2) o contexto histórico e social em que a obra de Prisciano foi produzida, *i.e.*, a Antiguidade Tardia, em região de fala grega, do que ressalta o bilinguismo greco-latino e o lugar do latim como língua minoritária e, portanto, o relevo natural conferido aos autores gregos, entre os quais, em particular, Apolônio (a esse respeito, devem-se pôr em relevo também os esforços de Justiniano para a restauração da parte perdida do Império e o reforço das instituições simbólicas e culturais que identificavam o “império greco-romano”, entre as quais, sem dúvida, a língua latina); 3) o valor conferido pela tradição latina ao *mos maiorum*, à *auctoritas*, bem como à *imitatio*, como procedimento criativo de grande fortuna na história da tradição letrada romana.

A partir da análise desses aspectos, chegamos a assumir que a obra de Prisciano, sem dúvida, deve ser melhor compreendida à luz do diálogo histórico das culturas grega e latina, motivo pelo qual apregoamos que o modelo sintático desenvolvido no *De constructione* pode ser melhor compreendido quando observado enquanto tratado “greco-romano”. Por outro lado, elencamos argumentos teóricos que não nos permitem corroborar a opinião de que Prisciano desenvolva uma continuidade servil da obra de

Apolônio em latim, seja como uma tradução irrefletida ou mesmo uma compilação. À luz do conceito de *imitatio/aemulatio* e da noção de intertexto, fomos levados a pensar, em tese, numa reformulação do sistema sintático apresentado por Prisciano, mudança cujos termos estão para ser especificados.

A segunda relação, resultado da reflexão que já iniciamos no capítulo 2, se refere ao estatuto diferencial da obra de Prisciano em relação às *artes grammaticae* romanas. A estrutura das *Institutiones* revela a mudança que é a expressão mais visível dessa diferença: o desenvolvimento de uma longa discussão voltada especificamente para a “sintaxe”. A terceira parte das *artes* voltava-se, em geral, para a análise dos conceitos de *figurae* e *uitia sermonis*, preocupação, de resto, comprometida com a antiga função do gênero gramatical como propedêutica de estudos avançados em retórica e de leitura dos textos poéticos, preocupação, em suma, associada à noção de norma configurada pela *Latinitas*. Em Prisciano, a terceira parte é o tratado *De constructione*, um desdobramento intertextual da obra de Apolônio Díscolo sobre a sintaxe, arranjo ou ordem das palavras, nas respectivas línguas. Conforme examinaremos em seus conceitos no próximo capítulo, a existência de uma reflexão dessa natureza, menos comprometida com o conceito de *Latinitas*, e mais definida em termos de *ratio* (“organização lógica”, “sistema”), sinaliza que o saber produzido por Prisciano, de fato, deixa de ser uma *ars* e assume o caráter de *scientia*. Desse modo, os aspectos que aproximam, em suma, Prisciano e Apolônio, ilustram, ao mesmo tempo, uma diferenciação entre Prisciano e os autores das *artes*.

IV

SYNTAXIS SIVE CONSTRUCTIO

Estrangeiro: Uns são chamados de nomes, outros de verbos.

Teeteto: Explique cada um deles.

Estrangeiro: Dizemos verbo aquilo que mostra, aplicado às ações.

Teeteto: Sim.

Estrangeiro: E chamamos de nome a palavra que se refere àqueles que realizam as ações.

Teeteto: Exatamente.

Estrangeiro: Assim, o discurso jamais é formado por nomes falados de modo sucessivo, nem de verbos pronunciados sem nomes.²¹¹

(Platão, *Soph.*, 262a)

4.1 A língua como sistema organizado

Nos capítulos anteriores, examinamos a constituição do discurso metalinguístico greco-romano, tanto pelo viés das interfaces entre as antigas disciplinas ligadas à palavra (a retórica, a poética e a dialética, no caso), quanto pelo viés do

²¹¹ Cf. [262a] **Ξένος**· τὸ μὲν ὀνόματα, τὸ δὲ ῥήματα κληθέν.

Θεαίτητος· εἰπὲ ἑκάτερον.

Ξένος· τὸ μὲν ἐπὶ ταῖς πράξεσιν ὃν δῆλωμα ῥήμα που λέγομεν.

Θεαίτητος· ναί.

Ξένος· τὸ δὲ γ' ἐπὶ αὐτοῖς τοῖς ἐκείνας πράττουσι σημείον τῆς φωνῆς ἐπιτεθὲν ὄνομα.

Θεαίτητος· κομιδῇ μὲν οὖν.

Ξένος· οὐκοῦν ἐξ ὀνομάτων μὲν μόνων συνεχῶς λεγομένων οὐκ ἔστι ποτὲ λόγος, οὐδ' αὖ ῥημάτων χωρὶς ὀνομάτων λεχθέντων.

desenvolvimento das *artes grammicae* romanas. No âmbito da gramática romana, avaliamos, particularmente, dois aspectos fundamentais: (i) o conceito de *partes orationis* e seu desenvolvimento a partir das categorias da lógica estoica; e (ii) o papel desempenhado pela *Latinitas*, noção oriunda da retórica, que determinou, em grande parte, a natureza das reflexões gramaticais e que teve como produto, entre outros, o desenvolvimento de extenso capítulo das artes acerca dos *uitia* e *uirtutes sermonis*.

Dedicamos o último capítulo a introduzir a obra de Apolônio e Prisciano. Avaliamos os argumentos de ordem sócio-histórica e textual que nos permitem compreender a relação intrínseca entre uma e outra obra. No que tange, especificamente, às *Institutiones*, pudemos verificar que seus dois livros finais (XVII e XVIII, o *De constructione*) pareceram renunciar à análise dos *uitia* e *uirtutes sermonis*, tal como o era realizado pelas *artes*. Em seu lugar, esses livros apresentaram uma vasta reflexão em torno das construções latinas, fundamentada, em grande parte, no papel que o conceito de *ratio* desempenhava nessa obra.

Avaliamos também que uma possível causa para a diferenciação temática e conceitual entre os livros finais das *Institutiones* e a terceira parte das *artes* era o fato de Prisciano ter como referenciais os tratados gramaticais gregos, sobretudo a obra de Apolônio Díscolo, fato que evidenciou, por um lado, certa ruptura com os esquemas e padrões das chamadas *artes*, mas também sublinhou, por outro, o caráter greco-romano de seu tratado. Não nos passa despercebido, como indício dessa estreita relação, que o

nome de Apolônio é citado quinze vezes ao longo do texto de Prisciano: dez vezes somente ao longo dos livros XVII e XVIII.

Assim, interrompemos nossa discussão no último capítulo ao propor que o *De constructione* representou, por tais motivos, uma especificação na discussão gramatical latina, caracterizada simultaneamente pela ruptura com determinados temas amplamente desenvolvidos ao longo da história da disciplina gramatical – em especial, mas não somente, com a noção de norma pelo viés da *Latinitas* – e pela adoção de um ponto de vista inteiramente novo no âmbito latino: o privilégio concedido a questões internas da própria linguagem, em detrimento de análises que, até meados do século V, resvalavam, em maior ou menor grau, em aspectos extra-linguísticos, de caráter antes social e identitário – como a *Latinitas* –, ou propriamente textuais – como a propedêutica para a leitura de textos poéticos.

Neste capítulo, gostaríamos de aprofundar essa discussão, apresentando um recorte de temas fundamentais que perpassam as obras de Apolônio e Prisciano, que, ao aproximarem as concepções gramaticais dos dois autores, respondem, ao mesmo tempo, pela diferenciação entre a obra de Prisciano e os autores gramaticais dos séculos III e IV e V. Ocupar-nos-emos, portanto, de conceitos que estão presentes tanto no *Περὶ συντάξεως* quanto no *De constructione*, a saber: a definição de “sintaxe” a partir da noção de *ratio* e os níveis de análise engendrados a partir dela; os conceitos de enunciado, oração, completude e incompletude; e, finalmente, de forma ilustrativa – e portanto, sem pretender apresentar-se como relato exaustivo – o papel das categorias dos pronomes e

das conjunções na concatenação de enunciados oracionais complexos, e os fenômenos engendrados por isso, tal como as noções de anáfora, dêixis e concordância.

Tais temas, evidentemente, não exaurem todas as nuances analíticas que se podem encontrar nas duzentas e cinquenta páginas que perfazem a edição de Prisciano que consultamos. Sintetizam linhas gerais, que, em grande parte, são consensuais entre Apolônio e Prisciano – salvas anotações em contrário – que nos permitem falar, até certo ponto, de uma doutrina greco-romana acerca da “sintaxe” das línguas antigas. Mais do que isso, tais temas permitem-nos demonstrar esse movimento que destacamos no final do último capítulo: o aprofundamento de uma postura descritiva, a partir da análise de fenômenos de concatenação entre palavras (mas não somente entre delas, como veremos a seguir), que os antigos então chamaram, pela primeira vez na tradição ocidental, de “sintaxe”. Ao mesmo tempo em que aproxima as duas obras e reforça a hipótese “greco-romana” dos textos de Prisciano, esse aprofundamento teórico e epistemológico distancia sua obra das *artes grammaticae* produzidas até o século V, cujos temas gerais tivemos a ocasião de apresentar no capítulo segundo.

O conceito de *ratio sermonis*, em que pese sua longa história nos textos da tradição greco-romana²¹², é o fundamento teórico mais importante para a constituição do

²¹² De fato, conforme vimos nos capítulos 1 e 2, podemos destacar que o conceito de *ratio* já comparecia, associado à noção de *Latinitas* em vários autores. Em Quintiliano, *Inst. or.*, I, 6, 1: “O discurso se constitui de *ratio*, antiguidade, autoridade, uso” (*sermo constat ratione, uetustate, auctoritate, consuetudine*). Em Aulo Gélcio (*Noct.*, X, 4, 4): “Advertimos que a mesma *ratio* existe também nas palavras gregas, da mesma maneira que está nas nossas” (*Eadem ratio est in Graecis quoque uocibus, quam esse in nostris animaduertimus*).

pensamento sintático de Apolônio e Prisciano²¹³. É este o conceito que está na base da definição de “sintaxe”²¹⁴ tal como apresentam os dois autores:

Em nossos estudos apresentados anteriormente, tratamos sobre os vocábulos, conforme o assunto demandava; sua tradição foi revisitada. Agora, porém, o estudo seguinte abordará a sintaxe, que reúne as formas que levam à congruência da frase completa; meu projeto é expor esse assunto em detalhes, pois é muito necessário à explicação dos textos poéticos. A partir daqui e já no início, prefiguram os elementos, mencionados a princípio como a matéria indivisível, pois os encadeamentos de elementos não se fazem por acaso, mas segundo as regras da construção – é disso, praticamente, que eles tiram o seu nome. No nível seguinte, a sílaba obedece ao mesmo princípio, uma vez que, para produzir a palavra, as construções silábicas devem ser efetuadas segundo regras. Está claro que, pela mesma lógica, as palavras, que são as partes da frase completa bem construída, submetem-se, por sua vez, à congruência da construção.²¹⁵

(Apolônio Díscolo, *Synt.*, I, 1-2)

²¹³ De acordo com Luhtala (2005, p. 80): “Apolônio mantém uma posição racionalista acerca do estudo da gramática, sustentando que a linguagem se comporta, em todos os seus níveis, de forma ordenada. Prisciano segue de perto a argumentação de Apolônio sobre a regulação da linguagem”. (cf. “Apollonius holds a rationalist position towards the study of grammar, maintaining that language behaves, in all its levels, in an orderly manner. Priscian follows closely Apollonius’ argumentation concerning the orderliness of language”).

²¹⁴ Empregaremos a palavra “sintaxe” e seus adjetivos derivados para nos referir exclusivamente ao construto teórico dos autores antigos que analisamos: Prisciano e Apolônio. Portanto, doravante, não a colocaremos mais entre aspas, cuidado que tivemos, até então, para que não fosse tomada com as acepções modernas que esse termo acumulou em seus desdobramentos em diferentes disciplinas posteriores, entre as quais a Linguística.

²¹⁵ Cf. Ἐν ταῖς προεκδοθείσαις ἡμῖν σχολαῖς ἡ περὶ τὰς φωνὰς παράδοσις, καθὼς ἀπῆται ὁ περὶ αὐτῶν λόγος, κατέλεκται· ἡ δὲ νῦν ῥηθησομένη ἔκδοσις περιέξει τὴν ἐκ τούτων γινομένην σύνταξιν εἰς καταλληλότητα τοῦ αὐτοτελοῦς λόγου, ἢν πάνυ προήρημαι, ἀναγκαιοτάτην οὖσαν πρὸς ἐξηγήσιν τῶν ποιημάτων, μετὰ πάσης ἀκριβείας ἐκθέσθαι.

Ἦδη γὰρ καὶ ἡ πρώτη ῥηθεῖσα ἀμερὴς ὕλη τῶν στοιχείων τοῦτο πολὺ πρότερον κατεπηγγέλατο, οὐχ ὥς ἔτυχεν ἐπιπλοκάς ποιησαμένη τῶν στοιχείων, ἀλλ’ ἐν τῇ κατὰ τὸ δέον συντάξει, ἐξ ἧς σχεδὸν καὶ τὴν ὀνομασίαν εἴληχεν. Ἡ τε ἐπαναβεβηκυῖα συλλαβὴ ταῦτόν ἀνεδέξατο, εἵγε αἱ ἐκ τούτων συντάξεις ἀναπληρούμεναι κατὰ τὸ δέον ἀποτελοῦσι τὴν λέξιν. Καὶ σαφές ὅτι ἀκόλουθόν ἐστι τὸ καὶ τὰς λέξεις, μέρος οὖσας τοῦ κατὰ σύνταξιν αὐτοτελοῦς λόγου, τὸ κατάλληλον τῆς συντάξεως ἀναδέξασθαι.

No que ficou dito acima, tratamos, portanto, da realização das palavras separadamente, conforme requeria o seu sistema; agora, porém, abordaremos a ordenação delas, a qual costuma dar-se para a construção da oração completa. Esta, assaz necessária à explicação de todos os autores, devemos buscar com todo empenho, pois, de certo modo, as letras adequadamente unidas produzem as sílabas e as sílabas, as palavras, assim também as palavras produzem a oração. Com efeito, o sistema que nos foi transmitido acerca das letras também nos revelou isto: como é bem dito por Apolônio, elas são a matéria indivisível e primeira da voz humana. De fato, ela não revela que as associações das letras sejam feitas de qualquer maneira, mas por uma ordenação bem arranjada: por isso, também, que, de forma verossímil, dizem ser chamadas *'literae'*, como que, *'legiterae'*, pois mostram o caminho da leitura, quando postas em uma ordem adequada. Também as sílabas, acrescidas das letras, são suscetíveis disso, já que, a partir dessas relações, elas, unidas, perfazem a palavra.²¹⁶

(Prisciano, *Inst. gram.* XVII, GL III, 108, 2)

Os dois fragmentos acima, que introduzem, respectivamente, as obras de Apolônio Díscolo e Prisciano, já revelam, como ponto de partida, o fato de que, para ambos os gramáticos, o funcionamento das línguas em análise obedece a princípios lógico-rationais. De forma específica, o arranjo de letras, sílabas e palavras, que é o cerne da discussão sintática, realiza-se de forma ordenada, segundo regras de caráter lógico²¹⁷.

²¹⁶ Cf. *In supra dictis igitur de singulis uocibus dictionum, ut poscebat earum ratio, tractauimus; nunc autem dicemus de ordinatione earum, quae solet fieri ad constructionem orationis perfectae, quam admodum necessariam ad auctorum expositionem omnium diligentissime debemus inquirere, quod, quemadmodum literae apte coeuntes faciunt syllabas et syllabae dictiones, sic et dictiones orationem. Hoc enim etiam de literis tradita ratio demonstrauit, quae bene dicuntur ab Apollonio prima materies uocis esse humanae indiuidua. Ea enim non quocumque modo iuncturas ostendit fieri literarum, sed per aptissimam ordinationem, unde et 'literas' uerisimiliter dicunt appellari, quasi 'legiteras', quod legendi iter praebeant ordine congruo positae. Nec non etiam auctiores literis syllabae idem recipiunt, cum ex eis coeuntes iuncturae pro debito dictionem perficiunt.*

²¹⁷ Veremos, nos próximos parágrafos, como as regras de caráter "lógico", ou "os princípios lógico-rationais" da linguagem, termos que usamos para traduzir, frequentemente, *ratio*, se referem às regras que presidem

O termo grego *στοιχείον* (“elemento”, “princípio elementar”) designava na tradição filosófica posterior a Platão as letras do alfabeto ou, mais precisamente, os sons que elas representavam²¹⁸. Eram considerados elementos indivisíveis (*στοιχείον ἀμερές*), pois representavam os constituintes menores de uma entidade linguística complexa, iniciada com esses “elementos” (no caso, as letras/sons), que se combinavam segundo regras de construção (*συντάξει*), a fim de formar palavras (*λέξεις*). A combinação dessas palavras, segundo as mesmas regras de construção, produzia, por seu turno, a oração completa e bem-construída (*αὐτοτελής λόγος*). Além disso, em Apolônio, as regras de construção (*σύνταξις*) aplicadas às palavras levavam a sentenças caracterizadas não somente por completude (*αὐτοτέλεια*), como também por congruência (*καταλληλότης*).

Também assim verificamos na análise de Prisciano, conforme destacamos a partir da segunda citação: a análise “sintática” se coloca como subproduto das relações recíprocas entre diferentes categorias de palavras. E, também em Prisciano, tais relações não são fortuitas, mas presididas pelo princípio da *ratio*. É o mesmo princípio que perpassa as concatenações em todos os níveis: entre sons/letras²¹⁹ (*litterae*), sílabas

às relações entre as palavras para a formação da sentença completa. Para compreender o conceito, precisamos especificar outras noções, tais como *consequentia* e *congruitas*, o que faremos adiante.

²¹⁸ Cf. Aristóteles, *Poética*, 1456b22, ao definir *στοιχεῖα* como “sons vocais indivisíveis”. Também Dionísio Trácio (*τέχνη γραμματική*) define tais termos como os elementos alfabéticos.

²¹⁹ Conforme assinala Desbordes (1995, p. 101), o conceito de *littera* (ou *litera*, como o registrado na edição de Prisciano consultada), embora fosse ancorado na tradição escrita, entre os antigos poderia se referir tanto a um grafema, *i.e.* à representação escrita (à “letra”), quanto à unidade sonora por ele representada, o “fonema”. Em grego, frequentemente essa ambiguidade se resolvia com a distinção entre *στοιχείον* (“elemento sonoro mínimo”) e *γράμμα* (“elemento escrito mínimo”). Conforme acentua Desbordes, em

(*syllabae*), palavras (*dictiones*) e orações (*orationes*). Trata-se, portanto, de uma relação ordenada que perpassa, em crescente, todos os níveis da língua.

A apresentação desse princípio em Prisciano segue *pari passu* a discussão realizada por Apolônio em dois aspectos: 1) ambos delimitam seu objeto de estudo após definições e propriedades anteriormente abordadas a respeito das palavras tomadas individualmente, desenvolvidas no âmbito das “partes da oração”; 2) ambos definem a sintaxe (*σύνταξις/constructio*) como o princípio que regula construções bem-formadas, partindo das letras/sons (*στοιχεῖα/litterae*), até a oração completa (*αὐτοτελής λόγος/oratio perfecta*). Dessa forma, podemos ainda traçar algumas equivalências terminológicas entre as duas passagens:

TRADUÇÃO	GREGO	LATIM
“sons/letras”	στοιχεῖα	<i>litterae</i>
“palavras”	λέξεις	<i>dictiones</i>
“oração completa”	αὐτοτελής λόγος	<i>oratio perfecta</i>
“sintaxe”	σύνταξις	<i>constructio</i>

Quadro 4.1. Equivalências terminológicas na definição de “sintaxe” de Apolônio Díscolo e Prisciano

alguns contextos havia também a distinção entre *littera/elementum* em latim. Como o conceito em Prisciano apresenta a ambiguidade aqui revelada (letra/fonema), optamos por traduzir, frequentemente, pelos dois termos entre barras (letra/som), preferindo, também, não usar o termo “fonema”, cunhado numa tradição muito posterior.

Confrontando-se as equivalências terminológicas nas línguas grega e latina, bem como a forma como ambos os gramáticos, de forma análoga, apresentam o conceito de sintaxe, parece-nos claro que a promessa de Prisciano – “seguir os passos de Apolônio” (*Inst. gram.* XVII, GL III, 107, 1) – verifica-se em larga medida. Contudo, a relação instaurada entre Prisciano e seu modelo se caracteriza, em grande parte, por uma transformação; ou, se nos utilizarmos de alguns pressupostos teóricos mais contemporâneos, poderíamos repetir aqui que o procedimento intertextual o faz estabelecer com seu intertexto uma relação não somente de continuidade, como também, no mais das vezes, de ruptura, conforme pudemos avaliar no capítulo anterior.

Queremos dizer que se, por um lado, fica patente o fato de Apolônio ser intertexto para Prisciano, razão pela qual se explicam as profundas correspondências, sobretudo teóricas, no que diz respeito ao objeto de estudo em questão, por outro, não devemos negligenciar o que já nesse momento parece diferenciar as duas obras. A esse respeito, destacamos, em particular, a correspondência – a nosso ver, parcial – entre os termos *littera* e $\sigma\tau\omicron\lambda\chi\epsilon\acute{\iota}\omicron\nu$. Enquanto para Prisciano a categoria da *littera* já possuía um significado próprio e técnico, i.e. as “letras/sons” da língua latina, significado construído e consolidado na tradição gramatical latina²²⁰, para Apolônio, o termo grego em questão era oriundo de outro desdobramento conceitual. De fato, na tradição grega, a letra escrita –

²²⁰ Donato, na *Ars maior*, por exemplo, ao discutir casos de barbarismo, destaca que a omissão de uma “letra/som” (*littera*), produz construções equivocadas, como, por exemplo, dizer-se *infantibu paruis* em vez de *infantibus paruis*. Para Diomedes (*Diom.*, GL I, 421, 15), “a *littera* é a menor parte da voz articulada” (*littera pars minima uocis articulatae*), definição que está também presente em Carísio (*Char.*, GL I, 4,10), Donato (*Ars*, GL IV, 603,6) e Sérgio (*Serg.*, GL IV, 475, 6).

ou mesmo os sons articulados – tradicionalmente era compreendido na semântica da palavra γράμμα²²¹. Contudo, desde Aristóteles, passando pelos estoicos e também pela tradição alexandrina, o termo grego στοιχεῖον especificou o conceito contido no termo γράμμα. Nesses autores – e entre eles, em Dionísio Trácio, mas também em Apolônio – στοιχεῖον não é a letra/som tomada em abstrato, isolada do texto, mas é o “elemento” constitutivo da sílaba e da palavra, é o elemento de construção no nível pré-silábico. Disso resulta o comentário de Apolônio acerca do nome (ὀνομασία) conferida a esses termos. Assim, portanto, parece-nos que um conceito gramatical pelo menos dúplice na tradição grega acomoda-se a apenas um termo no texto de Prisciano.

Vale a pena ainda destacar o comentário etimológico que Prisciano apresenta e que está ausente em Apolônio: os sons das letras que, “de forma verossímil, dizem ser chamadas ‘*litterae*’²²², quase, ‘*legiterae*’, pois mostram o caminho [*iter*] da leitura [*legendi*] quando postas em uma ordem adequada” (*id., ibid.*)²²³. Esse comentário ecoa a tradição gramatical propriamente latina; está presente, por exemplo, em Diomedes (*Diom.*, GL I, 421, 26): “a *littera*, dita como que *legitera*, ora por ser lida, ora por indicar o caminho das aos que lêem”²²⁴, mas também se encontra em Sérvio (GL IV, 421, 4), Donato (GL IV, 458, 31) e Cledônio (GL V, 26, 26).

²²¹ Platão, por exemplo, em *Fedro* (275 a): “ensinar as letras” (γράμματα διδάσκειν).

²²² No texto, o termo vem grafado como *litterae*. Por não fazer distinção teórica, mantemos a sua escrita, no corpo do texto, como *litterae*, para manter uniformidade com as outras ocorrências.

²²³ Cf. *et ‘litteras’ uerisimiliter dicunt appellari, quae ‘legiteras’, quod legendi iter praebeant ordine congrue positae.*

²²⁴ Cf. *littera dicta quasi legitera, quia legitur, uel quod legentibus iter ostendit.*

Em Prisciano, porém, a essa nota etimológica se acrescenta, também, a ressalva de que tais elementos carecem de uma ordem adequada (*ordo congrua*), retomando, em suma, o conceito de “congruência” (καταλληλότης) apresentado por Apolônio, o qual retomaremos à frente.

Por ora, voltemos à organização lógica da linguagem que está no centro da discussão sintática de Prisciano e Apolônio. A premissa de que a *ratio* perpassa todos os níveis sintáticos, da *littera* à *oratio*, é comprovada pela análise que ambos os gramáticos fazem de fenômenos sintáticos análogos em todos os níveis: o redobro, a abundância e a elisão²²⁵. Tais fenômenos podem-se perceber, indistintamente, no interior de uma palavra, no nível fonético ou silábico, entre as palavras e entre as orações.

O redobro, por exemplo, pode ocorrer com a repetição de um único segmento no interior de uma sílaba, como *relliquias* (“restos, resíduos”) e *reddo* (“devolver, dar de volta”), exemplos de Prisciano; e ἔλλαβεν (“pegou”) ἔννεπε (“canta”), exemplos de Apolônio²²⁶. No nível silábico ocorre em *Lelege*, *tutudi*, *peperi*²²⁷, exemplos de Prisciano, e Λέλεξ, πάμπαν²²⁸, exemplos de Apolônio. No nível seguinte, o da palavra, os dois autores

²²⁵ Neste capítulo, todos os exemplos gregos foram extraídos da obra de Apolônio Díscolo, ao passo que nos limitamos a extrair somente os exemplos latinos de Prisciano. Deixaremos para comentar os exemplos gregos de Prisciano no capítulo 5.

²²⁶ Lallot (1997b, p. 10), comentando a passagem, afirma que as formas sem redobro são mais usuais em grego, sendo a utilização das formas com redobro comuns na poesia épica.

²²⁷ A forma *Lelege* é nome próprio também citado por Apolônio (Λέλεξ), as duas outras formas são o redobro do perfeito de *tundo* (“bater muitas vezes”) e *pario* (“parir, gerar”), respectivamente.

²²⁸ Advérbio enfático derivado de πᾶν, “tudo”.

citam os seguintes exemplos: me me *adsum qui feci!*²²⁹ e fuít, fuít *ista quondam in hac re publica uirtus*²³⁰ (Prisciano); Μῶσ' ἄγε, Μῶσα λίγεια²³¹ e βαρὺς βαρὺς σύνολκος²³² (Apolônio). No último nível, o da sentença, Apolônio não oferece exemplos, afirmando apenas ser possível a ocorrência do fenômeno. Prisciano, ao contrário, oferece dois exemplos:

- (1) *Magnus poeta Vergilius fuít, magnus poeta Vergilius fuít*²³³;
- (2) *tune duos una, saeuissima uipera, cena,*
*tune duos!*²³⁴

De forma análoga, Prisciano e Apolônio examinam o fenômeno do pleonasmo, quando existe a repetição de algum elemento (letra, sílaba, palavra ou oração) e sua elipse, com a falta de algum deles. Vejamos alguns exemplos no quadro abaixo:

²²⁹ “Eu, eu, aqui estou aquele que fez”.

²³⁰ *Inuectivae*: “inectivas”, título dado às *Catilinárias* de Cícero. Cícero, *Cat.*, I, 3: “era essa, era essa a virtude outrora naquela república”.

²³¹ Alcman (*apud* Lallot, 1997, p. 96): “Musa, vá, Musa, com voz clara”.

²³² Sófocles (*apud* Lallot, 1997, p. 96): “Grave, grave, companheiro”.

²³³ “Virgílio foi um grande poeta, Virgílio foi um grande poeta”.

²³⁴ Juvenal, *Sat.* 6, 641-642: “Por acaso teus dois [filhos], víbora odiosíssima, no mesmo jantar, teus dois [filhos]!”.

PLEONASMOS	
a)	De letras: <i>prodest</i> em vez de <i>proest</i> ; ἀλαλητός em vez de λαλητός ²³⁵
b)	De sílabas: <i>induperator</i> ²³⁶ em vez de <i>imperator</i> ; κύνεσσι ²³⁷ em vez de κυσί;
c)	De palavras: <i>sic ore locuta est</i> ²³⁸ ; καθέζομαι ²³⁹
d)	De frases: <i>ibant qua poterant, et qua non poterant non ibant</i> ²⁴⁰
ELIPSES	
a)	De letras: <i>audacter</i> em vez de <i>audaciter</i> (“audaciosamente”); αἶα em vez de γαῖα (“terra”);
b)	De sílabas: <i>commorit</i> em vez de <i>commouerit</i> (“terá comovido”); αἰπόλος em vez de αἰγοπόλος (“cavaleiro”);
c)	De palavras: <i>urbs antiqua fuit, [quam] Tyrii tenuere coloni</i> ²⁴¹ ; [τὸ] ἀρνειὸν δ’έμοι οἶω ²⁴² ;
d)	De frases: <i>egone illam, quae illum, quae me, quae non!</i> ²⁴³

Quadro 4.2. Exemplos de pleonasmos e elipses em Apolônio Díscolo e Prisciano.

No quadro de exemplos que traçamos acima, verificamos a correspondência entre a formulação dos conceitos em Apolônio e sua representação em Prisciano, bem

²³⁵ Segundo Lallot (1997b, p. 11), ἀλαλητός (“grito de guerra”) admite a forma λαλητός, por derivar-se, supostamente, de λαλεῖν (falar).

²³⁶ A forma *induperator* (“general, comandante”) é artificial, atestada em Ênio, possivelmente para se adequar à métrica do hexâmetro dactílico (Baratin et al., 2010, p. 69).

²³⁷ Forma épica para κυσί, provavelmente por razões métricas.

²³⁸ “Falou pela boca assim”.

²³⁹ Verbo formado por κατά- + ἕζομαι (“instalar, estabelecer”).

²⁴⁰ “Iam por onde podiam e, por onde não podiam, não iam.”

²⁴¹ Virgílio, *Aen.I*, 84-85: “Houve uma cidade antiga, [que] os colônios tírios ocupavam”. Na sentença oferecida por Prisciano, o pronome relativo está em elipse. Novamente, podem-se evocar argumentos de ordem métrica para justificar esse fato no poema épico virgiliano. Além dessa explicação, que conforma a análise do gramático, poderíamos também considerar, em vez da elipse, a mera justaposição (ou parataxe), característica do estilo épico virgiliano (em certa medida, *mimesis* do estilo paratático homérico).

²⁴² Homero, *Od. IX*, 550: “[o] carneiro, só para mim”. Elipse do artigo.

²⁴³ Terêncio, *Eun.*, 65: “Pois eu a..., ela que o..., que me..., que não!”. Essa construção, que ilustra, a nosso ver, a hesitação na fala da personagem da comédia, é suplementada hipoteticamente por Prisciano com orações que estariam em elipse: *egone illam [digner aduentu meo], quae illum [praeposuit mihi], quae me [non suscepit heri!]*: “pois eu [a julgarei digna da minha visita], ela que [o preferiu a mim], que não [tinha me recebido ontem]! De acordo com Colombat (1993, 460), essa citação foi reproduzida em gramáticos posteriores como exemplo de elipse, mas parece-lhe difícil a sustentação de uma “teoria da elipse” pelo fato de os elementos reconstruídos estarem sujeitos à interpretação do gramático.

como a analogia dos exemplos empregados. Observemos que onde Apolônio oferece um exemplo literário grego (Sófocles, Alcman, Homero etc.), Prisciano também ilustra com passagens da literatura latina (Cícero, Virgílio, Juvenal, Terêncio etc.)²⁴⁴. Em alguns casos, existe até mesmo a correspondência entre os gêneros citados, como, por exemplo, quando ambos retomam versos épicos, de Homero e Virgílio, para ilustrar o fenômeno da elipse de palavras.

Não nos passa despercebido, porém, que, diferentemente de Prisciano, Apolônio não cita exemplos de redobro, pleonasma ou elipse de orações, o que, de antemão, nos oferece um importante traço diferencial entre as duas obras, ao qual voltaremos, mais especificamente, no capítulo 5: o fato de Prisciano dedicar-se mais à apresentação e explanação de ocorrências empíricas da língua.

Por ora, vejamos que tais exemplos, ao codificarem fenômenos “linguísticos”, perpassam diferentes níveis, da *littera* à *oratio*. Ilustram, com efeito, a tese de que a linguagem é organizada por uma *ratio* que regula a sintaxe em todos os seus níveis. Também a posição de determinado elemento na frase, seja em preposição ou posposição a outros, obedece a uma mesma lógica, seja no nível da *littera*, *syllaba* e *dictio*:

²⁴⁴ A ilustração dos fenômenos gramaticais com *exempla* extraídos da literatura reforça, sem dúvida, a afirmação que fizemos no capítulo 2 de que embora se possa defender, para a obra de Prisciano, uma abordagem mais atenta a fenômenos intrínsecos na organização da língua, o autor não deixa de referendar a tradição poética, através de seus exemplos. Essa prática evoca, com efeito, o conceito primeiro de gramática, como *poetarum enarratio* (cf. Quintiliano, *Inst. or.*, I, IV, 1-2).

Dizemos haver elementos em preposição a vogais e consoantes, porém também há certos elementos prepostos às sílabas, como, nos ditongos, *a*, *e* e *o* vêm prepostos: ‘*ae*’, ‘*au*’, ‘*eu*’, ‘*oe*’. Porém, *i* e *u* são colocados em posposição, bem como as aspirações se encontram adjuntas às vogais no princípio das sílabas, tal como: ‘*habeo*’, ‘*Hermus*’, ‘*hircus*’, ‘*homo*’, ‘*hora*’, ‘*humus*’, ‘*humanus*’. A letra *u* se coloca no lugar da consoante, enquanto *q* e *k* são postas sempre no início das sílabas. Também as sílabas são colocadas em preposição, como ‘*prae*’, que se encontra sempre no início das palavras: ‘*praemium*’, ‘*praeco*’, ‘*praetor*’, ‘*praedium*’, ‘*praelum*’. Ou também pospostas, antepondo-se a *gm*, *cm* ou *chm*, como ‘*agmen*’, ‘*Pyracmon*’, ‘*Menaechmus*’. Ou, ainda, em posições finais, como aquelas que terminam em *ls*, *rs* ou *ns*: ‘*puls*’, ‘*cohors*’, ‘*hiems*’, ‘*sapiens*’. Encontramos o mesmo com relação às palavras. Disso, as ‘preposições’ recebem o seu nome, assim como os ‘pronomes prepositivos’ e ‘subjuntivos’ (ou ‘anafóricos’), assim também os verbos ‘subjuntivos’, que receberam tal nome mais pela ordenação do que pela descrição, como os ‘imperativos’, ‘optativos’.²⁴⁵

(Prisciano, *Inst. gram.* XVII, GL III, 111,20-112,8)

Seja, também, no nível da *oratio*:

Na oração também podemos encontrar este modo, quando as premissas, se forem combinadas às consequências, revelam-se verdadeiras, desde que estejam antepostas às consequências a primeira oração em conexão, como, por exemplo, se alguém disser ‘*si ambulat Dionysius, mouetur Dionysius*’ [“se Dionísio anda, Dionísio se move”]; se alternarmos [a ordem das orações], não será verdadeiro, pois, de fato, se Dionísio se move [*mouetur Dionysius*], não necessariamente ele está

²⁴⁵ Cf. *Dicimus praepositiva elementa tam in consonantibus quam in uocalibus; sed etiam in syllabis sunt quaedam praepositiva elementa, ut in diphthongis a et e et o praepositivae sunt, ut ‘ae, au, eu, oe’, i uero et u postponuntur, et aspirationes uocalibus adiunctae in principio syllabarum inueniuntur, ut ‘habeo, Hermus, hircus, homo, hora, humus, humanus’, et u loco consonantis posita et q et k sempre initio syllabarum ponuntur. Syllabae quoque praeposuntur, ut ‘prae’ in principio inuenitur semper dictionum: ‘praemium, praeco, praetor, praedium, praelum’. Postpositivae quoque, quae a gm uel cm uel chm incipiunt, ut ‘agmen, Pyracmon, Menaechmus’; finales quoque, quae in ls uel rs uel ms uel ns terminant, ut ‘puls, cohors, hiems, sapiens’. Idem etiam in dictionibus inuenis. Vnde et ‘praepositiones’ nominantur et ‘praepositiva pronomina’ et ‘subiunctiva’ uel ‘relativa’, nec non uerba ‘subiunctiva’, quae magis ab ordinatione nomen acceperunt quam a demonstratione, quomodo ‘imperativa, optativa’.*

caminhando [*ambulat Dionysius*], com efeito, ele pode se mover sem caminhar.²⁴⁶

(Prisciano, *Inst. gram.* XVII, GL III, 112,8-13)

O trecho citado acima segue *pari passu* a explanação de Apolônio Díscolo (*Synt.*, I, 9), incluindo a análise da ordem das orações, cujo exemplo é traduzido por Prisciano: εἰ περιπατεῖ Διονύσιος, κινεῖται (“Se Dionísio anda, se move”). Nos itens seguintes, Prisciano e Apolônio tratam dos fenômenos da dissociação e alternância de sons/letras, sílabas, palavras e orações. Dois breves exemplos:

1) dissociação de palavras, oferecido por Prisciano: *septem subiecta trioni*²⁴⁷, em vez de *septemtrioni subiecta*;

2) alternância de palavras: *moriamur et in media arma ruamus*²⁴⁸, em vez de *in media arma ruamus et moriamur*.

Parece-nos ficar claro que a concepção sintática de Apolônio e Prisciano inclui fenômenos de combinação e concatenação em diferentes níveis, da *littera* à *oratio*. Mais que isso, todos os exemplos demonstram que tais relações não são fortuitas e casuais, mas obedecem a regras e estão, portanto, sujeitas a uma sintaxe. Do contrário, a violação

²⁴⁶ Cf. *In oratione quoque hunc modum possumus inuenire, quando antecedentia, si coniuncta sequentibus fuerint, uera esse ostenduntur, dum anteponuntur consequentibus per primam orationis coniunctionem, ut si aliquis dicat ‘si ambulat Dionysius, mouetur Dionysius’: si enim conuertas, non est uerum; non enim, si mouetur Dionysius, et ambulat Dionysius necessario, nam potest et moueri et non ambulare.*

²⁴⁷ Virgílio, *Georg.*, III, 381: “subjugada ao Setentrião”. A construção citada ilustra, de fato, uma variedade de hipérbato conhecida pelos gramáticos como *tnesis* (Sacerdos, *Sac.*, GL VI, 449; Diomedes, *Diom.*, GL I, 442,22).

²⁴⁸ Virgílio, *Aen.*, II, 353: “morramos e desabemos em meio às armas”.

desse princípio produz sequências inaceitáveis na língua. É o que concluem ambos os gramáticos, dos quais cito Prisciano:

Do modo, porém, que discernimos o sistema das letras, tanto pela observação da escrita, quanto pelo sentido dos ouvidos, assim também julgamos o sistema do encadeamento na ordenação das palavras – se está correto ou não. Com efeito, caso esteja incoerente, estando os elementos da oração unidos de forma inadequada, produzir-se-á um solecismo, do mesmo modo que a desarmonia das letras ou das sílabas, ou de suas propriedades em cada uma das palavras, produz barbarismo. Portanto, do mesmo modo que o sistema correto da escrita ensina a junção correta das letras, assim também o sistema de ordenação revela a composição correta da oração.²⁴⁹

(Prisciano, *Inst. gram.* XVII, GL III, 111,12-19)

O trecho acima destaca, em primeiro lugar, o princípio da *ratio* como o responsável pela construção “correta”²⁵⁰. A má-construção no nível das letras e sílabas engendra o barbarismo; no nível das palavras e orações, o solecismo²⁵¹. É interessante

²⁴⁹ Cf. *Quomodo autem literarum rationem uel scripturae inspectione uel aurium sensu diiudicamus, sic etiam in dictionum ordinatione disceptamus rationem contextus, utrum recta sit an non. Nam, si incongrua sit, soloecismus faciet, quasi elementis orationis inconcinne coeuntibus, quomodo inconcinnitas literarum uel syllabarum uel eis accidentium in sigulis dictionibus facit barbarismum. Sicut igitur recta ratio scripturae docet literarum congruam iuncturam, sic etiam rectam orationis compositionem ratio ordinationis ostendit.* (Cf. Apolônio, *Synt.*, I, 8)

²⁵⁰ Conforme veremos, o conceito de “correto” (*rectus*) em Prisciano não se refere mais àquela norma desenvolvida pelos gramáticos do século III, IV e V com vistas a determinado uso e profundamente associada à noção identitária (*Latinitas*). O “correto”, em Prisciano, é o que está de acordo com a *ratio*. Ademais essa é uma das únicas ocorrências do termo ao longo do *De constructione*. Em outras passagens, os termos que qualificam construções em acordo com os princípios lógicos da língua (*ratio*) são *congruus* (“congruente”) e *concinne* (“simetricamente”, “harmoniosamente”).

²⁵¹ Vejamos aqui quanto a formulação de *barbarismo* e *solecismo* em Prisciano difere daquela consagrada pelos autores das *artes*, conforme examinamos no capítulo 2. Naquele contexto, tais construções eram contrárias à *Latinitas*; aqui, à *ratio*. Voltaremos a discutir esse tema no capítulo 5.

observar que as ocorrências de má-construção são tanto percebidas na escrita quanto na oralidade (“pelos ouvidos”). Os termos que qualificam construções contrárias à *ratio sermonis* são *inconcinnitas* e *incongruitas*. *Congruitas* ou *congruentia* (“conformidade”, “adequação”), e *concinnitas* (“simetria”, “bom arranjo”, “harmonia”) traduzem, por sua vez, o conceito de καταλληλότης (“simetria”, “correspondência”) em Apolônio.

Mas de que maneira compreender o conceito de *congruentia/concinnitas* ou καταλληλότης? Em outras palavras, o que caracteriza uma construção de acordo com a *ratio* da língua?

Em primeiro lugar, tais conceitos fazem pressupor a existência de uma totalidade e de partes menores, as quais devem ser, de certa maneira, “correspondentes”, “simétricas” e, portanto, “conformes” à *ratio sermonis*. Essa totalidade pode ser o escopo da sílaba (formada por letras/sons), palavra (formada por sílabas), ou oração (formada por palavras). Pois é exatamente a relação entre os constituintes menores que garante às sílabas, palavras e orações a perfeita inteligibilidade na língua, de forma que a alteração dessa ordem de elementos não somente produz construções que caracterizam inadequações (barbarismo ou solecismo, a depender do escopo), mas resultam em estruturas ininteligíveis.

Isso fica claro, por exemplo, quando observamos as ocorrências de redobro, pleonismo e elipse citadas acima, mas também de transposição citadas por Apolônio e Prisciano. No nível da *littera*, por exemplo, καρδία por καρδία (“coração”) e *Teucer* por *Teucre* (“troiano”); no nível da *syllaba*, por exemplo, πέσκος por σκέπος (“cobertura”) e

displicina por *disciplina* (“instrução”) etc. As formas anômalas não revelam, portanto, *congruentia/concinnitas* entre suas partes menores e, portanto, são pouco (se algo) inteligíveis na língua. No último nível, é o próprio arranjo das palavras no interior do enunciado que produzirá uma oração (se congruente) ou um conjunto de palavras desconexas (se não):

Portanto, está claro, pois é consequência disso, que também as palavras – já que, pela construção, representam partes da oração completa, isto é, τοῦ κατὰ σύνταξιν αὐτοτελοῦς λόγου – recebam uma disposição (isto é, uma ordenação) adequada: pois, de fato, os sons (elementos audíveis, isto é, perceptíveis), oriundos das palavras isoladas, se comparam, de certo modo, às partes menores da oração completa. Do modo como esses elementos, com suas associações, produzem as sílabas, assim também a ordenação dos sons da sílaba produz certa representação das palavras quando adjuntos. A oração, portanto, representa o conjunto das palavras muito adequadamente ordenadas. Da mesma forma como a palavra provém da conexão das sílabas, assim também da conexão das palavras resulta a oração completa.²⁵²

(Prisciano, *Inst. gramm.* XVII, GL III, 108,16-109,3)

Com esta citação, retoma-se, assim, a definição introdutória do *Περὶ συντάξεως*: a “lógica” da linguagem revela não somente a “congruência” das construções, mas também leva à construção de enunciados “completos”: “Está claro que,

²⁵² Cf. *Igitur manifestum, quod consequens est, ut etiam dictiones, cum partes sint per constructionem perfectae orationis, id est, τοῦ κατὰ σύνταξιν αὐτοτελοῦς λόγου, aptam structuram [id est ordinationem] recipiant: quod enim ex singulis dictionibus paratur sensibile [id est intellegibile], quodammodo elementum est orationis perfectae, et quomodo elementa iuncturis syllabas efficiunt suis, sic etiam ordinatio intellegibilium imaginem quandam syllabae perficit adiunctione dictionum. Est enim oratio comprehensio dictionum aptissime ordinarum, quomodo syllaba comprehensio literarum aptissime coniunctarum; et quomodo ex syllabarum coniunctione dictio, sic etiam ex dictionum coniunctione perfecta oratio constat.*

pela mesma lógica, as palavras, que são as partes da frase completa bem construída, submetem-se, por sua vez, à congruência da construção”²⁵³.

Em síntese, sendo um conjunto de partes, a oração (como, ademais, também a palavra e mesmo a sílaba) estará de acordo com a organização lógica da linguagem se constituir uma totalidade completa (*oratio perfecta*) e congruente (*concinna/congrua*).

Em outras palavras:

O quadro de análise da construção, *i.e.* do enunciado, é definido por meio da noção de completude semântica, diremos que esta é caracterizada conforme o critério da inteligibilidade, mas esse critério em si não permite indicar os limites formais precisos a esse quadro do enunciado que se tentou definir.²⁵⁴

(Baratin, 1989, p. 409)

Estabelecer os limites formais que caracterizam a construção adequada de uma oração em língua latina pressupõe a análise cuidadosa de cada uma de suas partes; não é por acaso, portanto, que o lugar das *partes orationis* na constituição do enunciado completo assume papel crucial para a oração. É exatamente o estatuto das *partes orationis* para a *constructio* da oração que abordaremos no próximo item.

²⁵³Cf. Καὶ σαφὲς ὅτι ἀκόλουθόν ἐστι τὸ καὶ τὰς λέξεις, μέρος οὖσας τοῦ κατὰ σύνταξιν αὐτοτελοῦς λόγου, τὸ κατάλληλον τῆς συντάξεως ἀναδέξασθαι.

²⁵⁴Cf. “Le cadre d’analyse de la construction, c’est à dire l’énoncé, est défini au moyen de la notion de complétude sémantique, disons qu’il est caractérisé d’après le critère de l’intelligibilité, mais ce critère ne permet pas lui-même d’assigner des limites formelles précises à ce cadre de l’énoncé qu’il est censé définir”.

4.2 As palavras e a oração

O conceito de oração (*oratio*) não foi formulado, pioneiramente, na tradição latina, por Prisciano. Conforme analisamos em capítulo anterior, o desenvolvimento do construto teórico das *partes orationis* já pressupunha, no âmbito da *ars grammatica*, um todo formado pelo arranjo dessas partes, que se chamou *oratio* ou *sententia*. É o que verificamos, por exemplo, tanto em Varrão, quanto em Diomedes, que rerepresentamos:

Conforme mostramos nos livros acima, a linguagem é dividida, por natureza, em três partes: a primeira delas sobre o modo como as palavras são atribuídas às coisas; a segunda sobre qual maneira as diferenças se fazem na sua declinação; a terceira, como elas, unidas entre si, logicamente produzem a sentença. Tendo exposto a primeira parte, comecemos a segunda.²⁵⁵

(Varrão, *De ling. Lat.*, VIII, 1)

A oração é o arranjo harmonioso das palavras, resultando na composição do período. Alguns a definem assim: a oração é a composição de palavras produzindo uma sentença e tópico que tem significado completo. Escauro define assim: a oração é a elocução oral e ordenada de palavras. A palavra oração parece, porém, advir de *oris ratio*, ou então, ter origem grega: ἀπὸ τοῦ ὀρίζειν, isto é, conversar. Onde Homero: ὀρίζετον ἀλλήλοισιν. A oração é a fala concatenada que tende a completar o período. O período é a composição harmoniosa de palavras com um arranjo plausível.²⁵⁶

(Diomedes, *Diom.*, GL I, 300-16, 301-2)

²⁵⁵ Cum oratio natura tripartita esset, ut superioribus libris ostendi, cuius prima pars, quemadmodum uocabula rebus essent imposita, secunda quo pacto de his declinatu discrimina fierent, tertia, ut ea inter se ratione coniuncta sententiam efferent, prima parte exposita de secunda incipiam hinc.

²⁵⁶ Cf. Oratio est structura uerborum composito exitu ad clausulam terminata. Quidam sic eam definiunt, oratio est conpositio dictionum consummans sententiam remque perfectam significans. Scaurus sic, oratio est ore missa et per dictiones ordinata pronuntiatio. Oratio autem uidetur dicta quasi oris ratio, uel a Graeca origine, ἀπὸ τοῦ ὀρίζειν, hoc est sermocinari. Vnde Homerus «ὀρίζετον ἀλλήλοισιν». Oratio est sermo contextus ad clausulam tendens. Clausula est conpositio uerborum plausibilis structurae exitu terminata.

Mais à frente, Diomedes apresenta uma definição que ecoa a formulação de Apolônio Díscolo, que apresentamos no item anterior:

Os inícios da gramática dão-se a partir dos elementos²⁵⁷, os elementos aparecem nas letras, as letras se associam nas sílabas, com sílabas se expressam uma palavra, as palavras se associam nas partes da oração, e as partes da oração formam a oração. A virtude [de linguagem] se amplia na oração, a virtude se exerce evitando os vícios [de linguagem].²⁵⁸

(Diomedes, *Diom.*, GL I, 426,32)

As definições acima apontam, em suma, para aspectos que também estão presentes no conceito de oração tal qual apresentado por Apolônio Díscolo e Prisciano: a existência de uma “ordem” ou de uma “organização lógica” (*ratio*) capaz de produzir enunciados completos, e a ordenação de elementos em níveis, partindo das letras/sons, para chegar à oração. A definição de Diomedes também está presente em outras *artes* romanas, como, por exemplo, em Carísio (*Char.*, GL I, 193, 4), Dositeu (*Dosith.*, GL VII, 389,8) e Audax (*Aud.*, GL VII, 324,8).

A presença dessas definições de oração nos gramáticos romanos dos séculos III, IV e V não nos parecem casuais. Indica-nos que a obra de Apolônio possa, de fato, ter

²⁵⁷ O termo *elementum* traduz, em determinados contextos, o στοιχείον grego: trata-se, com efeito, de noção oriunda da dialética estoica, “o termo genérico que designa o constituinte em todo e qualquer assunto” (Desbordes, 1995, p. 103). Vimos que, ao lado de γράμμα, referiu-se ao elemento sonoro mínimo formador da voz humana.

²⁵⁸ Cf. *Grammaticae initia ab elementis surgunt, elementa figurantur in litteras, litterae in syllabas coguntur, syllabis comprehenditur dictio, dictiones coguntur in partes orationis, partibus orationis consummatur oratio, oratione uirtus ornatur, uirtus ad euitanda uitia exercetur.*

também desempenhado o papel de texto-base para a formulação dos tratados gramaticais do período helenístico e romano, entre eles, inclusive, a parte considerada posterior da *Τέχνη γραμματική*²⁵⁹. Não obstante tais gramáticos terem apresentado uma definição de oração análoga ao que verificamos no *Περὶ συντάξεως*, a análise que os *grammatici* derivaram dessa apropriação conceitual se desenvolveu em outra direção: ocupados com as funções propedêuticas da *ars grammatica*, suas análises enveredaram pelo plano da *Latinitas*. É o que verificamos, por exemplo, na passagem de Diomedes, extraída do mesmo contexto da citação acima:

Gramática é, especialmente, o saber prático da leitura e da exposição daquelas coisas que estão ditas nos poetas e prosadores: nos poetas, que a ordem seja observada e, nos prosadores, que ela não possua vícios. As partes da gramática são duas, uma que se chama “exegética” e outra “horística”. “Exegética” é a explicativa, que se refere às funções da leitura. “Horística” é a que apresenta definições, que revela os preceitos, cujas espécies são duas: os vícios e as virtudes das partes da oração. Assim, toda a gramática consiste, sobretudo, na compreensão dos poetas e prosadores, na exposição clara das histórias, assim como na organização lógica do escrever e falar correto.²⁶⁰

(Diomedes, *id.*, *ib.*)

²⁵⁹ Luhtala (2005, p. 40) defende que o tratado de Apolônio é um dos documentos que está na base da formulação da estrutura e dos conceitos fundamentais das *artes* latinas, fato que explica a correspondência conceitual entre as definições de nomes (e de outras *partes*) entre Apolônio e os *grammatici*. Essa correspondência só não é válida para o domínio da sintaxe, conforme vemos. Também a parte considerada “duvidosa” da *Τέχνη* seria desdobramento da obra de Apolônio.

²⁶⁰ Cf. *Grammatica est specialiter scientia exercitata lectionis et expositionis eorum quae apud poetas et scriptores dicuntur, apud poetas, ut ordo seruetur, apud scriptores, ut ordo careat uitiis. Grammaticae partes sunt duae, altera quae uocatur exegetice, altera horistice. Exegetice est enarratiua, quae pertinet ad officia lectionis: horistice est finitiua, quae praecepta demonstrat, cuius species sunt hae, partes orationis uirtutesque. Tota autem grammatica consistit praecipue intellectu poetarum et scriptorum et historiarum prompta expositione et in recte loquendi scribendique ratione.*

Em suma, a definição de gramática de Diomedes é representativa do modo como as *artes grammicae* abordaram fenômenos ligados às línguas. Sua função principal era, por assim dizer, “extralinguística”: a leitura e a observância de certa norma codificada segundo o ideal da *Latinitas*. Em outras palavras, toda teorização “linguística” derivava da função prática que o ensino da *ars grammatica* possuía: o de iniciar os romanos à leitura de textos e ao domínio de uma variedade linguística própria para a produção de determinados discursos, conforme tivemos ocasião de avaliar mais amplamente nos últimos capítulos.

Deve-se destacar, também, que a definição de gramática em Diomedes, não deixa de espelhar, em grande parte, aquela definição de Dionísio Trácio:

A gramática é o conhecimento empírico do que é dito, frequentemente, nos poetas e prosadores. Seis são suas partes: a primeira, leitura exercitada segundo a prosódia; a segunda, a exegese dos tropos poéticos encontrados; a terceira, a atualização espontânea dos termos obscuros e das histórias; a quarta, a busca pela etimologia; a quinta, a consideração da analogia; a sexta, a avaliação dos poemas, a qual é o que há de mais belo de todas que há na arte.²⁶¹

(Dionísio Trácio. *Tekh. gram.*, I, 1)

²⁶¹ Cf. γραμματική ἐστὶν ἐμπειρία τῶν παρὰ ποιηταῖς τε καὶ συγγραφεύσιν ὡς ἐπὶ τὸ πολὺ λεγομένων. μέρη δὲ αὐτῆς ἐστὶν ἕξ·
 πρῶτον ἀνάγνωσις ἐντριβὴς κατὰ προσῳδίαν,
 δεύτερον ἐξηγήσις κατὰ τοὺς ἐνυπάρχοντας ποιητικοὺς τρόπους,
 τρίτον γλωσσῶν τε καὶ ἱστοριῶν πρόχειρος ἀπόδοσις,
 τέταρτον ἐτυμολογίας εὗρεσις,
 πέμπτον ἀναλογίας ἐκλογισμὸς,
 ἕκτον κρίσις ποιημάτων, ὃ δὲ κάλλιστόν ἐστι πάντων τῶν ἐν τῇ τέχνῃ.

De fato, das seis partes apresentadas por Dionísio, como constitutivas do discurso técnico gramatical, pelo menos quatro delas guardam certa correspondência com a definição de Diomedes, conforme o paralelo que esboçamos no quadro abaixo:

DIONÍSIO TRÁCIO	DIOMEDES
1ª parte: leitura (ανάγνωσις)	1ª parte: funções da leitura (<i>quae pertinet ad officia lectionis</i>)
2ª parte: exegese dos tropos poéticos (ἐξήγησις κατὰ τοὺς ποιητικοὺς τρόπους)	2ª parte: definições das figuras e virtudes das partes da oração (<i>quae praecepta demonstrat, cuius species sunt hae, partes orationis uitia uirtutesque</i>)
3ª parte: explicação dos termos obscuros e das histórias (γλωσσῶν τε καὶ ἱστοριῶν πρόχειρος ἀπόδοσις)	3ª parte: exposição clara das histórias (<i>historiarum prompta expositione</i>)
4ª parte: busca pela etimologia (ἐτυμολογίας εὔρεσις)	***
5ª parte: consideração da analogia (ἀναλογίας ἐκλογισμός)	5ª parte: organização lógica do falar e escrever correto (<i>recte loquendi scribendique ratione</i>)
6ª parte: avaliação dos poemas (κρίσις ποιημάτων)	***

Quadro 4.3. Partes da gramática segundo as definições de Dionísio Trácio e Diomedes

Como percebemos, observadas as diferenças de pormenor entre Dionísio e Diomedes (tais como a ausência da análise da etimologia, claramente citada em Dionísio, ou a inclusão das “partes da oração” em Diomedes), as definições de gramática de ambos os autores são, de certo modo, consentâneas, e colocam em relevo aquela função que destacamos nos últimos capítulos: o compromisso de estabelecer os limites da *Latinitas*, com vistas à leitura e produção de textos. Talvez, a mais importante diferença entre

Dionísio e Diomedes, nesse caso, seja a ausência da sexta parte, considerada pelo gramático grego a “mais bela de todas”, que era a avaliação crítica dos poemas (κρίσις ποιημάτων), que indica claramente a que se destinava o saber gramatical concebido por aquela obra, mas que, ausente em Diomedes, já sinaliza para alguma mudança de concepção em andamento.

Assim, não se pode perder de vista que era a partir desse quadro que emergia a definição de *oratio*, como vemos acima, e também se formulavam todos os temas principais da *ars*.

Em Prisciano, porém, esse conceito, por semelhante que seja à definição já consagrada pela tradição latina das *artes*, deixou de lado a preocupação com a *Latinitas* e enveredou por outro caminho, na direção de uma análise interna da própria língua, que teve, como produto mais visível, o desenvolvimento desse novo nível de análise, que consagrou o termo “*sintaxe*”, extraído de Apolônio.

Percebe-se, assim, uma importante diferenciação logo de início: enquanto em Diomedes (e em outros autores de *artes* nas quais se define a oração) não existe um aprofundamento das relações estabelecidas entre as *partes orationis*, em suas propriedades fundamentais e o seu arranjo no interior da sentença, em Apolônio e Prisciano, a discussão sintática tem esse como seu eixo mais importante.

Vejamos:

Far-se-á incompleta a oração da qual retires o nome ou o verbo; porém, se subtraíres todas as outras partes, não necessariamente faltará algo na oração, como, se disseses: *‘idem homo lapsus heu hodie concidit’* [“o

mesmo homem caído, oh!, tombou hoje”], nela estão contidas todas as partes da oração, a não ser a conjunção, que, caso houvesse, exigiria outra oração. Portanto, se retiras de uma oração o nome ou o verbo, ela ficará deficiente, faltando um nome ou verbo, como, ao dizer: *‘lapsus heu hodie concidit’*, ou: *‘idem homo lapsus heu hodie’*. Porém, se subtraíres o advérbio, a oração não estará de todo incompleta, como: *‘idem homo lapsus heu concidit’*. Assim também o particípio, que, se for retirado, nem dessa maneira a oração estará incompleta: *‘idem homo heu hodie concidit’*, assim como se retirares a preposição ou a interjeição: *‘idem homo cecidit’*, ou mesmo o pronome: *‘homo cecidit’*.²⁶²

(Prisciano, *Inst. gram.* XVII, GL III, 116,9-19)

O excerto acima revela que as categorias do nome e do verbo têm “lugar de honra” na constituição da oração. De fato, de acordo com Prisciano, elas representam as únicas categorias que são verdadeiramente essenciais, sem as quais a oração resulta incompleta. Em trecho correspondente, Apolônio (*Synt.*, I, 14) recorre ao mesmo procedimento para a explicação do caráter essencial de nomes e verbos: o *exemplum fictum*. O exemplo forjado por Prisciano espelha aquele que Apolônio oferece: ὁ αὐτὸς ἄνθρωπος ὀλισθήσας σήμερον κατέπεσεν (“o mesmo homem tendo escorregado hoje tombou”). Ambos ressaltam que a ausência de uma conjunção se explica pelo fato de que sua presença engendraria outra oração.

²⁶² Cf. A qua si tollas nomen aut uerbum, imperfecta fit oratio; sin autem cetera subtrahas omnia, non necesse est orationem deficere, ut si dicas: *‘idem homo lapsus heu hodie concidit’*, en omnes insunt partes orationis absque coniunctione, quae si addatur, aliam orationem exigit. Ergo si tollas nomen aut uerbum, deficiet oratio, desiderans uel nomen uel uerbum, ut si dicam *idem ‘lapsus heu hodie concidit’* uel *‘idem homo lapsus heu hodie’*; sin subtrahas aduerbium, non omnino deficiet oratio, ut *‘idem homo lapsus heu concidit’*. Nec non etiam participium si adimas, neque sic deficiet, ut: *‘idem homo heu hodie concidit’*, nec si praepositionem et interiectionem: *‘idem homo cecidit’*, nec si etiam pronomen: *‘homo cecidit’*.

A oração completa é aquela, portanto, que possui, no mínimo, nome e verbo. A ausência das demais categorias não inviabiliza a inteligibilidade do enunciado. É por esse motivo que Apolônio e Prisciano encabeçam a lista das *partes orationis* com os nomes, seguidos dos verbos e, somente então, participios, artigos (em Apolônio), pronomes, preposições, advérbios e interjeições (*Synt.* I, 16-29; *Inst. gram.* XVII, GL III, 116-121).

Para Apolônio (*Synt.* I, 16-18), os nomes precedem os verbos porque representam a categoria própria dos “corpos” (σώματα). A ação ou atividade (ἐνέργεια), bem como o “sofrimento” ou passividade (πάθος), características próprias dos verbos, se aplicam aos corpos, que podem exercer ou sofrer as ações. Em outras palavras, isso significa dizer que, para Apolônio, os nomes precedem lógica e ontologicamente os verbos, pois agentes e pacientes precedem as ações – explicação que, conforme indica o editor em nota (Lallot, 1997, p. 20), está presente em um dos escólios da obra: προτερεύει ἡ οὐσία τοῦ πράγματος - “o ser precede a ação”, GG III, 358,20). A precedência dos nomes (ὀνόματα) explica o fato de o termo poder se referir a quaisquer categorias em grego.

Na passagem correspondente, Prisciano (*Inst. gram.*, XVII, GL III, 116, 117) traduz o termo “corpo” (σῶμα) por substância (*substantia*): os nomes são, portanto, a expressão por excelência da “substância”, ao passo que as demais categorias são “acidentes” (*accidentia*). Dizer que o nome representa a *substantia* significa concebê-lo como o termo essencial da oração, sem o qual nada mais existe do ponto de vista lógico. Do ponto de vista gramatical, veremos à frente como este fato centraliza seu papel na

organização das partes da oração. Não obstante, o nome (*nomen*) não é o hiperônimo latino correspondente às palavras em geral – como no grego –, mas o verbo (*uerbum*).

Prisciano e Apolônio explicam por que os pronomes, substituindo os nomes, não vêm em segundo lugar, como, ademais, era o mais comum na tradição gramatical²⁶³. Os nomes expressam substância (*substantia*) e qualidade (*qualitas*), mas não indicam a pessoa; são sempre de terceira pessoa. Os pronomes, porém, além de indicar a substância (do nome que substituem), também dependem do verbo ao qual se associam para que haja concordância de pessoa. A conclusão é que “os pronomes foram inventados para ir junto com os verbos” (*Synt.*, I, 19: ἔνεκα τῆς τῶν ῥημάτων συνόδου ἐπενοήθησαν αἱ ἀντωνυμίαι, *Inst. gram.*, GL III, 117,11: *quod uerborum quoque causa inuenta sunt pronomina*).

Em segundo lugar, os pronomes pessoais, que podem substituir os nomes (ou artigo+nome, em grego), são, de ordinário, acessórios, visto que enfáticos para a produção de um efeito de contraste entre pessoas distintas, tanto em grego como em latim: *ego lego, tu scribis* (“**eu** leio, **tu** escreves”, *Inst. gram.* XVII, GL III, 119,4); παῖδα δ’ἐμοὶ λύσαιτε (*Il.*, I, 20: “a **mim**, libertai minha criança), em contraste com ὑμῖν μὲν θεοὶ δοῖεν... (*Il.*, I, 18: “a **vós**, possam os deuses conceder... Exemplos em *Synt.*, I, 20). Diferentemente dos nomes, os pronomes não somente indicam pessoas (o que os

²⁶³ Cf. Em Carísio (*Char.*, GL I, 1-296): *de nomine, de pronomine, de uerbo, de participio, de aduerbio, de coniunctione, de praepositione, de interiectione*; em Diomedes (*Diom.*, GL I, 301-430): *de nomine, de pronomine, de uerbo, de participio, de aduerbio, de praepositione, de coniunctione, de interiectione*; em Donato (*Ars*, GL IV, 367-402): *de nomine, de pronomine, de uerbo, de aduerbio, de participio, de coniunctione, de praepositione, de interiectione*.

verbos também fazem), mas, sobretudo, são empregados também para marcar uma oposição enfática, o que, em suma, caracteriza um emprego que, diríamos hoje, é também discursivo. É o que também se destaca a respeito dessa categoria, como vemos, à frente, em:

Do mesmo modo, portanto, quando haja uma fala de caráter absoluto e não diferencial, dizemos sem pronomes: *'disputo', 'disputas'*. Se, porém, queremos manifestar a diferença de outra coisa, acrescentamos o pronome, do qual é próprio exatamente discernir as pessoas. De fato, não fazemos isso, somente para indicar as pessoas, as quais os verbos contêm (...) Logo, o fazemos para marcar uma oposição, sobretudo se houver uma conjunção associada ao verbo, como *'ego quidem affui, tu uero non'* ["eu, porém, estive ausente, tu, porém, não"] ou *'ego quidem scripsi, ille uero legit'* ["enquanto eu escrevi, ele, porém, leu"], ou, então, para reforçar o efeito de sentido – onde, também, parece fazer-se também uma oposição em relação aos outros todos – como em Cícero, nas *Invectivas I*: *'nos, nos, dico aperte, nos consules desumus'* ["somos nós, nós, digo abertamente, nós cônsules que estamos ausentes"], entendemos, de fato, nenhuma pessoa a não ser nós.²⁶⁴

(Prisciano, *Inst. gram.* XVII, GL III, 157, 7-16)

Os participios seguem os verbos por terem natureza dupla, resultarem de uma transformação dos verbos e se caracterizarem tanto pela sua natureza nominal quanto

²⁶⁴ Cf. *Eodem igitur modo, cum absoluta et non discretiua inest prolatio, dicimus absque pronomine disputo, disputas; sin autem alicuius rei discretionem uolumus manifestare, addimus pronomen, cuius proprium est discernere personas: non enim, ut indicemus personam, hoc facimus, eam enim habent in se uerba. (...) Ergo discretionis causa, et maxime si coniunctio assumitur, pronomen additur uerbo, ut ego quidem affui, tu uero non uel ego quidem scripsi, ille uero legit, uel amplioris causa significantiae, in quo tamen ad alios omnes uidetur fieri discretio, ut Cicero in I inuectiuarum: 'nos, nos, dico aperte, nos consules desumus', intellegimus enim, quod nemo alius nisi nos.*

verbal (*Synt.*, I, 21; *Inst. gram.*, XVII, GL III, 119, 17). Em analogia com os gêneros, é como se fossem um elemento “neutro” (“nem um nem outro”).

Na quarta posição, Apolônio coloca os artigos (ἄρθρα). Sua posição, após as três primeiras categorias, se justifica pelo fato de os artigos poderem articular-se às primeiras, mas não às categorias seguintes. Para Prisciano, porém, a ausência de artigos em latim requer alguma explicação. O gramático latino lembra que a ausência de artigos em latim, muitas vezes é suprida pelas funções dos pronomes *idem* (que traduz, por exemplo, ὁ αὐτός) e *qui* (que traduz ὅστις). Prisciano apresenta, como exemplos, as citações de Homero extraídas de Apolônio, em que os artigos parecem empregados na posição dos pronomes: ὁ γὰρ ἦλθε θοὰς ἐπὶ νῆας Ἀχαιῶν (Homero, *Il.*, I, 12: “aquele, de fato, veio aos navios ágeis dos aqueus”). Para Prisciano, nesse contexto, o artigo ὁ está empregado como o pronome οὗτος²⁶⁵.

As preposições, advérbios e conjunções ocupam, respectivamente, as últimas posições na lista também em virtude de suas características intrínsecas. As preposições dependem das categorias anteriores para a sua existência, às quais elas estão em anteposição, função da qual deriva o seu nome. Os advérbios se constroem como um adjetivo em relação ao verbo. Do mesmo modo que os verbos vêm em segundo lugar em relação aos nomes, também os advérbios vêm em segundo em relação às preposições. As conjunções aparecem no final da lista, pois elas têm a função de conectar todas as demais e não têm significado isoladas.

²⁶⁵ Veremos no próximo capítulo esta e outras questões de contraste entre as línguas grega e latina, que foram abordadas por Prisciano.

A partir desse quadro, verificamos, rapidamente, o estatuto que os dois gramáticos conferem, de forma apriorística, a cada uma das categorias da sentença. A partir dos nomes, que expressam a substância das coisas, até as conjunções, que não têm significado isoladas e funcionam como meros conectores (ainda que, modernamente, hoje saibamos que, do ponto de vista sintático, as conjunções seriam, talvez, uma das mais importantes categorias), o que os gramáticos fazem é elaborar uma hierarquia que tem como critério o fato de as categorias serem ou não autônomas quanto ao seu conteúdo semântico e, por conseguinte, possuírem ou não autonomia no enunciado. De fato, são argumentos quanto ao significado que os gramáticos evocam ao justificar, por exemplo, o lugar dos participios depois dos nomes e dos verbos, ou os pronomes depois dos participios, conforme vimos acima, ou a última posição conferida às conjunções, que intrinsecamente, não significam, apenas cossignificam.

Esse quadro delinea uma concepção bastante minimalista, que está na base das explicações dos fenômenos sintáticos gregos e latinos apresentada por ambos os gramáticos e que se caracteriza por dois aspectos: 1) o enunciado completo mínimo contém um nome e um verbo, sendo-lhes as demais categorias acessórias; 2) sendo tais as categorias mais importantes, todos os fenômenos sintáticos lhes fazem referência. É a partir desse “núcleo” que o programa de Apolônio e Prisciano se desenvolve. Como afirma este:

Logo, uma vez que as demais partes da oração se relacionam com a construção do nome e do verbo, dos quais receberam até mesmo o nome, é preciso tratar de cada uma delas, isto é, daquela que tomada

ou coexiste no lugar de outra, como o pronome, que é tomado no lugar do nome, como *‘ego feci’* [“eu fiz”], ou coexiste com o nome, como *‘Virgilius scripsit bucolica, ipse scripsit etiam georgica’* [“Virgílio escreveu as *Bucólicas*, o mesmo escreveu também as *Geórgicas*”]; e também desta que pode apenas coexistir, como o advérbio, que se toma adjunto a um verbo, conjunção ou nome; além disso, também do participípio, que toma o lugar dos verbos, mas também coexiste com os verbos. Mas, já que Apolônio introduziu a escrita sobre a construção, isto é, *περὶ συντάξεως*, com os artigos, que aderem aos nomes, também principiaremos a partir desses que, entre nós, podem ocupar o lugar dos artigos.²⁶⁶

(Prisciano, *Inst. gram.* XVII, GL III, 124,3-10)

Vale ressaltar que, embora ambos sobreponham o nome às demais categorias da sentença, Prisciano apresenta o conceito de “substância”, desenvolvendo, em seguida, uma dicotomia importante, a partir da qual o gramático opera: a oposição entre “substância” (*substantia*) e “acidentes” (*accidentia*)²⁶⁷. Para compreender essa oposição, vejamos a análise que o autor desenvolve acerca das palavras interrogativas e da interrogação em latim:

²⁶⁶ Cf. *Ergo quia reliquae partes orationis ad nominis et uerbi constructionem referuntur, ex quibus etiam nominationem habuerunt, oportet de singulis tractare, id est et de eo, quod in loco sumitur uel assumitur, ut pronomen loco nominis sumitur, ut ‘ego feci’, assumitur nomini, ut ‘Virgilius scripsit bucolica, ipse scripsit etiam georgica’, et de eo, quod assumitur solum, ut aduerbium uerbo uel coniunctio uerbo et nomini, et praeterea de participio, quod loco uerborum sumitur et cum uerbis assumitur. Sed quoniam Apollonius de constructione, id est περὶ συντάξεως, scribens ab articulis, qui nominibus adhaerent, coepit, nos quoque ab eis, quae loco articulorum sumi possunt apud nos, incipiamus.*

²⁶⁷ Como nos lembra Luhtala (2005, p. 15), o conceito de “substância” parece derivar das categorias ontológicas desenvolvidas por Aristóteles nas suas *Categorias*: substância, qualidade, quantidade, relação, lugar etc. Em nossa análise, contudo, limitar-nos-emos a tomar tais termos dentro do quadro conceitual da gramática de Prisciano, sem maiores referências à obra de Aristóteles, não somente porque uma investigação dessa natureza transcenderia o escopo deste capítulo, mas também pelo fato de crermos que, no século VI, tais termos já haviam sido amplamente ressignificados por Prisciano, filtrados pelas discussões dos estoicos e pelas demandas posteriores de outras disciplinas, como a retórica. Não voltaremos, assim, à discussão que apresentamos nos capítulos 1 e 2.

Antes de tratar da construção das partes isoladas da oração, investiguemos primeiro isto: por que razão as palavras interrogativas passaram para o domínio de somente duas partes da oração – *i.e.* o nome e o advérbio – e por que razão se realizam não apenas por um nome e um advérbio, mas por uma maior quantidade: ‘*quis*’, ‘*qualis*’, ‘*uter*’, ‘*quantus*’, ‘*quot*’, ‘*quotus*’, ‘*quotenus*’, ‘*cuius*’, ‘*cuias*’, ‘*qualiter*’, ‘*qua*’, ‘*quo*’, ‘*ubi*’, ‘*quando*’, ‘*unde*’? Por acaso, essa não é uma prova de que são duas as partes principais da oração, o nome e o verbo, sobre as quais é necessário interrogar, quando não são conhecidas? Como indicamos, porém, as interrogações se encontram em muitos nomes e advérbios, pois, por sua natureza, permitem exprimir uma dúvida quanto à substância e à qualidade. Com efeito, buscamos a substância de um referente ao perguntarmos: ‘*quis mouetur*?’ [“quem se movimenta?”], ‘*quis ambulat*?’ [“quem anda?”], ‘*quis loquitur*?’ [“quem fala?”]. Pois, embora seja evidente a ação (isto é, o movimento, o andar ou as palavras), a pessoa, de fato, é incerta. Daí ocorrerem respostas nominais, com os nomes apelativos ou próprios (estes manifestando também uma substância geral). Assim, respondemos tanto ‘*homo ambulat*’ como ‘*equus*’ ou ‘*Trypho*’ (entendendo, com essa palavra, também ‘*homo*’), ou supondo aquela categoria que se toma no lugar do nome próprio, isto é, o pronome, quando dizemos ‘*ego*’.²⁶⁸

(Prisciano, *Inst. gram.* XVII, GL III, 121,16-122,9)

Em outras palavras, Prisciano vem afirmar que as palavras interrogativas ora são (pro)nominais (*quis*, *cuius* etc.), ora são adverbiais (*qualis*, *ubi*, *quot* etc.). Ambas

²⁶⁸ Cf. *Illud etiam primum quaerendum, antequam de constructione singularum orationis partium tractemus, quare interrogatiua dictionum in duas partes orationis solas concesserunt, id est in nomen et in aduerbium, et quare non in unum nomen et in unum aduerbium, sed in ampliora, ut ‘quis, qualis, uter, quantus, quot, quotus, quotenus, cuius, cuias, qualiter, qua, quo, ubi, quando, unde’? An haec etiam approbatio est, principales duas esse partes orationis nomen et uerbum, quae quando in notitia non sunt, habent de se interrogationem frequenter accipiendam? Inueniuntur autem in pluribus, sicut ostendimus, et nominibus et aduerbiis propter rationem huiusmodi, quod in his solis dubitatio potest fieri substantiae uel qualitatis. Nam substantiam alicuius suppositi quaerentes dicimus ‘quis mouetur? quis ambulat? quis loquitur?’ cum manifestus sit actus, id est motus uel ambulatio uel loquella, persona uero agens incerta; ideo subiectiones nominatiuae fiunt appellatiuorum uel propriorum, propriis manifestantibus etiam generalem substantiam. Respondemus enim uel ‘homo ambulat’ uel ‘equus’ uel ‘Trypho’, in quo etiam ‘homo’ intellegitur, uel etiam pars subicitur, quae pro nomine accipitur, sed nomine proprio, id est pronomen, quando dicimus ‘ego’.*

oferecem espaço para se questionar quanto à substância do referente: *quis mouetur?* (“quem se move?”), *quis ambulat?* (“quem fala?”) etc., tendo como respostas nomes ou pronomes: *homo* (“um homem”), *Trypho* (“Trifão”), *ego* (“eu”) etc. Logo, derivamos dessa análise o fato de que os nomes e os pronomes, em substituição ao nome, expressam, desse modo, significado substantivo.

Os verbos, por seu turno, como, de resto, as demais partes, oferecem os “acidentes”. Assim, na sentença: *homo ambulat* (“o homem caminha”), a substância é o nome que a oração contém, que, por sua vez, é modificado pelo seu acidente, o verbo.

Em outra passagem, a dicotomia parece ficar mais clara:

Busca-se aqui, então, a razão pela qual, enquanto as interrogações dos nomes costumam ser feitas através de nomes, as verbais não se dão por verbos. O que se deve dizer a isso é que substância, qualidade, quantidade e todas as propriedades dos nomes, com efeito, estão nos tipos específicos de nomes: substância (como ‘*animal*’, ‘*homo*’), qualidade (como ‘*bonus*’, ‘*prudens*’), quantidade (como ‘*maximus*’, ‘*paruus*’), número (como ‘*multus*’, ‘*paucus*’).

Assim, há nomes significando uma substância particular, ou uma qualidade, ou uma quantidade ou número, que necessariamente são também indefinidos. (...) Assim, empregamo-los em interrogações especiais de uma substância, qualidade, quantidade ou número: de substância (como ‘*quis*’), qualidade (como ‘*qualis*’), quantidade (como ‘*quantus*’), número (como ‘*quot*’). Os verbos, porém, não podem, por si mesmos, significar substância particular, qualidade, quantidade ou número, e, por essa razão, assim como os advérbios desempenham a função do adjetivo, significando a qualidade, quantidade, número,

tempo ou lugar dos verbos, assim também eles próprios se associaram às interrogações gerais.²⁶⁹

(Prisciano, *Inst. gram.* XVII, GL III, 130,25-131,19)

Somente partículas nominais (que hoje chamamos de pronominais, como *quis*, *qualis* etc.) podem interrogar nomes e verbos, pelo fato de os verbos serem a expressão de acidentes, não de substâncias. Os nomes, porém, não somente representam a substância dos referentes, como expressam uma gama de nuances dessa substância: qualidade (*qualitas*), quantidade (*quantitas*), número (*numerus*). Os exemplos oferecidos pelo gramático são, respectivamente: *homo* (substância), *bonus* (qualidade), *maximus* (quantidade), *multus* (número).

Em outras palavras, considerando que o enunciado mínimo completo, *i.e.* a oração, é constituído por um nome (que expressa substância) e um verbo (que lhe atribui um acidente) e, opcionalmente, por outras categorias, chegamos, assim, a concordar com Baratin (1989, p. 404) quanto a uma “teoria da predicação” em Prisciano: “a

²⁶⁹ Cf. *Quaeritur hic, quamobrem, cum nominatiuae interrogationes per nomina soleant fieri, non etiam uerbales fiant per uerba. Ad quod dicendum, quod nominum quidem et substantiae et qualitates et quantitates et numeri et omnia accidentia his in ipsis sunt speciebus nominum: substantiae, ut ‘animal, homo’; qualitates, ut ‘bonus, prudens’; quantitates, ut ‘maximus, paruus’; numeri, ut ‘multus, paucus’. Itaque sunt nomina generalem significantia uel substantiam uel qualitatem uel quantitatem uel numerum, quae necessario et infinita sunt (...). Itaque eis utimur ad speciales interrogationes substantiae uel qualitatis uel quantitatis uel numeri: substantiae, ut ‘quis’, qualitatis, ut ‘qualis’, quantitatis, ut ‘quantus’, numeri, ut ‘quot’. Verba uero generalem substantiam uel qualitatem uel quantitatem uel numerum per se significare non possunt, ideoque, quemadmodum officio adiectiui funguntur aduerbia ad significandum uerborum qualitatem uel quantitatem uel numerum uel tempus uel locum, sic etiam ad generales eorum interrogationes eadem accesserunt.*

especificidade da predicação como a determinação de uma substância-sujeito por um acidente que lhe é atribuído”²⁷⁰.

Até o momento, não falamos em “sujeito” e “predicado” – noções que estudos posteriores tomariam como primordiais em sintaxe. Limitamo-nos a abordar, tão somente, a centralidade das categorias do nome e do verbo para a constituição do enunciado em Prisciano e a particularidade de que o nome se coloca como a categoria mais importante, visto que a única que apresenta significação substantiva, modificada por todas as demais, incluindo o verbo, que lhe são acidentes. Em Apolônio, o termo “substância” ora se apresenta como “corporalidade” (σῶμα), ora como “essência” (οὐσία), como verificamos na passagem correspondente à que apresentamos de Prisciano sobre os interrogativos:

Quando se pergunta da existência de um referente, dizemos: τίς κινεῖται; [“quem se movimenta?”] τίς περιπατεῖ; [“quem anda?”] τίς λαλεῖ; [“quem fala?”], em uma situação em que haja movimento, caminhar ou fala, mas nada sabemos da pessoa que age. As respostas serão nominais, formadas por um apelativo ou nome próprio (os nomes próprios também exprimem substância genérica). De fato, respondemos: ἄνθρωπος περιπατεῖ ἢ ἵππος ἢ Τρύφων [“um homem/um cavalo/Trifão caminha”].²⁷¹

(Apolônio Díscolo, *Synt.* I, 31)

²⁷⁰ Cf. “la spécificité de la prédication comme détermination d’une substance sujet par un accident qui lui est attribué (...)”

²⁷¹ Cf. Ὑπαξίν τινος ὑποκειμένου ἐπιζητούντες φαμεν τίς κινεῖται; τίς περιπατεῖ; τίς λαλεῖ; προδήλου μὲν οὔσης τῆς κινήσεως, τῆς περιπατήσεως, τῆς λαλιᾶς, τοῦ δὲ ἐνεργοῦντος προσώπου ἀδήλου καθεστῶτος. Ἐνθεν καὶ αἱ ἀνθυπαγωγαὶ ὀνοματικαὶ γίνονται, προσηγορικαὶ ἢ κύριαι, τῶν κυρίων ἐμφανιζόντων καὶ τὴν <γενικὴν> οὐσίαν· φαμέν γὰρ ἢ ἄνθρωπος περιπατεῖ ἢ ἵππος ἢ Τρύφων ἐγκειμένου πάλιν τοῦ ἀνθρώπου.

Destacamos, da passagem acima, o sintagma <γενική> οὐσία (“substância genérica”). Acredita-se que o adjetivo seja um acréscimo posterior de Porto, a partir de Prisciano (GL III, 122, 5). Destacamos, ainda, que o termo ὑποκείμενον²⁷² traz uma ambiguidade: faz referência à categoria de “sujeito” ou se trata de um mero “referente”, tal qual Lallot (1997) traduz (e com cuja tradução concordamos)? A favor da primeira interpretação haveria, sem dúvida, a tradição lógica clássica e estoica, que, além da divisão ὄνομα/ῥήμα, tal qual vimos na epígrafe deste capítulo, produziu também, a partir das *Categorias* de Aristóteles, a oposição ὑποκείμενον (“o que está na base, aquilo do que se afirma algo”) e κατηγορήμα (“o que é dito acerca desse ser”), fundamento daquilo que certa tradição gramatical posterior chamaria de “sujeito” e “predicado”. Mas é possível verificar uma oposição dessa mesma natureza também nos textos de Apolônio e Prisciano?

Se seguirmos o raciocínio do modelo de predicação tal como alinhamos acima, *i.e.* um enunciado mínimo completo é aquele que contém uma substância (o nome) modificada por um ou mais acidentes (entre os quais o verbo é obrigatório), concordaremos, com Baratin (1989, p. 388), que não. Para o estudioso, de fato, a oposição que se instaura entre substância e acidente não se superpõe, sem prejuízos, às antigas noções de “sujeito” (ὑποκείμενον) e “predicado” (κατηγορήμα): ao contrário, representam uma dissolução completa. De fato, a construção do enunciado a partir de um núcleo

²⁷² Na passagem correspondente (*Inst. gram.* XVII, GL II, 122), que citamos acima, Prisciano traduz o termo como *suppositum* (grifos nossos): *Substantiam alicuius **suppositi** quaerentes dicimus* quis mouetur? Quis ambulat? Quis loquitur? (“Com efeito, buscamos a substância de um **referente**, ao perguntarmos: ‘*quis mouetur*?’ (“quem se movimenta?”), *quis ambulat*? (“quem anda?”) *quis loquitur*?’ (“quem fala?”)).

nominal, ao se acrescentarem um ou mais modificadores, entre os quais, em destaque, o verbo, não engendra uma oposição dual (*sujeito-predicado*), mas uma construção em rede, com múltiplos focos, tantos quantos as categorias que modificam o nome.

Enquanto podemos, porém, reconhecer ainda uma concepção dualista nas análises da lógica estoica, Apolônio e Prisciano oferecem, por sua vez, uma ruptura com essa tradição. Vejamos isso, com um breve paralelo entre tais conceitos na lógica estoica, tomando como base o texto de Diógenes Laércio e o que verificamos em Prisciano.

Em Diógenes Laércio:

Dizem ser enunciado aquilo que consiste numa representação lógica. Os estoicos afirmam existir enunciados completos e incompletos. Os incompletos são aqueles que não formam um todo, como, por exemplo, “γράφει” [“escreve”]; perguntamos, portanto, “quem?”. Por outro lado, são completos aqueles que formam um todo, como, por exemplo, “γράφει Σωκράτης” [“Sócrates escreve”]. Os predicados estão entre os enunciados incompletos, enquanto as asserções, silogismos e questões estão entre os completos.²⁷³

(Diógenes Laércio, *Vit.*, VII, 63, 5-12)

Adiante, Laércio define “predicados” (κατηγορήματα):

O predicado é aquilo que se diz de algo. Apolodoro define como a matéria que se constitui na concatenação lógica de um elemento com

²⁷³ Cf. Φασὶ δὲ λεκτὸν εἶναι τὸ κατὰ φαντασίαν λογικὴν ὑφιστάμενον. τῶν δὲ λεκτῶν τὰ μὲν λέγουσιν εἶναι αὐτοτελῆ οἱ Στωικοί, τὰ δ’ ἐλλιπῆ· ἐλλιπῆ μὲν οὖν ἐστὶ τὰ αναπάρτιστον ἔχοντα τὴν ἐκφοράν, οἷον γράφει· ἐπιζητοῦμεν γάρ, τίς; αὐτοτελῆ δ’ ἐστὶ τὰ ἀπηρτισμένην ἔχοντα τὴν ἐκφοράν, οἷον γράφει Σωκράτης· ἐν μὲν οὖν τοῖς ἐλλιπέσι λεκτοῖς τέτακται τὰ κατηγορήματα, ἐν δὲ τοῖς αὐτοτελέσι τὰ ἀξιώματα καὶ οἱ συλλογισμοὶ καὶ τὰ ἐρωτήματα καὶ τὰ πύσματα.

outros. Um enunciado incompleto combinado com o caso nominativo torna-se uma asserção.²⁷⁴

(*Idem, ibidem*, 64, 1-3)

Assim, é possível perceber que, nos estoicos, a se acreditar no relato de Laércio, tal como o apresentamos acima, as ideias de completude e incompletude do enunciado se associam às noções de “sujeito” – que se configura no caso nominativo – e “predicado”. Um predicado é equivalente a um enunciado incompleto, o qual, caso se lhe vincule um nominativo, pode-se tornar uma asserção, *i.e.* um enunciado completo.

Baratin (1989, p. 395), porém, nos mostra que a noção de predicado, em Apolônio, é assimilada à categoria verbal. Em Apolônio, o verbo κατηγορεῖν é sinônimo de “exprimir-se sobre algo”. Prisciano, porém, dá um passo além: o autor abandona completamente a noção de predicado a partir do verbo, em favor da noção de relações “homogêneas” ou “regulares” entre constituintes do enunciado (*congruitas*), e, como veremos adiante, das especificações que esse conceito recebe através da noção de *consequentia*.

De acordo com Baratin (1989):

Sem dúvida, Apolônio centra a classificação original dos predicados sobre o que lhe constitui o âmagos, isto é, o verbo (...). Em Prisciano, porém, a reinterpretação dessa classificação chega a transformá-la radicalmente,

²⁷⁴ Cf. Ἔστι δὲ τὸ κατηγορεῖν τὸ κατὰ τινος ἀγορευόμενον ἢ πρᾶγμα συντακτὸν περὶ τινος ἢ τινῶν, ὡς οἱ περὶ Ἀπολλόδωρον φασιν, ἢ λεκτὸν ἐλλιπὲς συντακτὸν ὁρθῇ πτώσει πρὸς ἀξιώματος γένεσιν.

na medida que não se trata mais nem de predicados, nem de verbos, mas de relações mais ou menos homogêneas entre os constituintes do enunciado. (...) Dentro dessa perspectiva, uma frase como *Apollonius ambulat* não ilustra mais um certo tipo de enunciado (como na perspectiva estoica), nem um tipo de verbo (na perspectiva de Apolônio), mas simplesmente a relação entre um verbo e um nominativo.²⁷⁵

(Baratin, 1989, p. 395-396)

Assim, Apolônio e Prisciano, ao retomarem a ideia de enunciado completo (*αὐτοτελής λόγος/oratio perfecta*), renunciam à oposição entre sujeito e predicado. Em Prisciano, tal oposição parece, de fato, ser substituída pelo conceito de *congruitas*, como podemos verificar na definição de oração dada por Prisciano, no excerto que segue abaixo:

A oração é a ordenação adequada das palavras, indicando um sentido completo. Há, porém, essa definição de oração, que é geral, isto é, que se divide em espécies ou partes. Com efeito, diz-se “oração²⁷⁶” também uma peça de retórica, bem como uma palavra isolada recebe frequentemente também esse nome, quando demonstra um sentido completo, como as palavras que expressam ordem ou servem para responder, que, amiúde, são completas em uma única palavra, como se

²⁷⁵ Cf. “Sans doute Apollonios centre-t-il la classification originelle des prédicats sur ce qui en constitue le coeur, c’est-à-dire le verbe (...). Chez Priscien, en revanche, la réinterprétation de cette classification aboutit à la transformer totalement, dans la mesure où il ne s’agit plus ni de prédicats ni de verbes, mais de rapports plus ou moins homogènes entretenus par les constituants de l’énoncé. (...) Dans une telle perspective, une tournure comme *Apollonius ambulat* n’illustre plus un certain type de prédicats (c’est la perspective stoïcienne), ni un certain type de verbes (c’est la perspective d’Apollonios), mais simplement la relation d’un verbe avec un nominatif”.

²⁷⁶ A polissemia do termo *oratio* (“oração”) talvez não mais seja válida no português contemporâneo. O termo “oração”, já teve, de fato, essa acepção em língua portuguesa, aqui tomado como “discurso”, como falaríamos hoje.

eu disser: “qual é o maior bem na vida?”, alguém responder: “honestidade”, digo: “respondeu com uma boa oração”²⁷⁷.²⁷⁸

(Prisciano, *Inst. gram.* II, GL II, 53,27-54,4)

Essa definição, a primeira que aparece ao longo das *Institutiones*, no livro II, deixa claro que, para Prisciano, importam, na definição de oração, somente dois elementos: 1) uma ordem “adequada” ou “congruente” (*ordo congrua*) de palavras, na qual haja, no mínimo, um nome e um verbo, embora, em alguns casos, se possa responder com apenas um nome (*honestas*, no caso, mas, mesmo aí, se poderia alegar elipse, de fato comum em latim, do verbo *esse*: *honestas [est].*), 2) completude de “sentido” (*sententia*). Não se faz, portanto, qualquer menção aos termos da lógica que separavam o enunciado, conforme vimos em Laércio, em duas partes, correspondentes, *grosso modo*, a sujeito e predicado.

Por outro lado, conforme vimos, a noção de καταλληλότης ou *congruitas* (a “adequação da ordem”, a concatenação das partes da oração de acordo com a *ratio*, i.e. os “princípios lógicos da língua”) é o termo que qualifica uma relação entre dois termos da oração bem-construída, relação particularizada, na obra de Prisciano, pelo termo

²⁷⁷ Nesta ocorrência, talvez causasse menos estranhamento se traduzíssemos *oratio* como “sentença”. Preferimos, porém, manter “oração” para deixar transparente a polissemia do termo que o autor quer demonstrar em sua língua. Conforme assinalamos nos capítulos anteriores, em Prisciano, o termo *oratio* recobre os sentidos de λόγος da obra de Apolônio Díscolo, o que, de certa maneira, estreita a relação entre *oratio* e *ratio*, já sugerida pelos autores das *artes* (*Char.*, GL I, 269; *Diom.*, GL I, 301,2).

²⁷⁸ Cf. *Oratio est ordinatio dictionum congrua, sententiam perfectam demonstrans. Est autem haec definitivo orationis eius, quae est generalis, id est quae in species siue partes diuiditur. Nam oratio dicitur etiam liber rhetoricus nec non unaquaeque dictio hoc saepe nomine nuncupatur, cum plenam ostendit sententiam, ut uerba imperatiua et responsiua, quae saepe una dictione complentur, ut si dicam ‘quid est summum bonum in uita?’ et respondeat quis ‘honestas’, dico ‘bona oratione respondit’.*

consequentia, com acepções diferentes em várias passagens do livro XVII, que examinaremos no item seguinte.

4.3 Relações entre palavras: o papel da *consequentia*

Conforme vimos acima, o texto de Prisciano confere centralidade à organização lógica da linguagem²⁷⁹, *i.e.* à *ratio*, princípio constitutivo da linguagem que rege a construção de enunciados (mas também de sílabas e de palavras) bem-construídos. No que se refere, especificamente, à oração, a sua construção adequada (*constructio congrua*) reflete uma correspondente adequação nas relações instauradas entre seus constituintes, *i.e.* uma relação que, a começar pelos nomes e verbos (categorias essenciais), tenha como característica a *consequentia*. Este conceito, por sua vez, tem três diferentes acepções na doutrina de Prisciano. Vejamos.

Inicialmente, ao abordar o lugar dos participípios, categoria que teria lugar após nomes e verbos, *consequentia* tem um sentido amplo, próximo às “relações lógicas” instauradas pelos sentidos de duas partes da oração:

²⁷⁹ O termo *ratio* refere-se às propriedades de caráter lógico-rationais da língua. Preferimos “organização lógica” ou “princípios lógicos” a “sistema”, para evitar o termo da Linguística (embora se possa reconhecer alguma identidade entre o conceito na gramática de Prisciano e na obra de Saussure, do século XIX). Não é nosso intuito, aqui, estabelecer a relação entre os conceitos da obra de Prisciano e os dos “fundadores” da moderna Linguística.

Assim, é justo colocar o particípio após o verbo, do qual ele também se origina (conforme demonstramos ao tratar dos verbos, pois aqueles resultavam, necessariamente, de transformações de verbos em formas de caso com gêneros, que os caracterizam). Quando os verbos não puderem exprimir relações lógicas [*consequentiam*] [entre os termos], estes podem, ainda, se unir por casos oblíquos e sem conjunção, como, por exemplo: *me legente proficio* em vez de *lego et proficio*.²⁸⁰

(Prisciano, *Inst. gramm.* XVII, GL III, 119,13-18)

A “relação lógica” (*consequentia*) estabelecida entre dois verbos pode ser expressa de formas alternativas na língua latina: ou os verbos estão unidos pela conjunção *lego et proficio* (“leio e progrido”, “quando leio, progrido”, “se leio, progrido etc.), ou mantêm uma relação de dependência sintática entre si pelo particípio, sem elemento de ligação, construção que caracteriza o chamado “ablativo absoluto”: *me legente proficio* (“lendo, progrido” etc.). Como observamos, nesse passo, o termo *consequentia* significa, de forma ampla, uma relação lógica entre duas partes da oração a partir de seus significados, o que revela, com efeito, que, para Prisciano, muitas vezes, não se faz a distinção que a tradição posterior faria entre “forma” (sintaxe) e “conteúdo” (semântica). Na passagem correspondente de Apolônio (*Synt.*, I, 21-22), o gramático grego não oferece os exemplos de construções participiais, tal como o faz Prisciano.

Em outras palavras, esse primeiro fragmento nos informa que *consequentia* qualifica o mesmo tipo de relação que já havia sido assinalada por Prisciano em outra

²⁸⁰ Cf. *Participium etiam oportune post uerbum ponitur, ex quo et nascitur, sicut de uerbo tractantes ostendimus, quod necessario translationes uerborum fiebant in casuales figuras cum generibus, quae eis accidunt, cum uerba non possent consequentiam sui praesentare, ut etiam per obliquos casus adiungi possent et sine coniunctione consociari, ut me legente proficio pro lego et proficio.*

passagem, ao afirmar que a sequência *si ambulat Dionysius, mouetur* não necessariamente se revela verdadeira, caso se lhe altere a ordem (o que poderia produzir uma construção incongruente, visto que contrária ao princípio da *consequentia*).²⁸¹

É com este mesmo sentido, o de “relação lógica” na sequência dos sentidos dos termos em relação (relação perpetrada, como vemos, pela adequação dos sentidos das palavras à sua ordem linear na oração), que, em outra passagem, também se emprega o conceito de *consequentia*:

Daí, se encontram também as posições dos adjetivos, quando, com nomes próprios ou comuns, se completam de forma lógica [*consequentia*]. Como quando se acrescenta *albus* [“branco”] ou *fortis* [“forte”] a *equus* [“cavalo”]; a “Platão”, se adicionam, porém, *sapiens* [“sábio”] ou *bonus* [“bom”], a Marte, *gradius* [“que marcha a grandes passos”], e muitos outros que lhes podem ser acidentados.²⁸²

(Prisciano, *Inst. gramm.* XVII, GL III, 146,9-14)

²⁸¹ Prisciano, *Inst. gram.* XVII, GLII, 112,8-13: “Na oração também podemos encontrar este modo, quando as premissas, se forem combinadas às consequências, revelam-se verdadeiras, desde que estejam antepostas às consequências a primeira oração em conexão, como, por exemplo, se alguém disser ‘*si ambulat Dionysius, mouetur Dionysius*’ [“se Dionísio anda, Dionísio se move”]; se alternarmos [a ordem das orações], não será verdadeiro, pois, de fato, se Dionísio se move [*mouetur Dionysius*], não necessariamente ele está caminhando [*ambulat Dionysius*], com efeito, ele pode se mover sem caminhar”. (Cf. *In oratione quoque hunc modum possumus inuenire, quando antecedentia, si coniuncta sequentibus fuerint, uera esse ostenduntur, dum anteponuntur consequentibus per primam orationis coniunctionem, ut si aliquis dicat ‘si ambulat Dionysius, mouetur Dionysius’: si enim conuertas, non est uerum; non enim, si mouetur Dinoysius, et ambulat Dionysius necessario, nam potest et moueri et non ambulare.*)

²⁸² Cf. *Inde inuenta sunt etiam adiectivae positiones, ut consequentia nominibus communibus uel propriis compleantur, ut equo albus uel fortis, Platoni uero sapiens uel bonus adicitur, Marti Gradius et alia multa, quae possunt accidere.*

Em outra passagem, o termo *consequentia* possui um segundo sentido, mais especializado que o primeiro, referindo-se à regularidade do paradigma flexional de uma palavra, fato que, nos pronomes, não é seguido:

Além disso, com efeito, as demais partes da oração que possuem casos partindo do nominativo costumam fazer o genitivo e os demais casos, pela regularidade [*ad consequentiam*] do nominativo. Os pronomes primitivos²⁸³, porém, *i.e.* *ego, tu, mei, tui, sui, mihi, tibi, sibi*, declinam-se em cada caso, com uma forma básica²⁸⁴, uma vez que *ego* não pode, segundo a lógica dos casos, engendrar o genitivo *mei*, nem mesmo o genitivo *mei* pode se associar de forma regular a *mihi* e *me*, mudando o radical também com os números, *ego, mei, nos; tu, tui, uos*. De fato, nenhum genitivo que não se forma convenientemente derivado do nominativo pode apresentar um plural regular a partir do nominativo. Se, por outro lado, for declinado de forma congruente a partir do nominativo, ele deriva de forma regular tanto os casos seguintes, quanto números.²⁸⁵

(Prisciano, *Inst. gram.* XVII, GL III, 144,25-145,3)

²⁸³ De acordo com Baratin (2010, p. 149), em nota à passagem em questão, o termo *principale* é sinônimo de *primitivum* e se opõe a *deriuatium*, caracterizando, por conseguinte, aquelas formas primitivas dos pronomes das quais derivam outros.

²⁸⁴ O termo *positivus*, conforme Schad (2007, p. 307), somente ocorre em Prisciano nesta passagem. Seu sentido técnico é de “forma básica [do radical]” em oposição a “derivada”, “flexionada” ou, ainda, “derivada”. De acordo com Baratin (2010, p. 149), é decalque do grego θεματικός, referindo-se ao “tema” das palavras (θέμα).

²⁸⁵ Cf. *Praeterea aliae quidem partes casuales a nominatio genetivum et ceteros casus ad consequentiam nominativum solent perficere. Principalia uero pronomina, id est ego, tu, mei, tui, sui, mihi, tibi, sibi, positivus magis per singulos casus declinantur, cum non potest ego secundum rationem casualium mei genetivum adhibere, neque tamen mei genetivus mihi et me oportune asciscit, numeris quoque positivus commutatis, ego, mei, nos; tu, tui, uos. Nullus enim genetivus, qui non ex nominatio fit, convenienter declinatus potest numerum pluralem nominatio consequentem exhibere; declinatus enim a nominatio congrue huic condeclinat tam sequentes casus quam numeros.*

No trecho em questão, *consequentia* se refere à regularidade temática²⁸⁶ na declinação (ou derivação) das palavras casuais. Interessante observar que este conceito específica, na obra de Prisciano, um subtipo de construção que está de acordo com a *ratio casualium* (“a lógica dos casos”). Na passagem correspondente de Apolônio (*Synt.*, II, 18,19), a flexão *sui generis* dos pronomes é também apresentada, em contraste com a declinação dos demais nomes que seguem o paradigma do nominativo, de forma regular (πρὸς ἀκολουθίαν²⁸⁷).

Para demonstrar que algumas palavras, à guisa dos pronomes, ferem, porém, o princípio da regularidade (ἀκολουθία/*consequentia*), os gramáticos citam a subclasse dos nomes heterogêneos (ἑτερόκλητα/*diuersiclinia*), cujas formas casuais também não derivam de forma regular do radical do nominativo. Vejamos, no quadro abaixo, a correspondência entre a análise dessa classe de palavras por Prisciano e Apolônio:

²⁸⁶ A consciência para a variação temática na declinação dos pronomes gregos e latinos se atesta nos termos empregados tanto por Apolônio (θεματικός), quanto por Prisciano (*positiuus*). O termo *declinatus*, empregado por Prisciano na passagem acima, opõe-se a *positiuus*, correspondendo tanto a uma forma “declinada” (cujo radical deriva, de fato, do nominativo), quanto “derivada” (um advérbio derivado, por exemplo, de um adjetivo).

²⁸⁷ Ἀκολουθία tem, entre outras acepções, os sentidos técnicos de “regularidade”, “ordem regular”, “flexão regular”, “sucessão lógica”. Corresponde, pois, aos sentidos de *consequentia* tal qual vemos em Prisciano. Os verbos ἀκολουθέω e *sequor*, de onde os termos derivam, são também sinônimos em grego e latim.

EXEMPLOS DE APOLÔNIO DÍSCOLO (<i>Synt.</i> , II, 19)	EXEMPLOS DE PRISCIANO (<i>Inst. gram.</i> , XVII, GL III, 145)
1) μεγάλου gen. sing. de μέγας > μέγαλοι (“grande”);	1) <i>itineris</i> gen. sing. de <i>itiner</i> ²⁸⁸ > <i>itinera</i> , <i>itineri</i> etc. (“caminho”)
2) ὕδατος gen. sing. de ὕδωρ (“água”);	2) <i>frugis</i> gen. sing. de <i>frux</i> (“grãos”)
3) γυναικός gen. sing. de γυνή (“mulher”);	3) <i>uicis</i> gen. sing. de <i>uix</i> ²⁸⁹ (“vez, sucessão”)
4) πολλοῦ gen. sing. de πολὺς (“abundante”) etc.	4) <i>precis</i> gen. sing. de <i>prex</i> (“súplica”) etc.

Quadro 4.4. Exemplos de palavras irregulares segundo Apolônio Díscolo e Prisciano

Apolônio apresenta, ainda, formas que seriam regulares para seus exemplos; formas que, em suma, não são atestadas em ocorrências textuais da língua, respectivamente: *μεγάλος, *ῥδας, *γύναιξ e *πολλός²⁹⁰.

²⁸⁸ Não obstante a forma clássica mais usual ser *iter* (que exemplificaria, igualmente, a irregularidade que se busca apontar – as demais formas casuais não são derivações regulares deste radical), Prisciano cita a forma *itiner*, de aparente uso poético e arcaico, atestada em Ênio, segundo *Oxford Latin Dictionary*.

²⁸⁹ Apesar de sua forma de nominativo singular não ser atestada no período clássico, segundo *Oxford Latin Dictionary*, Prisciano novamente recorre a uma forma arcaica hipotética (*uix*) para preservar a analogia das formas que se pretendem apresentar. Prisciano não comenta o fato de a palavra não ser mais empregada.

²⁹⁰ De acordo com *Le grand Bailly*, as formas μέγας e πολλός têm, no entanto, ocorrência atestada (ainda que restrita) em grego. A primeira delas configura um uso do grego helenístico, atestada unicamente na obra de Plotino; a segunda configura um uso poético e arcaico.

Observemos, finalmente, que o conceito de *consequentia*, tomado como a regularidade morfológica nos padrões de declinação nominais, guarda semelhança com o conceito de *analogia* e tem seu equivalente na obra de Apolônio: ἀκολουθία.

Um terceiro sentido do conceito se refere, de forma ampla, a certa “homogeneidade” entre os constituintes de determinado sintagma e, em sentido estrito, à relação entre palavras próxima ao que chamamos “concordância”. É o que podemos depreender da passagem abaixo:

Se eu disser ‘*Priscianus scribo*’ [“Prisciano escrevo”] e coisas a isto semelhantes, não resta dúvida que falo de modo incongruente [*incongrue*], não por outra razão a não ser pela falta de concordância [*inconsequentiam*] das pessoas: de fato, enquanto o nome é de terceira pessoa, o verbo está na primeira. Seria concordante, se os dois fossem proferidos em terceira pessoa, como ‘*Priscianus scribit*’ (“Prisciano escreve”).

Entretanto, não observamos isso em todo lugar. De fato, os verbos que significam substância ou que nomeiam aceitam, muito convenientemente²⁹¹, tanto nomes na primeira, quanto na segunda pessoas, o que seria, nos demais, uma falta de concordância, como ‘*sum pius Aeneas*’ [“sou o pio Eneias”], ‘*Cicero nominor*’ [“chamo-me Cícero”] e outras construções análogas. Contudo, encontram-se autores que fazem uso de licenças frequentes e empregam também outros verbos na primeira ou segunda pessoas unidos a nomes, como Homero:

²⁹¹ Conforme indicamos atrás, Prisciano qualifica as construções de acordo com a *ratio* e a *consequentia*, pelos adjetivos *congruus* (“adequado”, “congruente”), *concinnus* (“simétrico”, “harmonioso”) e *aptus* (“conveniente”). Em apenas uma passagem Prisciano utiliza o termo *rectus* (“correto”). No detalhe, é importante ressaltar as nuances: uma construção *congrua* está de acordo com a *congruitas*, cuja expressão formal/semântica é a de *consequentia*; *concinna* é o que se caracteriza pela *concinnitas* (“simetria”, “harmonia”). O termo *aptus*, embora oriundo da retórica, parece-nos, porém, se distanciar do sentido que possuía naqueles contextos, referindo-se menos à noção de *decorum* e mais à noção de *ratio*, nos termos que explicamos aqui.

Φοῖβον' Ἀπόλλωνα χρυσάορον, ὅς σε πάρος γε
 ῥύομαι,
 [“Febo Apolo, de espada de ouro, que te protejo costumeiramente” –
 Homero, *Il.* 15, 256-257].²⁹²
 (Prisciano, *Inst. gram.* XVII, GL III, 151, 5-16)

Como percebemos, *consequentia* também caracteriza construções onde haja a homogeneidade entre termos ou “concordância”, no caso, de pessoa gramatical. É interessante observar, sobre a passagem acima, ainda dois aspectos: o caso particular, onde não existe essa homogeneidade (com verbos de ligação ou verbos que nomeiam), bem como um uso, franqueado por licença poética, que permite o emprego de um verbo em pessoa diferente do nome a que se ele refere; uso, em suma, autorizado pela *auctoritas* dos poetas (no caso, daquele que era considerado o maior deles, Homero). Veremos, no próximo capítulo, que tais usos, discordantes que sejam dos conceitos de *congruitas* e *consequentia*, são tratados diferentemente por Apolônio e Prisciano, servindo a este último gramático como matéria-prima para o desenvolvimento de certa “teoria da variação”.

Esta última concepção, que nos permite compreender certos fenômenos de concordância, fica mais clara adiante. Após tratar dos fenômenos de construção dos

²⁹² Cf. *Si dicam Priscianus scribo et his similia, sine dubio incongrue dico, nec propter aliud quid nisi propter personarum insequentiam: tertiae enim personae est nomen, uerbum uero primae; est igitur consequens, quod in duabus tertiis profertur, ut Priscianus scribit. Non tamen omnino ubique hoc obseruamus; quae enim substantiam significant uerba uel nominationem, asciscunt aptissime nomina et in prima et in secunda persona, id quod est in aliis insequentis, ut sum pius Aeneas, Cicero nominor et his similia, quamuis auctores inueniantur licentia solita utentes et aliis quoque uerbis primae uel secundae personae coniungentes nomina, ut Homerus:*

Φοῖβον' Ἀπόλλωνα χρυσάορον, ὅς σε πάρος γε
 ῥύομαι.

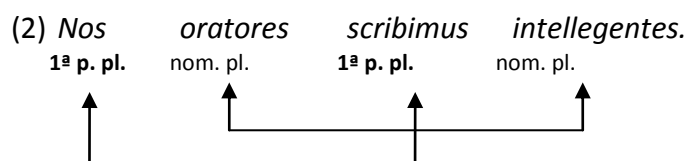
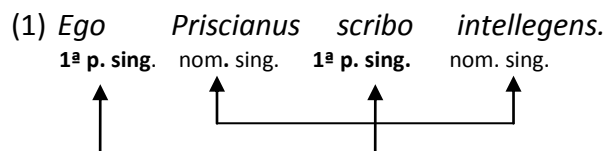
pronomes, Prisciano segue a discussão de Apolônio (*Synt.* III, 1-13) acerca da justaposição (*appositio*) e repartição (*distributio*) de elementos e, chega, novamente, à *consequentia* como “concordância”:

Algumas das partes do discurso possuem entre si, de forma geral, os acidentes de número, caso e gênero (como o nome, o pronome e o particípio); outras, pessoa e número (como o verbo e o pronome); outras, tempo (como os verbo e o particípio); outras, nenhum desses (como a preposição, o advérbio, a conjunção e a interjeição, que nem possuem qualquer declinação). Logo, aquelas que se declinam, já que admitem, a partir de suas formas específicas, concordâncias regulares [*consequentias conuenientes*] das categorias ditas acima (número, gênero, caso, pessoa ou tempo) e devem conduzir a uma concatenação adequada na construção ou disposição da oração, como, por exemplo, um singular com um singular, um plural com um plural, quando se referir a uma única pessoa, intransitivamente, como ‘*ego Priscianus scribo intellegens*’ [“eu, Prisciano, escrevo compreendendo” (sing.)], ‘*nos oratores scribimus intellegentes*’ [“nós, oradores, escrevemos compreendendo”(pl.)]. De fato, quando são reflexivos ou transitivos, é possível usar diversos números, como ‘*docemus discipulum*’ [“ensinamos ao aluno”] e ‘*docemus discipulos*’ [“ensinamos aos alunos”]; ‘*doceo discipulum*’ [“ensino ao aluno”] e ‘*doceo discipulos*’ [“ensino aos alunos”]; ‘*accuso uos*’ [“acuso-vos”] e *prosum nobis* [“sou útil a nós”].²⁹³

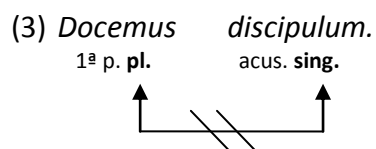
(Prisciano, *Inst. gram.* XVII, GL III, 182,23-183,8)

²⁹³ Cf. *Partium orationis quaedam habent inter generaliter sibi accidentia numeros et casus et genera, ut nomen, pronomen, participium; quaedam personas et numerum, ut uerbum et pronomen; quaedam tempora, ut uerbum et participium; quaedam nihil ex his, ut praepositio, aduerbium, coniunctio, interiectio, quae nec declinationem aliquam habent. quae sunt igitur declinabiles, cum ex propriis figurationibus ad conuenientes supra dictorum numerorum uel generum uel casuum uel personarum uel temporum consequentias accipiuntur, orationis constructione, id est dispositione, ad aptam coniunctionem ferri debent, ut puta singulare ad singularem et plurale ad pluralem, cum ad unam eandemque refertur personam intransitiue, ut ego Priscianus scribo intellegens et nos oratores scribimus intellegentes. Cum enim transitiva sunt uel refractiva, licet diuersis uti numeris, ut docemus discipulum et docemus discipulos; doceo discipulum et doceo discipulos; et accuso uos et prosum nobis.*

A passagem esclarece-nos quanto ao fato de que, para Prisciano, as palavras da oração são organizadas segundo critérios que conferem concordância em número, pessoa, gênero, número, caso e tempo, conforme observamos nos exemplos citados:



Como verificamos nos dois exemplos citados, existe concordância em número, caso e pessoa. Essa concordância somente não acontece entre todos os termos da oração quando se tratar, evidentemente, de construções transitivas ou reflexivas:



Em seguida, Prisciano generaliza a regra, mostrando valer não somente para concordância em termos de número e pessoa, mas também de gênero e caso:

A regra é a mesma para os gêneros, como *'bonus homo et iustus et rectus est ille'* ["aquele é um homem bom, justo e correto"], *'bona mulier et casta et pudica est illa'* ["aquela é uma boa mulher, casta e recatada"], *'boni homines et iusti et recti sunt illi'* ["aqueles são homens bons, justos e honestos"], *'bonae mulieres et castae et pudicae sunt illae'* ["aquelas são boas mulheres, castas e recatadas"]. Da mesma forma, também em caso: *'mei ipsius dolentis misereor'* ["compadeço-me de mim mesmo sofrendo"], *'te ipsum legentem uideo'* ["vejo-te lendo"] e *'me ipsum intellegentem sentio'* ["sinto que compreendo a mim mesmo"]. Quando, portanto, os gêneros, casos e números se referem a uma só e mesma pessoa, a concordância [*consequentia*], conforme dito acima, deve ser observada.²⁹⁴

(Prisciano, *Inst. gram.* XVII, GL III, 183, 10-16)

Em suma, com relação ao termo *consequentia* em Prisciano, podemos verificar um movimento de especialização do conceito. Inicialmente, ele se refere, de forma ampla, à ordenação "lógica" (a partir de aspectos "semânticos") dos termos da oração; em um segundo momento, refere-se à derivação regular de formas casuais de palavras de mesmo tema (o que não é seguido por pronomes), o que podemos qualificar como uma relação de caráter formal (ou "morfológico"). Finalmente, em terceiro lugar, o gramático se refere a uma espécie de relação tanto "lógica" ("semântica") quanto formal ("morfológica"), configurada no fenômeno de sintaxe de concordância (em gênero, número, pessoa, caso, tempo etc.). Em síntese:

²⁹⁴ Cf. *Eadem est ratio et in generibus, ut bonus homo et iustus et rectus est ille, bona mulier et casta et pudica est illa, boni homines et iusti et recti sunt illi, bonae mulieres et castae et pudicae sunt illae. Similiter et in casibus mei ipsius dolentis misereor et illius uel tui dolentis misereor; te ipsum legentem uideo et me ipsum intellegentem sentio. Cum igitur ad unam eandemque personam et casus et genera et numeri referuntur, supra dicta consequentia est obseruanda.*

CONSEQUENTIA EM PRISCIANO		
1. ordem linear “lógica”	<i>‘equus albus, fortis’</i> <i>‘Plato bonus, sapiens’</i>	Homogeneidade de caráter lógico, semântico.
2. regularidade “morfológica”	<i><u>litterae</u> > <u>litterarum</u></i> <i><u>philosophus</u> > <u>philosophi</u></i>	Homogeneidade de caráter formal, morfológico
3. “concordância”	<i>‘bonus homo et iustus et rectus est ille’</i>	Homogeneidade de caráter formal e semântico.

Quadro 4.5. O conceito de *consequentia* em Prisciano.

Prisciano, como em outros passos, segue a análise de Apolônio no desenvolvimento do conceito de *consequentia*, sobretudo em sua última acepção. Como veremos no capítulo seguinte, ambos diferem no tratamento conferido aos exemplos da língua – na abordagem das ocorrências empíricas, que confirmam (ou não) as regras sintáticas apresentadas. É importante observar, contudo, que os aspectos de análise que identificam Apolônio Díscolo e Prisciano, como, por exemplo, este que apresentamos há pouco, ilustram aquele movimento que enunciamos no início deste capítulo: representam, sem dúvida, uma atenção mais voltada para aspectos internos das línguas, oferecendo descrições do funcionamento gramatical das línguas; descrições, por assim dizer, menos comprometidas com funções “extralinguísticas”, que, ao contrário, representavam o cerne dos tratados gramaticais latinos dos séculos III, IV e V, as chamadas *artes*.

No intuito de ampliar o escopo desse movimento de análise, por assim dizer, “intrínseca” da linguagem, apresentaremos, no próximo item, mais alguns aspectos que perfazem a teoria sintática de Apolônio e Prisciano, mantendo o mesmo critério de seleção adotado até aqui: a eleição daqueles tópicos fundamentais da doutrina de ambos os autores que revelem entre eles uma identidade, deixando as idiossincrasias para o capítulo 5. Vejamos, assim, algumas observações quanto à concatenação de orações e ao papel desempenhado por pronomes e conjunções nesse processo.

4.4 Relações entre orações: o caso dos pronomes e conjunções

Nos itens anteriores, verificamos que o enunciado completo, na concepção de Apolônio e Prisciano, pode ser entendido, numa perspectiva ampla, como o conjunto de palavras concatenadas segundo regras lógicas (*congruitas/consequentia*), produzindo um sentido completo (*perfecta sententia*). Numa perspectiva mais estrita, pode-se ainda acrescentar que esse conjunto de palavras se caracteriza, formalmente, por incluir, no mínimo, um nome (ou pronome) e um verbo; ou, em outras palavras, um termo que expresse substância e outro, que expresse seu acidente.

Baratin (1989, p. 409) destaca que essa concepção de enunciado, a partir dos dois critérios acima enumerados – *i.e.* a formação mínima, congruente, a partir de um nome e um verbo, e a completude semântica que disso resulta – imporá limites às análises, decorrentes da impossibilidade de definição formal do enunciado completo, em

primeiro lugar, mas também da dificuldade que disso decorreria para proceder a análises de enunciados compostos por mais de uma oração.

Por esse motivo, ao passo que na obra de Prisciano haja pouca referência a enunciados complexos, por outro lado, os pronomes, como justamente organizadores de tais enunciados, tornam-se o elemento teórico mais importante para a discussão da concatenação de orações. De fato, na discussão sobre os fenômenos codificados pelos pronomes no interior dos enunciados, podemos observar uma análise, ainda que indireta, dos enunciados formados por mais de uma oração, conforme apresentaremos abaixo.

Inicialmente, ao examinar a ausência de artigos em latim, em contraste com o grego, Prisciano se deparou com a categoria hoje conhecida como “pronome relativo”, mas que, dada a sua semelhança morfológica com os artigos em grego, recebia, na terminologia de Apolônio (e também na de Prisciano), o nome de artigos “pospositivos” ou “dependentes” (ὑποτακτικὸν ἄρθρον/*subiunctiuus articulus*). Essa categoria, em grego e em latim, engendrava construções de enunciados complexos, formados por mais de uma oração. É o que verificamos na passagem abaixo, de Prisciano:

Este mesmo, ou seja, *qui*, sempre é vinculado ao nome, do modo como também o é ὅς entre os gregos. É necessário vir anteposto não somente a um nome, mas também ao outro verbo que está subordinado, como em: *uirum cano, qui uenit* [“canto o homem, que chegou”]. Se o nominativo é adjunto a outro nominativo, os verbos se referem à mesma pessoa: *homo uenit, qui scripsit* [“o homem que escreveu, chegou”]; se, porém, são dois termos em caso oblíquo, os verbos,

transitivamente²⁹⁵, tomam a outra pessoa como complemento, ou é reflexivo, como *hominem, quem uitupero, accuso* [“o homem que repreendo, acuso”] e *memet, quem uitupero, accuso* [“acuso-me a mim mesmo, que repreendo”]; se, porém, um termo é nominativo e o outro é oblíquo, o verbo, de uma pessoa a outra, não toma o nominativo, transitivamente, como complemento, mas toma o oblíquo, como: *‘homo uenit, quem accuso’* [“o homem que repreendo, acuso”] ou: *‘hominis misereor, qui uenit’* [“compadeço-me do homem que chegou”].²⁹⁶

(Prisciano, *Inst. gram.* XVII, GL III, 127,13-22)

Não somente verificamos, a partir desse trecho, a análise que o gramático faz das construções relativas em latim, mas também o esboço de uma teoria da transitividade verbal (*transitio uerborum*), associada à presença dos termos em caso oblíquo, em cada uma das orações: há transitividade verbal sempre quando houver dois referentes, estando um ou outro, ou ambos, em caso oblíquo. A reflexividade é, por assim dizer, também um subtipo de transitividade verbal.

²⁹⁵ Conforme veremos em maiores detalhes no próximo capítulo, o conceito de “transitividade” em Prisciano é conceituado a partir da metáfora de movimento. Na passagem em questão, uma tradução mais literal levar-nos-ia a traduzir o trecho algo como: “a transição dos verbos se faz para a outra pessoa”, i.e. “os verbos tomam a outra como complemento, transitivamente”. A ideia básica que parece subjazer é a de que a transitividade pressupõe um trânsito entre duas partes da oração intermediada pelo verbo, estando uma dessas partes em caso oblíquo. Para uma melhor leitura em português, traduzimos o trecho mais livremente, empregando “transitivamente” ou “transitividade”, ainda que a metáfora do movimento fique, por assim dizer, prejudicada.

²⁹⁶ Cf. *Hoc idem, id est qui, quotiens subiungitur nomini, quomodo ὅς apud Graecos, necesse est non solum ad nomen praepositum, sed etiam ad id subiunctum alterum uerbum proferri, ut uirum cano, qui uenit. Si nominatiuo nominatiuus adiungitur, ad eandem personam uerba referuntur: homo uenit, qui scripsit; sin duo obliqui sunt, ad aliam personam transitio fit uerborum uel in se reciprocatur, ut hominem, quem uitupero, accuso et memet, quem uitupero, accuso; sin alterum sit nominatiui, alterum uero obliqui, ad nominatiuum non fit transitio uerbi ab alia persona ad aliam, ad obliquum uero fit, ut homo uenit, quem accuso uel hominis misereor, qui uenit.*

O gramático segue esmiuçando as construções (hoje chamadas de) relativas, observando o funcionamento regular dessas construções na língua, propondo, em suma, ao mesmo tempo uma descrição e uma teoria sobre a concatenação desse tipo de oração:

Todos, entretanto, que se fazem transitivos, podem também tornar-se reflexivos. Do mesmo modo, *'qui'* e suas formas oblíquas podem retomar de modo aceitável os nominativos de todas as palavras casuais, como:

'Virgilius, qui [nom.] *scripsit*' ["Virgílio que escreveu"];

'Virgilius, cuius [gen.] *scripta extant*' ["Virgílio, cujos escritos sobrevivem"];

'Virgilius, cui [dat.] *gloria contigit*' ["Virgílio, a quem a glória alcança"];

'Virgilius, quem [acus.] *laudant*' ["Virgílio, que louvam"];

'Virgilius, quo [abl.] *docente bene proficitur*' ["Virgílio, através de cujo ensino progredimos bem"];

Assim também, do contrário, todos os outros casos são associados corretamente ao seu nominativo, como:

'Qui scripsit Bucolica *Virgilius* [nom.] *magnus poeta fuit*' ["Virgílio, que escreveu as *Bucólicas*, foi um grande poeta"];

'qui scripsit Aeneida *Virgilii* [gen.] *sunt* Georgica' ["As *Geórgicas* são de Virgílio, que escreveu a *Eneida*"];

'qui scripsit Aeneida *Virgilio* [dat.] *gloria contigit*' ["A glória alcança a Virgílio, que escreveu a *Eneida*"];

'qui scripsit Aeneida *Virgilium* [acus.] *laudo*' ["Louvo Virgílio, que escreveu a *Eneida*"];

'qui scripsisti Aeneida, *Virgili* [voc.], *uiuis memoria*' ["Tu, Virgílio, que escreveste a *Eneida*, permaneces vivo em nossa memória"];

'qui scripsit Aeneida *Virgilio* [abl.] *florent studia*' ["Os estudos florescem graças a Virgílio, que escreveu a *Eneida*"].

Também é possível dizer essas coisas em anteposição.²⁹⁷

(Prisciano, *Inst. gram.* XVII, GL III, 127,13-128,7)

O que se depreende da análise de Prisciano é a constatação de que os pronomes relativos (*articuli subiunctiui*) não estabelecem com seu antecedente uma relação de concordância de caso, fato que propicia construções com casos diferentes, seja na relativa, seja na oração principal. É essa, em suma, conclusão análoga àquela de Apolônio Díscolo, após extensa análise do fenômeno na língua grega:

Os artigos pospositivos são indiferentes à congruência dos casos com os nomes que os precedem e aqueles a que remetem por anáfora: ἄνθρωπος[nominativo] ἦλθεν ὃν [acusativo] ἐξέεισα, [“Um homem chegou, o qual recebi”], φίλου [genitivo] ἦκουσα ᾧ [dativo] καὶ πρώην συνέβαλον [“Escutei um amigo, que tinha encontrado anteontem”].²⁹⁸

(Apolônio Díscolo, *Synt.* I, 148)

Na sequência da discussão sobre os pronomes relativos, Prisciano expande a discussão de Apolônio Díscolo ao examinar um tipo de construção específico do latim, que

²⁹⁷ Cf. *Omnia tamen, quae in transitione fiunt, possunt etiam in reciprocatione fieri, et quomodo qui et eius obliqui omnes ad nominatiuos omnium casualium bene referuntur, ut Virgilius, qui scripsit, Virgilius, cuius scripta extant, Virgilius, cui gloria contigit, Virgilius, quem laudant, Virgilius, quo docente bene proficitur, sic et ex contrario nominatiuo eius omnes aliorum casus bene adiunguntur, ut qui scripsit bucolica Virgilius magnus poëta fuit; qui scripsit Aeneida Virgilii sunt Georgica; qui scripsit Aeneida Virgilio gloria contigit; qui scripsit Aeneida Virgilium laudo; qui scripsisti Aeneida, Virgili, uiuis memoria; qui scripsit Aeneida Virgilio florent studia. Licet autem et praepostere haec dicere.*

²⁹⁸ Cf. Ἐτιτα ὑποτακτικὰ ἄρθρα ἀδιαφορεῖ πρὸς τὸ κατάλληλον τῆς πτώσεως τῶν προτασσομένων αὐτῶν ὀνομάτων, πρὸς ἃ καὶ ἀναπέμπει τὴν ἀναφοράν, ἄνθρωπος ἦλθεν ὃν ἐξέεισα, φίλου ἦκουσα ᾧ καὶ πρώην συνέβαλον.

não tem análise correspondente em seu modelo: o caso dos enunciados formados a partir das partículas correlativas (*reditia*): *talis, tantus, tot... qualis, quantus, quot*. Para isso, inicialmente, o gramático mostra casos de elipse de palavras em construções onde haja referência por “anáfora”:

Deve-se saber, entretanto, que, frequentemente, estas palavras são se empregam anafóricas [*relativa*], com a elipse das outras palavras que possuem caso, como em Terêncio, na peça *Andria*:

Ita tum discedo ab illo, ut qui se filiam

Neget daturum,

[“Assim, aparto-me daquele, como [deste] que nega que dará a filha”, Terêncio, *And.*, 148-149]

está ausente, com efeito, ‘*ut ab eo, qui neget*’, assim como ‘*uenit, cuius causa est*’ [“chegou [aquele] cuja causa é”]; falta, ainda, ‘*iste*’ e ‘*exigit, cui debeo*’ [“exige [àquele] que devo”] assim como ‘*minatur, quem timeo*’ [“ameaço [àquele] que temo”], e ‘*floret, quo ualeo*’ [“prospera [àquele] que estimo”] (em todos esses, o nominativo está, de fato, implícito).²⁹⁹

(Prisciano, *Inst. gram.* XVII, GL III, 128, 8-15)

O gramático reconhece o emprego anafórico do pronome *qui*, visto que se refere “anaforicamente” ao seu antecedente. Nos casos acima citados, porém, verificamos exatamente a elipse de tais termos antecedentes. Um subtipo especial de conexão de

²⁹⁹ Cf. *Sciendum tamen, quod per ellipsin aliorum casualium haec saepe inueniuntur relatiua, ut Terentius in Andria: ‘ita tum discedo ab illo, ut qui se filiam neget daturum’, deest enim ut ab eo, qui neget, et uenit, cuius causa est, deest iste, et exigit, cui debeo, et minatur, quem timeo, et floret, quo ualeo (in omnibus enim nominatiuus subaudiendus est).*

orações a partir de anáfora pronominal é o dos chamados correlativos, nos quais podem ou não também existir elipses, como vemos na descrição abaixo:

Também ‘*qualis*’, assim como ‘*quoque*’ e ‘*quot*’, frequentemente se encontram em relação a ‘*talis*’, ‘*tantus*’ e ‘*tot*’ por elipse. Não é de admirar que, postas em relação, essas palavras possuam um segundo significado, são entendidas tanto quando são antecedentes quanto consequentes, ainda que não sejam enunciadas, como em: ‘*qualis Homerus, fuit Virgilius*’. As correlativas, porém, a menos que sejam expressas, não podem ser entendidas, a não ser que as mostremos. Assim, com efeito, sem os anafóricos, podemos proferir a partícula consequente, como se dissermos, ‘*talis fuit Homerus*’ (“tal foi Homero”), exibindo Virgílio; ou, indicando Teseu, falarmos ‘*tantus fuit Hercules*’ (“tamanho era Hércules”).³⁰⁰

(Prisciano, *Inst. gram.* XVII, GL III, 128,16-129,4)

Mais que assinalar enunciados complexos, formados a partir das estruturas correlativas do tipo *talis...qualis*, fica também evidente, no mecanismo de construção da frase latina, os fenômenos de remissão anafórica de determinados termos (como vimos, o pronome relativo retoma anaforicamente seu antecedente), mas também de referência dêitica (pela exibição espacial do referente a que se evoca no enunciado): ‘*talis fuit Homerus*’ (em referência a Virgílio, que se mostra deiticamente).

³⁰⁰ Cf. *Qualis quoque et quantus et quot relatiua per defectionem talis et tantus et tot frequenter inueniuntur; nec mirum relatiuis positis, quae secundam cognitionem significant, etiam antecedentia uel redditua intellegi, licet non sint dicta, ut qualis Homerus, fuit Virgilius. Relatiua autem, nisi sint posita, intellegi minime possunt, nisi in demonstratione. Tunc enim et sine relatiuis possumus redditua proferre, ut si ostendentes Virgilium aiamus talis fuit Homerus uel Thesea demonstrantes dicamus tantus fuit Hercules.*

Assim, mais à frente, ao analisar o papel dos pronomes na oração, Prisciano (*Inst. gram.*, XVII, GL III, 141) segue de perto a descrição de Apolônio (*Synt.*, II, 5-11), ao identificar essas duas funções principais dos pronomes: a dêixis (δείξις/*demonstratio*) e a anáfora (ἀναφορά/*relatio*)³⁰¹.

No fenômeno da anáfora, o pronome, em terceira pessoa, retoma o termo já expresso anteriormente no enunciado, tal como observamos nos exemplos oferecidos, respectivamente, por Apolônio Díscolo (Homero, *Il.* 13, 1 e 3) e Prisciano (tradução do mesmo trecho):

Ζεὺς δ'ἔπει οἷν Τρῳάς τε καὶ Ἑκτορα νηυσὶ πέλασσευ, (...)
..... αὐτὸς δὲ πάλιν τρέπεν ὅσσε φαεινῷ.

[Zeus, quando se aproximou de Heitor e dos navios troianos (...)
..... ele volta[-lhes] os olhos brilhantes].

(Apolônio Díscolo, *Synt.* II, 8)

Iuppiter postquam Troas et Hectora nauibus appulit, ipse reiecit oculos claros.

[Júpiter, depois que se dirigiu a Heitor e aos navios troianos, ele mesmo lança[-lhes] os olhos brilhantes].

(Prisciano, *Inst. gram.* XVII, GL III, 141,23)

³⁰¹ Seguindo Baratin (2010), traduzimos os termos derivados *pronomen relatiuum* como “pronome anafórico”, e *pronomen demonstratiuum* como “pronome demonstrativo” (ou “dêítico”). Essas terminologias se sustentam a partir da interpretação da análise feita por Prisciano dessas duas categorias: são pronomes que fazem referência “anafórica” (retomando termo precedente) ou “dêítica” (indicando referentes externos ao texto). Conforme vimos antes, os “pronomes relativos” eram chamados *articuli subiunctiui*.

Nos exemplos acima, observamos que os pronomes αὐτός e *ipse* referem-se, anaforicamente, ao sujeito da primeira oração (*Zeus/Júpiter*). Vejamos a explicação oferecida pelo gramático latino:

Se, de fato, alguém puser novamente *Iuppiter* em vez de *ipse reiecit oculos claros*, não conecta duas orações sobre Júpiter, mas quase inicia outro enunciado. Porém, um mesmo nome próprio pode ser dito para pessoas diferentes, como se eu disser: '*Aiax uenit ad Troiam, Aiax fortiter pugnavit contra Troianos*' ["Ájax veio para Troia, Ájax lutou contra os troianos"], fica dúvida se falo da mesma pessoa, já que havia dois a cujos nomes poderiam referir-se os atos ditos acima³⁰². Se, porém, eu disser '*Aiax uenit ad Troiam, idem fortiter pugnavit contra Troianos*' ["Ájax veio para Troia, o mesmo lutou bravamente contra os troianos"], compreendo tratar-se de uma pessoa.³⁰³

(Prisciano, *Inst. gram.* XVII, GL III, 142,12)

A preocupação do gramático com a referência do pronome anafórico revela, igualmente, uma consciência para o papel que essa categoria de palavras realiza na concatenação de orações num mesmo enunciado. É interessante também observar que, para o gramático latino, a conexão oracional engendrada pela anáfora pronominal é, de

³⁰² Aqui, Prisciano parece fazer referência aos dois personagens míticos de mesmo nome Ájax: o primeiro, filho de Telamon e Peribeia, ao lado de Aquiles, foi um dos mais bravos guerreiros que lutaram na guerra de Troia. Seu mito é apresentado na tragédia de Ésquilo, *Ájax furioso*. O segundo Ájax, filho de Oileu, foi um dos guerreiros que se ocultaram no interior do Cavalo de Troia.

³⁰³ Cf. *Si quis enim pro ipse reiecit oculos claros, ponat iterum Iuppiter, non colligit duas orationes ad louem, sed quasi principium alterius facit orationis. Potest autem proprium nomen et ad diuersas proferri personas, ut si dicam Aiax uenit ad Troiam, Aiax fortiter pugnavit contra Troianos, dubium, an de eadem dicam persona, cum duo eiusdem nominis fuerint, ad quos supra dicti actus pertinere possunt; sin autem dicam Aiax uenit ad Troiam, idem fortiter pugnavit contra Troianos, de una intellego persona.*

certo modo, possibilitada pela correferência que se instaura a partir do pronome. Uma vez desfeita a anáfora, a correferência não é garantida, e, por conseguinte, as duas orações perdem o vínculo entre si:

Portanto, em todas as construções com pronomes anafóricos há somente um enunciado, que depende de um nome dito anteriormente. Porém, se pusermos os nomes no lugar dos pronomes anafóricos e mudarmos a oração, como *‘Iuppiter tonat, Iuppiter fulminat’* [“Júpiter troveja, Júpiter lança relâmpagos”], essas orações, de fato, podem ser proferidas independentemente, e ser ditas na ordem inversa, já que a segunda não se refere à primeira, como faz o pronome anafórico, que se refere ao nome precedente.³⁰⁴

(Prisciano, *Inst. gram.* XVII, GL III, 142,12)

Em suma, o que depreendemos da passagem acima é exatamente aquela concepção primeira de oração: uma vez que o pronome anafórico concatena dois núcleos verbais, pode-se falar num mesmo enunciado (*oratio*), ao passo que, se o substituirmos por outro nome – que, como vimos, é categoria essencial da oração –, temos, portanto, dois enunciados, formados por dois nomes e dois verbos. Não nos parece, contudo, plenamente clara a distinção entre orações dentro de um mesmo enunciado e o próprio enunciado complexo, visto que Prisciano utiliza o mesmo termo (*oratio*) para se referir ora à oração, ora ao enunciado (formado ou não por mais de uma oração). Porém, parece

³⁰⁴ Cf. *In omnibus igitur relatiuis pronominibus una eademque est oratio ex supra dicto nomine pendens. Licet autem pro relatiuis pronominibus nomina ponere et orationem mutare, ut Iuppiter tonat, Iuppiter fulminat; eae enim orationes singulae per se possunt proferri et inuicem conuerso ordine praepostere dici, cum non ad priorem refertur secunda, quod facit pronomen relatiuum, quod ad praedictum nomen refertur.*

ficar claro que a concatenação de duas orações num mesmo enunciado, a partir de um pronome anafórico, cria, entre elas, uma certa dependência, a qual é desfeita caso se lhe retire o pronome (a ordem pode até mesmo, neste caso, ser invertida).

O segundo fenômeno codificado pelos pronomes é a dêixis (δείξις/*demonstratio*). Diferentemente dos pronomes anafóricos, os pronomes dêíticos (δεικτικὰ ἀντωνυμῖαι/*demonstratiua pronomina*) não substituem nomes mencionados anteriormente, mas indicam referentes que estão, de certo modo, “visíveis”:

Todas as vezes que *ille* [“aquele”] ou *hic* [“este”] se referem a algo que não se mostra diante dos olhos, é importante entender que a dêixis deles se refere ao intelecto. Assim, há certos dêíticos “dos olhos”, como ‘*ego*’ e ‘*tu*’, outros “dos olhos” e do “intelecto”. Dos olhos, como:

hic uir, hic est, tibi quem promitti saepius audis

[“Este homem, este é quem, amiúde ouves, é prometido a ti” – Virgílio, *Aen.* VI, 791]

Do intelecto, como:

hic pietatis honos? sic nos in sceptris reponis? [“Esta é a honra à nossa piedade? É assim que nos restitui o trono?” – Virgílio, *Aen.* I, 253].³⁰⁵

(Prisciano, *Inst. gram.* XVII, GL III, 142,18-24)

Como verificamos, o fenômeno da “dêixis pronominal”, tal como tratada por Prisciano, não vincula orações por referência anafórica, mas vincula conteúdos semânticos apresentados na linguagem a referenciais extralinguísticos, de conhecimento partilhado

³⁰⁵ Cf. *Quotiens uero ille uel hic non ostendendum ante oculos aliquid referunt, oportet intellegere, quod eorum demonstratio ad intellectum refertur; itaque quaedam sunt oculorum demonstratiua, ut ego et tu, quaedam et oculorum et intellectus: oculorum, ut: ‘hic uir, hic est, tibi quem promitti saepius audis’; intellectus, ut: ‘hic pietatis honos? sic nos in sceptris reponis?’*

pelo interlocutor (em outras palavras, para empregar nomenclatura contemporânea, poderíamos dizer que Prisciano já identificava, na própria sintaxe, a relação que sentenças estabelecem com aspectos de ordem pragmático-discursiva). As subcategorias apresentadas no excerto acima acerca da *dêixis*, *i.e.*, aquela que evoca referentes concretos, apresentados diante dos olhos, e aquela que faz referência a categorias abstratas, reconstituídas mentalmente, seguem de perto as classificações de Apolônio Díscolo (*Synt.*, II, 12).

Vale ainda acrescentar que ambos os gramáticos explicam a diversidade dos pronomes de terceira pessoa. Em latim, essa diversidade pode ser observada, por exemplo, nos anafóricos *ipse*, *is* e *sui*, e nos dêíticos *hic*, *iste* e *ille*, em contraste com os verbos, que possuem apenas uma forma de terceira pessoa (por exemplo: ‘*scribit*’ pode referir-se tanto a “Sérvio” ou a “Probo” – *Inst. gram.* XVII, GL III, 143,24), pelo fato de as funções anafóricas e dêíticas dos pronomes requererem essa diversidade para se determinar espacialmente o seu referente, seja indicando proximidade (*iste*) ou distância (*ille*).

Vejamos, finalmente, como os gramáticos analisam o papel das conjunções na conexão, seja de sintagmas, seja de enunciados complexos:

Deve-se saber que, caso se anteponha uma conjunção a uma palavra de caso, é necessário coordenar uma outra palavra de caso, e o verbo referir-se às duas, como em ‘*et Dionysius loquitur et Trypho*’ [“tanto Dionísio fala quanto Trifão”], ‘*et Apollonius scripsit et ego*’ [“tanto Apolônio quanto eu escrevemos”], ‘*et uigilans proficit et legens*’

[“progride tanto vigiando quanto lendo”]; também ao contrário, caso se anteponha uma conjunção a um verbo, é necessário que outro verbo se associe a ela e ambos se refiram a uma palavra de caso, como ‘*et scribit et legit Trypho*’ [“Trifão tanto lê quanto escreve”], ‘*et pugnat et uincit Aeneas*’ [“Eneias tanto luta quanto vence”].³⁰⁶

(Prisciano, *Inst. gram.* XVII, GL III, 160,17-22)

Nesta passagem, observa-se que o gramático considera a coordenação de partes da oração engendrada pelo emprego de conjunções. No primeiro conjunto de exemplos, a coordenação de palavras casuais; no segundo, de verbos. Como a referência, no primeiro caso, se faz ao mesmo verbo e, no segundo, a referência dos verbos ao mesmo nome, o gramático não considera a existência de mais de uma oração, visto que, em seu conceito, para cada oração completa seria necessário um nome e um verbo. É interessante também observar que a precedência da conjunção obriga à construção de uma estrutura homogênea, formada ora por verbos somente, ora por nomes: ***et A (nome) et B (nome)*** ou ***et A (verbo) et B (verbo)***.

Por outro lado, a ausência de conjunção preposta propicia outro tipo de construção:

Ora, mas se uma conjunção não é anteposta, possibilita-se apresentar partes diferentes, como ‘*scribit Dionysius et Trypho*’ [“escreve Dionísio e Trifão”]; ‘*scribit Dionysius et legit*’ [“escreve Dionísio e lê”]. Com efeito, se antepusermos uma conjunção, dizendo ‘*et scribit Dionysius*’, é preciso acrescentar um segundo verbo e dizer ‘*et scribit Dionysius et legit*’

³⁰⁶ Cf. *Et sciendum, quod, si praeponatur coniunctio casuali, necesse est aliam quoque partem casualem copulari et ad utramque uerbum referri, ut et Dionysius loquitur et Trypho, et Apollonius scripsit et ego, et uigilans proficit et legens; et contra, si uerbo praeponatur coniunctio, necesse est aliud uerbum ei coniungi et ad utrumque aliquid casuale referri, ut et scribit et legit Trypho, et pugnat et uincit Aeneas.*

[“Dionísio tanto escreve quanto lê”]. De outro modo, se eu disser ‘*et Dionysius scribit*’, será necessário apor outra palavra casual e dizer ‘*et Dionysius scribit et Apollonius*’ [tanto Dionísio escreve quanto Apolônio].³⁰⁷

(Prisciano, *Inst. gram.* XVII, GL III, 161,5-11)

Em suma, Prisciano distingue as construções formadas a partir da conexão de conjunções em dois subtipos: as coordenações do tipo ***et A et B*** pressupõem uma homogeneidade na natureza dos termos coordenados (o paralelismo nominal ou verbal), ao passo que as construções ***A et B*** oferecem espaço para a heterogeneidade de constituintes. A heterogeneidade de constituintes em construções do tipo ***et A et B*** configura exemplos de variação do uso da língua, tópico ao qual voltaremos no capítulo 5. Em tempo, digamos somente que tais construções não se fazem somente a partir da conjunção aditiva *et*, mas também de outras a elas análogas, com destaque para as conjunções disjuntivas *aut* e *uel*: *uel Vergilio uel Cicerone delector* (“encanto-me ou com Cícero ou Virgílio” – *Inst. gram.* XVII, GL III, 162,11).

Todavia, a partir dessas análises, percebemos que Prisciano não faz a distinção entre construções coordenadas que, hoje em dia, diríamos engendrar duas orações (quando se coordenam dois verbos) ou simplesmente dois sintagmas dentro de uma mesma oração no sentido moderno. É possível afirmar isso, pois, conforme vimos acima, o

³⁰⁷ Cf. *Si enim non praeponatur coniunctio, licet diuersas inferre partes, ut ‘scribit Dionysius et Trypho’; ‘scribit Dionysius et legit’. Si enim praeponam coniunctionem dicendo ‘et scribit Dionysius’, necesse est alterum uerbum subiungere et dicere ‘et scribit Dionysius et legit’; rursus si dicam ‘et Dionysius scribit’, necesse est alterum casuale inferre et dicere ‘et Dionysius scribit et Apollonius’.*

conceito de oração de Prisciano pressupõe não somente a existência de um núcleo verbal, mas de uma substância (um nome) modificado por um acidente (um verbo e/ou outras categorias). Por essa razão, por partir de um conceito diverso do nosso, conforme assinalamos, Prisciano não estabelece a distinção entre as categorias que hoje conhecemos como enunciado (formado por uma ou mais orações) e oração (conjunto caracterizado pela existência de um único núcleo verbal).

Assim, a análise das construções de termos conectados por conjunções parece, a princípio, não sublinhar o papel dessa categoria na conexão e/ou organização interoracional. Pelo contrário: para Prisciano, as conjunções são definidas como uma categoria aparentemente deslocada das demais, como vemos mais adiante:

Também a conjunção é encontrada, sem distinção, com tudo o que foi dito anteriormente, isto é gêneros, casos, números, tempos, pessoas, como em:

uir et mulier [“homem e mulher” – nom. sing.]
uirorum et mulierorum [“homens e mulheres” – gen. pl.]
doceo et docui et docebo [“ensino, ensinei e ensinarei”]
ego et tu et ille [“eu, tu e aquele”]
si facio et si faciam [“se faço e se fizer” – indic. pres. + subj. pres.]
si facerem et si faciebam [“se fizesse e se fazia” – subj. imperf. + indic. imperf.]
si fecerim et si feci [“se tiver feito e se fiz” – subj. perf. + indic. perf.]
si fecissem et si feceram [“se tivesse feito e se fizera” – subj. mais-que-perf. + indic. mais-que-perf.]
si fecero et si faciam [“se tiver feito e se fizer” – indic. fut. perf. + indic. futuro imperf.]³⁰⁸

(Prisciano, *Inst. gram.* XVII, GL III, 198,5-9)

³⁰⁸ Cf. *Coniunctio quoque communiter cum omnibus supra dictis inuenitur, id est generibus, casibus, numeris, temporibus, personis, ut uir et mulier, uirorum et mulierum; doceo et docui et docebo ego et tu et ille; si facio et si faciam, si facerem et si faciebam, si fecerim et si feci, si fecissem et si feceram, si fecero et si faciam.*

O trecho acima não oferece uma diferenciação entre o estatuto de uma conjunção que associa elementos coordenados (como *et*) e uma conjunção que introduz uma oração subordinada (como *si*). Destaca-se o fato de que tanto para *et* quanto para *si* a natureza dos termos associados é indiferente, uma vez que ambas podem conectar elementos de natureza diversa (palavras que tenham caso ou não) quanto vocábulos em diferentes casos, tempos e pessoas. Sobretudo, também nessa passagem não há elementos que demonstrem o reconhecimento de que as conjunções atuem na concatenação de orações, com vistas a grupos oracionais mais complexos. Ao menos, não há uma menção específica quanto a isso.

Em suma, contrastando o tratamento conferido ao papel das conjunções nas construções latinas àquele dado aos pronomes ao longo do Livro XVII, conforme assinalamos acima, constatamos que, no que tange à sequência de orações em enunciados complexos, os pronomes realizam um papel de muito maior evidência, ao passo que as conjunções recebem um tratamento quase marginal.

Somente no Livro XVIII as conjunções voltam a ser abordadas no que diz respeito à sequência de orações, mas, mesmo assim, sua análise é secundária em relação ao tópico que a motiva: o emprego do subjuntivo. Conforme verificamos abaixo:

Subjuntivo também é chamado ‘dubitativo’. ‘Subjuntivo’ ou porque é subordinado a uma conjunção ou a outro verbo de todo modo; ou é subordinado ou subordina a si mesmo um outro [verbo], como nas *Bucólicas* de Virgílio:

Cum faciam uitulam pro frugibus, ipse uenito [Quando oferecer uma vitela pelos cereais, vem tu mesmo – Virgílio, *Buc.* III, 77]

Da mesma forma, na *Eneida* III:

*Inter utramque uiam leti discrimine paruo,
ni teneant cursus, certum est dare lintea retro.*

[Entre um e outro caminho, que pouco separa da morte
Não mantenham o curso, é certo dar as velas para trás – Virgílio, *En.* III, 685, 686]

E deve-se saber que é necessário que ele [o verbo] se una a outro modo, ou a outro verbo do mesmo modo, mesmo se ele estiver com um infinitivo, como em '*cum doceam legere discipulum, expono ei*' ["Quando ensinar (pres. subj.) o discípulo a ler, apresentarei (pres. ind.) a ele'] ou '*cum docerem legere, exponerem*' ["Quando ensinasse (imperf. subj.) a ler, apresentaria (imperf. subj.)"] e ocorrências semelhantes.³⁰⁹

(Prisciano, *Inst. gram.* XVIII, GL III, 241,4-13)

Como percebemos na passagem acima, a conexão de orações por meio das conjunções *cum* e *ne* instaura enunciados complexos. Mais que isso, engendra uma subordinação, caracterizada pelo emprego do modo subjuntivo. Em outras palavras: o emprego de determinado verbo no modo subjuntivo engendraria que a ele se associasse uma outra forma verbal, no subjuntivo ou não e, portanto, uma segunda oração.

³⁰⁹ Cf. *Subiunctiuus et dubitatuus dicitur: subiunctiuus, uel quod subiungitur coniunctioni uel quod alteri uerbo omnimodo uel subiungitur uel subiungit sibi alterum, ut Virgilius in bucolico:*

«*cum faciam uitulam pro frugibus, ipse uenito*».

Idem in III Aeneidos:

«*inter utramque uiam leti discrimine paruo,
ni teneant cursus, certum est dare lintea retro*».

Et sciendum, quod necesse est alteri modo eum sociari uel eiusdem modi alteri uerbo, etiam si sit cum infinito, ut cum doceam legere discipulum, expono ei uel cum docerem legere, exponerem et similia.

Este critério, que poderíamos chamar de “sintático”, não é o único, porém, que norteia a análise do subjuntivo na obra de Prisciano. Como se vê na mesma passagem, há outro viés de análise, que leva em consideração as nuances de sentido produzidas pelo emprego desse modo verbal – o subjuntivo (“o que subordina”) é também “dubitativo” (“o que expressa dúvida”), o que revela, mais uma vez, a importância das considerações que hoje dizemos “semânticas” para a explicação de fatos do domínio “sintático” por Prisciano.

As nuances de sentido produzidas pelo emprego do subjuntivo latino (dúvida, aprovação, desejo, interrogação indireta etc.) acabam, enfim, por produzir não um sistema fechado, mas um inventário de exemplos que pulverizam a análise da sintaxe interoracional em diferentes usos da língua, característica à qual retornaremos no próximo capítulo. Trata-se, portanto, de um caráter diferencial entre a obra de Apolônio e a de Prisciano, motivada, talvez, pelo fato de que, ao passo que as conjunções subordinativas gregas engendrem, em certos casos, o emprego do indicativo, as latinas podem, em casos análogos, eventualmente, também admitir ou mesmo exigir o emprego do subjuntivo. É o caso, por exemplo, das conjunções *ἐάν* e *ἐἰ*, cujo equivalente latino, *‘si’*, admite emprego ora com indicativo, ora com subjuntivo:

Não se admire, portanto, que se empregue a conjunção *si*, entre nós, que está tanto no lugar da conjunção grega *ἐάν*, que é causal ou perfectiva, quanto de *ἐἰ*, que é conectiva³¹⁰. Uma e outra construção, que as

³¹⁰ Neste trecho, verificamos, novamente, o reconhecimento de uma característica mais propriamente “sintática” observada pelo gramático, *i.e.* a função “conectiva” (*coniunctiva*) da conjunção *si*, ao lado de suas

conjunções ditas acima possuem entre os gregos, pode estar unida a um [verbo] no indicativo, subjuntivo ou optativo.³¹¹

(Prisciano, *Inst. gram.* XVIII, GL III, 242,15-243,2)

4.5 Em síntese

Neste capítulo, apresentamos um recorte dos temas centrais que caracterizam a concepção de sintaxe presente nas obras de Apolônio Díscolo e Prisciano. Nosso intuito era o de demonstrar que, ao enveredar por uma discussão mais descritiva e abstrata acerca da língua latina à luz da obra de Apolônio Díscolo, o tratado de Prisciano se distanciava do modelo gramatical codificado pelos autores das *artes grammaticae*, produzindo um saber teórico e abstrato pela língua latina, uma *scientia*.

Inicialmente, observamos o lugar de honra conferido por ambos os gramáticos à noção de *ratio*: a linguagem é presidida por processos lógico-rationais. Em outras palavras, as relações entre diferentes constituintes, em todos os níveis, do pré-silábico ao oracional, não se verificam de modo fortuito, mas refletem os princípios lógicos produzidos pelos mecanismos da linguagem. De igual modo, se agrupamentos de letras,

propriedades de caráter “semântico”, *i.e.* a expressão das noções de causa e completude. O termo *coniunctiuus*, ademais, próprio de toda a categoria (não somente de *si*), tem equivalência com o correspondente, na tradição grega, *συναπτικός*. A correspondência é indicada pelo próprio Prisciano (*Inst. gram.* XVIII, GL III, 241,22): *cum uero εἰ coniunctionem Graecam significat, quae apud illos συναπτικός nominatur, id est coniunctiua...* (“quando, de fato, [“si”] significa a conjunção grega εἰ, que se chama *συναπτικός* entre eles, isto é, ‘conectiva’...”).

³¹¹ Cf. *Nihil mirum igitur, si coniunctionem apud nos, quae tam pro εἰν Graeca coniunctione, quae causalis est uel perfectiua, quam pro εἰ, quae coniunctiua est, ponitur, utriusque constructionem, quam habent apud Graecos supra dictae coniunctiones et indicatiuo et optatiuo et subiunctiuo possit adiungi.*

sílabas, palavras ou orações violarem tais princípios, o resultado será uma construção pouco inteligível na língua, que recebeu o nome de barbarismo (má construção no nível das letras ou das sílabas) ou solecismo (no nível das palavras ou orações), o que caracteriza, sem dúvida, uma distinção conceitual importante entre tais fenômenos tal como são tratados por Prisciano e como o eram no âmbito das *artes*, tema ao qual retornaremos no próximo capítulo.

Um segundo ponto discutido foi o estatuto das palavras no interior da oração e o próprio conceito de oração na formulação de Apolônio Díscolo e Prisciano. Conquanto o termo *oratio* já recebesse definições análogas à de Apolônio em gramáticos latinos dos séculos III, IV e V, observamos que, em Prisciano, a inserção desse conceito no interior de uma sintaxe (e não mais no quadro dos estudos propedêuticos à leitura de textos) já oferecia, em si, um importante ponto de partida para uma análise diferencial e mais voltada para o mecanismo interno de funcionamento da língua. É o que verificamos, por exemplo, com a concepção de um “núcleo” em torno do qual as análises sintáticas de Prisciano e Apolônio se desenvolvem: 1) um enunciado completo mínimo contém um nome e um verbo, as demais categorias lhe são acessórias; 2) a completude do enunciado refere-se também à natureza das relações entre as diferentes partes, relações definidas pela *ratio* e pelo conceito de *consequentia* a elas estreitamente associado. Assim, a construção do enunciado em Prisciano não engendra uma oposição dual (sujeito-predicado), mas se realiza a partir de múltiplas relações entre um núcleo verbo-nominal e os demais acidentes, fato que configura, antes, uma construção em rede.

Assim, examinamos, ainda, o conceito que está na base dessas múltiplas relações entre as palavras: a *consequentia*. Em Prisciano, vimos três nuances desse termo: 1) um sentido amplo, que se refere a certa lógica na ordenação dos termos da oração (“homogeneidade semântica”); 2) um sentido mais específico, decalque do termo grego ἀκολουθία (“regularidade”), referindo-se aos padrões de regularidade morfológica na declinação de nomes (“homogeneidade formal”); e 3) um sentido ainda mais especializado e afim às relações sintáticas, sinônimo do que, modernamente, seria chamado “concordância” (“homogeneidade formal e semântica”).

Finalmente, examinamos alguns elementos que presidem às relações entre as orações. Nesse aspecto, examinamos o papel central da categoria dos pronomes na concatenação de diferentes núcleos oracionais, seja por intermédio da anáfora e da dêixis, que colaboram para o estabelecimento da correferencialidade entre duas ou mais orações, seja através da subordinação por meio dos pronomes (hoje chamados) relativos ou dos correlativos. Da utilização destes últimos também derivou a análise de fenômenos de transitividade verbal, seja na obra de Apolônio, seja na de Prisciano. Em segundo lugar, avaliamos o lugar que as conjunções desempenhavam na concatenação de orações. Conforme examinamos, as conjunções recebem pouco destaque nesse processo, seja porque parece não existir uma análise que diferencie aquelas que simplesmente coordenam termos, daquelas que estabelecem uma relação de constituição (subordinação) entre termos ou orações, seja porque o período subordinado é avaliado de

forma indireta pela análise do modo subjuntivo, tópico ao qual não nos referimos em detalhes e que, por isso, talvez requisitasse maiores desdobramentos futuros.

Alinhamos, em suma, alguns aspectos que nos pareceram relevantes para pensar, de forma panorâmica, a constituição de uma doutrina sintática na obra de Apolônio e Prisciano. Limitamo-nos até o momento a apresentar aqueles conceitos que são, *grosso modo*, consensuais entre as duas obras e que nos permitem reconhecer, pela sua natureza, uma diferenciação de tratamento entre a obra de Prisciano e a dos gramáticos latinos predecessores. Reservaremos o último capítulo para apreciar alguns pormenores dessa discussão que nos permitem identificar também algumas diferenças entre a formulação grega e a latina, a começar pelo tratamento dado às ocorrências empíricas da língua e as violações às regras.

V

RATIO ET VSVS

Não vos admireis, porém, com o fato de que os romanos associam a um acusativo todo e qualquer verbo de sentido ativo que tenha transitividade, assim como os áticos também se servem, na maior parte, tanto dessas mesmas quanto de outras construções. Razão pela qual vimos ser necessário reunir muitos e diversos usos de todas as partes da oração de autores das duas línguas, com cujos exemplos se alegram e fazem uso com maior segurança aqueles que, com louvores, se aplicam a ambas as disciplinas.³¹²

(Prisciano, *Inst. gram.* XVIII, GL III, 278,7-12)

5.1 *Plus ultra*: Prisciano além de Apolônio

No capítulo anterior, verificamos como Prisciano, à luz da doutrina gramatical de Apolônio, propôs a concepção de *constructio* a partir do reconhecimento de uma organização lógica para a linguagem, a *ratio*, sob cuja ótica se estabeleciam as relações entre palavras no âmbito da sentença, intermediadas por fenômenos produzidos pela sua

³¹² Cf. *Non mireris tamen, omnia actiua ex quacumque uoce actum significantia cum transitione Romanos accusatiuo coniungere, cum Attici quoque tam eis quam aliis constructionum plerisque idem seruent. Quamobrem necessarium esse duximus, multos et diversos usus ab auctoribus utriusque linguae colligere omnium orationis partium, quorum exemplis gaudeant confidentiusque utantur, qui laudibus utriusque gloriari student doctrinae.*

organização – tais como a homogeneidade formal e semântica (*consequentia*), a correferência anafórica e dêitica possibilitada pelo emprego dos pronomes, a transitividade verbal e o emprego do modo subjuntivo. Avaliamos também o conceito de oração tal qual era proposto por ambos os autores, a partir de um núcleo nominal modificado por um verbo e outros “acidentes”.

A abordagem desses aspectos permitiu-nos reconhecer na obra de Prisciano um movimento de especificação do próprio conceito de *ratio*, distanciando-o de seus significados originais na retórica e na gramática latina, especialmente de suas acepções naqueles compêndios gramaticais dos séculos III, IV e V, desatrelando-o, enfim, da preocupação que tais textos tiveram com a *Latinitas*. Esse movimento teve como resultado o aprofundamento teórico do discurso gramatical, no que se refere a uma análise mais direcionada ao mecanismo interno da língua; uma análise mais própria do que hoje, em suma, chamamos “gramatical”.

Neste capítulo, temos como objetivo abordar três aspectos diferenciais entre a obra de Apolônio Díscolo e a de Prisciano: 1) os desenvolvimentos teóricos na obra de Prisciano e que não têm equivalentes no texto grego; em particular, as análises comparativas entre fenômenos sintáticos gregos e latinos; 2) o tratamento conferido aos usos desviantes da *ratio* – o solecismo e as figuras – que propiciam, na obra de Prisciano, a inclusão da “variação linguística” no panorama geral de sua doutrina sobre a construção; e 3) a ênfase maior conferida às ocorrências empíricas da língua que se revela no rico repertório de *exempla* gregos e latinos que permeia toda a obra, mas se concentra,

especialmente, nas últimas 100 páginas do livro XVIII, configurando, também, um procedimento de construção do próprio texto gramatical.

Com essas questões, temos em mente compreender melhor a relação referencial entre a obra de Apolônio e Prisciano, demonstrando, a partir dos textos, o que já examinamos teoricamente ao longo do terceiro capítulo: por mais que haja uma vinculação entre a doutrina gramatical de ambos os autores (que nos permitiu falar de uma “doutrina greco-romana”), a obra de Prisciano revela não somente uma estratégia diferente de construção do texto, mas também oferece uma abordagem diferencial das ocorrências empíricas da língua e mesmo do tratamento a elas conferido, o que nos possibilita conceber a obra de Prisciano como uma reelaboração de seu modelo. Possibilita-nos, em suma, também observar aspectos bastante originais na obra de Prisciano, que estiveram à sombra de análises tradicionais que o limitavam a mero transmissor, por vezes servil, do trabalho de Apolônio Díscolo.

Do ponto de vista da construção dos textos, não nos parece irrelevante o fato de que, aos quatro livros em que se desenvolve o *Περὶ συντάξεως*, correspondam os dois livros finais das *Institutiones*, o que nos leva a observar uma organização da matéria diversa daquela pretendida pelo modelo em que Prisciano se baseou. De fato, em linhas gerais, Apolônio assim organiza a matéria tratada nos quatro livros (cf. Lallot, 1997, p. 30, 31):

1) Livro I: construção dos artigos (52 pp.)

- a) Prolegômenos (§§1-36): justificativa do “projeto” de escrever sobre as construções;
- b) Artigos prepositivos (§§37-141): que, modernamente, chamamos de artigos, propriamente ditos;
- c) Artigos pospositivos (§§142-157): que, modernamente, chamamos de pronomes relativos.

2) Livro II: construção dos pronomes (58 pp.)

- a) Introdução (§§1-27): aspectos morfológicos, funcionais e semânticos gerais dos pronomes;
- b) Substituição de um nome por um pronome e transformação de artigos em pronomes (§§28-39);
- c) Razão de ser dos pronomes e relações verbo-pronominais (§§40-56);
- d) Acentos dos pronomes primitivos, emprego das formas ortônicas e enclíticas (§§57-102);
- e) Formas ambíguas de genitivo pronominal (§§103-132);
- f) Pronomes reflexivos e combinações pronominais (§§133-170).

3) Livro III: construção dos verbos e causas de incongruência (ἀκαταλληλία) (62 pp.)

- a) Causas da incongruência (§§1-53): teoria do solecismo
- b) Introdução ao estudo dos verbos (§§54-146): traços característicos, modos, infinitivo;
- c) Transitividade (§§147-157);
- d) Semântica dos casos oblíquos (§§158-190)

4) Livro IV (incompleto): construção das preposições (33 pp.)

- a) Introdução (§§1-11): o paradoxo das preposições pospostas (“anástrofe”), combinações das preposições;
- b) Construção das preposições (§§12-78).

Em contrapartida, o *De constructione* se organiza em dois livros. O primeiro, e de menor em extensão (Livro XVII), condensa a maior parte dos fundamentos tratados por Apolônio nos livros I, II e III, revelando-se, portanto, aquele que contém maior densidade teórica e maior interrelação com a obra do gramático grego. O livro XVIII, por sua vez, trata de algumas questões remanescentes do tratado de Apolônio (construções dos casos e modos) e, surpreendentemente, apresenta, em sua parte final, um elenco variado de *exempla* gregos e latinos, com comparações, contrastes e usos:

1) Livro XVII: Fundamentos teóricos da *constructio* (101 pp.)

- a) Introdução (pp. 107-123): justificativa da análise sintática, o princípio da *ratio* das letras aos enunciados; hierarquia das partes da oração; palavras interrogativas;
- b) Os pronomes e a ausência de artigos em latim (pp. 124-139): o artigo grego e suas formas equivalentes em latim; o caso de *hic* e *idem*; palavras indefinidas; o *qui* e os artigos pospositivos gregos; os pronomes;
- c) Construção dos pronomes (pp. 139-179): relações com os nomes, dêixis e anáfora, transitividade e intransitividade, o caso, relações verbo-pronominais, construção dos possessivos;
- d) Princípios da construção (pp. 179-208): justaposição, *congruitas* e *consequentia*; as figuras e a variação, catálogo das variações, concordância pela lógica do sentido.

2) Livro XVIII: Fenômenos da construção dos verbos e exemplos (167 pp.)

- a) Introdução (pp. 210-229): recapitulação dos princípios da construção, ordem dos verbos
- b) Construções dos verbos (pp. 229-278): construções impessoais, os modos indicativo, imperativo, optativo, relações entre casos e verbos, as vozes verbais;
- c) Arquivo de *exempla* gregos e latinos (pp. 278-377).

A edição que consultamos da obra de Apolônio, descontando-se a tradução para o francês e os elementos pré-textuais, possui, para os quatro livros, 205 páginas de texto grego. Os dois livros que perfazem o *De constructione* possuem, na edição de Keil, 268 páginas, sendo 101 páginas correspondentes ao livro XVII e 167 correspondentes ao livro XVIII.

Analisando o sumário dos conteúdos apresentado acima, observamos, desde já, que o livro XVII apresenta não somente os principais tópicos abordados por Apolônio ao longo dos livros I, II e III, mas acrescentam-lhes, ao menos, dois aspectos: 1) um desdobramento de questões, sobretudo no que tange a especificidades da língua latina, ora acrescentando tópicos que não são tratados por Apolônio, ora acrescentando exemplos, ora adaptando-os, e 2) comparações entre as duas línguas, seja para identificar uma equivalência teórica entre os dois sistemas linguísticos, procedimento que, conforme vimos, corroborou a teoria do *utraque lingua*, seja para marcar uma diferença formal entre o grego e o latim. Comparado com o grego, vemos também que algumas questões presentes em Apolônio (como, por exemplo, o longo capítulo em que se discute o acento dos pronomes gregos) está abreviado no texto latino.

O livro XVIII, por sua vez, embora se inicie abordando, basicamente, as relações que verbos e nomes instauram com as categorias de caso, modo e voz, apresenta um longo epílogo (cerca de 100 páginas) em que somente são exibidos exemplos de autores variados gregos e latinos, parte absolutamente ausente do texto de Apolônio.

Com relação ao texto de Prisciano, Baratin (2010, p. 13) assinala a presença de “duas lógicas”: um plano linear aparentemente errático (no qual, de fato, parece não existir um encadeamento lógico entre a sequência de tópicos, senão o seguimento mais ou menos fiel ao apresentado por Apolônio) e um plano subjacente global (no qual os tópicos são definidos, exemplificados e detalhados, ciclicamente). Do ponto de vista da arquitetura global do tratado, podemos afirmar que a lógica é mesmo essa: o livro XVII apresenta as definições gerais e os conceitos fundamentais da teoria da *constructio* latina, seguida de exemplos e detalhamentos, e o livro XVIII apresenta um aprofundamento de algumas questões mais específicas quanto à construção das vozes, modos e casos, seguidas de um amplo painel de exemplos finais.

Assim, ainda que os números não sejam elementos cabais de comparação, nem mesmo possam ser inequivocamente tomados como critério de análise estatística (considerando-se as diferenças de edição e línguas, entre outras), ao menos podem representar indícios de que o texto de Prisciano, conquanto organizado em um número menor de livros, não está aquém, em termos de conteúdo, da obra de Apolônio. Ao contrário: como pretendemos demonstrar, não somente o autor latino aborda os fundamentos apresentados por seu modelo, mas acrescenta-lhe análises e exemplificações ausentes do “original”. Vejamos algumas delas.

Um exemplo dos acréscimos “teóricos” à obra de Apolônio são os desdobramentos particulares da discussão sobre transitividade verbal que observamos no texto de Prisciano. Conforme vimos, Prisciano segue, em linhas gerais, a formulação de

Apolônio quanto ao desenvolvimento de uma “teoria da transitividade verbal”, definida, *lato sensu*, pela presença de termos na oração em caso oblíquo, relação intermediada pelo verbo. O verbo será transitivo sempre quando um de seus “acidentes” se encontra em caso oblíquo. É o que vemos, por exemplo, em Apolônio e Prisciano nos trechos citados abaixo:

Os oblíquos se constroem com os casos retos, por intermédio de um verbo, cujo processo de transitividade³¹³ vai do caso reto para o oblíquo:

τοὺν ἄνθρωπον ὕβρισεν Θέων, τὸν ἄνθρωπον ἐλάκτισεν ὁ ἵππος
[“Theon (nom.) insultou o homem (acus.); o cavalo (nom.) deu um coice no homem (acus.)”]³¹⁴

(Apolônio Díscolo, *Synt.*, I, 137)

As formas dos casos dos nomes e os pronomes que os substituem se constroem da mesma maneira que os verbos; assim, temos:

Τρύφων διδάσκει [“Trifão (nom.) ensina”] e

Οὗτος διδάσκει [“Ele (nom.) ensina”].

Quanto aos casos oblíquos, porém, eles formam uma construção que parte dos casos retos, inserindo-se os verbos entre os dois casos, indicando a transitividade [διάθεσις] de cada um:

Θέωνα διδάσκει Τρύφων [“Trifão (nom.) ensina Theon”];

τοῦτον φιλῶ ἐγώ [“Eu (nom.) o (acus.) amo”];

[τοῦτον] φιλεῖ Θεών [“Theon o ama”].³¹⁵

(Apolônio Díscolo, *Synt.*, II, 29)

³¹³ Em Apolônio Díscolo, os termos que se referem à transitividade verbal exemplificam a metáfora do movimento. O termo διάθεσις significa, entre outras coisas, “processo” e o verbo μέτειμι, “pôr-se entre, seguir”. Embora não tenhamos preservado integralmente a metáfora, preferimos traduzir por “processo de transitividade” para maior clareza. Conforme veremos, contudo, tal processo não se superpõe integralmente às teorias modernas sobre este tópico.

³¹⁴ Cf. Αἱ πλάγιοι συντάσσονται ταῖς εὐθείαις μεταξύ πίπτοντος ῥήματος, οὗ τὰ τῆς διαθέσεως ἐπὶ τὴν πλάγιαν μέτεισιν ἐκ τῆς συνούσης εὐθείας, τὸν ἄνθρωπον ὕβρισεν Θεών, τὸν ἄνθρωπον ἐλάκτισεν ὁ ἵππος.

³¹⁵ Cf. Αἱ ὀνομαστικαὶ πτώσεις καὶ αἱ ἀντὶ τούτων παραλαμβανόμεναι ἀντωνυμῖαι σύνταξιν τὴν αὐτὴν ποιοῦνται τοῖς ῥήμασιν, ὥς ἔχει τὸ Τρύφων διδάσκει καὶ οὗτος διδάσκει· αἱ γὰρ μὴν πλάγιοι τὴν ἐκ τῶν εὐθειῶν σύνταξιν ἀναδέχονται, τῶν μεταξύ πίπτοντων ῥημάτων ἐνδεικνυμένων τὴν ἐκάστης διάθεσιν, ὥς ἔχει τὸ Θεὼνα διδάσκει Τρύφων, τοῦτον φιλῶ ἐγώ, φιλεῖ Θεών.

Os exemplos oferecidos por Apolônio, bem como os termos empregados, revelam a concepção que fundamenta a análise das construções verbais. No que se refere à transitividade verbal, o gramático grego, como se observa, confere ao verbo um papel central, visto que, ao selecionar os termos que hoje chamaríamos de seus “argumentos”, *i.e.* as palavras casuais que se lhe associam como “acidentes”, revela, por assim dizer, sua “transitividade” (διάθεσις). Segundo Lallot (1997, p. 70), em nota à passagem em questão, a terminologia empregada (μέτεσθιν, do verbo μέτεσθαι e os verbos causativos δια- e μετα-βιβάζειν) fornecem a expressão metafórica da transitividade verbal como passagem de um “processo” (διάθεσις), em que o verbo é responsável pelo trânsito entre dois termos, um dos quais, necessariamente, em caso oblíquo.

Vejamos como esta concepção é análoga à apresentada por Prisciano:

Da mesma forma que os nomes, assim também os pronomes, de forma análoga, se constroem com os verbos, através de casos individuais. Na verdade, os verbos se associam também com os nominativos de forma intransitiva; com os oblíquos, porém, de forma transitiva, como em:

Theoctistus ou *iste currit* [“Teoctisto” (nom.) ou “ele (nom.) corre”];
Theoctisti ou *istius misereor* [“Apiedo-me de Teoctisto” (gen.) ou “dele” (gen.)];
Theoctisto ou *isti praebeo* [“Ofereço a Teoctisto” (dat.) ou “a ele” (dat.)];
Theoctistum ou *istum uideo* [“Vejo Teoctisto (acus.)” ou “Vejo-o (acus.)”].

O ablativo também segue os demais casos:

Theoctisto ou *isto gaudeo* [“Alegro-me com Teoctisto” (abl.) ou “com ele” (abl.)]

O vocativo, porém, também se une intransitivamente às segundas pessoas dos verbos, já que, naturalmente, ele é próprio da segunda pessoa, como:

Theoctiste ou *tu noster doctor legis* ou *lege* [“Teoctisto” (voc.) ou “tu, nosso mestre (voc.), lê”];

Virgílio, X:

..... *uigilasne deum gens*

Aenea? uigila.

[“Vigias, descendente dos deuses, Eneias? Vigia. – Virgílio, *En.*, X, 228-229]

Entretanto, os oblíquos recebem transitivamente a construção dos verbos que se faz intransitiva com os nominativos, a não ser em verbos absolutos, como *Theoctistus* ou *iste uiuit, spirat, floret, uiget* [“Teoctisto” (nom.) ou “ele (nom.) vive, respira, floresce, é vigoroso”] e semelhantes. Estes não requerem ser associados a oblíquos, isto é, a transição para outras pessoas. No entanto, os verbos revelam a disposição de cada um [dos casos], como:

ego doceo illum [“eu (nom.) ensino a ele” (acus.)];

Theoctistus docet Priscianum [“Teoctisto (nom.) ensina Prisciano (acus.)];

ego doceor ab illo [“Eu (nom.) sou ensinado por ele” (abl.)];

tu doceris ab illo [“Tu (nom.) és ensinado por ele” (abl.)].³¹⁶

(Prisciano, *Inst. gram.* XVII, GL III, 147,13-148,4)

³¹⁶ Cf. *Quemadmodum nomina, sic etiam pronomina per singulos casus similiter cum uerbis construuntur. Et nominatiuis quidem intransitiue, obliquis uero transitiue uerba coniunguntur, ut ‘Theoctistus uel iste currit, Theoctisti uel istius misereor, Theoctisto uel isti praebeo, Theoctistum uel istum uideo’. Ablatiuus etiam ceteros obliquos sequitur, Theoctisto uel isto gaudeo; nam uocatiuus quoque intransitiue secundis adiungitur uerborum personis, cum proprius sit naturaliter secundae personae, ut Theoctiste uel tu noster doctor legis uel lege. Virgilius in X: ‘uigilasne deum gens Aenea? uigila’. Obliqui tamen constructionem uerborum, quae fit intransitiue cum nominatiuis, excipiunt transitiue, nisi sint uerba absoluta, ut ‘Theoctistus uel iste uiuit, spirat, floret, uiget’ et similia: ea enim non egent obliquorum adiunctione, id est transitione in alias personas, affectus tamen singulorum ostendentibus uerbis, ut ego doceo illum uel ‘Theoctistus docet Priscianum, ego doceor ab isto, tu doceris ab illo’.*

A partir dos excertos citados acima, podemos observar que, conquanto a definição de transitividade verbal a partir da relação entre o núcleo verbal e seus acidentes (um verbo associado a um caso oblíquo configura uma relação transitiva, ao passo que uma construção com nominativo configura uma relação intransitiva) represente, de fato, uma continuidade teórica em relação aos princípios apresentados por Apolônio, a discussão realizada por Prisciano revela-se mais detalhada.

De fato, conforme podemos também observar, em Apolônio, a questão é tratada como um comentário periférico no âmbito de uma abordagem maior quanto ao emprego dos artigos (livro I) e de seus usos pronominais (livro II). No *De constructione*, porém, a questão destaca-se da discussão de onde emerge (o uso dos pronomes), ao apresentar-se como um tópico particular da construção geral da sentença, ilustrado não somente com um repertório mais amplo de exemplos, quanto com a abordagem específica de cada um dos casos gramaticais, fato inexistente no texto de Apolônio.

Esse fato ilustra, com efeito, uma passagem em que Prisciano confere ao seu material primário um tratamento mais minucioso, não somente acrescentando à discussão evidências empíricas que confirmem a teoria – de certa maneira, “herdada” de seu modelo –, mas também alterando-a com a força dos mesmos exemplos. É o que vemos em seguida, quando Prisciano inicia a discussão sobre os verbos impessoais, desdobramento que tem implicações para a concepção primeira de transitividade verbal, conforme vimos até aqui:

Deve-se saber, porém, que os impessoais, sejam formulados transitiva ou intransitivamente, vinculam-se aos casos oblíquos, a não ser em formulações irregulares. Intransitivamente, como:

curritur a me em vez de *curro* [“corro”];
statur a te em vez de *stas* [“estás de pé”];
sedetur ab illo em vez de *sedet ille* [“ele está sentado”].

Embora, nestes exemplos, também se possa entender o mesmo na voz passiva, como:

curritur cursus [“percurso é percorrido”];
bellatur bellum [“a guerra é ‘guerreada’”],

Daí, ainda que se não seja acrescentado por quem, o sentido daquele que sofre a ação pode estar completo. Virgílio em VII:

certatur comminus armis [“Batalha-se corpo a corpo” – Virgílio, *Aen.*, VII, 553];

Terêncio, no *Eunuco*:

quid agitur? Statur? [“O que se faz? Fica-se de pé?” – Terêncio, *Eun.*, 271].

Transitivamente, como:

miseret me tui [“compadeço-me de ti”];
pudet te mei [“Tu tens vergonha de mim”];
paenitet illum sui [“ele está insatisfeito consigo”].³¹⁷

(Prisciano, *Inst. gram.* XVII, GL III, 148,5-15)

Como verificamos, o tratamento das construções impessoais latinas instaura um adendo teórico à doutrina gramatical de Apolônio no que se refere à transitividade.

³¹⁷ Cf. *Sciendum autem, quod impersonalia, siue transitivae siue intransitivae proferantur, obliquis casibus iunguntur, nisi per defectionem proferantur: intransitivae, ut curritur a me pro curro uel statur a te pro stas uel sedetur ab illo pro sedet ille; quamvis in eis quoque potest ipsa res intellegi uoce passiva, ut curritur cursus et bellatur bellum, unde etiam, si non addatur a quo, potest tamen sensum complere ipsius rei, quae agitur. Virgilius in VII: «certatur comminus armis». Terentius in Eunucho: «quid agitur? :: statur». Transitivae, ut miseret me tui, pudet te mei, paenitet illum sui.*

Em tais construções, o verbo pode se construir com sintagmas em caso oblíquo (*curritur a me* – ablativo) e, mesmo assim, configurar um exemplo de intransitividade. Dessa discussão deriva a aparente ambiguidade estrutural entre construções impessoais e passivas em latim: *curritur a me* (sinônimo de *curro*, “corro”, cf. Baratin, 2010, nota 156, p. 155, construção atestada desde o final da República e generalizada como regra nos textos gramaticais) e *curritur cursus* (“o percurso é percorrido”)³¹⁸.

Além disso, as construções transitivas, como *miseret me tui* (“compadeço-me de ti”) e *paenitet illum sui* (“ele está insatisfeito consigo”), embora reforcem a teoria inicial (existe transitividade com a seleção de argumentos em caso oblíquo), ilustram um subtipo de construção que é particular da língua latina e, portanto, ausente em Apolônio. Possibilita, em suma, a distinção entre fenômenos de transitividade propriamente dita (*transitio*), como *ego doceo illum* (“eu o ensino”) e *miseret me tui* (“compadeço-me de ti”), em que o verbo intermedeia a relação entre dois segmentos, estando um (ou ambos) em caso oblíquo; e fenômenos de pseudo-transitividade, em que existe reflexividade, um subtipo a que Prisciano dá o nome de *reciprocatio*, exemplificado por *paenitet illum sui* (“ele está insatisfeito consigo”). É a distinção presente no trecho abaixo, que já citamos no capítulo anterior:

³¹⁸ A constatação da ambiguidade estrutural entre construções passivas e quase-passivas construídas com verbos impessoais, como vemos, é apresentada a partir de um desdobramento teórico inexistente no texto de Apolônio quanto à transitividade verbal. No livro XVIII, Prisciano retoma essa discussão e aprofunda-a (GL III, 229, 20 e seguintes e 231,10-233,6).

Se, porém, são dois termos em caso oblíquo, os verbos, transitivamente, tomam a outra pessoa como complemento³¹⁹, ou é reflexivo³²⁰, como *'hominem, quem uitupero, accuso'* ["o homem que repreendo, acuso"] e *'memet, quem uitupero, accuso'* ["acuso-me a mim mesmo, que repreendo"]³²¹.

(Prisciano, *Inst. gram.* XVII, GL III, 127,16-19)

Baratin (2010, p. 42) reforça que a passagem acima ilustra também uma inovação terminológica de Prisciano, procedimento recorrente ao longo do *De constructione*. Aos termos gregos μετέλναι e δια- e μεταβιβάζειν ("transportar", "transitar") que, conforme vimos, são empregados por Apolônio para qualificar o movimento de "transição" verbal entre os termos da oração, equivalem não somente os latinos *transire* e *tranferre* (que, remetem à mesma ideia de movimento realizado pelas construções transitivas), mas também *reciprocare* (neologismo criado a partir de *reciprocatio*, para se referir ao subtipo que recebe este último nome), assim como *reflectere*, *refringere*, *reciprocus* e *refractiuus*, tomados esporadicamente para fazer referência ao mesmo fenômeno. A utilização desses termos no domínio gramatical representa, sem dúvida, uma contribuição da obra de Prisciano para o léxico técnico da gramática latina.

³¹⁹ Literalmente, *ad aliam personam fit transitio* ("faz a transição para a outra pessoa", i.e. revela um fenômeno de transitividade). A ideia de movimento entre dois domínios intermediada pelo verbo permanece presente na teorização de Prisciano.

³²⁰ Literalmente, *in se reciprocatur* ("apresenta reciprocidade entre si"). A distinção entre a *transitio* (em que o verbo concatena a mudança ou a transição entre dois domínios) e a *reciprocatio* (fenômeno em que, a despeito do uso de oblíquos, não existe a mudança ou transição).

³²¹ Cf. *sin duo obliqui sunt, ad aliam personam transitio fit uerborum uel in se reciprocatur, ut hominem, quem uitupero, accuso et memet, quem uitupero, accuso (...)*.

Mais à frente, no capítulo dedicado à função especificadora dos pronomes (*Inst. gram.* XVII, 156 e seguintes), Prisciano retorna às construções impessoais, ampliando sua análise desse tipo de construção, que, conforme vimos, não encontra par no tratado de Apolônio. Segundo o gramático, em construções como *curritur a me* (*a te, ab illo, a nobis, a uobis, ab illis* etc.), os pronomes associados aos verbos têm a função de determinarem o conteúdo (inicialmente indeterminado) dos verbos impessoais, embora haja casos em que a omissão de tais pronomes não resulta em uma oração de sentido incompleto, como no verso de Juvenal, citado por Prisciano (*Inst. gram.*, GL III, 158,12-13):

... *curritur ad uocem iucundam et carmen amicae*
Thebaidos.

[Corre-se ao som prazeroso e ao verso da agradável *Tebaida*]

Juvenal, *Sat.*, 7, 82-83

Em seguida, Prisciano ainda faz observações quanto ao comportamento gramatical semelhante entre as construções impessoais e passivas – discussão que se amplia no livro XVIII – e aquelas impessoais e suas formas correspondentes ativas:

Também aqueles [impessoais] que possuem voz passiva se unem a um dativo ou a um ablativo, à maneira dos passivos, e são compreendidos intransitivamente, como *curritur a me* ou *mihi*. Porém, aqueles que têm uma forma ativa, se oriundos de verbos completos, conservam a construção deles, como *iuuat me* [“agrada-me”], pois que *iuuo te* [“eu te agrado”]. Virgílio, nas *Geórgicas* II:

et iuuat undantem buxo spectare Cytorum

[“É um prazer observar o Citório ondulando sob o buxo” – Virgílio, *Geo.*, 2, 437];

placet mihi [“eu me agrado de”] pois *placeo tibi* [“eu me agrado de ti”]; *contigit mihi* [“atinge-me”] porque *contingo tibi* [“eu te atinjo”]. De forma semelhante, *euenit* [“acontece”], *accidit* [“ocorre”], outros que também se associam ao dativo e são intransitivos, como *licet* [“é permitido”], *uacat* [“está vago”], *libet mihi* [“dá-me prazer”]. São exceções aqueles que assumem um acusativo e um genitivo ao mesmo tempo: *paenitet*, *pudet*, *taedet*, *piget*, *miseret me illius* [“eu me arrependo / envergonho / desgosto / compadeço dele”].³²²

(Prisciano, *Inst. gram.* XVII, GL III, 158,22-32)

Em suma, assistimos nesta passagem a um desfecho para a questão dos impessoais que havia sido abordada pelo gramático alguns parágrafos antes, revelador de uma ampliação do escopo da análise para outros tipos de construção impessoal em latim. Esse trecho revela, com efeito, aquele procedimento típico de construção textual do gramático latino, em que um tema é inicialmente apresentado em linhas gerais, sendo retomado à frente com outros exemplos; em suma, uma construção em espiral. Aqueles verbos impessoais que têm forma ativa e passiva apresentam comportamento semelhante às construções passivas, sendo determinados por construções pronominais no dativo ou ablativo, configurando, portanto, construções intransitivas. A exceção a essa regra seria, exatamente, aquele tipo de construção que, apesar de se associar a dois termos casuais (um genitivo e um acusativo), revelam uma construção transitiva – caso que avaliamos acima, do *miseret me illius*.

³²² *Et passiuam quidem uocem habentia ablatiuo uel datiuo more passiuorum coniunguntur et intransitiue intelleguntur, ut curritur a me uel mihi; actiuam uero, si sint a perfectis uerbis, eorum constructionem seruant, ut iuuat me, quia iuuat te (Virgilius in II Georgicon: «et iuuat undantem buxo spectare Cytorum»); placet mihi, quia placeo tibi; contingit mihi, quia contingo tibi. Similiter euenit, accidit, cetera quoque datiuo copulantur et intransitiua sunt, ut licet, uacat, libet mihi, exceptis his, quae accusatiuum simul et genetiuium assumunt: paenitet, pudet, taedet, piget, miseret me illius.*

A análise dessas construções particulares exemplifica, portanto, aquelas questões que recebem no tratado de Prisciano ora um aprofundamento teórico, configurado pelo acréscimo de pormenores que não foram abordados por Apolônio (em geral, derivados de construções próprias do latim), ora uma análise mais detalhada à luz da apreciação de exemplos da língua. Ilustram, com efeito, o fato que queremos demonstrar: conquanto parta de uma base teórica grega comum, que nos permite a compreensão de sua doutrina como uma sintaxe “greco-romana”, o *De constructione* transcende os limites do modelo, seja desenvolvendo tópicos particulares como aquele que acabamos de apresentar, seja examinando um repertório mais amplo de evidências empíricas da língua.

Vejamos mais dois exemplos de adendos teóricos na obra de Prisciano: a quadripartição do conceito de *substantia* e a análise dos participípios. Vimos, no capítulo anterior, que o conceito mínimo de oração, apresentado por Apolônio e Prisciano, é o daquele conjunto de partes que possui um núcleo nominal – expressando a substância da oração (οὐσία/*substantia*) – modificado por um ou mais “acidentes”, entre os quais, necessariamente, um verbo. Vimos, ainda, a análise que o gramático latino fez das nuances da substância: qualidade (*qualitas*), quantidade (*quantitas*), número (*numerus*). Os exemplos oferecidos pelo gramático eram, respectivamente: *homo* (substância), *bonus* (qualidade), *maximus* (quantidade), *multus* (número).

Os desdobramentos teóricos do conceito de substância são uma formulação de Prisciano, ao oferecer ele uma classificação que substitui a divisão entre nomes

próprios e comuns de Apolônio. Prisciano divide os nomes (substâncias) em genéricos (*generales*), comuns (*communes*), específicos (*speciales*) e individuais (*individuales*):

A razão pela qual os nomes não podem ser tomados nem na primeira nem na segunda pessoa é, conforme também já dissemos acima, que as substâncias e qualidades, nos nomes, são genéricas, comuns, específicas ou individuais, não fazem distinção precisa de pessoas (...).³²³

(Prisciano, *Inst. gram.* XVII, GL III, 149,25-29)

Conforme elucida Baratin (2010, p. 161), em nota à passagem, os “nomes genéricos” representariam as formas pronominais do tipo *quis/qui* (“quem, alguém”), os “comuns” estariam representados por palavras comuns como *animal* (“animal”), os “específicos”, por palavras como *homo* (“homem”, “ser humano”) e os “individuais” por nomes como *Plato, Cicero, Vergilius* etc. (cf. Prisciano, *Inst. gram.* XVII, 149,25-30).

Outro desdobramento teórico presente no *De constructione* e ausente no texto de Apolônio Díscolo é o desenvolvimento de uma análise sobre os participípios. Vejamos o trecho:

Com efeito, os participípios possuem tanto a estrutura dos nomes quanto dos verbos. Conservam a construção dos verbos quando são ou absolutos ou transitivos em relação às outras palavras de caso, às quais se unem conforme a construção regular do verbo. Absolutos, como: *spirans uiuo* [“vivo respirando”], *ambulans cogito* [“andando, penso”],

³²³ Cf. *Est autem causa, propter quam nomina non possunt accipi in prima et secunda persona, quam superius quoque diximus, uel quod substantiae et qualitates generales et communes et speciales et individuae, in quibus sunt nomina, non habent certam discretionem personarum (...).*

pois *spiro* e *ambulo* são absolutos. Transitivos, como: *misereor tui* [“compadeço-me de ti”], *miserens tui* [“compadecendo-me de ti”]; *noceo tibi* [“prejudico a ti”], *nocens tibi* [“prejudicando a ti”]; *laudo te* [“louvo-te”], *laudans te* [“louvando-te”]; *potior illa re* [“apodero-me daquela coisa”], *potiens illa re* [“apoderando-me daquela coisa”]. Esses, com efeito, são os participios como verbos. Por outro lado, como nomes os participios se constroem assim: do mesmo modo que os verbos são intransitivos se colocados com nomes no nominativo, ou transitivos, com nomes em casos oblíquos, assim também os verbos são intransitivos com participios, como *Vergilius scribens floret* [“Virgílio, escrevendo, brilha”], *ego intellegens delector* [“Eu me comprazo, compreendendo”], ou transitivos, como *egeo miserantis* [“careço de alguém que se compadeça”], *consentio miseranti* [“estou de acordo com alguém que se compadece”], *uideo miserantem* [“vejo alguém que se compadece”], *potior miserante* [“apodero-me de alguém que se compadece”]. Essas construções têm também casos oblíquos, à semelhança dos nomes e pronomes, como *indigeo illius / indigeo pascentis* [“necessito dele” / “necessito de alguém que me alimente”], *fauco legenti* [“sou favorável a quem lê”], como *fauco amico / fauco illi* [“sou favorável ao amigo” / “sou favorável a ele”], *accuso illum ; accuso hominem* [“eu o acuso” / “acuso o homem”], como *accuso legentem* [“acuso o que lê”]; *dignor te laude / dignor te illa / dignor te celebrante* [“julgo digno de ti o louvor” / “julgo digno de ti aquela” / “julgo digno de ti o que celebra”].³²⁴

(Prisciano, *Inst. gram.*, XVII, GL III, 159,13-30)

³²⁴ Cf. *Nam participia tam nominum quam uerborum sibi defendunt structuram. Et uerborum quidem constructionem seruant, quando uel absoluta uel transitua sunt ad alia casalia, quibus ad consequentiam uerbi coniunguntur: absoluta, ut spirans uiuo, ambulans cogito, quia et spiro et ambulo absoluta sunt; transitua, misereor tui, miserens tui; noceo tibi, nocens tibi, laudo te, laudans te; potior illa re, potiens illa re. Et haec quidem secundum uerbum; secundum nomen autem participia construuntur, quod, quemadmodum uerba uel intransitiue cum nominatiuo uel transitue cum obliquis nominum ponuntur, sic etiam cum participiis intransitiue, ut Virgilius scribens floret, ego intellegens delector, transitue, ut egeo miserantis, consentio miseranti, uideo miserantem, potior miserante. Hae enim constructiones quoque obliquorum ad similitudinem nominum et pronominum fiunt, ut indigeo illius, indigeo pascentis, fauco legenti, quomodo fauco amico, fauco illi; accuso illum, accuso hominem, similiter accuso legentem; dignor te laude, dignor te illa, dignor te celebrante.*

Na passagem supracitada, como também nas observações quanto aos impessoais, verificamos desenvolvimentos teóricos que não guardam referência no tratado de Apolônio. Vale notar dois aspectos que avultam tanto nesta quanto na outra passagem: 1) os desdobramentos analíticos se referem a aspectos particulares da língua latina, sem paralelo no grego (a despeito de tais paralelos serem bastante comuns ao longo da obra, conforme veremos em seguida); e 2) o exame da questão é ilustrado por um número expressivo de exemplos (ainda que forjados). Tais pontos podem ser pensados como característicos dos adendos teóricos e analíticos da obra de Prisciano à doutrina sintática de Apolônio Díscolo.

Deve-se ainda ressaltar a circularidade dos temas, que, conforme indicamos acima, segundo Baratin (2010, p. 13), exemplifica a lógica global do *De constructione*. De fato, a abordagem dos participípios na passagem acima retoma a discussão anterior quanto à transitividade, reforçando-a com novos exemplos a partir de outro ângulo de visão, ao afirmar, por exemplo, que os participípios ora podem comportar-se como verbos transitivos, ao se associarem a substâncias em caso oblíquo (*nocens tibi, miserens tui* etc.) e intransitivos, ao participarem de construções absolutas (*spirans uiuo, ambulans cogito* etc.); ora como nomes, ao ocuparem as mesmas posições que nomes e pronomes ocupam associados a outros verbos, apresentando caso e número, como tais categorias (*uideo miserantem, faueo legenti* etc.).

5.2 Comparações entre o grego e o latim

Em várias passagens da obra de Prisciano, o texto de Apolônio é sintetizado e contrastado com fenômenos codificados em latim, não somente para identificar a semelhança entre os dois sistemas linguísticos, mas também, em alguns casos, para observar as diferenças entre as duas línguas. De forma ampla, os contrastes, aposições ou comparações entre as duas línguas configuram um subtipo de aprofundamento que Prisciano desenvolve em sua obra e que está ausente do tratado de Apolônio (que não faz referências a aspectos da língua latina), e que se pode categorizar em dois tipos:

1) **inventário**, realiza-se tanto através do simples elenco de itens lexicais para exemplificar a correspondência entre pontos gramaticais, reforçando a identidade entre o grego e o latim e/ou funcionando como espécie de corolário de alguma explanação teórica, sem análise posterior, quanto através da citação consecutiva de versos latinos e gregos (presentes, sobretudo, na parte final do livro XVIII);

2) **análise translinguística**, mediante apresentação de exemplos das duas línguas usados no corpo da discussão teórica, seja para reforçar, também, a equivalência entre ambas (*utraque lingua*), seja para sublinhar as diferenças entre aspectos particulares do grego e do latim, como, por exemplo – que

examinaremos adiante – as consequências teóricas da ausência de artigos em latim e os participípios.

Vejamos alguns exemplos, inicialmente, de citações gregas e latinas que configuram “inventário”:

Também se deve notar que, muito frequentemente, encontramos empregados com verbos não somente os advérbios, como já dissemos, mas também os nomes, no lugar dos advérbios. E assim como os nomes genéricos³²⁵ ditos acima são indefinidos, interrogativos, anafóricos ou correlativos, assim também são encontrados os advérbios, como o nome indefinido *quis* e *aliquis*, os advérbios *aliquo* e *alicunde* e *alicubi* e *aliqua*; nomes interrogativos e anafóricos *qualis*, πόλις e ὁπόλις, e *quot*, πόσοι e ὁπόσοι; de forma semelhante, os advérbios interrogativos e anafóricos [*qualiter*], πόλις e ὁπόλις; *ut*, πῶς e ὅπως; *quotiens*, ποσάκις e ὁσάκις; o nome correlativo *talis* e *tot*; os advérbios *talis* e *totiens*.³²⁶

(Prisciano, *Inst. gram.* XVII, GL III, 132,1-10)

³²⁵ Conforme vimos acima, a nomenclatura de *nomen generalis* (“nome genérico”) faz referência, no tratado de Prisciano, aos pronomes, categoria que, na gramática antiga, era considerada um subtipo dos nomes, por realizar funções próprias dos nomes. Daí eles poderem ser indefinidos (*infinita*), interrogativos (*interrogatiua*), anafóricos (*relatiua*) ou correlativos (*redditua*). Abordamos os pronomes anafóricos e correlativos no capítulo 4.

³²⁶ Cf. *Et notandum, quod non solum aduerbia, sed etiam nomina loco aduerbiorum, ut dictum est, posita frequentissime inuenimus cum uerbis. Et quomodo supra dicta generalia nomina sunt infinita uel interrogatiua uel relatiua uel redditua, sic aduerbia quoque inueniuntur, ut nomen infinitum quis et aliquis, aduerbium aliquo et alicunde et alicubi et aliqua; nomen interrogatiuum et relatiuum qualis, πόλις καὶ ὁπόλις, et quot, πόσοι καὶ ὁπόσοι, similiter aduerbium interrogatiuum et relatiuum [qualiter] πόλις καὶ ὁπόλις ut πῶς καὶ ὅπως, quotiens, ποσάκις καὶ ὁσάκις; nomen reddituum talis et tot aduerbium taliter et totiens.*

Na passagem acima, observamos uma dupla comparação: uma interna, que confronta advérbios latinos aos (pro)nomes, e uma externa, que confronta (pro)nomes e advérbios latinos às mesmas categorias em grego. Assim, no primeiro plano, Prisciano traça um paralelo entre os tipos de “nomes genéricos” latinos e suas formas adverbiais correspondentes (*qualis/qualiter; tot/quotiens* etc.); no segundo, a correspondência entre essas mesmas palavras no latim e no grego (*qualis/ποῖος* e ὁποῖος; *quot/πόσος* e ὁπόσος; *qualiter/ποῶς* e ὁποῶς etc.).

É importante notar que, em cada uma das comparações entre as duas línguas, verifica-se apenas um elenco de itens lexicais, sem desdobramentos explicativos, evidenciando, talvez, para o leitor, ou aquela presumida correspondência entre o grego e o latim, que configura a crença de que ambas são línguas por demais aparentadas – o que dispensaria maiores desdobramentos explicativos –, ou o artifício didático de que a simples comparação seria o suficiente para que o estudante bilíngue reconhecesse, com maior facilidade, a homologia entre as estruturas apresentadas. A nosso ver, num caso como em outro, trata-se, evidentemente, de artifício argumentativo, fato que poderia reforçar a validade e generalidade da regra gramatical apresentada. Tal artifício, sem dúvida, é central na organização do tratado de Prisciano e, de certa forma, absolutamente ausente daquele que é tomado como seu modelo.

Outras passagens em que a comparação entre as línguas grega e latina se apresenta também como “inventário” são as seguintes:

Por que *nostras* [“do nosso país”] e *uestras* [“do vosso país”] derivam somente de seus plurais, tanto entre nós quanto entre os gregos ἡμεδαπός e ὑμηδαπός? Deve-se responder a isso que se fazem somente do plural porque a pátria pertence a muitos indivíduos, não a um.³²⁷

(Prisciano, *Inst. gram.* XVII, GL III, 179,1-4)

Nós, porém, também não podemos apor a uma primeira ou segunda pessoas no plural o pronome de terceira pessoa citado acima, *i.e.* *sui, sibi, se, a se*, pois esta palavra está no singular (embora se possa tomar também no plural) e nem entre os gregos, nem entre nós, pode ser aposta à primeira ou à segunda pessoas. E do mesmo modo que tomamos o singular simples também no lugar do composto para todas as pessoas, assim também o plural simples, como *mei causa facio* [“ajo por minha causa”], ἑμαυτοῦ χάριν ποιῶ, e *nostri causa facimus* [“agimos por nossa causa”], ἡμῶν (em vez de ἑαυτῶν) χάριν ποιούμεν.³²⁸

(Prisciano, *Inst. gram.* XVII, GL III, 180,25-181,5)

No primeiro excerto acima, observamos a citação do grego como mecanismo de explicação gramatical análogo ao que apresentamos no exemplo anterior: os vocábulos gregos, citados após os latinos, apresentam equivalência gramatical que, possivelmente, tem vistas a uma clarificação maior para os estudantes bilíngues ou à ilustração de certa identidade greco-romana. No segundo, porém, a exemplificação em grego e latim é o

³²⁷ Cf. *Solis pluralibus tam apud nos quam apud Graecos ἡμεδαπός et ὑμηδαπός deriuantur? Ad quod dicendum, quod ideo a solis pluralibus fiunt, quia patria ad plures pertinet, non ad unum.*

³²⁸ Cf. *Nos autem nec in plurali numero possumus apponere primae uel secundae personae supra dictum tertiae personae pronomen [id est sui, sibi, se, a se], quia et singularis est uox, quae nec apud Graecos apponitur primae uel secundae personae nec apud nos, quamuis etiam pro plurali accipiat. Et quomodo simplex singulare accipimus etiam pro composito per omnes personas, sic etiam simplex plurale, ut mei causa facio, ἑμαυτοῦ χάριν ποιῶ, et nostri causa facimus, ἡμῶν (ἀντὶ τοῦ ἑαυτῶν) χάριν ποιούμεν.*

desfecho de uma explicação preliminar. Esse último excerto exemplifica o caso em que o contraste (que aqui, igualmente, revela a identidade entre uma e outra língua) comparece no texto como espécie de “corolário” para uma questão particular. O segundo exemplo oferece, também, diferentemente dos anteriores, sentenças completas inventadas (*orationes fictae*), em vez de simples elenco de itens lexicais.

Comparações entre construções das duas línguas do tipo “inventário” são também aquelas em que Prisciano cita passagens de autores do cânone para os mesmos fins apresentados: o reforço da identidade greco-romana e/ou a ilustração de dado tópico discutido. Nesses casos, em geral, as citações de autores se apresentam ao final de determinada explicação gramatical, frequentemente após exemplos inventados (*exempla ficta*) e outros desdobramentos teóricos. Em geral, parecem encerrar a questão como espécie de “chave de ouro” em que, a par da mera ilustração com dados do repertório literário greco-romano, o autor parece recorrer ao princípio da *auctoritas* para conferir credibilidade às suas análises.

Vejamos:

Contudo, encontram-se autores que fazem uso de licenças frequentes e empregam também outros verbos na primeira ou segunda pessoas unidos a nomes, como Homero:

Φοῖβον’ Απόλλωνα χρυσάορον, ὅς σε πάρος γε
ρύομαι,

[“Febo Apolo, de espada de ouro, que te protejo costumeiramente” – Homero, *Il.* 15, 256-257].

Eurípedes, em *Hécuba*:

ἦκω νεκρῶν κευθμῶνα καὶ σκότου πύλας

λιπών Πολύδωρος,
[“Eis-me, aquele que deixa o antro dos mortos e os portais das trevas,
Polidoro” – Eurípedes, *Hec.* 1-3]

O mesmo nas *Bacantes*:

ἦκω Διὸς παῖς τήνδε Θηβαίαν κατὰ
Διόνυσος,
[“Eis-me, o filho de Zeus, sobre essa terra tebana, Dioniso” –
Eurípedes, *Bacch.*, 1-2]

Em Tucídides:

ἦκω Θεμιστοκλῆς παρὰ σέ
[“Eis-me, Temístocles, ao teu lado” – Tucídides, *Hist.* 1, 137,4]

Em todos eles está ausente [a primeira pessoa] *ego*. Em latim, também, como em Juvenal IV:

*Nam cum sis conuiua mihi promissus, habebis
Euandrum, uenies Tirynthius aut minor illo
hospes,*
[“De fato, como me és enviado como conviva, terás um Evandro, virás como o herói de Tirinto ou como aquele outro hóspede menor” – Juvenal, *Sat.* 11, 60-62).

Está ausente, de fato, [o pronome] *tu*.³²⁹

(Prisciano, *Inst. gram.* XVII, GL III, 151,14-152,6)

³²⁹ Cf. *quamuis auctores inueniantur licentia solita utentes et aliis quoque uerbis primae uel secundae personae coniungentes nomina, ut Homerus:*

Φοῖβον Ἀπόλλωνα χρυσάορον, ὅς σε πάρος γε
ρύομαι,

Euripides in Hecuba:

ἦκω νεκρῶν κευθμῶνα καὶ σκότου πύλας
λιπών Πολύδωρος,

idem in Bacchis:

ἦκω Διὸς παῖς τήνδε Θηβαίαν κατὰ
Διόνυσος,

Thucydides: ἦκω Θεμιστοκλῆς παρὰ σέ, in quibus omnibus deest ego; nostri quoque, ut Iuuenalis in IIII:

*‘Nam cum sis conuiua mihi promissus, habebis
Euandrum, uenies Tirynthius aut minor illo
hospes,’*

deest enim tu.

Prisciano utiliza os exemplos extraídos da literatura grega e latina para ilustrar a discussão teórica sobre a relação entre nomes e verbos realizada nos parágrafos anteriores. Na discussão precedente, o gramático havia examinado a relação entre nomes e seus acidentes verbais a partir do conceito de *consequentia* (“homogeneidade formal”, “concordância”, tal como apresentamos no capítulo 4), demonstrando, com exemplos inventados, casos em que essa regra não é seguida, como, por exemplo, em *Priscianus scribo* (em que, de fato, a um verbo de primeira pessoa do singular corresponde um nome de terceira). É o que o autor pretende demonstrar, ao final, com os exemplos da literatura.

De fato, em cada um dos exemplos gregos, os verbos em primeira pessoa (ἵκω - “eu chego”) relaciona-se com termos em terceira pessoa: “aquele que deixa o antro dos mortos...” (λιπὼν κευθμῶνα νεκρῶν...); “filho de Zeus” (Διὸς παῖς) e “Temístocles” (Θεμιστοκλῆς). Em todos eles, nota-se também a ausência da realização do pronome pessoal ἐγώ. Por extensão, é o mesmo que ocorre no exemplo latino, quando o verbo de segunda pessoa (*es*) se refere a um termo de terceira (*conuiua promissus*, “convidado enviado”), estando ausente o pronome *tu*.

Vejamos, em outra passagem, como exemplos da literatura não somente se prestam a conferir *auctoritas* ao argumento gramatical, ao encerrar determinada explicação, conforme vimos nas duas últimas passagens, mas também são utilizadas pelo gramático como matéria para sua explicação, o que configura, de fato, um caso híbrido, em que não somente os confrontos entre as duas línguas se realizam como mero

“inventário” a título de ilustração, mas também já se percebe sua utilização como parte da explicação gramatical, o que, de fato, configura já o segundo tipo de confrontos entre o grego e o latim, o da “análise translinguística”. Observemos:

Outras [partes da oração] são também empregadas no lugar de outras partes ou palavras, como o nome pelo advérbio, em *sublime uolas* [“voas para as alturas”] e *sole recens orto* [“com o sol nascido há pouco” – Virgílio, *Geo.*, III, 156]. O contrário também, como o advérbio no lugar do nome em:

genus unde Latinum

[“de onde o povo latino” – Virgílio, *Aen.* I, 84-85] em vez de *ex quo*.

Também Cícero, em *Pro rege Deiotaro: en crimen, en causa, cur regem fugitiuus, dominum seruus accuset* [“eis o crime, eis a causa pela qual um fugitivo acusa o rei, e o servo o seu senhor” – Cícero, *Dei.*, 17] [usa] *cur* em vez de *propter quae*. Também *iuste* em vez de *uere* ou *uere* em vez de *iuste*, e *satis* em vez de *sufficiens*. Eurípedes: Αἴαντος δικαίως γόνος [“o filho de Ajax, justamente”] em vez de αληθής [“verdadeiro”]. Lucano, no livro I:

tu satis ad uires Romana in carmina dandas.

[“tu tens talento suficiente para produzir poemas romanos” – Lucano, *Phars.*, I, 66].

O mesmo em VII: *quique necesse putat* [“e quem pensa necessário...” – Lucano, *Phars.*, VII, 312-313] no lugar de *necessarium*. Homero, na *Ilíada*, III:

αὐτὴ δ' αὖθ' Ἑλένην καλέουσ' ἔ· τὴν δ' ἐκίχανε
πύργῳ ἐφ' ὑψηλῷ, περὶ δὲ Τρωαὶ ἄλῃς ἦσαν,

[“Em contrapartida, ela ia falar com Helena, alcançava-a na elevada montanha e, ao redor, estavam numerosas troianas” – Homero, *Il.* III, 383-384]

disse ἄλῃς, isto é, *satis*, em vez de *multae*. Virgílio, na *Eneida* I:

...multum ille et terris iactatus et alto
ui superum,

[“aquele, muito lançado ao alto e às terras pela força dos deuses” – Virgílio, *Aen.* I, 3-4].

[emprega] o nome em lugar do advérbio.³³⁰

(Prisciano, *Inst. gram.* XVII, GL III, 193,9-194,4)

A passagem transcrita acima insere-se no contexto em que Prisciano discorre sobre o tipo particular de figura que ele denomina “variação” (*uariatio*), tópico ao qual voltaremos no item 5.3. Por ora, basta dizer que o autor revela evidências na língua em que determinados grupos de palavras não se constroem de acordo com a *consequentia* e oferecem, por conseguinte, variações em gênero, número, caso, tempo, pessoa e partes da oração. A citação acima exemplifica este último tipo: evidenciam-se construções em que determinada classe de palavras se emprega com funções de outra (o nome pelo advérbio e vice-versa).

No trecho citado, verificamos que o gramático tanto recorre a exemplos inventados³³¹ (*sublime uolas*), quanto a exemplos extraídos do repertório literário latino e

³³⁰ Cf. *Aliae quoque pro aliis partibus uel dictionibus ponuntur, ut nomen pro aduerbio, ut ‘sublime uolas’ et ‘sole recens orto’, et contra aduerbium pro nomine, ut ‘genus unde Latinum’, pro ex quo. Et Cicero pro Deiotaro: ‘en crimen, en causa, cur regem fugitiuus, dominum seruus accuset’, cur propter quae, et iuste pro uere uel uere pro iuste et satis pro sufficiens. Euripides: Αἴαντος δικαίως γόνος pro ἀληθείης. Lucanus in I:*

tu satis ad uires Romana in carmina dandas.

Idem in VII:

quique necesse putat,

pro necessarium. Homerus ἐν Γ:

*αὐτὴ δ’ αὖθ’ Ἑλένην καλέουσ’ ἴε· τὴν δ’ ἐκίχανε
πύργῳ ἐφ’ ὑψηλῷ, περὶ δὲ Τρωαὶ ἄλυσ ἦσαν,*

ἄλυσ dixit, quod est satis, pro multae. Virgilius in I Aeneidis:

multum ille et terris iactatus et alto

ui superum»,

nomen pro aduerbio.

grego, seja identificando-lhes a fonte (como as citações de Cícero, Eurípedes, Homero e Virgílio, apresentadas), seja sem as identificar, como as expressões *sole recens orto* (“com o sol nascido há pouco”), das *Geórgicas*, e *genus unde Latinum* (“de onde o povo latino”), da *Eneida*.

Diferentemente da utilização de citações literárias que havíamos mostrado na citação anterior, observamos que aqui os trechos citados não representam meros adendos ilustrativos às explicações gramaticais. De fato, nesta última citação os exemplos gregos e latinos são comentados pelo gramático, ainda que muito brevemente, como no exemplo de Cícero, em que Prisciano ressalta a utilização do advérbio *cur* na posição em que se esperaria um sintagma formado por uma preposição e um (pro)nome: *en crimen, en causa, cur regem fugitiuus, dominum seruus accuset* [“eis o crime, eis a causa pelo que um fugitivo acusa o rei, e o servo o seu senhor” – Cícero, *Dei.*, 17], Prisciano acrescenta o adendo explicativo: *cur* em vez de *propter quae*. Assim, ao comentar tais citações (ainda que brevemente), o gramático já indicia alguma análise dos *exempla*, revelando, por assim dizer, um emprego híbrido entre o primeiro e o segundo tipo de confronto entre as línguas, embora não haja, ainda, neste caso, uma análise propriamente *comparativa* entre ambas, como veremos em seguida.

³³¹ A questão dos exemplos inventados (*exempla ficta*) requer, ainda, um estudo mais sistematizado. Exemplos aparentemente criados podem, como é o caso, serem construções adaptadas de citações atestadas na literatura. A expressão *sublime uolantes*, por exemplo, que nos faz lembrar o exemplo citado acima, aparece em Lucrécio (*De rerum natura*, 6, 97), em Plínio, o jovem, (*Naturalis Historiae Libri*, 18, 362, 5) e em Apuleio de Medauro (*De deo Socratis*, 10, 24).

Exemplos de análises translinguísticas mais robustas são aquelas em que Prisciano se debruça sobre questões sistêmicas idiossincráticas da língua latina, ausentes em grego e, portanto, jamais tratadas por Apolônio. Mostraremos, a título de exemplificação: 1) a ausência de artigos em latim; 2) a descrição particular dos participípios gregos e latinos; e 3) as particularidades morfológicas dos pronomes reflexivos. Veremos que tais confrontos põem em relevo a diferença entre as línguas grega e latina.

O reconhecimento de que a língua latina não possuía artigos é fato há muito consolidado entre os gramáticos latinos³³², do qual Prisciano, de certa forma, também não se exime³³³. Por outro lado, conforme vimos, a maior parte do livro I do tratado de Apolônio Díscolo devotou-se à análise da sintaxe dos artigos gregos, sejam aqueles chamados pelo gramático de “artigos prepositivos” (ἄρθρα προτακτικά) – equivalentes ao que modernamente chamamos, ainda, de “artigos” –, sejam os “artigos pospositivos”

³³² Quintiliano, *Inst. or.*, I, 4, 19: *noster sermo articulos non desiderat ideoque in alias partes spargunt...* (“nossa língua não requer artigos, e, por isso, suas funções se dividem em outras partes”); Carísio, *Char.*, GL I, 247: *articulo, id est, τῷ ἄρθρῳ, deficiente supplerent, sed quia uidebant aduerbium esse non posse, segregauerunt...* (“[os gregos] completaram com os artigos, i.e. τῷ ἄρθρῳ, ausente [entre os romanos], mas porque viram que não podia ser um advérbio, o separaram...”); Donato, *Ars*, GL IV, 385, *Latini articulum non adnumerant, Graeci interiectionem...* (“os latinos não contam [entre as partes] o artigo, os gregos, a interjeição...”).

³³³ Prisciano, *Inst. gram.* II, GL II, 53, 27: *Quidam autem nouem dicebant esse partes orationis, appellationem addentes separatam a nominibus, alii etiam decem, infinita uerba seorsum partem ponentes, alii undecim, qui pronomina, quae non possunt adiungi articulis, per se numerabant. His alii addebant etiam uocabulum et interiectionem apud Graecos, quam nos adhuc seruamus, apud Latinos uero articulum addebant, quem purum per se apud eos non inueniri supra docuimus.* (“Porém, alguns diziam ser nove as partes da oração – acrescentando o nome comum separado dos nomes –; outros, porém, dez – colocando os verbos infinitos numa parte separada –; outros, onze – que contavam os pronomes, que não podem adjungir-se aos artigos. Outros deles ainda acrescentavam a interjeição, a qual nós conservamos aqui, existindo, entre os gregos, em relação aos latinos, a categoria dos artigos a mais, a qual, conforme ensinamos acima, não se encontra pura em latim”).

(ἄρθρα ὑποτακτικά) – equivalentes ao que atualmente conhecemos como “pronomes relativos”.

Queremos mostrar que a maneira como Prisciano trata da ausência de artigos em latim configura um procedimento de análise comparativa translinguística, pois se busca identificar e avaliar, no interior do sistema latino, as correspondências ou compensações para a lacuna representada pela ausência daquela categoria na língua latina:

O artigo traz ao conhecimento, pela segunda vez, os termos já dados. Se, de fato, eu disser: ἄνθρωπος ἦλθεν [“um homem foi”], apresento-o pela primeira vez; se, entretanto, disser ὁ ἄνθρωπος ἦλθεν [“o homem foi”], seria já pela segunda. Porém, a língua latina carece de artigos prepositivos. O pronome *hic*, que os gramáticos, na declinação dos nomes, colocam no lugar do artigo prepositivo, nunca significa o mesmo que o artigo numa oração.

Apenas um pronome composto é encontrado entre nós: *idem*, que reforça a ideia da mesma pessoa, cuja interpretação, entre os gregos, o pronome tem por meio do artigo: ὁ αὐτός. Além disso, entre eles, com efeito, são duas partes da oração: ὁ, que é um artigo prepositivo, e αὐτός, que é um pronome relativo. Entre nós, porém, é uma parte composta por *is* e *demum*, que, por apócope, torna-se *dem*, da mesma forma que tomamos *exin* por *exinde* e *dein* por *deinde*.³³⁴

(Prisciano, *Inst. gram.* XVII, GL III, 124,14-125,3)

³³⁴ Cf. *Articulus secundam notitiam suppositorum demonstrat. Si enim dicam ἄνθρωπος ἦλθεν, primam notitiam ostendo; sin ὁ ἄνθρωπος ἦλθεν, secundam. Deficit autem praepositivus articulus lingua Latina. Nam pronomen 'hic', quod grammatici in declinatione nominum loco praepositivi, ut dictum est, ponunt articuli, numquam in oratione sensum articuli habet.*

Vnum solum pronomen compositum inuenitur apud nos, τὸ 'idem', quod secundam notitiam eiusdem personae significat, cuius interpretatio apud Graecos cum praepositivo articulo relatiuum pronomen habet, ὁ αὐτός. Et apud illos quidem duae partes orationis sunt ὁ αὐτός, ὁ, quod est articulus praepositivus, et αὐτός, quod est pronomen relatiuum, apud nos vero una pars est composita ab 'is' et 'demum' per apocopen 'um', quomodo 'exin' pro 'exinde' et 'dein' pro 'deinde'.

De fato, a teorização gramatical de Apolônio Díscolo dava conta da existência da categoria dos artigos, que, em grego, compreendiam não somente os determinantes (ὁ, ἡ, τό), mas também categoria hoje conhecida como “pronomes relativos” (ὃς, ἣ, ὅ), visto que, naquela língua, uma e outra apresentavam grande identidade morfológica. Prisciano observava que, muitas vezes, a ausência desse determinante na frase latina é compensada pela utilização do demonstrativo de primeira pessoa (*hic*), embora nem todos os seus usos recubram inteiramente as funções dos artigos prepositivos gregos. Essa explicação evidencia uma análise mais refinada, que leva em consideração as particularidades das duas línguas: trata-se, com efeito, de um desdobramento analítico da obra de Prisciano, que, embora revele e reforce, em muitos casos, a “identidade” entre o grego e o latim, não oblitera inteiramente as idiosincrasias de cada uma das línguas. É o que podemos verificar na sequência:

Qui, porém, que se traduz ὅστις (um artigo subjuntivo com um nome indefinido entre eles [os gregos]; entre nós [os latinos], porém, é uma parte simples e única, anafórica, correspondendo ao *quis* interrogativo ou indefinido), pode ser tomado no lugar do artigo subjuntivo, da forma como também os gregos, com muita frequência, empregam τὸ ὅστις no lugar do artigo subjuntivo ὃς, a não ser em expressões partitivas; nelas, com efeito, nem nós empregamos *qui*, nem eles ὅστις.³³⁵

(Prisciano, *Inst. gram.* XVII, GL III, 125,4-9)

³³⁵ Cf. *Qui uero, quod interpretatur ὅστις (quod est subiunctiuus articulus cum nomine infinito apud illos, apud nos uero una pars et simplex, quae relatiua est τοῦ quis infiniti uel interrogatiui, potest subiunctiui loco articuli accipi, quomodo et Graeci τὸ ὅστις frequentissime ponunt loco ὃς articuli subiunctiui, nisi in diuidendis: in illis enim nec nos qui nec illi ὅστις ferunt.*

Nesta segunda passagem, Prisciano segue examinando as diferenças entre o grego e o latim quanto aos artigos. Embora não negue inteiramente a “identidade” entre as duas línguas – haja vista, por exemplo, a correspondência de expressões apresentadas (*qui*/ὅστις) – a análise dá margem à constatação da diferença entre elas (*qui* é simples e única, ao passo que ὅστις é uma expressão composta). Essa mesma análise comparativa, que estamos chamando de “translinguística”, fica ainda mais clara na sequência do raciocínio, naquela passagem que já citamos no capítulo 3:

Eles, porém, fazem uso do artigo subjuntivo, ao passo que nós ora usamos pronomes, ora nomes, como, em vez de: τῶν ἀνθρώπων οἱ μὲν εἰσιν ἀγαθοί, οἱ δὲ πονηροί [“dos homens, uns são bons, outros maus”], dizemos: *‘hominum hi sunt boni, illi mali’* [“dos homens, estes são bons, aqueles, maus”] ou *‘alii sunt boni, alii mali’* [“uns são bons; outros, maus”]; τῶν δύο Αἰάντων ὃς μὲν Τελαμῶνος, ὃς δὲ Ὀϊλέως υἱὸς ἐγένετο [“dos dois Ajax, um foi filho de Telamon, outro de Oileu”], dizemos: *‘duorum Aiacum alter Telamonis, alter Oilei filius fuit’* ou *‘hic Telamonis, ille Oilei filius fuit.’*³³⁶

(Prisciano, *Inst. gram.* XVII, GL III, 125,9-14)

Se repassarmos diante dos olhos as três partes da argumentação apresentadas nas últimas citações, poderíamos sintetizá-las da seguinte maneira: 1) primeiro Prisciano oferece a definição de Apolônio para os artigos, frisando, em seguida, sua ausência em latim; 2) oferece explicações de estruturas convencionalmente aceitas como equivalentes aos artigos gregos, reconhecendo, porém, as diferenças entre umas e outras; 3) para

³³⁶ Cf. *Sed illi articulis subiunctiuis utuntur, nos uero pronomibus uel nominibus, ut τῶν ἀνθρώπων οἱ μὲν εἰσιν ἀγαθοί, οἱ δὲ πονηροί; nos dicimus ‘hominum hi sunt boni, illi mali’ uel ‘alii sunt boni, alii mali’; τῶν δύο Αἰάντων ὃς μὲν Τελαμῶνος, ὃς δὲ Ὀϊλέως υἱὸς ἐγένετο, ‘duorum Aiacum alter Telamonis, alter Oilei filius fuit’ uel ‘hic Telamonis, ille Oilei filius fuit’*

reforçar as diferenças, analisa, então, um ângulo mais específico da utilização de artigos (sua ocorrência em expressões partitivas gregas e latinas), citando, em seguida, exemplos de ambas as línguas.

Esse esquema reproduz, portanto, ainda que em pequena escala, o procedimento de construção textual presente em todo o tratado, como já dissemos antes: definições gerais, aprofundamentos de questões particulares, exemplos. Mais que isso, essa análise contrasta as duas línguas para explicar uma diferença intrínseca entre elas, e não para cotejar com exemplos aspectos que as identificam – como vimos, aliás, nos confrontos de textos latinos e gregos do tipo “inventário”.

O mesmo tipo de análise é o que verificamos na passagem abaixo, em que Prisciano examina as construções de participípios gregos e latinos:

Também associamos os verbos substantivos, com justiça, aos participípios, que, como os nomes, são de terceira pessoa, para que possam empregar-se no lugar das três pessoas do verbo, como *amatus sum/es/est* [“fui/foste/foi amado”], *doctus sum/es/est* [“fui/foste/foi instruído”]. Estes, se faltarem, em seu lugar se empregam nomes indefinidos de substância acompanhados de um verbo, como [*ego sum*] *qui amor* [“sou eu quem é amado”], isto é, ὁ φιλούμενος, ou [*tu es*] *qui amasti* [“és tu quem amaste”], isto é, ὁ φιλήσας. Tais participípios, de fato, estão ausentes de nossa língua.³³⁷

(Prisciano, *Inst. gram.* XVII, GL III, 154,3-7)

³³⁷ Cf. *Participiis quoque, quae tertiae sunt personae, quomodo nomina, substantiua bene sociamus uerba, ut possint loco trium uerbi personarum fungi, ut amatus sum, es, est, doctus sum, es, est. Quae si deficiant, infinita pro his subeunt nomina substantiae cum uerbo, ut ego sum, qui amor, id est ὁ φιλούμενος, uel tu es, qui amasti, id est ὁ φιλήσας; haec enim desunt apud nos participia.*

Para Prisciano, é fato a constatação de que aos dois participípios latinos, por exemplo, *amans* [presente e ativo: “que ama”] e *amatus* [passado e passivo: “que é amado”], correspondem, no mínimo, a quatro formas gregas: a forma presente e ativa (ὁ φιλῶν); presente e passiva (ὁ φιλούμενος); passada³³⁸ e ativa (ὁ φιλήσας); passada e passiva (ὁ φιλησάμενος) – o que obriga o gramático a pensar sobre as formas correspondentes que não existem em latim (presente passivo e passado ativo), cujas soluções encontradas são as perífrases construídas com a associação de um (pro)nome indefinido (*qui*) e um verbo médio-passivo no presente (*amor*) e ativo no passado (*amasti*). Tais torneios gramaticais comprovam o procedimento que queremos frisar: não se apontam correspondências biunívocas de cada detalhe gramatical entre as línguas grega e latina – casos em que Prisciano oferece uma análise que leva em conta aspectos particulares de ambas as línguas, o que configura uma comparação. Esse procedimento propõe-se, portanto, não somente para sustentar semelhanças, mas, no mais das vezes também, para confrontar diferenças.

O mesmo ocorre com a não-equivalência morfológica entre pronomes gregos e latinos: embora os sistemas pronominais, em linhas gerais, guardem correspondências nas duas línguas, quando vistos no detalhe, todavia, apresentam particularidades que o gramático não se furta a examinar:

³³⁸ De fato, o exemplo oferecido por Prisciano representa, mais especificamente, o participípio aoristo grego, que corresponderia, *grosso modo*, ao participípio passado latino, já que não se faz a distinção entre os aspectos perfeito e aoristo em latim, como se faz em grego. Para simplificar a comparação, estamos considerando-o simplesmente como participípio passado.

Também se deve saber que os gregos, de fato, fazem uso dos pronomes compostos quando há passividade reflexiva, isto é, ἰδιοπαθεία, como ἐμαυτὸν διδάσκω, σαυτὸν διδάσκεις, ἑαυτὸν διδάσκει [“eu me ensino”/ “tu te ensinas”/ “ele/a se ensina”]. Eles fazem o mesmo também quando relacionam, transitivamente, um possuidor e uma coisa possuída³³⁹, isto é, eles fazem uso de um genitivo composto do pronome no lugar de um oblíquo de posse, como τοῦ ἐμαυτοῦ οἴκου ἀντιποιοῦμαι [“faço valer meus direitos sobre a minha própria casa”], τὸν σαυτοῦ δοῦλον τύπτεις [“tu bates em teu próprio escravo”], τὸν ἑαυτοῦ υἱὸν παιδεύει [“ele/a educa o seu próprio filho”].

Em vez de tudo isso, os latinos utilizam pronomes simples, seguindo Homero, que utiliza em toda parte pronomes simples também no lugar de compostos: *mei misereor* [“compadeço-me de mim”] e *mei filii misereor* [“compadeço-me de meu filho”]; *mihi noceo* [“prejudico a mim”] e *mei filio noceo* [“prejudico a meu filho”]; *me accuso* [“acusome”] e *mei filium accuso* [“acusos a meu filho”].³⁴⁰

(Prisciano, *Inst. gram.* XVII, GL III, 167,2-11)

Mais do que meras diferenças de interpretação morfológica dos pronomes latinos e gregos (os pronomes reflexivos gregos são considerados compostos e os latinos, simples), a passagem deixa transparecer também nuances de uso que separam as duas línguas. Em primeiro lugar, a análise dos pronomes reflexivos gregos (ἐμαυτόν/σ(ε)αυτόν/ἑαυτόν) como palavras compostas – provavelmente por conta dos

³³⁹ Literalmente, a frase *in possessionem transitione facta a possessore* indica que uma “transição é feita de um possuidor para uma coisa possuída”, deixando transparecer, novamente, a metáfora segundo a qual a transitividade verbal é entendida como um movimento da ação verbal de um termo a outro, intermediado pelo verbo. Como antes, preferimos não traduzir literalmente a metáfora.

³⁴⁰ Cf. *Et sciendum, quod Graeci quidem compositis utuntur pronomibus in sui passione, id est ἰδιοπαθεία, ut ἐμαυτὸν διδάσκω, σαυτὸν διδάσκεις, ἑαυτὸν διδάσκει. Et hoc idem etiam in possessionem transitione facta a possessore faciunt, id est genetiuo composito primitiu pronominis utuntur pro obliquo possessionis, ut τοῦ ἐμαυτοῦ οἴκου ἀντιποιοῦμαι, τὸν σαυτοῦ δοῦλον τύπτεις, τὸν ἑαυτοῦ υἱὸν παιδεύει. Pro his autem omnibus Latini simplicibus utuntur pronomibus Homerum sequentes, qui simplicibus ubique etiam pro compositis utitur pronomibus: mei misereor et mei filii misereor; mihi noceo et mei filio noceo; me accuso et mei filium accuso.*

pronomes pessoais e do pronome αὐτόν – em oposição às formas simples latinas (*me/se*).

Em segundo, pelo registro de um uso homérico, ainda que raro e limitado, em que se empregam formas simples, tal como no latim.

Tais comentários revelam um exercício de raciocínio translinguístico que leva em conta aspectos do grego e do latim com vistas à compreensão de fenômenos sintáticos. Essas análises não revogam a premissa do *utraque lingua* – a compreensão de que uma língua, no geral, seja correspondente à outra –, mas revelam aspectos idiossincráticos do grego e do latim, que, na obra de Prisciano, são também importantes.

A apresentação frequente de contrastes, posições ou comparações de aspectos gramaticais do grego e do latim – seja através de exemplos que ilustram meros inventários de formas análogas, extraídas ou não da literatura canônica, seja através de análises mais detalhadas de aspectos divergentes entre as duas línguas – configura, em suma, um aprofundamento analítico da obra de Prisciano sem precedentes análogos em seu modelo grego. Revela, ademais, a identidade linguística que se pretende apontar entre os sistemas sintáticos de ambas as línguas, sem se deixar trair pela crença de que tal identidade possa anular as diferenças entre elas. Em particular, a utilização ampla de excertos de obras literárias gregas e latinas, parece configurar também um recurso argumentativo que confere *auctoritas* aos desdobramentos teóricos que se pretendem apresentar.

Tais confrontos translinguísticos desvelam também essa característica importante da obra de Prisciano: um destaque conferido à apreciação de evidências

empíricas do grego e do latim. Essas evidências – realizem-se ou não através de citações de autores, da apresentação de exemplos forjados, ou, ainda, de análises de ocorrências que ilustrem ou representem exceções ou adendos aos princípios teóricos apontados –, mais que revelarem um traço diferencial importante entre os tratados de Apolônio e Prisciano, corporificam uma característica peculiar da construção textual do tratado latino: sua elaboração cíclica (em que, à apresentação inicial de dado tópico, seguem-se exemplos, seguidos de desdobramentos particulares desse mesmo tópico e de outros exemplos etc.).

Além disso, podemos dizer que a abordagem comparada do latim e do grego – assim como com a expressividade numérica dos exemplos oferecidos, tópico ao qual retornaremos no item 5.4 – sublinha uma diferença de concepção gramatical que está na base dos dois tratados. Demonstra, na prática, que, na obra de Prisciano, ao mesmo tempo em que os princípios gerais determinantes do funcionamento lógico da língua (*ratio*) têm lugar central para a compreensão da *constructio* latina, a expressão do uso (*usus*) é dado igualmente relevante, seja através dos exemplos forjados oferecidos, seja através das análises comparativas ou das citações de autores do cânone.

Tal diferença pode ser também apreendida a partir da interpretação que oferecemos das passagens abaixo:

Todavia, eu não assumo que [as observações] dessa natureza sejam, no geral, verdadeiras; confiando não nas citações poéticas, se ao menos na poesia se permite construção com elipse e pleonismo, mas sobre as frases da língua comum em seu conjunto, sobre a composição clara dos

prosadores e sobre a força dos princípios lógicos da linguagem, que precisa se realizar mesmo se para outros as construções estão claras.³⁴¹

(Apolônio Díscolo, *Synt.* II, 49)

Isso que se afirma não deriva somente de uma construção poética, em que são permitidas a elipse e a abundância, mas também da fala comum dos eruditos e, sobretudo, da construção dos prosadores que, escrevendo sem métrica, fazem uso de uma [construção] mais clara e costumam acrescentar o que é necessário a partir do valor da própria língua.³⁴²

(Prisciano, *Inst. gram.* XVII, GL III, 155,11-15)

Embora pareçam dizer o mesmo, as duas passagens imediatamente acima citadas revelam essa diferença de concepção que queremos apontar: Apolônio afirma neste trecho a primazia do λόγος (equivalente à *ratio*, i.e. os princípios lógico-rationais da língua) sobre a autoridade das citações poéticas, que não possuem, em seu tratado, valor explicativo específico (πιστούμενος οὐκ ἐκ ποιητικῶν παραθέσεων... “não confiando nas citações poéticas...”), apresentando os dois outros critérios que, ao lado de tais princípios, norteiam as suas análises – a maneira comum de se exprimir (ἐκ τῆς κοινῆς φράσεως... “sobre a fala comum...”) e os textos (claros) em prosa (καὶ τῆς τῶν συγγραφέων ἀκριβοῦς “...sobre a composição clara dos prosadores...”).

³⁴¹ Cf. Ἐγὼ μέντοι οὐχ ὑπολαμβάνω ἐν τῷ καθόλου τὸ τοιοῦτον ἀληθὲς εἶναι, πιστούμενος οὐκ ἐκ ποιητικῶν παραθέσεων, εἴγε τῇ ποιητικῇ συντάξει ἐφέϊται καὶ λείπειν καὶ πλεονάζειν, ἐκ μέντοι τῆς κοινῆς φράσεως ἀπάσης καὶ τῆς τῶν συγγραφέων ἀκριβοῦς συνθέσεως καὶ τὸ μείζον ἐκ δυνάμεως τῆς τοῦ λόγου, ἣν καὶ δεόν ἐστὶ παραθέσθαι τῶν ἄλλων συντάξεων προδήλων οὐσῶν.

³⁴² Cf. *Idque affirmatur non ex poetica solum constructione, cui licet et deficere et abundare, sed ex communi elocutione doctorum et maxime a scriptorum constructione, qui sine metris scribentes perspicaci magis ea utuntur et ex ui ipsius orationis solent quod necessarium est apponere.*

Embora referende os mesmos critérios – os princípios lógicos da linguagem (*ratio*), a fala comum (*communis elocutio*) e os textos em prosa (*constructio scriptorum sine metris*) –, Prisciano não exclui os textos poéticos (*non ex poetica solum constructione...* “não **somente** sobre construções poéticas”) e insere a fala dos cidadãos **letrados** como critério adicional (*communis elocutio doctorum*), ecoando, sem dúvida, aquele critério considerado como característico do “uso” em Quintiliano (*Inst. or.* I, 6, 45).

Na prática, enquanto na obra de Apolônio os demais critérios se revelam secundários em sua análise, que confere primazia absoluta ao λόγος, para Prisciano eles configuram a instância do *usus*, que, diante da ampla demonstração de textos que avaliamos até aqui, parece ter importância equivalente àquela concedida à *ratio*. Comprovam isso todas as evidências empíricas que se apresentam em seu tratado, em especial as que comparam as duas línguas. São, também, argumentos a favor dessa interpretação os dois aspectos que pretendemos avaliar em seguida: no item 5.3, as ocorrências “desviantes” que configuram as figuras (*figurae*) em Prisciano e, no item 5.4, o arquivo de *exempla* finais do livro XVIII.

5.3 Uso, solecismo, variação

Vimos, no capítulo anterior, a centralidade do conceito de *ratio* para a constituição do pensamento sintático de Prisciano, noção que traduz, em latim, o conceito de λόγος da obra de Apolônio Díscolo. Na ocasião, observamos também que a oração

bem construída (*oratio congrua*) pressupunha exatamente a concatenação de elementos de acordo com a *ratio* da língua, cuja expressão era a relação de *consequentia* entre os seus elementos. A organização das palavras contrária a tais princípios poderia produzir sequências que caracterizavam a *inconcinnitas* ou a *incongruitas*, como, por exemplo, o barbarismo (quando os elementos estão no nível da *littera* ou da *syllaba*) ou solecismo (no nível da *dictio* ou *oratio*), conforme fica claro na passagem que reapresentamos:

Do modo, porém, que discernimos a organização lógica das letras, tanto pela observação da escrita, quanto pelo sentido dos ouvidos, assim também julgamos a lógica do encadeamento na ordenação das palavras – se está correto ou não. Com efeito, caso esteja incoerente, estando unidos desarmoniosamente os elementos da oração, produzir-se-á um solecismo, do mesmo modo que a desarmonia das letras ou das sílabas, ou de suas propriedades em cada uma das palavras, produz barbarismo. Portanto, do mesmo modo que a organização correta da escrita ensina a junção correta das letras, assim também a lógica de ordenação revela a composição correta da oração.³⁴³

(Prisciano, *Inst. gram.* XVII, GL III,111,12-19)

Além da proeminência do conceito de *ratio*, queremos destacar nesta seção a importância que o conceito de *usus* também recebe na obra de Prisciano, e a maneira

³⁴³ Cf. *Quomodo autem literarum rationem uel scripturae inspectione uel aurium sensu diiudicamus, sic etiam in dictionum ordinatione disceptamus rationem contextus, utrum recta sit an non. Nam, si incongrua sit, soloecismus faciet, quasi elementis orationis inconcinne coeuntibus, quomodo inconcinnitas literarum uel syllabarum uel eis accidentium in sigulis dictionibus facit barbarismum. Sicut igitur recta ratio scripturae docet literarum congruam iuncturam, sic etiam rectam orationis compositionem ratio ordinationis ostendit.* (Cf. Apolônio, *Synt.*, I, 8).

como ambos se complementam para oferecer explicações para variadas ocorrências da língua latina.

O relevo atribuído à expressão concreta da língua, que define a noção antiga de *usus*, destaca a obra de Prisciano daquela de seu modelo e pode ser evidenciado de três maneiras ao longo do *De constructione*: 1) nas exaustivas comparações oferecidas sobre questões particulares das línguas grega e latina (que, conforme abordamos no item anterior, estão ausentes em Apolônio); 2) na análise particular que confere às ocorrências “desviantes” da língua e, como consequência, na elaboração de uma “teoria” sobre a variação (*i.e.* as figuras), que avaliaremos em seguida; e 3) na apresentação robusta de exemplos de empregos das línguas grega e latina, seja através de excertos extraídos da literatura, seja através de exemplos forjados (*exempla ficta*), reunidos sobretudo na parte final do livro XVIII, sobre os quais teceremos alguns comentários no próximo item.

Conforme avaliamos nos capítulos anteriores, o conceito de *usus* era também considerado pelos gramáticos latinos como um dos componentes da *Latinitas* e aparecia frequentemente ao lado das noções de *auctoritas* e *ratio* (ou *analogia*), como destacamos das passagens de Quintiliano e Diomedes, que reapresentamos:

Há ainda uma observação para quem fala e para quem escreve. A língua consta de um sistema lógico, antiguidade, autoridade e uso. (...) O uso, efetivamente, é o mais seguro mestre da fala, e devemos empregar a

língua claramente, como a moeda, para a qual existe uma forma pública.³⁴⁴

(Quintiliano, *Inst. or.*, I, 6, 1)

Latinitas é o cuidado com o falar de forma incorrupta, de acordo com a língua romana. Consta, além disso, conforme afirma Varrão, destas quatro propriedades: natureza, analogia, uso e autoridade. A natureza das palavras e dos nomes é imutável; ela nos transmitiu nada a mais ou a menos do que o recebido. De fato, se alguém disser *scrimbo* em vez de *scribo*, não por força da analogia, mas da própria natureza será convencido do que se trata. A analogia da linguagem produzida de acordo com a natureza é, segundo os especialistas, não outra coisa que a distinção entre uma língua bárbara e uma erudita, como a prata se separa do chumbo.³⁴⁵

(Diomedes, *Diom.*, GL, I, 439, 10)

Em Pompeu, o *usus* também se configura com um dos componentes do *sermo Latinus*, responsável pela norma codificada pela *Latinitas*³⁴⁶. Outros gramáticos, como Diomedes, Consêncio, Carísio e Donatiano vinculam a noção de uso à expressão da língua latina falada, embora, muitas vezes, tal expressão seja contrária à *ratio artis*, de todo

³⁴⁴ Cf. *Est etiam sua loquentibus observatio, sua scribentibus. Sermo constat ratione uetustate auctoritate consuetudine (...). Consuetudo uero certissima loquendi magistra, utendumque plane sermone, ut nummo, cui publica forma est.*

³⁴⁵ Cf. *Latinitas est incorrupte loquendi observatio secundum Romanam linguam. Constat autem, ut adserit Varro, his quattuor, natura analogia consuetudine auctoritate. Natura uerborum nominumque inmutabilis est nec quicquam aut minus aut plus tradidit nobis quam quod accepit. Nam si quis dicat scrimbo pro eo quod est scribo, non analogiae uirtute sed naturae ipsius constitutione conuincitur. Analogia sermonis a natura proditi ordinatio est secundum technicos neque aliter barbaram linguam ab erudita quam argentum a plumbo dissociat.*

³⁴⁶ Cf. Pompeu, *Comm.*, GL V,232,4: *Nouimus enim sermonem Latinum his rebus contineri, usu arte auctoritate* (“Sabemos que a língua latina é formada por estes elementos: uso, arte, autoridade”).

modo, reconhecem a relevante dicotomia entre o que apregoa a “lógica” da língua, por um lado, e como ela é comprovada e/ou contradita pelo uso dos falantes³⁴⁷.

Em suma, o que a consideração do *usus* nos autores das *artes* nos faz perceber é que, ao mesmo tempo em que se reconhece uma expressão de linguagem consagrada pelos usuários da língua, no mais das vezes diferente daquela apregoadada pelas “regras” apresentadas nas *artes* (*ratio artis*), não se dissociam tais comentários do comprometimento de tais manuais com o conceito de *Latinitas*. Isso significa reconhecer que, malgrado a percepção do uso linguístico, a constatação de tais ocorrências não resulta em uma análise mais aprofundada, mas se limita à atribuição de tais formas às construções que os gramáticos consideram como ornatos ou figuras quando autorizadas pelo emprego dos grandes autores ou, então, vícios, quando carentes de legitimação nos textos do cânone. De toda forma, o *usus loquendi*, quando em contradição com a *ratio artis*, são sempre construções, de certo modo, avaliadas em separado, como algo particular, conforme avaliamos no capítulo 2.

Por outro lado, na obra de Prisciano, o conceito de *usus* se desvincula da noção de *Latinitas*, à qual o gramático faz escassa referência, mas se torna um conceito

³⁴⁷ Cf. Diomedes (GL I,439,25-29): *Consuetudo non ratione analogiae sed uiribus par est, ideo solum recepta, quod multorum consensione conualuit, ita tamen ut illi artis ratio non accedat sed indulgeat*. (“O costume não corresponde à lógica da analogia, mas aos homens, pois que, tomado sozinho, se fortalece com o acordo de muitos indivíduos, porém, de tal maneira que a lógica da arte não se conforma a ele, mas lhe é complacente”). Consêncio (*Cons.*, GL V,376,29): *Quaedam frequentatiua creduntur, sed usu loquendi pro meditatiuis aut inchoatiuis usurpantur, ut est dormio dormito*. (“Certas formas verbais são consideradas frequentativas, mas são empregadas no lugar das meditativas ou incoativas pelo uso da fala, como é *dormio* e *dormito*”). Carísio (*Char.*, GL I,156,1): *ager usu non ratione dicitur* (“*ager* se diz pelo uso, não pela lógica”). Donatiano (*Don. Frag.* GL VI,275,13): *loquendi facultatem usus inuenit, ratio comprouauit*. (“A faculdade da fala se deparou com o uso, mas a lógica comprovou”).

mais amplo que, ao lado da *ratio*, tem a virtude de explicar fenômenos que antes eram considerados barbarismos e solecismos, ocorrências que, teoricamente, violariam as “regras lógicas” da língua. Assistimos, portanto, a uma considerável mudança na forma como os conceitos de *ratio* e *usus* são ressignificados na obra de Prisciano em relação aos tratados gramaticais latinos anteriores, bem como a uma notável diferença de explicação dos fenômenos do barbarismo e do solecismo.

Dito de outro modo, como os conceitos de *ratio* e *usus*, frequentemente associados a *auctoritas*, não se dissociavam da noção de *Latinitas* nos gramáticos latinos anteriores, as construções características do barbarismo e do solecismo, conforme avaliamos no capítulo 2, eram interpretadas como ocorrências particulares contrárias a essa norma de caráter linguístico e social codificada pela *Latinitas*. Por outro lado, ao abdicar da preocupação com a *Latinitas*, Prisciano destaca os conceitos de *ratio* e *usus* e os põe no mesmo patamar, sem referência a nenhum elemento externo à língua, tomando-os como critérios intrínsecos à própria explicação gramatical, capazes de oferecer interpretações mais ou menos conclusivas não somente a respeito das ocorrências regulares da língua (em acordo com a *ratio*), como também do barbarismo e do solecismo e das presumidas variações (em desacordo com a *ratio*, mas de acordo com o *usus*).

Assim, no *De constructione*, *ratio* e *usus* são conceitos interpretados em complementaridade, dos quais o gramático lança mão para oferecer explicações sobre as construções regulares da língua, que obedecem claramente à “lógica interna da

linguagem” (a *ratio*), como também sobre as ocorrências que, consagradas pelo emprego efetivo e real, parecem estar em desacordo com essa mesma lógica, mas são compreendidas à luz de outro conceito, o de *figura*. Assim, construções que, no contexto das *artes*, eram particularizadas em determinados contextos, e consideradas “ornatos” ou “vícios”, tornam-se variações possíveis, expressões comuns e constitutivas da linguagem.

É interessante notar que, ao longo dos livros XVII e XVIII das *Institutiones*, o termo “solecismo” (*soloecismus*) aparece somente em três ocasiões³⁴⁸, ao passo que o termo “barbarismo” (*barbarismus*), em somente uma³⁴⁹. Por outro lado, o termo “figura” (*figura*) e seus derivados (*figurate*, *figuratio*), frequentemente associado a “variação” (*uariatio*) e derivados (*uariare*), aparecem quase cinquenta vezes ao longo dos dois livros³⁵⁰. Isso evidencia, no *De constructione*, que muitas construções que seriam teoricamente consideradas contrárias às regras da língua (*inconcinne*) e que representariam, portanto, casos de solecismo ou de barbarismo, são reinterpretadas como ocorrências normais da língua, pois não evidenciam, propriamente, desvios ou más-construções, representando antes usos figurados, legitimados por sua frequência de ocorrência nos textos ou pela *auctoritas* de seu emprego nos grandes autores.

³⁴⁸ “Solecismos” (*soloecismus*): *Inst. gram.* XVII, 111,14 e 167,21; XVIII, 211,6.

³⁴⁹ “Barbarismo” (*barbarismus*): *Inst. gram.* XVII, 111,17.

³⁵⁰ “Variação” (*uariatio*, *uariare*): *Inst. gram.* XVII, 162,6; 183,21; 186,13; 192,10; 192,12; 193,1; 193,5; 201,12. “Figuras” (*figura*, *figurate*, *figuratio*): *Inst. gram.* XVII, 117,21; 119,14; 145,4; 146,7; 146,9; 162,6; 166,16; 181,6; 182,20; 182,27; 183,20; 186,13; 186,14; 187,12; 190,3; 192,10; 193,2; 201,12; 201,16; 205,1; 205,10; 206,7; 206,8; XVIII, 220,11; 235,3; 235,10; 236,25; 238,11; 271,8; 309,21; 316,14; 338,5; 341,8; 352,16; 359,18; 365,21; 367,4; 344,13 e 376,18.

A abordagem das “figuras” enquanto variações possíveis na sintaxe da língua indicia, por assim dizer, o fato de que, além da *ratio*, o gramático considera também o *usus* como elemento importante para a explicação da *constructio*. Expliquemos essas distinções com alguns exemplos:

Na realidade, os pronomes possessivos de terceira pessoa, sem outra palavra que indique o seu possuidor, não podem, por si mesmos, associar-se a outra pessoa. Se, de fato, eu disser *suus seruus ministrat mihi* ou *tibi*, cometo um solecismo, pois se constrói corretamente com um possessivo de primeira e segunda pessoa, conforme mostramos, não importando a pessoa com a qual se associe (...). Porém, o possessivo de terceira pessoa pode não somente referir-se a todas as formas pronominais de terceira pessoa, mas também à dos nomes, como *suus istius, illius, ipsius, hominis* [“o seu desse, daquele, do próprio, do homem”]; sem adicionar tais termos, não se tem um sentido completo.³⁵¹

(Prisciano, *Inst. gram.* XVII, GL III, 167,24-168,5)

A distinção que se pretende fazer é quanto ao emprego de possessivos de primeira e segunda pessoas, que, mesmo sem explicitá-lo, fazem referência clara ao possuidor (necessariamente um dos interlocutores), e os pronomes de terceira, sem referência explícita. Ao passo que se possam empregar os possessivos de primeira ou segunda pessoas sem explicitar o possuidor (e sem prejuízo da completude do sentido do que se diz), o emprego de pronomes de terceira sem o possuidor claramente identificado

³⁵¹ Cf. *Tertiae uero personae possessiuum sine uoce altera significante possessorem suum non potest adiungi alii personae per se: si enim dicam suus seruus ministrat mihi uel tibi, soloecismum facio, quod in possessiuo primae et secundae personae, sicut ostendimus, recte construitur, cum quacumque persona copuletur (...), tertiae uero personae possessiuum non solum ad omnes uoces pronominum tertiae personae, uerum etiam nominum potest referri, ut suus istius, illius, ipsius, hominis, sine /quibus additis perfectum sensum non habet.*

produz uma oração de sentido incompleto e, portanto, caracteriza um solecismo. Trata-se, com efeito, de uma construção contrária às regras que determinam a sintaxe da língua, que, conforme vimos, tem como resultado a composição de uma oração bem-construída (*oratio congrua*) e de sentido completo (*perfecta sententia*)³⁵². Vejamos mais um caso:

Se, porém, retirarmos os pronomes desta construção, que se constrói com nominativo, dizendo *Priscianus scribo* [“Prisciano escrevo”], *Apollonius scribis* [“Apolônio escreves”], produzimos um solecismo (...) Do mesmo modo, portanto, não dizemos *ille lego* [“aquele leio”] ou *ille legis* [“aquele lê”], como também não dizemos *Priscianus lego* [“Prisciano leio”] ou *Apollonius legis* [“Apolônio lê”]. Do modo, porém, como se pode dizer corretamente *ille ego lego* [“eu, aquele, leio”] e *tu ille legis* [“tu, aquele, lê”], assim como *Priscianus ego lego* [“Eu, Prisciano, leio”] e *tu Apollonius legis* [“tu, Apolônio, lê”] ou *Apolloni* [“Ó Apolônio, tu lê”]. É possível, de fato, associar tanto um nominativo quanto um vocativo a pronomes de segunda pessoa. Em Virgílio:

Ille ego, qui quondam gracili modulatus auena

Carmen.

[“Eu, aquele que certa vez modulou um canto com graciosa flauta” – Virgílio, *Aen.* I, 1-2]

Horácio, nas *Sátiras* I:

Tune Syri, Damae aut Dyonisi filius audes?

[“Acaso tu, filho de Sírrio, Dama ou Dionísio, ousas?”]³⁵³

(Prisciano, *Inst. gram.* XVIII, GL III, 211,4-16)

³⁵² Conforme já comentamos no capítulo 4, a definição de oração tal qual Prisciano apresenta combina aspectos que hoje chamamos de “sintáticos” (a concatenação de partes menores de acordo com a *congruitas*), mas também “semânticos” (o fato de se produzir uma completude de sentido). Um e outro aspecto se entrelaçam: não há boa construção sem “sentido completo”.

³⁵³ Cf. *Si uero tollamus pronomina ab hac constructione, quae nominatiuo construitur, dicendo Priscianus scribo, Apollonius scribis, soloecismum facimus. (...) Quomodo ergo non dicimus ille lego uel ille legis, sic non dicimus Priscianus lego nec Apollonius legis; quomodo autem ille ego lego et tu ille legis recte dicitur, sic Priscianus ego lego et tu Apollonius legis uel Apolloni. Licet enim et nominatiuum et uocatiuum nominis secundis adiungere pronominum personis. Virgilius:*

*‘ille ego, qui quondam gracili modulatus auena
Carmen’.*

Horatius in I sermonum:

tune Syri, Damae aut Dionysi filius audes?’

No excerto citado, as construções *Apollonius scribis/legis*, *Priscianus scribo/lego*, bem como *ille lego/legis*, atestam casos de solecismo por representarem construções que violam a *ratio*. Não apresentam, de fato, *consequentia* entre seus elementos, *i.e.* aquela homogeneidade de emprego de pessoa, conceito semelhante ao que hoje chamamos de “concordância”. Por outro lado, as construções *tu Apollonius/Apolloni legis* (com o nome próprio no nominativo ou vocativo) e *ego Priscianus lego*, assim como as formas *ille ego lego* ou *tu ille legis* são consideradas aceitáveis, pois a concordância se faz entre os pronomes pessoais e o verbo ao qual se ligam, sendo, ademais, também ocorrências atestadas pelo emprego dos autores citados (Virgílio e Horácio)³⁵⁴. Com estes exemplos – aliás, os únicos em que Prisciano faz referência específica a casos de solecismo –, compreendemos que tais construções são compreendidas em relação à *ratio*, ferindo-lhe ou violando-lhe certos princípios, tal como a *consequentia*.

De forma rigorosa, caracterizam “solecismos”, portanto, somente aquelas construções que, de fato, **não são empregadas na língua** (*non dicimus*³⁵⁵ ‘*Priscianus*

³⁵⁴ A evocação de autores do “cânone clássico” – no caso, de Virgílio e Horácio – para demonstrar a legitimidade de usos da linguagem que seriam considerados antes como “desvios” revela, como veremos adiante, uma importante estratégia de apelo à *auctoritas ueterum* para justificar o novo ponto de vista: a maior parte dos exemplos de “solecismos” são ocorrências possíveis de manifestação da linguagem, representando “variações” do uso aceitáveis. Por outro lado, parece-nos também possível pensar que a insistência na citação de tais autores também nos diz algo quanto à natureza desse uso que se quer caracterizar. Não se trata, com efeito, de qualquer uso.

³⁵⁵ A preocupação com o uso efetivo da língua, que pode referendar até construções contrárias às suas regras internas (construções que, conforme veremos em seguida, caracterizam as *figurae* ou *uariationes*), revela-se na insistência da repetição da fórmula *non dicimus* (“não dizemos...”), *nemo dicit* (“ninguém diz”), encontráveis em muitas passagens ao longo dos livros XVII e XVIII. Grifos nossos.

lego'...). Por outro lado, aquelas que, aparentemente, violam tais princípios, mas são legitimadas pelo uso, como, por exemplo, *ille ego lego*, enquadram-se não propriamente na instância do solecismo, mas representam empregos “figurados”.

Há variações, porém, como foi dito, por transitividade e reflexividade, não somente de casos e números, mas também de gêneros, como *illos laedit mulier* [“a mulher fere aqueles”] e *illum laedunt mulieres* [“as mulheres ferem aquele”]. Em matéria tão clara, é desnecessário evocar os testemunhos do uso dos autores. Deve-se, entretanto, saber que pela figura que os gregos chamam de ἀλλοιότητα, isto é, variação, pela πρόληψις ou σύλληψις, isto é, pela antecipação ou combinação, pelo ζεύγμα, isto é, pela adjunção, coincidência, que os gregos chamam συνέμπτωσης, ou pela permutação, isto é, ἀντίπτωσις, associam-se diferentes números, gêneros, casos, tempos e pessoas, não somente transitivamente, mas também reflexivamente e, ainda, intransitivamente, o que pensamos ser necessário comprovar com exemplos diversos de autores tanto gregos quanto latinos.³⁵⁶

(Prisciano, *Inst. gram.* XVII, GL III, 183,18-184,5)

Prisciano afirma que as variações de caso, número, pessoa, tempo, gênero etc. que se realizam na língua e, no mais das vezes, não confirmam o princípio da “homogeneidade formal” (*consequentia*) entre os elementos da sentença, ilustram, por outro lado, a coexistência de uma expressão figurada da linguagem, atestada nos

³⁵⁶ Cf. *Variantur autem, ut dictum est, per transitiones et reciprocationes non solum casus et numeri, sed etiam genera, ut illos laedit mulier et illum laedunt mulieres. superuacuum est in re tam manifesta usus auctorum testimonia proferre; illud tamen sciendum, quod per figuram, quam Graeci ἀλλοιότητα uocant, id est uariationem, et per πρόληψιν uel σύλληψιν, id est praeceptionem siue conceptionem, et per ζεύγμα, id est adiunctionem et concidentiam, quam συνέμπτωσιν Graeci uocant, uel procidentiam, id est ἀντίπτωσιν, et numeri diuersi et diuersa genera et diuersi casus et tempora et personae non solum transitivae et per reciprocationem, sed etiam intransitivae copulantur, quae diuersis auctorum exemplis tam nostrorum quam Graecorum necessarium esse duximus comprobare.*

exemplos de autores que se comentam e explicam. Assim, tais figuras elencadas por Prisciano são compreendidas como manifestações de um mesmo fenômeno da linguagem relativamente comum: a “variação” (*uariatio*/ἀλλοιότης).

Desse modo, da mesma maneira que o solecismo é reinterpretado na obra de Prisciano como uma construção contrária à *ratio*, e não atestada, e não um “vício” em relação ao “bem dizer”, assistimos também a uma redefinição do antigo conceito de figura, que não mais se refere à noção de “ornato” da linguagem com vistas à produção de determinados efeitos poéticos e/ou retóricos, tal como, *grosso modo*, se entendia no âmbito das *artes*, mas passa a representar manifestações comuns da língua, exemplares de seu “uso”, ainda que, muitas vezes, discordante da *ratio*.

Dito de outro modo, a *ratio* – e a *consequentia* – representam, na obra de Prisciano, um conceito explicativo “de primeira instância”, que dá conta de oferecer explicações para um certo número de fenômenos, mas não para todos. Aqueles em que as “regras lógicas” não são observadas, devem ser explicados, portanto, em “segunda instância”, à luz da noção de *usus e uariatio* (ou *figura*), podendo, por esta segunda análise, constituir expressões igualmente válidas na linguagem.

Em outras palavras, segundo Baratin (2010):

O ponto de partida é seguramente o mesmo. Seguindo Apolônio, Prisciano propõe, com efeito, o princípio sintático da *consequentia*, que é compreendido em um sentido específico: dado um elemento em primeira pessoa, aqueles que lhe fazem referência, se lhes diz respeito a categoria de pessoa, devem estar igualmente na primeira pessoa, assim como aquele que se relaciona com uma palavra no plural deve estar no plural, e o mesmo para as demais categorias gramaticais, segundo uma

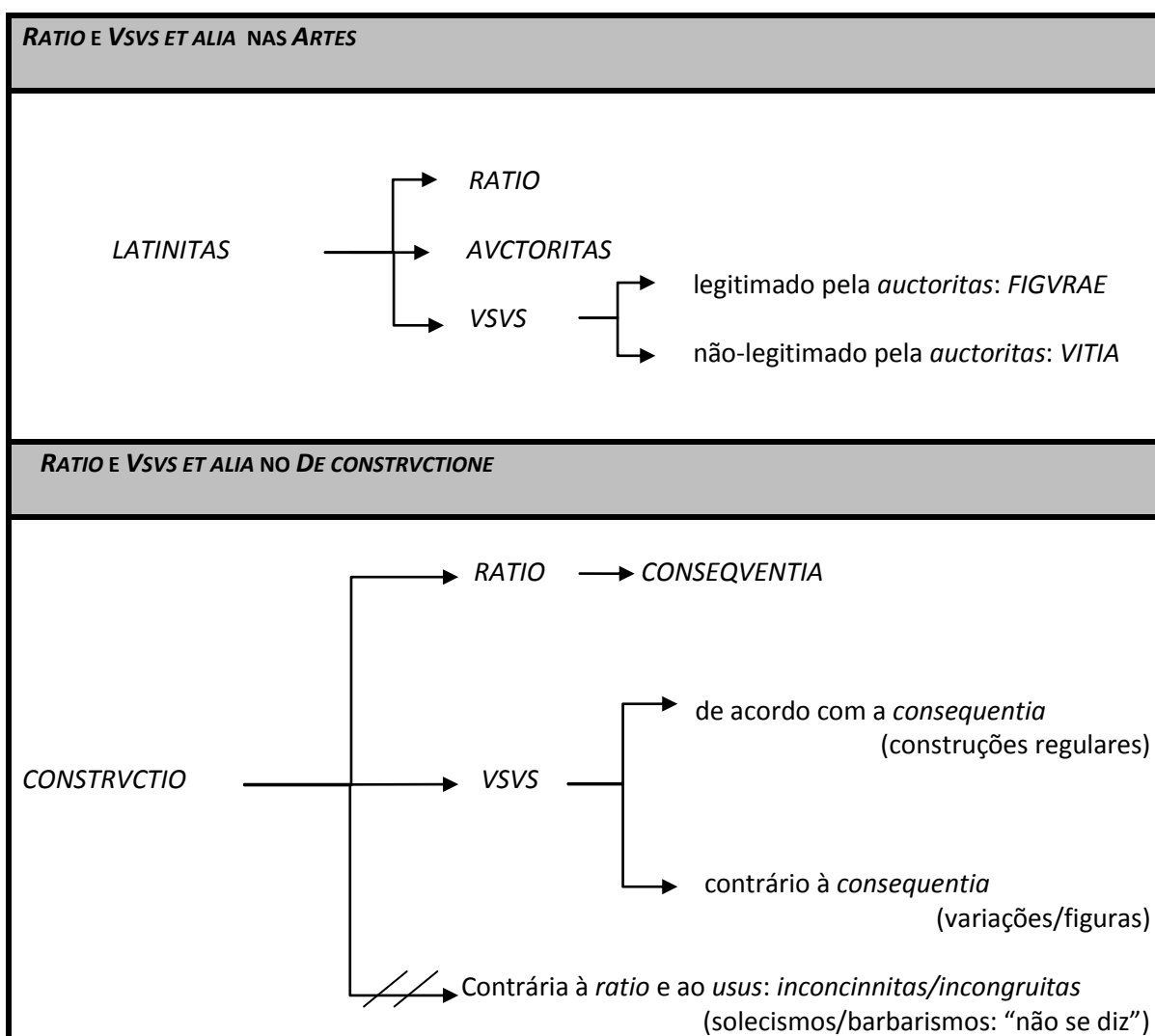
espécie de princípio de alinhamento. O propósito de Prisciano é o de expor, em seguida, as faltas a tal princípio de alinhamento – faltas que ele designa pelo nome genérico de *figuras* – mas sem se preocupar a saber se são ou não “faltas” (...). O emprego constante dessa noção [figuras] em Prisciano, nos convida a pensar em *variações*, e não é porque são contrárias à *ratio* em uma primeira análise, que elas serão, entretanto, excusáveis em um segundo momento, porque atestadas (...) Diante dessa *consequentia*, apresentada como a aplicação imediata e concreta da *ratio*, as figuras são, de qualquer maneira, *metalinguísticas*, na medida em que elas não fazem referência senão à *descrição* do sistema linguístico – em relação ao qual constituem variações.³⁵⁷

(Baratin, 2010, p. 26)

Assim, em linhas gerais, no *De constructione* existe uma reconfiguração dos antigos conceitos de *ratio*, *usus* e *figura* que faz tornarem-se parte da gramática da língua não somente as ocorrências atestadas e de conformidade com as “regras lógicas”, mas também aquelas outras construções que representem variações dessas regras, consagradas pelo uso literário ou não.

Em síntese, de forma esquemática:

³⁵⁷ “Le point de départ est assurément le même. À la suite d’Apollonius, Priscien pose en effet le principe constructif de la *consequentia*, qu’il entend dans un sens strict: soit un element à la 1^{re} personne, les elements qui s’y rapportent, s’ils relèvent de la catégorie de la personne, doivent être également à la 1^{re} personne, tout comme ce qui ce rapport à un pluriel doit être au pluriel, et de même pour les autres catégories grammaticales, selon une sorte de principe d’alignement. Le propos de Priscien est d’exposer ensuite les manquements à ce principe d’alignement – manquements qu’il désigne du nom générique de *figures*, mais sans se préoccuper de savoir si ce sont ou non des “fautes”. (...) L’emploi Constant de cette notion chez Priscien invite à le penser, d’écarts, ce n’est pas parce que, contraires à la *ratio* en première analyse, elles seraient néanmoins excusables dans un second temps parce qu’attestés. (...) Face à cette *consequentia*, présentée comme l’application immédiate et concrète de la *ratio*, les figures sont en quelque sorte métalinguistiques, dans la mesure où elles ne font référence qu’à la *description* du système linguistique – par rapport auquel elles constituent des écarts”.



Quadro 5.1. *Ratio* e *Vsus* nos gramáticos antigos

Na sequência da argumentação, Prisciano oferece muitos exemplos de variação em número, gênero, caso, tempo, pessoa, partes da oração. Vejamos mais um:

Portanto, há construções com números diferentes, como em Virgílio, na *Eneida* I:

Pars in frusta secant ueribusque trementia figunt,

[“Uma parte corta em pedaços e [os] espeta ainda tremendo, como oferendas” – Virgílio, *Aen.* I, 212]

onde há concordância pelo sentido, já que uma “parte” (*pars*) dos troianos faz entender muitos, levando o verbo *secant* ao plural. Da mesma forma em Homero:

ὥς φάσαν ἡ πλῆθυσ

[“assim diz o povo” – Homero, *Il.* 2, 278]³⁵⁸

(Prisciano, *Inst. gram.* XVII, GL III, 184,6-11)

Na passagem acima, verificamos que os verbos *secant* (3ª p. pl. pres. ind. de *seco*, “cortar”) e φάσαν (3ª p. pl. pres. ind. de φημί, “falar”) têm como sujeitos nomes no singular, mas que expressam sentido coletivo. É esse o motivo pelo qual o gramático admite essa construção contrária ao princípio da *consequentia*: trata-se, com efeito, de uma construção “pelo sentido” (*ad sensum*), de resto referendada na tradição literária grega e latina. O exemplo latino de que Prisciano se serve, ao lado daquele que apresenta à frente, das *Heroides* (I, 88) de Ovídio (*turba ruunt*, “a turba se precipita...”), são exemplos que gramáticos latinos predecessores utilizavam para ilustrar o solecismo³⁵⁹.

³⁵⁸ Cf. *Construuntur igitur diuersi numeri, ut Virgilius in I Aeneidos:*

‘pars in frusta secant ueribusque trementia figunt’;

ad sensum enim, quia pars Troianorum plures in hoc loco intelleguntur, plurale reddidit uerbum secant, quomodo et Homerus:

‘ὥς φάσαν ἡ πλῆθυσ’.

³⁵⁹ Cf. *Sacerdos, Sac.*, GL VI, 450,2; *Diomedes, Diom.*, GL I, 454, 14; *Sérvio, Comm.*, GL IV, 446,37-447,1, etc. O mesmo exemplo, aliás, aqui considerado como uma variação possível na língua, explicado pela *ratio ad sensum*, tinha sido categorizado como “solecismo” por Donato (*Ars*, GL IV, 370,371), no trecho que apresentamos páginas atrás, o que bem serve para testemunhar a diferença de tratamento que queremos apontar entre as análises de Prisciano e as dos gramáticos predecessores: *Solecismus fit duobus modis, aut per partes orationis aut per accidentia partibus orationis. (...) Per numeros, sicut «pars in frusta secant» pro secat. Per conparationem, sicut «respondit luno Saturnia sancta dearum» pro sanctissima. Per casus, sicut «urbem quam statuo uestra est» pro urbs quam statuo. Per modos uerborum, sicut «itis, paratis arma quam primum, uiri» pro ite parate: indicatiuum modum pro imperatiuo posuit. (“O solecismo se faz de dois modos: ou pelas partes da oração ou pelas suas propriedades. (...) Por números, como *pars in frusta secant*, em vez de *secat*. Por comparação, como *respondit luno Saturnia sancta dearum*, em vez de *sanctissima*. Por caso, como *urbem quam statuo uestra est*, em vez de *urbs quam statuo*. Pelos modos dos verbos, como *itis*,*

Em Prisciano, porém, as mesmas ocorrências se prestam a exemplificar a figura da “variação”, o que revela, sem dúvida, a reconfiguração teórica que Prisciano realiza em sua obra em relação às *artes*: uma ocorrência outrora vinculada a um desvio da *Latinitas* agora se analisa como uma variação possível em relação à *ratio*.

As ocorrências de construções em aparente contradição com os princípios regulares da língua são raramente classificadas como casos de solecismo (salvo nos exemplos já mencionados acima); na maior parte, são analisadas como variações, instâncias do uso linguístico referendadas seja pela fala comum, seja pelo testemunho dos autores. É o que, por exemplo, ocorria com as construções partitivas (*constructio diuiduorum*), as quais, de acordo com os princípios lógicos da língua (*ratio*), requereriam as palavras no genitivo (partitivo), mas o uso consagrava o emprego do nominativo, ocorrência, aliás, atestada desde Homero:

Deve-se saber que, nesse tipo de construção partitiva, se pela antecipação, isto é, pela πρόληψις, o verbo no plural é anteposto aos dois termos subsequentes, é possível antepor um nominativo, como *aquillae deuolauerunt, haec ab oriente, illa ab occidente* [“as águias desceram voando, uma do oriente, a outra do ocidente”]; se, porém, aos termos repartidos, seguem verbos no singular, será necessário antepor um genitivo partitivo no plural, como *aquilarum altera deuolauit ab oriente, altera ab occidente* [“das águias, uma desceu voando do oriente, outra do ocidente”]. Não se admire isto acontecer, pois, regularmente, um verbo, esteja em preposição, esteja em posposição, exige para si um nominativo. (...) Entretanto, a autoridade é dos antigos quando se prefere um nominativo ao genitivo plural, como em Homero:

paratis arma quam primum, uiri, em vez de *ite parate*, onde se empregou o indicativo em vez do imperativo”).

Οἱ δὲ δύο σκόπελοι ὁ μὲν οὐρανὸν εὐρὺν ἱκάνει
 [“Os dois penedos, um atinge o vasto céu” – Homero, *Od.* 12, 13]

Contudo, a arte [da gramática] exigiria empregar um genitivo, isto é, τῶν δὲ δύο σκοπέλων [“dos dois penedos”]. Em vez disso, o nominativo é usado. Igualmente, se alguém disser *duo fratres, alter maior, alter minor est* [“dois irmãos, um é maior e outro menor”] cometerá um erro; deve, de fato, dizer: *duorum fratrum, alter maior, alter minor est* [“de dois irmãos, um é maior e outro menor”].³⁶⁰

(Prisciano, *Inst. gram.* XVII, GL III, 125,15-126,15)

É interessante observar que a passagem atesta a única ocorrência do termo *uitium* (“erro”, “vício de linguagem”) ao longo do *De constructione*. No contexto, o gramático está precisamente referendando, através do recurso aos autores, uma construção que a tradição gramatical latina anterior (das *artes*) considerava um “vício de linguagem”. Tal é a oposição que se faz no trecho: entre o que as *artes*, por um lado, recomendariam (*i.e.* o emprego considerado regular, com o genitivo plural), e o que a autoridade do uso dos antigos, por outro, já legitimava (*i.e.* a variação desse emprego, utilizando-se o nominativo). Não significa, portanto, que Prisciano inclua o conceito de *uitium* em sua obra – uma única passagem seria, ademais, insuficiente. Ao contrário,

³⁶⁰ Cf. *Et sciendum, quod in huiusmodi constructione diuiduorum, si per praesumptionem, id est κατὰ πρόληψιν, praeponitur plurale uerbum ad utrumque sequens, licet nominatiuum anteferre, ut aquilae deuolauerunt, haec ab oriente, illa ab occidente; sin ad ea, quae diuiduntur, singulariter uerba consequentur, genetium oportebit praeponi pluralem diuidendum, ut aquilarum altera deuolauit ab oriente, altera ab occidente; nec mirum hoc fieri, cum uerbum siue praepositum siue consequens iure sibi exigat nominatiuum. (...) Auctoritas tamen ueterum est, quando pro genetiuo plurali nominatiuum praeponit ut Homerus:*

Οἱ δὲ δύο σκόπελοι ὁ μὲν οὐρανὸν εὐρὺν ἱκάνει,

Cum ars exigeret genetium dicere, id est τῶν δὲ δύο σκοπέλων, pro eo nominatiuo est usus. Similiter si quis dicat ‘duo fratres, alter maior, alter minor est’, uitium facit, debet enim dicere ‘duorum fratrum, alter maior, alter minor est’.

parece-nos que a citação contribui, precisamente, para invalidar aquelas análises que se detinham sobre esse conceito em prol de uma avaliação mais específica do solecismo – conforme vimos nas outras duas ocorrências em que ele aparece.

Ou seja, aquilo que as *artes* tratavam como um solecismo (*i.e.* uma ocorrência viciosa em relação ao “bom latim” característico da *Latinitas*) agora é analisado como uma ocorrência contrária à *ratio*, dividindo-se em duas categorias: aquelas formas não atestadas pelo uso dos autores (o “solecismo” propriamente dito, um número menor de ocorrências de construções, de fato, não empregadas na língua, visto que impossíveis/agramaticais, *nemo dicit*, “ninguém diz...”) e aquelas formas que, não obstante serem empregadas contrariamente aos princípios lógicos da língua, são empregadas pelos cidadãos letrados e encontradas, por exemplo, na prosa e no verso dos bons autores (as “figuras”), conforme ilustrado no quadro 5.1.

Com relação a este segundo tipo – ocorrências contrárias à *ratio*, mas legitimadas pelo *usus* – é interessante observar que a *auctoritas ueterum* não mais se presta a validar um emprego de linguagem, necessariamente, próprio do “bom latim” segundo a *Latinitas* – de caráter, portanto, “normativo” –, mas representa elemento indissociável da descrição gramatical que tem por base a *ratio*, mas inclui também o *usus* na abordagem dos fenômenos da língua. O testemunho dos autores se põe, portanto, como um ponto de observação privilegiado de como a língua poderia, de fato, ser empregada.

Em outras palavras, a abordagem de tais construções delineia a tensão entre a amplitude explicativa da *ratio* e as ocorrências a ela contrárias, mas que são legitimadas pelo *usus*. Assim, ocorrências que, no mais das vezes, a tradição gramatical latina considerou como construções viciosas, visto que contrárias à *Latinitas*, parecem a Prisciano construções perfeitamente normais, ainda que contradigam as regras lógicas da linguagem, representando, em suma, variações legitimadas pelo uso da língua. *Ratio* e *usus* são, portanto, critérios igualmente válidos para a constituição da *syntaxis* ou *constructio* em Prisciano:

Toda construção, que os gregos chamam de *σύνταξις*, deve ser feita tendo em vista a compreensão do que se diz. Assim, por meio das diversas figuras que mostramos acima, os autores costumam variar os termos na construção, os quais, embora pareçam estar dispostos inadequadamente no que diz respeito às palavras [que os compõem], julgam-se, entretanto, pela lógica dos sentidos, como corretissimamente ordenados.³⁶¹

(Prisciano, *Inst. gram.* XVII, GL III, 201,12-16)

É importante, ainda, observar que as análises de Prisciano não somente sublinham, de forma ampla, importante diferenciação em relação ao seu modelo teórico ao concederem espaço relevante às evidências empíricas da língua – às ocorrências textuais e aos exemplos forjados – no escopo da explicação gramatical, mas também, de

³⁶¹ Cf. *Omnis constructio, quam Graeci σύνταξιν uocant, ad intellectum uocis est reddenda. Itaque per diuersas figuras uariare solent auctores in constructione accidentia, de quibus in supra docuimus, quae, quamuis quantum ad ipsas dictiones incongrue disposita esse uideantur, tamen ratione sensus rectissime ordinate esse iudicantur.*

forma específica, representam uma transformação do próprio conceito em Apolônio. Na obra grega, conforme avalia Baratin (2010, p. 27), solecismos e variações consagravam somente “desvios de sintaxe”³⁶², contrários à lógica da linguagem; em Prisciano, porém, conforme vimos até aqui, sua inserção no âmbito do *uso linguístico*, representado pelas construções atestadas, permite sua interpretação como ocorrências de linguagem tão legítimas quanto aquelas previstas pelas “regras”: as “figuras”.

Em outras palavras, com a inserção da instância do *uso linguístico* para a compreensão de fenômenos de linguagem, Prisciano alarga a concepção de sintaxe herdada de seu modelo:

Fundada sobre a análise dos *accidentia* das diferentes categorias de palavras, a busca de um princípio explicativo, de uma *lógica interna* das estruturas, não permite a Prisciano mais que dar conta de algumas estruturas fundamentais. Mais que Apolônio, Prisciano é sensível a essa limitação da *ratio* em relação ao *usus* (...).³⁶³

(Baratin, 1989, p. 478)

³⁶² Cf. Baratin (2010, p. 27): “La question de la ‘faute de construction’, préoccupation essentielle d’Apollonius, devient secondaire chez Priscien, à défaut de disparaître complètement. En revanche, à l’intérieur de l’*usage*, c’est-à-dire de l’ensemble des constructions attestées, le classement rhétorique des figures de genre grammatical offre le mode d’exposition le plus complet de tout ce que constitue un *écart* du point de vue grammatical”. (“A questão da “falta de construção”, preocupação essencial de Apolônio, se não desaparece completamente, se torna secundária em Prisciano. Por outro lado, no interior do *uso*, isto é, do conjunto de construções atestadas, a classe retórica das figuras de gênero gramatical oferece o modo de exposição mais completo de tudo o que constitui *variação* do ponto de vista gramatical”).

³⁶³ Cf. “Fondée sur l’analyse des *accidentia* des différentes catégories de mots, la recherche d’un principe explicatif, d’une *logique interne* des structures, ne permet à Priscien que de rendre compte de quelques structures fondamentales. Plus qu’Apollonios, Priscien est sensible à cette limitation de la *ratio* par rapport à l’*usus* (...)”.

5.4 Ainda o uso: um arquivo de *exempla* no livro XVIII

Em recente conferência³⁶⁴, Baratin (2011) tece alguns comentários sobre o emprego de citações de autores pelos textos gramaticais latinos, sobretudo as *artes*. Destaca o recuo histórico que tais citações apresentavam (em geral, são extraídas de autores do “cânone clássico”, anteriores aos autores das *artes* em alguns séculos), bem como a desproporção na representatividade de tais autores dentro do *corpus* de textos latinos disponíveis (haja vista, por exemplo, a primazia concedida a alguns prosadores e poetas em relação a outros). Tais características podem ser confirmadas ao longo do *De constructione*. De fato, tendo sido escrita em meados do século VI (entre 526-527 d.C., precisamente), a obra apresenta citações de autores desde Homero (séc. VIII a.C.) até Juvenal (século I-II d.C.). Além disso, ao passo que a maior parte das citações seja de Virgílio e Terêncio – entre os latinos –, Homero e Demóstenes – entre os gregos –, autores canônicos como Quintiliano e César não são jamais citados ao longo da obra.

Destaquemos, também, a partir da fala de Baratin, que as citações de textos de prosadores e poetas parecem responder às antigas funções das *artes*: 1) uma função “pedagógica”, *i.e.* as *artes* como propedêutica para a retórica, e, portanto, representando um nível de treinamento de expressão linguística encarregado de introduzir os antigos na leitura de textos poéticos com vistas a domínio de certa norma (*Latinitas*), e 2) uma

³⁶⁴ Refiro-me à conferência “*La littérature comme performance de textes techniques : les Artes grammaticae antiquae*”, apresentada como encerramento do XVIII Congresso Nacional de Estudos Clássicos, organizado pela Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos entre 17 e 21 de outubro de 2011. O texto, ainda não publicado, foi gentilmente cedido pelo seu autor.

função “filológica”, *i.e.* remontando à definição de Dionísio Trácio, as *artes* enquanto instância de crítica dos textos, com vistas à recuperação de textos e de determinados empregos das línguas de tempos mais remotos.

Todavia, buscando compreender a particularidade do *De constructione* em relação às *artes*, como entender a especificidade de seus *exempla* ao longo dos livros XVII e XVIII? Ainda que possamos assumir que as funções apresentadas pelo autor em sua conferência possam remanescer enquanto vestígios daquela tradição gramatical latina anterior à obra de Prisciano, a ruptura teórica e empírica que tentamos apontar entre as *Institutiones* e as *artes* levam-nos a cogitar a existência de outra funcionalidade para os excertos literários ao longo da obra. Dois indícios particulares do *De constructione* favorecem essa hipótese: 1) o procedimento textual de comparação (ou aposição) sistemática de citações latinas e gregas, o que já examinamos no item 5.2; e 2) o amplo espaço cedido à citação de autores nas últimas 100 páginas do livro XVIII, que representa, sem dúvida, uma seção particular da obra sem paralelo precedente no âmbito das *artes*.

Sem a pretensão de esgotar as questões que possam emergir da particularidade das citações em Prisciano, consideremos, assim, a parte final do livro XVIII, que chamamos “arquivo de *exempla*” por constituir, basicamente, um elenco vasto de citações de textos latinos e gregos, perfazendo cerca de 100 páginas (*Inst. gram.* XVIII, GL III, 278-377) e apresentando mais de 750 citações diferentes. Trata-se, com efeito, de valioso e inexplorado repertório de ocorrências textuais, algumas das quais sem outra fonte conhecida.

Os autores mais citados entre os latinos são, entre os que escreveram em versos: Virgílio (*Eneida*, *Bucólicas* e *Geórgicas*) e Terêncio (*Eunuco*, *Andria*, *Adelfos* e *Formião*); entre os que escreveram em prosa: Cícero (*In Catilinam*, *Pro Murena*, *In Verrem*) e Salústio (*Bellum Iugurthinum*, *De coniuratione Catilinae*). No repertório de citações gregas, destacam-se: Homero (*Ilíada*), Platão (*República*, *Górgias*, *Mênon*, *Hípias* etc.) e Demóstenes (*Filípicas*). Em número menor, são igualmente citados, entre os latinos: Lucano, Estácio, Pérsio, Tito Lívio, Horácio e Juvenal; entre os gregos: Eurípides, Menandro, Sófocles, Heródoto, Tucídides, Lísias, Aristófanes, Xenofonte e Isócrates. Por esse elenco de autores, percebe-se que o período temporal recoberto pelas citações de autores gregos vai do século VIII a.C., com Homero, ao III a.C., com Menandro, com especial ênfase nos autores áticos dos séculos V e IV a.C. Entre os latinos, o lapso temporal focalizado recobre, basicamente, o período que se estende do século III a.C., com Terêncio, ao século II d.C., com Juvenal. As citações recobrem textos de gêneros variados: poesia épica (Homero, Virgílio, Lucano, Estácio), poesia lírica (Horácio, Virgílio), poesia dramática (Sófocles, Eurípides, Menandro, Terêncio), oratória (Lísias, Isócrates, Cícero), diálogos (Platão), história (Heródoto, Tucídides, Salústio, Tito Lívio), embora a ocorrência dessa diversidade de gêneros apareça ao longo do texto fortuitamente, sem qualquer contextualização histórica ou comentário estilístico. O único procedimento de seleção dos textos que se depreende é o da intercalação de citações gregas e latinas, sempre a partir de um mote gramatical.

A predileção por autores gregos dos séculos IV e V a.C. – além de Homero, evidentemente – e latinos dos séculos I a.C. a II d.C. – além de Terêncio³⁶⁵ – não nos parece responder somente a certa convenção dos gramáticos (haja vista, por exemplo, serem esses os mesmos períodos recobertos pelas citações dos demais autores das *artes grammaticae*, sendo que, em Donato, também prevalece a mesma *quadrige auctorum*: Virgílio, Terêncio, Salústio e Cícero). Conquanto se possa argumentar que a citação de tais autores revela, até certo ponto, alguma filiação da obra de Prisciano à tradição latina donatiana³⁶⁶, parece-nos, porém, algo mais que isso: por constituírem um *corpus* de textos havia muito considerados “clássicos”³⁶⁷, tais excertos ilustram, sem dúvida, os

³⁶⁵ Homero (séc. VIII a.C.) e Terêncio (séc. III a.C.), embora representem um recuo temporal ainda maior em relação aos demais autores citados, que recobrem, como assinalamos, os períodos que hoje conhecemos como “clássicos” da literatura grega e latina, são, porém, por razões diversas, dois exemplos paradigmáticos para pensar o caráter modelar das citações no âmbito da gramática. Homero – em que pese a apreciação crítica de Platão, no século V – sempre foi considerado o “pai da Grécia”, em torno do qual o próprio conceito de ἑλληνισμός se definiu originalmente. Terêncio, por outro lado, embora um nativo de Cartago que chegou a Roma como escravo, celebrizou-se como autor latino, tendo produzido peças que a tradição posterior considerou como o mais perfeito exemplo de *Latinitas* (Syed, 2005, p. 361).

³⁶⁶ Ao longo da tese, viemos apontando, exatamente, a antítese da filiação de Prisciano à tradição gramatical de Donato (e dos autores das *artes*). Defendemos, com efeito, precisamente uma ruptura teórica e empírica quanto aos procedimentos e temas tratados nos dois domínios. A escassa citação de Donato, ademais, é indício desse afastamento teórico. Não podemos, contudo, conceber tal ruptura de forma absoluta, sendo evidente que determinados elementos da *ars donatiana* permanecem no texto de Prisciano. A seleção do “cânone” de autores citados, por exemplo.

³⁶⁷ O termo *classicus* é atestado em Aulo Gélcio (*Noct.*, 6, 13, 1: *classici dicebantur non omnes, qui in quinque classibus erant, sed primae tantum classis homines*, “eram ditos clássicos não todos que estavam nas cinco classes, mas somente os homens da primeira classe” e *Noct.*, 19, 8, 15, citando Frontrão, o autor afirma: *uel oratorum aliquis uel poetarum, id est classicus, adsiduusque aliquis scriptor, non proletarius*, “algum dos oradores ou poetas, um escritor distinto e não do populacho”) e consagrava, ainda na Antiguidade, um sentido próximo ao que tomamos aqui: o “clássico” é aquele que se destaca do geral, sendo considerado algo modelar. No que diz respeito à língua, os clássicos representam a classe de oradores e poetas considerados modelares – nem tanto pelas características intrínsecas de suas obras (o que não as nega, evidentemente), mas, sobretudo, pelo espaço que elas possuíam na cultura romana, no caso. O conjunto dessas obras estabeleciam determinado “cânone literário”, prescrito pelos gramáticos e rétores como parte

principais monumentos literários e intelectuais das culturas grega e romana antigas – seus épicos, dramaturgos, oradores e filósofos.

Além disso, o mais recente autor grego citado – Menandro – e o mais remoto autor latino – Terêncio – teriam produzido suas obras precisamente no mesmo século III a.C.. Ambos escreveram comédias, e Terêncio (assim como Plauto, citado no livro XVII) reconhece uma vinculação explícita entre suas obras (a *palliata*) e as de Menandro (a *νέα*). Assim, a relação de *imitatio* entre Terêncio e Menandro, bem como a coexistência de ambos os comediógrafos em períodos temporais contíguos sugerem, exatamente, a continuidade entre a tradição grega e latina, representando o elo entre as duas culturas, como se, de Homero a Juvenal, os textos revelassem produções intelectuais de uma tradição jamais interrompida: a civilização greco-romana. Isso vem ao encontro do que assinalamos no capítulo 2: a aproximação entre as duas culturas na obra de Prisciano não é expediente regido pelo acaso, mas revela sofisticada elaboração, do ponto de vista simbólico e cultural, de uma tentativa de unificação, cuja expressão prática se realizou nas políticas que visavam à reconquista de Roma e do lado ocidental do Império, realizada militarmente pelas tropas de Justiniano (imperador entre 527 e 565 d.C.).

Pelas citações gregas e latinas, comprova-se, ademais, não somente a teoria do *utraque lingua, i.e.*, a identidade entre as duas línguas, conforme examinamos antes, mas, pelas mesmas línguas, o que se faz evidenciar é a constatação da existência de uma mesma cultura. Nada de espantar, portanto, Virgílio e Homero serem os dois poetas, de

da formação do romano culto (cf. por exemplo o elenco de obras recomendados por Quintiliano, *Inst. or.*, X, 1).

longe, mais citados (embora, de fato, o latim e o grego por eles empregados já fossem bastante diferentes daquele latim e grego falados correntemente na Constantinopla do século VI. Mesmo o latim e o grego empregados em suas obras também, muito provavelmente, não espelhassem a forma comum e prosaica da fala grega e latina de seus próprios tempos).

O que nos desperta atenção, porém, quando examinamos esse amplo *corpus* de citações, é a ausência de exemplos extraídos da *Institutio oratoria*, de Quintiliano, bem como a escassa referência a gramáticos latinos, como Donato. Se, por um lado, a quase ausência de Donato (e de outros gramáticos latinos, tais como Diomedes, Carísio, Sérvio etc.) frise exatamente aquela ruptura teórica entre as *Institutiones* e as *artes* que tentamos descrever – e a adoção, em contrapartida, de modelos teóricos gregos, sobretudo de Apolônio Díscolo –, por outro lado, o silêncio de Prisciano quanto à *Institutio oratoria* talvez já revele a dissociação, desde então irremediável, entre os saberes da retórica e os da gramática.

Conforme avaliamos antes, o privilégio outrora concedido ao conceito de *Latinitas* no âmbito das *artes* associava, com efeito, as duas disciplinas que estiveram vinculadas desde a origem (a presença, ademais, de extenso capítulo sobre gramática num tratado de retórica tal qual a *Institutio* só faz reforçar essa vinculação). Por outro lado, a guinada da reflexão teórica de Prisciano para aspectos do funcionamento lógico das línguas e seu respectivo uso – não mais associado ao seu emprego retórico – desfaz, por assim dizer, a necessária interdependência entre os dois saberes, revogando,

sobretudo, o estatuto da gramática como propedêutica para um saber considerado “superior”, *i.e.* a retórica. Ao contrário, pelas novas características do tratado de Prisciano, o que as *Institutiones* fazem é precisamente rever este estatuto: elas se configuram não tanto mais como uma nova *ars*, mas uma *scientia*. Daí, portanto, prescindir não somente de Quintiliano, mas de todos os tratadistas de retórica anteriores: Aristóteles jamais é citado, e mesmo Cícero somente o é pelas suas obras de oratória, nunca por seus tratados de retórica.

Assim, se, por um lado, a apresentação simultânea de autores gregos e latinos, conforme examinamos acima, responde a uma característica particular da obra de Prisciano, por outro, a sua pertinência a contextos históricos distintos e sua filiação a gêneros bastante diversos parecem não ter outra relevância a não ser insinuar a continuidade entre as tradições literárias grega e romana. Em outras palavras, prescinde-se de qualquer análise de caráter estilístico que leve em conta a inserção das citações em obras, gêneros e períodos temporais diversos.

Concordamos com Baratin (2011, p. 5) que tais citações não carregam para a obra qualquer distinção de caráter “estético” ou “literário”; são tomadas completamente fora de seu contexto e se prestam somente à ilustração ou explicação ancilar de determinados tópicos gramaticais:

Se nos colocarmos do ponto de vista do leitor, o regime de leitura do texto literário, tal como é citado no interior do texto linguístico, não é mais, ele próprio, literário: a citação literária no interior do texto linguístico não chama a si uma leitura literária, mas uma leitura

metalinguística, na medida em que a atenção do leitor é direcionada à citação não por seu conteúdo, nem mesmo propriamente pela sua forma, mas por tal ou tal procedimento linguístico que é constitutivo desta forma.³⁶⁸

(Baratin, 2011, p. 5)

A sequência de citações segue, sobretudo, a necessidade de exemplificar determinados usos particulares das línguas grega e latina que não foram tratados ao longo do livro XVII e da primeira parte do livro XVIII. Representam, portanto, um arquivo de usos específicos, que revelam aspectos variados.

Vejamos:

Eles dizem ἐλπίζω não somente para coisas boas. Heródoto I:

ἐλπίζων σιτοδείην τε εἶναι ἰσχυρὴν καὶ τὸν λεὼν τετρῦσθαι ἐς τοῦσχατον κακοῦ.

[“esperando a escassez de alimentos ser excessiva e o povo ser reduzido à extrema miséria” – Heródoto, *Hist.* I, 22]

Virgílio, na *Eneida* IV:

Hunc ego si potui tantum sperare dolorem

[“eu mesmo, se pude esperar tanto esta dor” – Virgílio, *Aen.* IV, 419].³⁶⁹

(Prisciano, *Inst. gram.* XVIII, GL III, 306,19-307,3)

³⁶⁸ Cf. “Si l’on se place du point de vue du lecteur, le régime de lecture du texte littéraire tel qu’il est cité dans le texte linguistique n’est pas lui-même littéraire : la citation littéraire dans le texte linguistique n’appelle pas une lecture littéraire, mais une lecture métalinguistique, dans la mesure où l’attention du lecteur est attirée dans la citation non sur son contenu, ni même à proprement parler sur sa forme, mais sur tel ou tel procédé linguistique qui est constitutif de cette forme”.

³⁶⁹ Cf. ἐλπίζω *non solum de bono illi dicunt. Herodotus I:*

ἐλπίζων σιτοδείην τε εἶναι ἰσχυρὴν καὶ τὸν λεὼν τετρῦσθαι ἐς τοῦσχατον κακοῦ.

Virgilius in IIII Aeneidos:

hunc ego si potui tantum sperare dolorem.

Entre os gregos, ‘περί’ pode ser anteposto ou posposto, e possui significados diversos, do mesmo modo que, entre os latinos, *de*, *prae* e *pro*, bem como a maior parte das preposições. Heródoto, nas *Histórias* I:

παιδὸς μὲν περὶ τοῦ ἐμοῦ μὴ μνησθήσεσθαι.

[Haverá, porém, de não ser lembrado sobre o meu filho – Heródoto, *Hist.* I, 36]

Virgílio, na *Eneida*, IV:

*Te propter Libycae gentes Nomadumque tyranni
Odere.*

[Por causa de ti, os povos da Líbia e os tiranos da Númida [me] odeiam – Virgílio, *Aen.* IV, 320]

Assim como *qua de re* em vez de *de qua re*.³⁷⁰

(Prisciano, *Inst. gram.* XVIII, GL III, 344,17-345,5)

Os áticos dizem ‘πολεμήσαντες τὸν πόλεμον’ [“tendo guerreado a guerra”] e ‘στρατεύσαντες τὸν πόλεμον’ [“tendo servido na guerra”].

Tucídides, nas *Histórias*, I:

Λακεδαιμόνιοι δὲ μετὰ ταῦτα τὸν ἱερὸν καλούμενον πόλεμον ἐστράτευσαν.

[Os espartanos, porém, por causa dessas coisas serviram na guerra que era chamada sagrada – Tucídides, *Hist.*, I, 112,5]

De modo semelhante, ‘μάχην ἐμάχοντο’ [“batalhava na batalha”] e, entre nós, *seruitutem seruiunt* [“servem numa servidão”]. Em Terêncio:

Cantilenam eandem canis.

[“Cantas a mesma cantiga” – Terêncio, *Phorm.*, III, 2, 10].³⁷¹

(Prisciano, *Inst. gram.* XVIII, GL III, 349,1-5)

³⁷⁰ Cf. *περὶ apud illos et praeponitur et postponitur et diuersas habet significationes, quomodo et apud nos de et prae et pro et pleraeque praepositiones. Herodotus Historiarum I:*

παιδὸς μὲν περὶ τοῦ ἐμοῦ μὴ μνησθήσεσθαι.

Virgilius in IIII:

*te propter Libycae gentes Nomadumque tyranni
odere.*

et qua de re pro de qua re.

³⁷¹ *Attici πολεμήσαντες τὸν πόλεμον καὶ στρατεύσαντες τὸν πόλεμον. Θουκυδίδης in prima:*

Λακεδαιμόνιοι δὲ μετὰ ταῦτα τὸν ἱερὸν καλούμενον πόλεμον ἐστράτευσαν.

Similiter μάχην ἐμάχοντο. Et nostri seruitutem seruiunt. Terentius:

cantilenam eandem canis.

Eles dizem ‘τιμῶ’ [“temo” (at.)] e ‘τιμῶμαι τὸ ἀδίκημα’ [“temo (méd.) a injustiça”]. De nossa parte, também nós, de forma semelhante, fazemos uso de muitos verbos tanto na voz passiva quanto na ativa, com um mesmo e único significado: *mereo* e *mereor* [“merecer”], *populo* e *populor* [“devastar”], *nutrio* e *nutrior* [“nutrir”], *bello* e *bellor* [“guerrear”]. Virgílio, nas *Geórgicas*, II:

Hoc pinguem et placitam paci nutritor oliuam,

[Por isso, nutre tu a oliveira fecunda e prazerosa para a paz – Virgílio, *Geo.*, II, 425]

Em vez de *nutrito*.³⁷²

(Prisciano, *Inst. gram.* XVIII, GL III, 364,8-13)

Como podemos depreender dos exemplos acima reproduzidos, no arquivo de *exempla* do livro XVIII, Prisciano apresenta aspectos particulares da língua latina, em geral, em contraposição com os fenômenos correspondentes em grego. Tal como vimos no item 5.2, as citações gregas e latinas colaboram para a constituição de um “inventário” de formas com o intuito de não somente oferecer uma ilustração do que se pretende mostrar com usos específicos da língua, mas também de reforçar a identidade entre o grego e o latim.

Nesse sentido, observam-se comentários que hoje diríamos tratar-se da “semântica” da língua, tal qual o que temos na primeira citação, em que o gramático afirma que os sentidos das palavras ἐλπίζω e *spero* (“esperar”, “ter esperança”) podem ter conotação positiva ou negativa. Da mesma forma, na segunda citação, a polissemia de

³⁷² Cf. IIII τιμῶ καὶ τιμῶμαι τὸ ἀδίκημα. *Nos multis uerbis tam actiuae quam passivae uocis similiter in una eademque significatione utimur: mereo et mereor, populo et populor, nutrio et nutrior, bello et bellor. Virgilius georgicon II:*

hoc pinguem et placitam paci nutritor oliuam,
pro nutrito.

περί é análoga à das preposições latinas *prae*, *de* e *pro*. Nas duas passagens, citações de Heródoto e Virgílio conferem *auctoritas* às afirmações.

No terceiro e quarto exemplos, temos comentários sobre questões que, hoje, diríamos estar no âmbito da morfossintaxe. No terceiro exemplo, o chamado “acusativo de figura etimológica” ou “acusativo interno”³⁷³, em que o termo que complementa o verbo possui a mesma raiz do verbo. Prisciano revela que esse fenômeno (conquanto saibamos que é muito mais comum em grego, e em formas arcaicas e formulaicas) é também possível no latim. No quarto, observamos uma abordagem da voz média grega, que Prisciano diz equivaler a formas depoentes que coexistem com as formas regulares de certos verbos latinos. Provavelmente, as nuances de sentido entre um verbo ativo e médio em grego estivessem, de fato, abrandadas o suficiente para que Prisciano afirmasse, tão categoricamente, a equivalência de sentidos entre um verbo na voz ativa (τιμῶ) e sua forma, correspondente, em voz média (τιμῶμαι), tal qual coexistiam, com o mesmo sentido em latim, formas regulares, como *mereo*, ao lado de depoentes, como *mereor*.

Essas quatro citações ilustram brevemente o fato de que, para o gramático, além de explicar os fundamentos de sua doutrina gramatical – o que se realizou, em grande parte, a partir da doutrina sintática de Apolônio Díscolo –, importava também apresentar, com um grande número de exemplos, a materialidade do seu conceito de

³⁷³ Faria (1958, p. 336): “pode ainda acompanhar um verbo, habitualmente intransitivo, servindo-lhe de objeto direto, o acusativo de um substantivo verbal que tenha a mesma raiz do verbo ou, às vezes, que ao menos pelo sentido lhe seja equivalente. É este o acusativo denominado acusativo de qualificação, acusativo de figura etimológica, ou acusativo interno”. Cf. também Ernout & Thomas (1959, p. 26).

usus. O deslocamento de tais ocorrências à parte final do livro XVIII reforça, igualmente, aquele procedimento de construção textual que abordamos no início deste capítulo: se visto globalmente, o texto é cíclico, apresentando definições, exemplos, detalhamentos de questões particulares e mais exemplos. Ou, como diz Baratin (1989, p. 468), a obra segue o princípio da “pulverização”:

Nós estamos aqui no coração da “maneira” própria de Prisciano: a exposição começa pela definição de um sistema, que se desloca progressivamente e, enfim, cede lugar a uma acumulação de exemplos desorganizados. Essas análises obedecem ao que poderíamos chamar um princípio de pulverização.³⁷⁴

(Baratin, 1989, p. 468)

As 750 citações de autores que aparecem na seção final do livro XVIII ilustram os aproximadamente 400 casos particulares que se deixaram para o final, e que representam, de certo modo, um corolário da obra, verdadeiro “suprassumo” da expressão em latim e grego, um verdadeiro deleite para aqueles que estudam as duas línguas, como o próprio Prisciano afirma, ao introduzir a seção, na passagem que já citamos como epígrafe deste capítulo:

Razão pela qual vimos ser necessário reunir muitos e diversos usos de todas as partes da oração de autores das duas línguas, com cujos

³⁷⁴ Cf. “Nous sommes là au coeur de la “manière” propre de Priscien: l’exposé commence par la définition d’un système, qui se desloque progressivement, et cède enfin la place à une accumulation d’exemples inorganisés. Ces analyses obéissent à ce qu’on pourrait appeler un principe de pulvérisation”.

exemplos se alegram e fazem uso com maior segurança aqueles que, com louvores, se aplicam a ambas as disciplinas.³⁷⁵

(Prisciano, *Inst. gram.* XVIII, GL III, 278, 9-12)

5.5 Em síntese

Neste capítulo, tivemos como objetivo examinar algumas questões específicas que nos permitiram relativizar a relação referencial entre o tratado de Prisciano e o de Apolônio: 1) a existência de desdobramentos teóricos e de análise empírica no *De constructione* sem equivalentes no texto grego; 2) a ênfase maior conferida às ocorrências empíricas da língua, sobretudo através das citações de textos gregos e latinos, que ilustram, no mais das vezes, comparações entre as línguas que corroboram a teoria do *utraque lingua*; 3) o tratamento conferido a usos particulares da língua que contradizem os princípios gerais, tais como o *solecismo* e as *variações*; e 4) o estatuto das citações de autores gregos e latinos no extenso arquivo de *exempla* presente nas últimas 100 páginas do livro XVIII.

Com relação ao primeiro aspecto, examinamos três adendos teóricos à doutrina sintática de Apolônio Díscolo: uma abordagem mais detalhada e específica de

³⁷⁵ Cf. *Quamobrem necessarium esse duximus, multos et diversos usus ab auctoribus utriusque linguae colligere omnium orationis partium, quorum exemplis gaudeant confidentiusque utantur, qui laudibus utriusque gloriari student doctrinae.*

fenômenos de transitividade verbal em latim, a quadripartição do conceito de *substantia* e as idiossincrasias do particípio latino em comparação com o grego.

Com relação à transitividade verbal, embora partisse de um núcleo teórico comum, encontrado no texto de Apolônio, o gramático latino não somente examinou a questão, acrescentando um número maior de exemplos, como também alargou a discussão com a avaliação de cada um dos casos latinos, acrescentando à teoria a análise dos verbos impessoais latinos e a relação entre voz passiva e verbos impessoais. Fruto desse desdobramento, elaborou, ao lado do conceito original de *transitio*, o conceito de *reciprocatio* para referir-se às construções reflexivas.

Com relação ao conceito de *substantia*, vimos o gramático oferecer uma classificação que pretendia substituir a divisão entre nomes próprios e comuns de Apolônio. Prisciano dividiu os nomes (substâncias) em genéricos (*generales*), comuns (*communes*), específicos (*speciales*) e individuais (*indiuiduales*). Quanto aos particípios, Prisciano ofereceu uma análise específica de seu mecanismo, relacionando-os à transitividade.

A análise dessas construções particulares ao longo do *De constructione* revelou tanto um aprofundamento teórico de Prisciano, ao acrescentar outros aspectos não abordados por Apolônio (em geral, derivados de construções próprias do latim), quanto uma análise mais detalhada através da apreciação de exemplos da língua. Elas ilustravam, com efeito, o fato que queríamos demonstrar: conquanto partisse de uma base teórica grega comum, que nos permitiu a compreensão de sua doutrina como uma sintaxe

“greco-romana”, o *De constructione* transcendeu os limites do modelo, através do desenvolvimento de tópicos particulares e do exame de um repertório mais amplo de evidências empíricas da língua.

Atingimos, com isso, o segundo ponto: o tratamento conferido às evidências empíricas das línguas. Vimos que o *usus*, ao lado da *ratio*, teve proeminência na obra de Prisciano. Inicialmente, tratamos do conceito (*usus*) nas comparações e contrastes de aspectos sintáticos do grego e do latim. Tais confrontos exemplificaram também um procedimento de análise gramatical sem equivalente no tratado de Apolônio, que categorizamos em dois subtipos: 1) os contrastes entre o grego e o latim do tipo “inventário”, que se realizam tanto através do elenco de itens lexicais para exemplificar a correspondência entre pontos gramaticais que reforcem a identidade entre o grego e o latim e/ou funcionem como espécie de corolário de alguma explanação teórica sem análise posterior, quanto através da citação consecutiva de versos latinos e gregos, presente, sobretudo, na parte final do livro XVIII; e 2) comparações do tipo “análise translinguística”, em que o autor utiliza os exemplos no corpo da discussão teórica, não tanto mais para reforçar a equivalência entre as duas línguas – *utraque lingua* –, mas para sublinhar as diferenças entre aspectos particulares do grego e do latim, como as consequências teóricas da ausência de artigos em latim, as particularidades do participio latino em relação ao grego e dos pronomes reflexivos.

Vimos que as comparações do segundo tipo punham em relevo a diferença entre as línguas grega e latina, revelando um exercício de raciocínio translinguístico que

levava em conta aspectos de ambas as línguas com vistas à compreensão de fenômenos sintáticos. Embora não revogassem a premissa do *utraque lingua*, revelavam aspectos idiossincráticos do grego e do latim. Em outras palavras, os contrastes e comparações entre as duas línguas acabavam destacando a identidade linguística que se pretendia apontar entre os sistemas sintáticos, sem se deixar trair pela crença de que tal identidade pudesse anular eventuais diferenças de pormenor entre elas. Em particular, quando tais confrontos se davam a partir da citação de excertos de obras literárias gregas e latinas, vimos configurarem-se também como um recurso argumentativo, conferindo *auctoritas* aos desdobramentos teóricos apresentados.

Quanto ao terceiro ponto de nossa discussão, vimos que as noções de barbarismo (*barbarismus*) e solecismo (*solecismus*) foram tratadas por Apolônio Díscolo e Prisciano no âmbito da língua, o que traduziu uma importante diferença em relação à maneira como eram concebidos no âmbito das *artes grammaticae* latinas, onde eram, de forma geral, concebidos como ocorrências que diziam respeito à *Latinitas*, portanto, faziam referência a um conceito “extralinguístico”. Além disso, verificamos como muitas construções que seriam teoricamente contrárias às regras da língua – *inconcinne* –, e que representariam, portanto, casos de solecismo (ou de barbarismo), foram reinterpretadas como ocorrências normais da língua, pois não evidenciavam, propriamente, desvios ou más-construções, mas representavam usos figurados (*figurae*), legitimados pela frequência de ocorrência nos textos ou pela *auctoritas* de seu emprego por grandes autores. Em outras palavras, as figuras constituíam uma espécie de “variação” (*uariatio*)

em relação ao previsto pela organização lógica da língua (*ratio*). Esse fato indiciava, portanto, que Prisciano não somente considerou a *ratio* na explicação dos fatos gramaticais, mas concedeu espaço de relevo à amostra empírica dos fatos da língua – ao *usus* –, que englobava também as construções que caracterizavam as figuras e a variação, em especial aquelas atestadas textualmente nas obras de autores gregos e latinos.

Finalmente, apresentamos algumas considerações a respeito do amplo repertório de citações de autores nas últimas 100 páginas do livro XVIII. Vimos que as 750 citações, aproximadamente, de textos literários gregos e latinos, de Homero a Juvenal (com maior expressão de Homero, Demóstenes e Platão, entre os gregos; Terêncio, Cícero, Virgílio e Salústio, entre os latinos) reforçavam não somente a teoria do *utraque lingua*, mas, pela identidade entre as línguas, evidenciavam a constatação da existência de uma mesma cultura, que, possivelmente, precisava revelar sua unidade do ponto de vista simbólico e cultural, como contrapartida das políticas de Justiniano, que buscou reunificar o Império do ponto de vista político e militar. Vimos, ainda, que a ausência de Quintiliano (e de outros autores de tratados de retórica), bem como a escassa alusão a gramáticos latinos, reforçavam a ruptura teórica e epistemológica entre o novo saber gramatical das *Institutiones*, que qualificamos de *scientia*, e os saberes oriundos das *artes*, fortemente ancorados em noções da antiga retórica.

Com relação às citações de autores constantes do “arquivo de *exempla*”, observamos, ainda, a inexistência de qualquer contextualização estilística ou histórica, mas a utilização de tais citações para ilustrar usos específicos do latim e do grego,

referendados pela sua ocorrência atestada no repertório dos grandes autores. Mais que isso, tais exemplos materializavam certo conceito de *usus*, reforçando, ao mesmo tempo, determinado procedimento de organização do texto de Prisciano, que partia das definições gerais para chegar às exemplificações particularizadas.

Esperamos que tais aspectos abordados neste capítulo tenham sido suficientes para demonstrar a particularidade do *De constructione*. Embora partisse do modelo gramatical de Apolônio Díscolo, esperamos ter demonstrado que o tratado de Prisciano transcendeu seu escopo inicial, conferindo ênfase ao uso linguístico. Por outro lado, esperamos ter demonstrado, com essas questões, a singularidade desse tratado também em relação às *artes grammicae* latinas, objetivo, ademais, explicitado pelo próprio Prisciano, ao afirmar, no livro VI, ter sido seu intuito não somente imitar, mas também corrigir os erros dos antigos gramáticos³⁷⁶.

³⁷⁶ Prisciano, *Inst. gram.* VI, GL II, 195,7-8: *ueterum scriptorum artis grammicae uitia corrigere* (“corrigir os vícios dos velhos autores das artes de gramática”).

VI

CONCLUSÃO

I

O estudo da linguagem é um dos estudos mais antigos da investigação sistemática, remontando à Índia e à Grécia clássicas, com uma intensa e fértil história de realizações. Sob outro ponto de vista, é bem jovem.

(Chomsky, 1998, p. 17)

Sob muitos pontos de vista, as reflexões em torno da linguagem produzidas no âmbito da Linguística são, de fato, jovens. A própria disciplina e sua formalização nos currículos universitários e na agenda de investigação dos pesquisadores da linguagem não tem muito mais que um século. O fato, porém, é que, nos manuais dessa disciplina, os discursos dos antigos em torno de suas línguas são sempre lembrados. Os gregos – e também os indianos, e mesmo os latinos – são citados frequentemente como iniciadores de uma “fértil” tradição de estudos sobre elas.

A esse respeito, em particular, o discurso gramatical latino, especialmente aquele produzido de forma mais vigorosa após o século III d.C. – que, ademais, representa a maior parte do *corpus* gramatical latino supérstite, do qual se destacam, sem dúvida, as

obras dos gramáticos dos séculos III, IV e V, tais como Donato, Diomedes, Sérvio, Carísio, Macróbio, entre outros, mas em que também avulta a monumental obra de Prisciano (séc. VI) –, muitas vezes é apresentado pelos linguistas em linhas tão gerais que, pela virtude da síntese, colaboram, enfim, para descaracterizar seus principais conceitos, chegando, em alguns casos, a imputar tais textos à categoria de compiladores do legado grego³⁷⁷, ora os reduzindo à condição de meros manuais de ensino, transmissores de um “erro clássico”³⁷⁸, ora lhes atribuindo a condição de serem uma espécie de deterioração da “ciência grega”³⁷⁹.

No intuito de revisar essas concepções, propusemos em nossa tese apresentar uma leitura do *De constructione*, de Prisciano, destacando-lhe seus principais conceitos, sua relação com a tradição gramatical antiga grega e latina e oferecendo alguma análise dos principais problemas do latim e do grego através da noção de *constructio* e dos conceitos que lhe estavam mais fortemente associados: *ratio*, *usus*, *consequentia*, *Latinitas* etc.

³⁷⁷ Lyons (1979, p. 13): “Sobre a obra dos gramáticos latinos há menos a dizer. (...) Não causará, pois, grande surpresa verificar que os gramáticos latinos dependiam quase completamente de seus modelos gregos”. Conforme citado antes, Mounin (1970, p. 95) afirma: “Roma merece um capítulo numa história da linguística (...) bem menos por haver produzido do que por haver transmitido”.

³⁷⁸ Lyons (1979, p. 14): “O período tardio dos estudos gramaticais latinos, do de Donato (c. 400 A.D) e Prisciano (c. 500 A.D.), como o período alexandrino, foi uma idade de classicismo. As gramáticas de Donato e Prisciano, feitas para serem manuais de ensino, assim foram realmente usadas durante a Idade Média, e até mais tarde, no século XVII, descreviam não a língua do seu tempo, mas a dos “melhores escritores”, especialmente Cícero e Virgílio, e assim perpetuaram aquilo que eu chamei o erro “clássico” na abordagem da descrição linguística”.

³⁷⁹ Casevitz & Charpin (1997, p. 37): “Vindos da Grécia para Roma, a gramática mudou de espírito e de conteúdo. Os princípios epistemológicos que a regiam quando os filósofos a definiam como ciência se tornaram simples qualidades do objeto, invariáveis e incoerentes”.

Mais especificamente, procurou-se, ao longo da tese, estabelecer as relações entre a obra de Prisciano e a obra dos antigos gramáticos latinos, por um lado, e entre a obra de Prisciano e a de Apolônio Díscolo, por outro. De parte a parte, os estudos levaram-nos a reconhecer e a qualificar o *De constructione* como uma obra *sui generis*, embora não deixasse de manter relações mais ou menos explícitas com aquelas duas tradições.

Os conceitos de *ratio* e *usus* foram especialmente explorados em nossa análise por perfazerem o eixo em torno do qual a discussão sintática de Prisciano se construiu, em contraste com a noção de *Latinitas*, à qual tais conceitos estiveram inicialmente vinculados nos textos gramaticais dos séculos III, IV e V – as *artes*. De fato, tomados de forma geral, os “manuais” de gramática da tradição romana anteriores a Prisciano compreendiam a *ratio* e o *usus* no âmbito das questões pertinentes à *Latinitas*, em cujo domínio estava também a reflexão em torno do “bem dizer”, com vistas a determinados propósitos, entre outros, retóricos e poéticos. Aliás, esse era o motivo pelo qual tais tratados devotavam parte de suas discussões a discorrer sobre as construções particulares das linguagens retórica e poética que os antigos conheciam por *uirtutes* e *uitia sermonis*, entre estes últimos, em particular, o *barbarismo* e o *solecismo*.

Conforme vimos, a obra de Prisciano, porém, não continuou a tradição da abordagem dos vícios e figuras da linguagem, ou, se o fez, realizou-o num enquadramento completamente diverso. Expliquemo-nos.

Em vez daquele relato dos conceitos chamados “virtudes” e “vícios” do estilo (poético ou retórico, entre outros), Prisciano anunciou um tratado de “sintaxe”, filiando-o à doutrina gramatical de Apolônio Díscolo. No interior dessa doutrina, agora desenvolvida como *constructio*, os conceitos de “barbarismo”, “solecismo” e “figura” não mais fizeram referência a modalidades do estilo (em acordo ou desacordo com a *Latinitas*), mas foram reinterpretados como ocorrências próprias da língua que estabeleciam desvios de certa organização regular da *constructio* (a *ratio*), caracterizando “variações” que, consagradas pelo uso, eram também legítimas formas de linguagem.

Por esse motivo, entre outros, a abordagem gramatical em Prisciano prescindiu de um referencial externo à língua (tal como a noção de “norma” ou *Latinitas*) e tornou-se uma discussão mais intrinsecamente vinculada a fenômenos internos da linguagem, nos quais entravam legitimamente as figuras como construções consagradas pelo uso. Assim, afirmamos que, de certo modo, o *De constructione* propiciou, pela primeira vez na tradição gramatical latina, o estabelecimento de uma *scientia linguistica*, *i.e.* um saber mais abstrato e específico sobre os mecanismos e usos da língua, estabelecendo, assim, um aprofundamento de análises e descrições que inaugurariam um *modus* de reflexão sobre a língua latina que teria como escopo o seu funcionamento e não teria mais como fundamento principal a sua ocorrência nos variados usos textuais e retóricos de que participava.

Tratava-se, portanto, da apresentação de um modelo que se considerou, *avant la lettre*, o “embrião de uma gramática geral” (Baratin, 2010, p. 15) – entendendo-

se, evidentemente, “gramática geral” como o discurso metalinguístico posterior, com ênfase nos mecanismos internos das línguas, que, *grosso modo*, considerou os três principais níveis da linguagem: a fonética, a morfologia e a sintaxe (e, posteriormente, a semântica e a pragmática), em suma, o chamado “núcleo duro” das ciências modernas da linguagem³⁸⁰.

Por esse aspecto, nossa primeira conclusão foi a de que o programa de Prisciano, a partir de Apolônio, estabeleceu uma ruptura entre as *Institutiones grammaticae* e os manuais gramaticais da tradição latina, fato que nos permitiu concordar com Baratin (2010, p. 16) que o tratado de Prisciano representasse, com efeito, uma “refundação da gramática romana à luz de Apolônio”, anunciada programaticamente até mesmo em seu “prefácio”, a epístola a Juliano que examinamos mais atentamente no capítulo 3. Outro aspecto que indicia essa mudança, conforme também examinado naquele capítulo, era o fato de que a obra de Prisciano, mais que uma *ars grammatica*, intitulou-se *institutiones*, um construto maior e mais sólido que, ao tratar do latim,

³⁸⁰ Com isso, não queremos dizer que Prisciano foi “mais linguista” entre os gramáticos antigos, ou sugerir que sua doutrina gramatical fosse concebida como uma “Linguística” da Antiguidade, por mais que o termo latino “*scientia linguistica*”, com o qual o qualificamos, possa nos levar a essa interpretação. Queremos apenas frisar que a doutrina de Prisciano representou, em relação às *artes*, uma diferença de concepção, com consequências não somente teóricas, como avaliamos antes, mas também práticas: um modelo de estudo que possuiu, em suma, finalidade diferente daquele das *artes*. O termo *scientia* remeteria, portanto, a essa nova dimensão do saber gramatical: abstrato e mais orientado para o estudo interno da língua. Todavia, não se nega aqui, porém, a relação entre esse novo modelo inaugurado por Prisciano e a sua permanência nas disciplinas gramaticais e linguísticas posteriores, fato que faz Baratin (2010) considerar o texto gramatical antigo como uma espécie de “embrião da gramática geral”. No entanto, por óbvio que soe afirmar isso, diga-se em tempo: a “Gramática geral” ou a “Linguística” modernas são desdobramentos posteriores, com os quais as *Institutiones*, por mais que almejassem, não poderia, por razões lógicas, comprometer-se...

ofereceu aos usuários dessa língua mais que um guia de usos escolares: ofereceu-lhes um tratado abrangente e, até certo ponto, exaustivo sobre sua língua. Neste ponto, fizemos, portanto, a distinção entre os dois saberes “gramaticais” antigos: aquele exemplificado pelos manuais dos séculos III, IV e V – o saber da *ars*/τέχνη – e este da obra de Apolônio Díscolo e Prisciano – uma *scientia*/ἐπιστήμη.

II

Estabelecidas as relações e as diferenças entre o saber das *Institutiones grammaticae* e o das *artes*, foi preciso qualificar de que modo também se realizou a relação entre Prisciano e seu mais preclaro modelo, Apolônio Díscolo. É bem verdade que afirmamos que o *De constructione* pode melhor ser compreendido como um tratado “greco-romano” sobre a sintaxe das línguas antigas, afirmativa que se revelou tanto mais acurada quanto mais identificamos não somente a filiação da obra do gramático latino às principais ideias e temas apresentados pelo autor grego que declarava seguir – quanto também pela notável correspondência de linhas de pensamento e análise entre ambos os autores até certo ponto. A esse favor, também se poderia sublinhar o imenso repertório de exemplificações e paralelos entre as duas línguas, amiúde motivado pela crença de que eram línguas aparentadas (*utraque lingua*).

Por outro lado, a compreensão de que a sintaxe de Prisciano representasse, de certa forma, uma construção intelectual “greco-romana” ensajou também a constatação

de que ela se diferenciava da sintaxe *grega* de Apolônio Díscolo, deflagrada pela observação de que o gramático latino reelaborou os temas de Apolônio para neles inserir uma agenda de especulações caracteristicamente “latina”, aprofundando análises idiossincráticas a respeito do latim e comparações com o grego. Um dos aspectos diferenciais mais relevantes foi, sem dúvida, a elaboração de uma “teoria” da variação linguística no interior da própria descrição sintática. Conforme avaliamos em pormenores no último capítulo, Prisciano não somente conferiu destaque para o conceito de *ratio* – a organização lógica da linguagem, que explicava as ocorrências “regulares” da língua – mas enfatizou, de igual modo, a expressão empírica da língua, o *usus*, que, no mais das vezes, oferecia construções aparentemente contrárias à lógica da língua, mas que eram legitimadas pelo emprego dos usuários, em especial pelos textos de autores do cânone, mas também pelos *exempla ficta*. Tais usos desviantes, se empregados frequentemente na língua, foram considerados como construções que representavam “figuras” ou “variações” possíveis, expressões da língua que eram, portanto, partícipes da sintaxe, e não mais solecismos ou ocorrências viciosas. A expressão mais visível do valor concedido ao *usus* em Prisciano é o imenso repertório de exemplos comentados pelo autor nas últimas cem páginas do livro XVIII, que abordamos superficialmente e que requer, sem dúvida, uma análise mais minuciosa.

III

Longe de ser exaustiva em todas as questões suscitadas, esta tese teve como propósito oferecer uma leitura daquele que é considerado um dos textos fundadores da tradição gramatical no ocidente – o *De constructione* – destacando-lhe os aspectos que nos pareceram mais relevantes para qualificar o antigo projeto de investigação em torno da “sintaxe” das línguas naturais. Mais que isso, almejou também contribuir para o debate em torno dos textos gramaticais antigos, que têm nos últimos anos despertado o interesse de estudiosos dos Estudos Clássicos e da Linguística.

Pelo que apresentamos, parece ficar claro que muito do que hoje as ciências da linguagem qualificam como “sintático”, em se tratando de suas doutrinas e teorias, estava, de fato, muito longe daquilo a que os antigos se referiam como a “sintaxe” de suas línguas. Por outro lado, também é inevitável a constatação de que aspectos pioneiramente formulados por Apolônio e Prisciano acerca dessas línguas permanecem na ordem do dia e potencialmente poderão despertar um interesse dos sintaticistas do presente, que se deparam com perplexidades semelhantes àsquelas ao se debruçarem sobre as línguas modernas.

A organização lógica da língua, a variação, a descrição que o gramático ofereceu para fenômenos particulares, bem como a relação entre sintaxe e norma poderão parecer a um linguista dos nossos dias conceitos e procedimentos bastante atuais na prática de seu exercício profissional. Por outro lado, algumas análises e

descrições poderão soar demasiadamente imprecisas ou, ainda, insustentáveis à luz de postulados mais recentes dos estudos da linguagem. Em um caso ou em outro, não tivemos a pretensão de oferecer um estudo das questões gramaticais antigas à luz dos conceitos modernos, o que poderia suscitar um paralelo, de resto, anacrônico e sem sentido. Nosso intuito foi o de iluminar questões do discurso gramatical antigo que são pouco conhecidas ou exploradas e, de certa forma, oferecer uma leitura daquele texto, em suma, fazendo jus àquele passado, outrora qualificado de “clássico” e que, embora distante, tem sido frutífero em nossa cultura – e, acreditamos, tem muitos sentidos a oferecer às práticas contemporâneas do saber.

VII

BIBLIOGRAFIA

7.1 Dicionários

BAILLY, A. (ed.) *Le grand Bailly: Dictionnaire Grec-Français*. Edição e revisão de L. Séchan e P. Chantraine. Paris: Hachette, 2000.

BROWN, K. (ed.). *Encyclopedia of language and linguistics*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006

DUBOIS, J. *et al.* (ed.). *Dicionário de lingüística*. Tradução e organização de I. Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1998.

FERREIRA, A. B. de H. *Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. 3. ed. São Paulo: Positivo, 2004.

GLARE, P. G. W. *et al.* (ed.). *Oxford Latin Dictionary*. Oxford: Oxford University Press, 1968.

LIDDELL, H. & SCOTT, R. (ed.). *Greek-English Lexicon*. 9. ed. Oxford: Oxford University Press, 1996.

ROBERTS, J. (ed.). *Oxford dictionary of the Classical World*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

SARAIVA, F. R. dos S. *Novíssimo Dicionário Latino-Portuguez*. 9. ed. Rio de Janeiro: Garnier, 2006.

SCHAD, S. *A lexicon of Latin grammatical terminology*. Studia Erudita. Roma: Fabrizio Serra, 2007.

TRASK, R. L. *Dicionário de linguagem e lingüística*. Tradução e adaptação de Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2004.

7.2 Textos antigos

AGOSTINHO. *Aurelii Augustini Ars grammatica breviata*. Edição de C. F. Weber. Marburg: Elwert, 1861.

_____. *Solliloquia*. Patrologiae Latinae cursus completus. Vol. 32. Paris: J.-P. Migne, 1844-1864, pp. 869-904.

APOLLONIUS DYSCOLUS. *Appolonii Dyscoli quae supersunt*. In: SCHNEIDER, R. & UHLIG, G. *Grammatici Graeci*, 1-3. Leipzig: Teubner, 1878-1910 (republicado: Hildesheim: Olms, 1965).

APOLÔNIO DÍSCOLO. *De la construction*. Introdução, texto e tradução de J. Lallot. Paris: Vrin, 1997.

ARISTÓTELES. *Aristotelis de Categoriae et liber de interpretatione*. Edição de L. Minio-Paluello. Oxford: Clarendon, 1949.

_____. *Nichomachean Ethics*. The Loeb Classical Library. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1999.

_____. *Poetics*. Tradução inglesa, com introdução e notas de J. Hutton. Nova York/Londres: W.W. Norton & Company, 1982.

ARISTÓTELES, HORÁCIO, LONGINO. *A poética clássica*. Tradução de J. Bruna. 7. ed. São Paulo: Cultrix, 1997.

AUDAX. *Audacis excerpta de Scauro et Palladio*. In: KEIL, H. (ed.). *Grammatici Latini*, VII, 320-361. Leipzig: Teubner, 1855-1880 [repub. Hildesheim: Olms, 1981].

AULO GÉLIO. *Noctes Atticae*. Vols. 1-2. Edição de K. Marshall. Nova York: Oxford University Press, 1968.

_____. *Noites Áticas*. Tradução e notas de J. Seabra. Londrina: Eduel, 2010.

CATULO. *O livro de Catulo*. Tradução, introdução e notas de João Ângelo. São Paulo: Edusp, 1996.

CARÍSIO. *Charisii artis grammaticae libri*. In: KEIL, Heinrich (ed.). *Grammatici Latini*, I, 1-296. Leipzig: Teubner, 1855-1880 [repub. Hildesheim: Olms, 1981].

CÍCERO. *De oratore* I-II. Tradução inglesa de E. W. Sutton e H. Rackham. The Loeb Classical Library. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1993.

_____. *De oratore III, De fato, Paradoxa Stoicorum, De partitione oratoria*. Tradução inglesa de H. Rackham. The Loeb Classical Library. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1996.

CÍCERO. *Em defesa do poeta Árquias*. Introdução, tradução e notas de M. I. R. Gonçalves.

2. ed. Lisboa: Editorial Inquérito, 1986.

_____. *Pro Archia poeta oratio*. Texto, vocabulário e notas de S. M. Cerutti. Illinois: Bolchazy-Carducci, 1998.

_____. *De re publica, De legibus*. Tradução inglesa de C. W. Keyes. The Loeb Classical Library. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 2000.

_____. *Topica*. Tradução para o inglês de H. M. Hubbel. The Loeb Classical Library. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1993.

_____. *Tusculan disputations*. Tradução inglesa de J. E. King. The Loeb Classical Library. Londres: Heinemann, 1960.

CLEDÔNIO. *Cledonii ars*. In: KEIL, H. (ed.). *Grammatici Latini*, V, 7-79. Leipzig: Teubner, 1855-1880 [repub. Hildesheim: Olms, 1981].

DIÓGENES LAÉRCIO. *Lives of eminent philosophers*. Tradução inglesa de R. D. Hicks. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1925, 2 v.

DIOMEDES. *Diomedis ars*. In: KEIL, H. (ed.). *Grammatici Latini*, I, 299-529. Leipzig: Teubner, 1855-1880 [repub. Hildesheim: Olms, 1981].

DIONÍSIO TRÁCIO. *Dionysii Thracis ars grammatica*. Edição de G. Uhlig. In: SCHNEIDER, Richard & UHLIG, Gustaf (ed.). *Grammatici Graeci*, I. Leipzig: Teubner, 1878-1910 [republicado: Hildesheim: Olms, 1965].

DONATO. *Donati ars maior*. In: KEIL, H. (ed.). *Grammatici Latini*, IV, 367-402. Leipzig: Teubner, 1855-1880 [repub. Hildesheim: Olms, 1981].

DOSITEU. *Dosithei ars*. In: KEIL, H. (ed.). *Grammatici Latini*, VII, 376-436. Leipzig: Teubner, 1855-1880 [repub. Hildesheim: Olms, 1981].

EURÍPIDES. *Medea, Troiani, Baccanti*. 5. ed. Milão: BUR, 1992.

_____. *Tragedias I*. Alcestis, Medea, Los Heraclidas, Hipólito, Andrómaca, Hécuba.

Tradução, introdução e notas de J. M. González & J. A. L. F. Madrid: Gredos, 2000.

HERÓDOTO. *Histoires*. Edição e tradução de P.-H. Legrand. Paris: Les Belles Lettres, 1946, 8 v.

HESÍODO. *Théogonie, les travaux et les jours, Le bouclier*. Edição e tradução de Paul Mazon. 7. ed. Paris: Les Belles Lettres, 1967.

_____. *Teogonia*. Tradução de Ana Lúcia S. Cerqueira e Maria Therezinha A. Lyra. 3. ed. Niteroi, UFF, 2009.

_____. *Teogonia*. A origem dos deuses. Tradução de Jaa Torrano. São Paulo: Iluminuras, 1981.

HOMERO. *Iliade*. Edição, estabelecimento do texto e tradução de Paul Mazon. 6. ed. Paris: Les Belles Lettres, 1967.

_____. *Ilíada*. Introdução, tradução e notas de Emílio Crespo. Barcelona: Gredos, 2000.

_____. *L'Odissée, Poesie Homerique*. Edição, estabelecimento de texto e tradução de Victor Bérard. 7. ed. Paris: Les Belles Lettres, 1962.

_____. *Odisea*. Tradução de José M. Pabón. Barcelona: Gredos, 2000.

_____. *Odisseia*. Tradução de Francisco Lourenço. São Paulo: Penguin Classics/Companhia das Letras, 2011.

HORÁCIO. *Odes et Épodes*. 5. ed. Paris: Les Belles Lettres, 1954.

HORÁCIO. *Ars Poetica*. Tradução inglesa de H. R. Fairclough. The Loeb Classical Library. Londres/Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1991.

JUVENAL. *A. Persi Flacci et D. Iuni Iuvenalis Saturae*. Edição de W. V. Clausen. Oxford: Claredon, 1959.

_____. *Satires*. 6. ed. Edição e tradução de P. de Labriolle e F. Villeneuve. Paris: Belles Lettres, 1957.

LUCANO. *Farsália*. Cantos de I a V. Tradução de B. Vieira. Campinas: UNICAMP, 2011.

MACRÓBIO. *De differentiis et societatibus Graeci Latinique uerbi*. In: KEIL, Heinrich [ed.]. *Grammatici Latini*, V, 599-629. Leipzig: Teubner, 1855-1880 [repub. Hildesheim: Olms, 1981].

MARIO VITORINO. *De arte grammatica, de metris et de hexametro*. In: KEIL, Heinrich [ed.]. *Grammatici Latini*, VI, 3-31. Leipzig: Teubner, 1855-1880 [repub. Hildesheim: Olms, 1981].

PALÊMON. [*Palaemonis*] *Ars*. In: KEIL, Heinrich [ed.]. *Grammatici Latini*, V, 533-547. Leipzig: Teubner, 1855-1880 [repub. Hildesheim: Olms, 1981].

PLATÃO. *A República*. Tradução, introdução e notas de Eleazar M. Teixeira. Fortaleza, UFC, 2009.

_____. *Cratyle*. Oeuvres Completes, tome V, 2ème. Partie. Edição e tradução francesa de Louis Méridier. 4. ed. Paris: Les Belles Lettres, 1969

_____. *Le Sophiste*. Oeuvres Completes, tome VIII, 3ème. Partie. Edição e tradução francesa de Auguste Diès. 6. ed. Paris: Les Belles Lettres, 1969.

_____. *Teeteto, Crátilo*. Tradução de Carlos Alberto Nunes. 3. ed. Belém: UFPA, 2001.

_____. *The Republic*. Edição e tradução inglesa de Paul Shorey. Londres/Cambridge: Harvard University Press, 1949.

PLAUTO. *Comedias I*. Introdução, tradução e notas de Mercedes González-Haba. Barcelona: Gredos, 2000.

_____. *Tutte Le Commedie*. Edição de Ettore Paratore. Roma: Newton, 1995. 5 v.

POMPEU. *Pompeius in artem Donati*. In: KEIL, Heinrich [ed.]. *Grammatici Latini*, V, 95-312. Leipzig: Teubner, 1855-1880 [repub. Hildesheim: Olms, 1981].

PRISCIANO. *Institutionum grammaticarum libri XVII & XVIII*. In: KEIL, Heinrich [ed.]. *Grammatici Latini*. Leipzig: Teubner, 1855-1880 [repub. Hildesheim: Olms, 1981].

PROBO. [*Probi*] Appendix. In: KEIL, Heinrich [ed.]. *Grammatici Latini*, IV, 193-204. Leipzig: Teubner, 1855-1880 [repub. Hildesheim: Olms, 1981].

[PS.-CÍCERO]. *Retórica a Herênio*. Tradução de Ana Paula C. Faria e Adriana Seabra. São Paulo: Hedra, 2005.

_____. *Rhetorica ad Herennium*. Tradução inglesa de H. Caplan. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1999.

QUINTILIANO. *M. Fabii Quintiliani Institutionis oratoriae libri duodecim*. Edição de M. Winterbottom. Oxford: Clarendon, 1989, 2 v.

SACERDOS. *Sacerdotis ars*. In: KEIL, Heinrich [ed.]. *Grammatici Latini*, VI, 427-546. Leipzig: Teubner, 1855-1880 [repub. Hildesheim: Olms, 1981].

SENECA. *Ad Lucilium Epistulae Morales*. Ed. L. D. Reynolds, Vols. I-II. New York: Oxford University Press, 1965.

_____. *Cartas a Lucílio*. Trad. J. A. Segurado e Campos. Lisboa: Gulbenkian, 1991.

SÉRVIO. *Commentarius in artem Donati*. In: KEIL, Heinrich [ed.]. *Grammatici Latini*, IV, 421-448. Leipzig: Teubner, 1855-1880 [repub. Hildesheim: Olms, 1981].

SUETÔNIO. *De grammaticis et rhetoribus*. Edição de R. Kaster. Oxford: Clarendon, 1995.

TEODÓSIO DE ALEXANDRIA. *Vita Apollonii*. In: SCHNEIDER, Richard & UHLIG, Gustaf (ed.). *Grammatici Graeci*, III. Leipzig: Teubner, 1878-1910 [republicado: Hildesheim: Olms, 1965].

TERÊNCIO. *Comedias*. Tradução e revisão de L. Rubio. 2. ed. Madrid: Consejo superior de investigación científica, 1991.

_____. *Comédies*. Edição e tradução de J. Marouzeau. Paris: Les Belles Lettres, 1947.

VARRÃO. *De lingua Latina*. Edição de M.-A. M. Casquero. Barcelona/Madrid: Ánthropos/Ministerio de Educación y Ciencia, 1990.

_____. *M. Terenti Varronis De lingua Latina quae supersunt*. Edição de G. Goetz. Leipzig: Teubner, 1910.

VIRGÍLIO. *Bucólicas*. Tradução e notas de Odorico Mendes, edição anotada e comentada por P. S. de Vasconcellos *et. al.* Campinas: Ateliê Editorial, 2008.

_____. *Bucoliques*. Tradução e notas de M. Bugnol. Paris: Grassot, 1958.

_____. *Eneida*. Tradução de T. O. Spalding. São Paulo: Cultrix, 2000.

_____. *Eneida Brasileira*. Tradução poética de Odorico Mendes, comentada por P. S. de Vasconcellos *et al.* Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.

_____. *L'Éneide*. Tradução, introdução e notas de M. Rat. Paris: Garnier, 1960.

_____. *Georgiques*. Edição e tradução de E. de Saint-Denis. Paris: Les Belles Lettres, 1982.

7.3 Textos modernos

ATHERTON, C. Apollonius Dyscolus and the ambiguity of ambiguity. In: *The Classical Quaterly*, New series, v. 45, n. 2, 1995, pp. 441-473.

AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Tradução de Eni Orlandi. Campinas, UNICAMP, 1992.

_____. (ed.). *Histoire des idées linguistiques*. Tome 2. Le développement de la grammaire occidentale. Paris: Mardaga, 1993.

BAGNO, M. *O preconceito lingüístico*. O que é, como se faz. São Paulo: Loyola, 2001.

BALLAIRA, G. *Prisciano i suoi amici*. Turim: G. Giappichelli, 1989.

BARATIN, M. & DESBORDES, F. *L'analyse linguistique dans l'Antiquité Classique*, Paris, Klincksieck, 1981.

_____. La 'troisieme partie' de l'ars grammatica. In: TAYLOR, D. J. (ed.) *The history of Linguistics in the classical period. Historiographia Linguistica*, v. 13, n. 2, 1986, pp. 215-240.

BARATIN, M. La littérarité comme performance de textes techniques: les *Artes grammaticae* antiques. In: XVIII Congresso Nacional de Estudos Clássicos, 2011. Rio de Janeiro, 2011 (Conferência de encerramento).

_____. *La naissance de la Syntaxe a Rome*. Paris, Minuit, 1989.

_____. Le *De grammaticis et rhetoribus* de Suétone: un texte polémique? In: *Histoire Épistémologie Langage*, v. 20, 1998, pp. 81-90.

_____. Les difficultés de l'analyse syntaxique. In: (ed.). *Histoire des idées linguistiques*. Tome 2. Le développement de la grammaire occidentale. Liège: Mardaga, 1993.

_____. Sur la structure des grammaires antiques. In: DE CLERQ, J. & DESMET, P. (ed.) *Florilegium historiographiae linguisticae* – Études d'historiographie de la linguistique et de grammaire comparée à la mémoire de Maurice Leroy. Louvain-la-Neuve: Peeters, 1994.

_____ et. al. *Priscien*. Grammaire, livre XVII – Syntaxe I. Paris: Vrin, 2010.

BARCHIESI, A. Some points on a map of shipwrecks. In: _____. *Speaking volumes: narrative and intertext in Ovid and other Latin poets*. Tradução de M. Fox e S. Barchiesi. Duckworth, 1997.

BARWICK, K. *Remmius Palaemon und die römische ars grammatica*. Philologus Suppl. 15.2. Leipzig: Dietrich'sche, 1922.

BEARD, M. & HENDERSON, J. *Antigüidade Clássica*. Uma brevíssima introdução. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BENJAMIN, W. A tarefa-renúncia do tradutor. Tradução de S. K. Lages. In: HEIDERMANN, W. (Org.) *Os clássicos da teoria da tradução*. Vol. 1. Florianópolis: UFSC, 2001.

BENVENISTE, É. *O vocabulário das instituições indo-europeias*. Tradução de D. Bottmann. Campinas: UNICAMP, 1995. 2 v.

_____. *Problemas de lingüística geral I*. Tradução de M. da G. Novak e M. L. Neri. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1988.

BERRY, D. H. Oratory. In: Harrison, S. (org.) *A companion to Latin literature*. Oxford: Blackwell, 2005, pp. 257-269.

BLANK, D. Apollonius Dyscolus and Herodian. In: BROWN, K. (ed.). *Encyclopedia of language and linguistics*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006, pp. 327-329.

_____. Varro and the epistemological status of etymology. In: *Histoire Épistémologie Langage*, v. 30, 2008, pp. 49-73.

BLOOMFIELD, L. *Language*. Londres: Allen & Unwin, 1933.

BRANDÃO, J. L. *Antiga musa: arqueologia da ficção*. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

BUTTENWEISER, H. Popular authors of the middle ages: the testimony of the manuscripts. In: *Speculum*, vol. 17, n. 1, 1942, pp. 50-55.

CACHO, J. F. *Didáctica del Latín*. Zaragoza, 2001.

CAIRUS, H. F. O lugar dos clássicos hoje: o super-cânone e seus desdobramentos no Brasil. In: VIEIRA, B. & THAMOS, M. *Permanência clássica: visões contemporâneas da Antiguidade greco-romana*. São Paulo: Escrituras, 2011.

CAMARA Jr., J. M. *História da Lingüística*. Tradução de M. do A. B. Azevedo. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

CAMERON, Averil. *The Later Roman Empire*. Carmbridge, Mass.: Harvard University Press, 1993.

CANTÓ, J. Los *grammatici*: críticos literarios, eruditos y comentaristas. In: CODOÑER, C. *Historia de la Literatura Latina*. Catedra, 1997, pp. 741-753.

CARDOSO, Z. A. *A literatura latina*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

CASEVITZ, M. & CHARPIN, F. A herança greco-latina. In: BAGNO, M. (org.) *Norma Lingüística*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

CAVAZZA, J. Gellio grammatico i suoi rapporti con la grammatica romana. In: TAYLOR, D. (ed.). *The history of linguistic in the classical period*. Amsterdam: John Benjamins, 1987.

CHAUVOT, A. *Procopé de Gaza, Priscien de Césarée*. Panégyriques de l'empereur Anastase I^{er}. Tradução e comentários de A. Chauvot. In: *Antiquitas*, 1, 35, Bonn, 1986.

CHOMSKY, N. *Linguagem e mente*. Tradução de Lúcia Lobato. Brasília: UNB, 1998.

CLACKSON, J. & HORROCKS, G. *The Blackwell history of Latin language*. Oxford: Blackwell, 2007.

CODOÑER, C. El léxico ordinario de referencia a la lengua en latín tardío. In: BASSET, L. et. al. *Bilinguisme et terminologie grammatical Gréco-Latine*. Orbis/Supplementa. Paris: Peeters, 2007, pp. 135-160.

COLOMBAT, B. *Les figures de construction dans la syntaxe latine*. Paris: Peeters, 1993.

CONTE, G. B. *The rhetoric of imitation*. Genre and poetic memory in Virgil and other Latin poets. Ithaca and London: Cornell University, 1996.

COSERIU, E. *Sincronia, diacronia e história*. Tradução de C. A. Fonseca e M. Ferreira. Rio de Janeiro: Presença, 1979.

COUTINHO, I. L. *Gramática Histórica*. Rio de Janeiro: Editora ao Livro Técnico, 1976.

COVINGTON, M. A. *Syntactic Theory in High Middle Ages*. Cambridge, 1984.

DELLA CORTE, F. *La filologia latina, dalle origini a Varrone*. La nuova Italia, 1981.

DÍAZ Y DÍAZ, M. C. *Latinitas* – sobre la evolución de su concepto. In: *Emerita*, n. 19, 1951, pp. 34-40.

DI BENEDETTO, V. Dionisio Trace e la *techne* a lui attribuita. In: *Annale della Scuola Normale Superiore di Pisa*, v. II, 1958, 27-28, 169-210.

DESBORDES, F. *Idées grecques et romaines sur le langage* – travaux d'histoire et d'épistémologie. Lion: ENS editions, 2007.

DONOVAN, M. J. Priscian and the obscurity of the ancients. In: *Speculum*, vol. 36, n.1, 1961, pp. 75-80.

DUBUISSON, M. Utraque lingua. In: *L'Antiquité classique*, 50, 1981, pp. 274-286.

DYKEMA, K. W. Where our grammar came from. In: *College English*, v. 22, n. 7, 1961, pp. 455-465.

EBBESEN, S. The traditions of ancient logic-cum-grammar in the Middle Ages – what's the problem?. In: *Vivarium*, n. 45, 2007, pp. 136-152.

EDWARDS, C. Epistolography. In: In: Harrison, S. (org.) *A companion to Latin literature*. Oxford: Blackwell, 2005, pp. 270-283.

ERNOUT, A. & THOMAS, F. *Syntaxe Latine*. Paris: Klincksieck, 1959.

FARIA, E. *Gramática superior da língua latina*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1958.

FINLEY, M. I. *História antiga: testemunhos e modelos*. Tradução de V. L. Siqueira. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

FORTES, F. S. A classificação das *partes orationis* em Prisciano: reflexões sobre significado e uso no interior da metalinguagem antiga. In: MAGALHÃES, J. S. de & TRAVAGLIA, L. C. (org). *Múltiplas Perspectivas em Linguística*. Uberlândia: Edufu, 2008a.

_____. *Os marcadores discursivos no latim: considerações pragmáticas e textuais sobre as preposições, interjeições e conjunções em Donato e Prisciano*. Dissertação de Mestrado. UNICAMP, 2008b.

FOWLER, D. On the shoulders of giants: intertextuality and classical studies. In: _____. *Roman constructions*. Readings in postmodern Latin. Oxford: Oxford University, 2000.

GAQUIN, A. P. *Elements of theoretical Linguistics in Priscian's Institutiones*. Tese de doutorado. Yale University, 1983.

GEIGER, J. Some Latin authors from the Greek East. In: *The Classical Quaterly*, New series, v. 49, n. 2, 1999, pp. 606-617.

GRAFF, G. *Subiectum et praedicatum de l'antiquité classique à Port-Royal*. In: SERIOT, P. & SAMAIN, D. (orgs.). *La structure de la proposition: histoire d'un métalangage*. Cahiers de l'ILSL, n. 25, 2008, pp. 51-68

GUERREIRA, A. R. Los escritos grammaticales (y la erudición) em el siglo IV. In: CODOÑER, C. *Historia de la Literatura Latina*. Catedra, 1997, pp. 783-794.

HARTOG, F. Plus et moins qu'une discipline: le cas d'études classiques. Dossier, LHT, n. 8, publicado em 16 de maio de 2011. Disponível em: www.fabula.org/lht/8/8dossier/257-8hartog.

HAVELOCK, E. *The muse learns to write*. New Haven: Yale University Press, 1986.

HERRINGTON, C. J. The younger Seneca. In: EASTERLING, P. E. & KENNEY, E. J. *The Cambridge History of Classical Literature*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982, pp. 511-532.

HOLTZ, L. *Donat et la tradition de l'enseignement grammatical*. Étude sur l'*Ars Donati* et sa diffusion (IV^e-IX^e siècle) et édition critique. Paris: CNRS, 1981.

HOSE, M. Post-colonial theory and Greek literature in Rome. In: *Greek, Roman and Byzantine Studies*, 1999, n. 40, 4, pp. 303-326.

INWOOD, B. (org.). *Os estoícos*. Tradução de Paulo Fernando T. Ferreira & Raul Fiker. São Paulo: Odysseus, 2006.

JESUS, C. R. R. *Orator e a prosa rítmica*. Dissertação de Mestrado. Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem/Unicamp, 2008.

KASTER, R. A. *Guardians of language: the grammarians and society in Late Antiquity*. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1988.

_____. "The grammarian's authority". In: *Classical Philology*, vol. 75, n. 3, 1980, pp. 216-241.

KENNEDY, G. A. *Classical rhetoric: its Christian secular tradition from Ancient to Modern times*. 2. ed. Chapel Hill and London: The University of North Carolina Press, 1999.

LABOV, W. *et al. Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística.*

Tradução de M. Bagno. São Paulo: Parábola, 2006.

LAW, V. *The Insular Latin Grammarians.* The Boydell Press, 1993a.

_____. The historiography of grammar in the early Middle Ages. In: _____. (org.) *History of Linguistic Thought in the Early Middle Ages.* Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1993b.

_____. La grammaire latine durant le haut moyen âge. In: AUROUX, S. (org.). *Histoire des idées linguistiques.* Mardaga, 1992.

_____. Late Latin grammars in the Early Middle Ages: a typological history. In: *Historiographia linguistica* XIII: 2/3. Amsterdam: John Benjamins, 1986, pp. 365-380.

LAUSBERG, H. *Elementos de retórica literária.* Tradução, prefácio e aditamentos de R. M. R. Fernandes. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1973.

LE GOFF, J. *História e Memória.* Tradução de B. Leitão *et. al.* Campinas: UNICAMP, 2003.

LEMERLE, P. *História de Bizâncio.* São Paulo: Martins Fontes, 1991.

LEVY-STRAUSS, C. Os três humanismos. In: _____. *Antropologia estrutural dois.* Tradução de Maria do Carmo Pandolfo. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976, pp. 277-280.

LIMA, A. D. *Uma estranha língua?* Questões de linguagem e de método. São Paulo: UNESP, 1995.

LINDSAY, W. M. The Latin grammarians of the Empire. In: *The American Journal of Philology*, v. 37, n. 1, 1916, pp. 31-41.

LUHTALA, A. *Grammar and Philosophy in Late Antiquity*. Studies in the history of language sciences. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2005.

_____. On the grammarian's self-image in the early middle ages. In: JANKOWSKY, K. R. (org.). *History of Linguistics 1993: Papers from the sixth international conference on the history of the language sciences*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1993.

LYONS, J. *Introdução à Lingüística teórica*. Tradução de R. V. M. Silva e H. Pimentel. São Paulo: Nacional, 1979.

MAROUZEAU, J. *L'ordre des mots dans la phrase Latine I: les groupes nominaux*. Paris: Honoré Champion, 1922.

_____. *L'ordre des mots dans la phrase Latine: volume complementaire*. Paris: Les belles lettres, 1953.

_____. *Traité de Stylistique Latine*. Paris: Les belles lettres, 1946.

MARROU, H.-I. *História da educação na Antiguidade*. Tradução de M. L. Casanova. 4. ed. São Paulo: MEC, 1975.

MÁRSICO, C. T. Las estrategias de delimitación de artículo y pronombre en la *Syntaxis* de Apolonio Díscolo. In: *Quaderni urbinati di cultura classica*, v. 69, n. 3, 2001, pp. 81-99.

MARTIN, H.-J. *The history and power of writing*. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.

MATTOS E SILVA, R. V. *Caminhos da Linguística Histórica*. Ouvir o inaudível. São Paulo: Parábola, 2008.

MEILLET, A. *Esquisse d'une histoire de la langue Latine*. Paris: Klincksieck, 1977.

MORELLI, G. *Ricerche sulla tradizione grammaticale latina*. Coleção “Ricerche di storia della lingua latina, 9. Roma: Edizione dell’Ateneo, 1970

MOUNIN, G. *História da Linguística*. Tradução de F. J. Hopffer Rêgo. Porto: Despertar, 1970.

NEVES, M. H. de M. *A vertente grega da gramática tradicional*. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

_____. Fundamentos gregos da teoria gramatical. In: PINTO, N. F. & BRANDÃO, J. L. (orgs.). *Cultura clássica em debate*. Belo Horizonte: UFMG/CNPq/SBEC, 1987.

PASSALACQUA, M. Priscianus Caesarensis. In: BROWN, K. (ed.). *Encyclopedia of language and linguistics*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006, pp. 107-108.

PERCIVAL, W. K. Deep and surface structure concepts in renaissance and mediaeval syntactic theory. In: PARRET, H. (ed.) *History of linguistic thought and contemporary Linguistics*. Nova York: Walter de Gruyter, 1976.

PEREIRA, M. A. *O discurso gramatical antigo, seu reflexo em Quintiliano e sua repercussão: algumas questões*. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo: 2002.

_____. *Quintiliano Gramático: o papel do mestre de gramática na Institutio oratoria*. 2. ed. São Paulo: Humanitas, 2006.

_____. O conceito de ‘uso lingüístico’ em Quintiliano. In: *Línguas e Instrumentos Lingüísticos*, n. 11, 2003, pp. 31-44.

_____. Quintiliano e a gramática antiga. In: *Classica*, v. 13/14, 2000/2001, pp. 367-373.

_____. Natureza e lugar dos discursos gramatical e retórico em Cícero e Quintiliano. In: *PHAOS*, v. 1, 2001, pp. 143-157.

_____. O 'uso', o 'decoro' e a constituição de uma 'norma lingüística' na *Institutio oratoria* de Quintiliano: breve comentário. In: MIOTO, C. et al. *Anais do 6º Encontro Celsul – Círculo de Estudos Lingüísticos do Sul*, 2004.

PFEIFFER, R. *History of classical scholarship from the beginnings to the end of Hellenistic Age*. Oxford: Clarendon, 1968.

PRATA, P. *O caráter intertextual dos Tristes de Ovídio: uma leitura dos elementos épicos virgilianos*. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP, 2007.

ROBINS, R. H. *Ancient & mediaeval grammatical theory in Europe*. Londres: G. Bell & Sons, 1951.

_____. Les grammairiens byzantins. In: AUROUX, S. (org.). *Histoire des idées linguistiques*. Tomo 2. Mardaga, 1992.

_____. Functional syntax in mediaeval Europe. In: *Historiographia Linguistica*, v. 7, 1980, pp. 231-240.

_____. *The Byzantine Grammarians – their place in History*. Nova York: Mouton de Gruyter, 1993.

_____. Constraints and intentions in the organization of the history of Linguistics. In: HÜLLER, W. (ed.). *Understanding the historiography of Linguistics: problems and projects*. Münster: Nodus Publikationen, 1990.

_____. Some continuities and discontinuities in the History of Linguistics. In: PARRET, H. (ed.) *History of linguistic thought and contemporary Linguistics*. Nova York: Walter de Gruyter, 1976.

ROCHA PEREIRA, M. H. *Estudos da história da cultura clássica*. 10. ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2006. 2 v.

ROMEO, L. Notes for a paradigmatic history of 'Latin' Linguistics. In: PARRET, H. (ed.) *History of linguistic thought and contemporary Linguistics*. Nova York: Walter de Gruyter, 1976.

RUSSELL, D. A. De imitatione. In: WEST, D. & WOODMAN, A. J. *Creative imitation and Latin literature*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

SAID ALI, M. *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. Revisão e ampliação de M. E. Viaro. 8. ed. Brasília: Editora da UNB, 2001.

SAUSSURE, F. *Curso de Lingüística Geral*. Tradução de Isaac Salum. 5. ed. São Paulo: Cultrix, 1973.

SETTIS, S. *Le futur du classique*. Tradução francesa de Liana Levi. Paris, 2005.

SHENKENVELD, D. M. Charisius and Diomedes. Writing a grammar for Greeks. In: BASSET, L. et. al. *Bilinguisme et terminologie grammatical Gréco-Latine*. Orbis/Supplementa. Paris: Peeters, 2007, pp. 181-189.

SWAIN, S. & EDWARDS, M. *Approaching Late Antiquity*. The transformations from early to late empire. Oxford: Oxford University Press, 2003.

SYED, Y. Romans and others. In: HARRISON, S. (org.). *A companion to Latin Literature*. Oxford: Blackwell, 2005, pp. 360-371.

TAYLOR, D. (ed.). *The history of linguistic in the classical period*. Amsterdam: John Benjamins, 1987.

THOMAS, R. *Letramento e oralidade na Grécia Antiga*. São Paulo: Odysseus, 2005.

THORNTON, Anna Maria. Logos-phrase et logos-texte chez Platon et Aristote. *Cahiers de philosophie ancienne*, v. 5, pp. 165-179.

UHLFELDER, M. L. The Romans on linguistic change. In: *The Classical Journal*, vol. 59, n. 1, 1963, pp. 23-30.

VASCONCELLOS, P. S. de. *Efeitos intertextuais na "Eneida" de Virgílio*. São Paulo: Humanitas/Fapesp, 2001.

VASILIEV, A. A. *History of the Byzantine Empire*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1964, 2 v.

VEYNE, P. *O império greco-romano*. Tradução de M. M. & M. Del Priore. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

WATERMAN, J. T. Some influences of Aristotelian logic on late medieval grammatical theory. In: *The Modern Language Journal*, v. 44, n. 4, 1960, pp. 160-162.

WAQUET, F. *Le Latin ou l'empire d'un signe*. Paris: Albin Michel, 1998.

WEEDWOOD, B. *História concisa da lingüística*. Tradução de M. Bagno. São Paulo: Parábola, 2002.

WITTGENSTEIN, L. J. J. *Investigações Filosóficas*. Tradução de J. C. Bruni. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

WRIGHT, R. *Latín tardío y romance temprano – en España y la Francia Carolingia*. Tradução espanhola de R. Lalor. Madrid: Gredos, 1989.